

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE**

RENNÉ DA GLÓRIA ANDRADE

**SABERES NOS MODOS DE PRODUZIR A VIDA: MEMÓRIAS DO
QUILOMBO DE FURADINHO-BAHIA**

**VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
SETEMBRO DE 2024**

RENNÉ DA GLÓRIA ANDRADE

**SABERES NOS MODOS DE PRODUZIR A VIDA: MEMÓRIAS DO
QUILOMBO DE FURADINHO-BAHIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Doutora em Memória: Linguagem e Sociedade.

Área de Concentração: Multidisciplinaridade da Memória

Linha de Pesquisa: Memória, Cultura e Educação

Orientadora: Profa. Dra. Ana Elizabeth Santos Alves

**VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
SETEMBRO DE 2024**

A57s

Andrade, Renné da Glória.

Saberes nos modos de produzir a vida: memórias do Quilombo de Furadinho - Bahia. / Renné da Glória Andrade, 2024.

254f.

Orientador (a): Dra. Ana Elizabeth Santos Alves.

Tese (doutorado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista, 2024.

Inclui referência F. 219 – 230.

1. Trabalho - Memórias. 2. Saberes do trabalho. 3. Modo de vida. 4. Experiência. I. Alves, Ana Elizabeth Santos. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. III. T.

CDD: 331.220981

Catálogo na fonte: **Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890**

UESB – *Campus* Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: Knowledge in the ways of producing life: memories of the Furadinho-Bahia quilombo

Palavras-chave em inglês: Work; Work Knowledge; Ways of Life; Experience.

Área de concentração: Multidisciplinaridade em Memória

Doutora em Memória: Linguagem e Sociedade

Banca Examinadora: Profa. Dra. Ana Elizabeth Santos Alves (Presidente); Profa. Dra. Lia Vargas Tiriba (Titular); Profa. Dra. Maria Clara Bueno Fischer (Titular); Prof. Dr. Felipe Eduardo Ferreira Marta (Titular); Prof. Dr. Fábio Mansano de Mello (Titular).

Data da Defesa: Vitória da Conquista, 03 de setembro de 2024.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

FOLHA DE APROVAÇÃO

RENNÉ DA GLÓRIA ANDRADE

SABERES NOS MODOS DE PRODUZIR A VIDA: MEMÓRIAS DO QUILOMBO DE FURADINHO – BAHIA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Doutora em Memória: Linguagem e Sociedade

Local e Data da defesa: Vitória da Conquista/BA, 03 de setembro de 2024.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Ana Elizabeth Santos Alves –
Presidente
Instituição: UESB

Documento assinado digitalmente
 ANA ELIZABETH SANTOS ALVES
Data: 07/09/2024 12:37:41-0300
Verifique em <https://validar.br.gov.br>

Ass.: _____

Prof. Dr. Fábio Mansano de Mello
Instituição: UESB

Documento assinado digitalmente
 FÁBIO MANSANO DE MELLO
Data: 06/09/2024 18:02:37-0300
Verifique em <https://validar.br.gov.br>

Ass.: _____

Prof. Dr. Felipe Eduardo Ferreira Marta
Instituição: UESB

Documento assinado digitalmente
 FELIPE EDUARDO FERREIRA MARTA
Data: 10/09/2024 10:36:35-0300
Verifique em <https://validar.br.gov.br>

Ass.: _____

Profa. Dra. Lia Vargas Tiriba
Instituição: UFF

Documento assinado digitalmente
 LIA VARGAS TIRIBA
Data: 07/09/2024 17:04:57-0300
Verifique em <https://validar.br.gov.br>

A _____

Profa. Dra. Maria Clara Bueno Fischer
Instituição: UFRGS

Ass.: 

DEDICATÓRIA

À memória dos calos grossos e duros nas mãos dos meus avós paternos, das dificuldades para criar seus doze filhos, das labutas no trabalho na roça e com o gado. A casa sempre cheia de gente... A contação de causos e histórias de minha avó após o jantar era o nosso entretenimento em uma época em que não havia luz elétrica na roça. Rosa e Badu (*in memoriam*), guardo nas minhas memórias a ternura e a paciência com as quais acolhiam todos os filhos e netos. A fartura no período de colheita enchia seus olhos de alegria e era um bálsamo para suportar os tempos difíceis da seca. Dedico esta tese aos que sofrem na mesma labuta, aos quilombolas de Furadinho que lutam e resistem nas incertezas do destino e aos que migram em busca de possibilidades de sobrevivência.

AGRADECIMENTOS

Redigir este texto de agradecimentos me fez rememorar a trajetória que me trouxe até aqui. Parafraseando o grande mestre da literatura Carlos Drummond de Andrade, em seu célebre poema “Meio do Caminho”, poderia dizer que as pedras no caminho me conduziram a ser quem sou. Agradeço a cada uma delas por me ensinar a ser perseverante, a levantar depois de cada tropeço, a entender que elas estavam no lugar certo, pois sem elas não poderia contemplar o horizonte que estava diante dos meus olhos. As pedras me ensinaram que, a cada novo desafio, eu poderia ir mais longe.

Agradeço ao meu bom **Deus** e aos **mentores de luz** que me mostraram que eu não estou sozinha nesse caminho.

À **Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)** que vem me orientando nesse caminho desde a graduação no curso de Letras, passando pelo mestrado no **PROFLETRAS/UESB** e agora no doutorado, o meu muito obrigada a todos os funcionários, professores e reitores. Em especial à coordenação, aos professores, aos funcionários e aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (**PPGMLS/UESB**).

À **Secretaria Estadual de Educação do Estado da Bahia** e à **Secretaria Municipal de Educação de Vitória da Conquista** que me permitiram agregar saberes e preencher lacunas em minha formação.

A minha orientadora a **professora Dra. Ana Elizabeth Santos Alves**, pela partilha de conhecimentos, paciência, sabedoria e por me ajudar a superar os meus próprios limites.

Aos professores **Dra. Maria Clara Bueno Fischer, Dra. Lia Tiriba, Dr. Felipe Eduardo Ferreira Marta, Dr. Fábio Mansano de Mello** que, gentilmente, aceitaram o convite para fazer parte da banca de avaliação desta pesquisa pelas preciosas contribuições em cada uma das sessões.

A todos os trabalhadores e as trabalhadoras do quilombo de Furadinho, em especial aos participantes da pesquisa **Sra. Luzimar, Sra. Madalena (in memoriam), Sr. José, Sr. Gildete, Sra. Judite, Sra. Robelia, Sra. Ana Fernandes, Sra. Jaqueline, Sr. Elvicley**, pois sem a ajuda imprescindível de todos, meus passos não teriam seguido esse caminho.

Agradeço aos meus pais, **Ermes Andrade** e **Glória Andrade**, que me mostraram o caminho a seguir desde os primeiros passos da infância. Aos meus irmãos,

Reinimar Andrade e **Igo Andrade**, pela tolerância, pois os nossos passos não seguem o mesmo ritmo.

Aos meus filhos, **Álvaro Andrade** e **Rodrigo Andrade**, por me fazerem enxergar a beleza que há por entre as pedras ao poder me realizar plenamente como mãe. Vocês são minhas fontes de inspiração!

A **João Alberto** pela paciência, pelo companheirismo e pelas lições de otimismo nas idas e vindas nos caminhos até o Quilombo de Furadinho.

Devo muito ao aprendizado proporcionado pelo coletivo **MINKA** desde 2021, em especial, aos professores **Dra. Lia Tiriba**, **Dr. Doriedson Rodrigues**, **Dra. Maria Clara Fischer**, **Dra. Ana Elizabeth Alves** e **Dra. Marisa Santos** e demais colegas participantes pelos saberes partilhados em nossos encontros virtuais e presenciais. Da mesma forma, agradeço as discussões do grupo de pesquisa **Memória, Trabalho e Educação**, coordenado pelos professores **Dra. Ana Elizabeth Alves**, **Dr. Fábio de Mello** e **Dra. Marisa Santos**. Agradeço ainda aos colegas integrantes do grupo que compartilharam seus conhecimentos e suas experiências. Seria impossível agradecer-lhes o suficiente por tudo o que aprendi nessa caminhada.

A **Neto Andrade**, **Dr. Lucas Batista Pereira**, **Dr. Waldenor Pereira** e ao **Dr. José Raimundo**, que me ensinaram que não precisamos ficar inertes no meio do caminho, podemos transformar as necessidades para seguir em frente.

Aos amigos que nas noites escuras foram luz no meio do caminho, **Jonatan Silva**, **Sandra Ramos**, **Giomária Damasceno**, **Claudionara Fiais**, **Jiuseppe Pereira**, **Carina Brito**, **Jorge Bonfim**, **José Roberto**, **Solange Andrade**, **Maria das Virgens**, **Fernanda Loureiro** e **Erilane** (*in memoriam*).

A todos os colegas de trabalho que muito somaram nesse percurso representados pelas gestoras **Milana**, **Elaine** e **Marta**, para não ser injusta.

Ao professor **Dr. Evaldo Oliveira**, do Laboratório de Cartografia da UESB que muito gentilmente aceitou elaborar os mapas que compõem esta tese.

A **Betânia Cordeiro** que realizou a correção, com suas preciosas contribuições.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente guiados pela luz divina, me fizeram ver que as pedras no caminho serviram para me tornar a guerreira que sou, capaz de tirar o véu da invisibilidade de um povo que não teme a luta, o meu muito obrigada!

SAUDADE DA MINHA TERRA

De que me adianta viver na cidade
Se a felicidade não me acompanhar?
Adeus, paulistinha do meu coração
Lá pro meu sertão, eu quero voltar.
Ver a madrugada, quando a passarada
Fazendo alvorada, começa a cantar.
Com satisfação, arreio o burrão
Cortando estradão, saio a galopar
E vou escutando o gado berrando
Sabiá cantando no jequitibá.

Por Nossa Senhora, meu sertão querido
Vivo arrependido por ter te deixado.
Esta nova vida aqui na cidade
De tanta saudade, eu tenho chorado
Aqui tem alguém, diz que me quer bem
Mas não me convém, eu tenho pensado
Eu digo com pena, mas esta morena
Não sabe o sistema que eu fui criado.
Tô aqui cantando, de longe escutando
Alguém está chorando com o rádio ligado.

Que saudade imensa do campo e do mato
Do manso regato que corta as campinas.
Aos domingos ia passear de canoa
Nas lindas lagoas de águas cristalinas.
Que doce lembrança daquelas festanças
Onde tinham danças e lindas meninas.
Eu vivo hoje em dia sem ter alegria
O mundo judia, mas também ensina
Estou contrariado, mas não derrotado
Eu sou bem guiado pelas mãos divinas.

Pra minha mãezinha já telegrafei
E já me cansei de tanto sofrer
Nesta madrugada, estarei de partida
Pra terra querida que me viu nascer
Já ouço, sonhando, o galo cantando
O inhambu piando no escurecer
A Lua prateada clareando a estrada
A relva molhada desde anoitecer.
Eu preciso ir pra ver tudo ali
Foi lá que nasci, lá quero morrer¹.

¹ Gravada por Chitãozinho & Xororó, o Compositor é Goiá, essa música foi gravada pela primeira vez em 1966 por Belmonte e Amaral. Fonte: <https://www.ouvirmusica.com.br/chitaozinho-e-xororo/71647/>. Acesso em: 12 nov. 2022.

RESUMO

Esta tese tem como objetivo analisar as memórias do trabalho e os saberes do trabalho que sinalizam desestruturação e resistência no modo de vida no quilombo de Furadinho, mediadas pelo capital. A memória constitui o fio condutor para interpretar o trabalho e sua relação com os saberes do trabalho que se manifestam no modo de viver. Embasamos esta pesquisa no materialismo histórico-dialético que nos oferece pressupostos para a interpretação da realidade que coadunam com o lugar que ocupam as relações de trabalho que se estabelecem no entrelaçamento entre vida material e vida social. Elegemos as categorias trabalho, saberes do trabalho e modo de vida. A memória, a experiência, a educação, o território e a comunidade são elementos mediadores que se articulam com as categorias de diferentes formas no conjunto das manifestações das práticas de trabalho individuais e coletivas na comunidade. Utilizamos como procedimentos de investigação entrevistas semiestruturadas, roda de conversa, observação participante e diário de campo. As memórias de diversas práticas de trabalho nas casas de farinha e no campo, como as atividades de carpinteiro, vaqueiro, costureira e no trabalho culinário manifestam experiências vividas que constituem os modos de produzir a existência. Contudo, há outros espaços de produzir a vida permeados por relações de cooperação e sociabilidade que envolvem toda a comunidade em um processo de trabalho coletivo de ajuda mútua, como nas festas de casamento, nos velórios, nos leilões solidários, nas festas religiosas, nas festas juninas e na festa da cavalgada. Ainda que a comunidade esteja circunscrita no interior do modo de produção capitalista, primar por essas práticas de sociabilidade pode se configurar como forma de resistência para manter um viver harmonioso na relação ser humano-natureza. Por meio das memórias do trabalho, percebemos como os saberes do trabalho são passados de uma geração a outra por meio de interações vivenciadas nas práticas de trabalho. Trouxemos também reflexões sobre a relação trabalho-educação e as dificuldades de acesso à educação escolar no quilombo de Furadinho que culminaram no fechamento da única escola da comunidade no ano de 2022. Os dados apontam índices elevados de não escolarizados ou de baixa escolaridade promovidos pelas dificuldades de acesso à educação escolar. A Educação de Jovens e Adultos nunca foi ofertada no quilombo. O fechamento da escola e a migração proveniente das necessidades de produzir a existência se configuram como elementos desestruturantes do modo de vida. Constatamos que o sentimento de pertencimento ao território faz com que os quilombolas de Furadinho continuem na luta e na resistência para permanecer no território, na esperança de terem, com a demarcação territorial, os seus direitos assegurados e o acesso a bens fundamentais dentro da própria comunidade, como escola, assistência básica à saúde, água potável e melhores condições de produzir e viver.

Palavras-chave: trabalho; saberes do trabalho; modo de vida; memória; experiência.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the memories of work and knowledge of work that signal the destructuring and/or resistance in the way of life in the Furadinho quilombo, mediated by capital. Memory constitutes the guiding thread to interpret work and the relationship with work knowledge that manifests itself in the way of living. We base this research on historical and dialectical materialism that constitutes assumptions in the interpretation of reality that are consistent with the place they occupy and the work relationships that are established in the intertwining between material life and social life. We chose the categories work, work knowledge and way of life. Memory, experience, education, territory and the community are mediating elements that articulate with the categories in different ways in the set of manifestations of individual and collective work practices in the community. We used semi-structured interviews, conversation circles, participant observation and field diaries as research procedures. The memories of different work practices in flour mills, in the countryside, as a carpenter, cowboy, seamstress and in culinary work also manifest experiences lived that constitute the ways of producing existence. However, there are other spaces for producing life permeated by relations of cooperation and sociability that involve the entire community in a collective work process of mutual help, such as wedding parties, wakes, solidarity auctions, religious festivals, June festivals and the festival of the ride. Even though the community is circumscribed within the capitalist mode of production, striving for these sociability practices can be configured as forms of resistance in maintaining harmonious living in the human being - nature relationship. Through memories and work we see how work knowledge is passed from one generation to another through interactions experienced in work practices. We also brought reflections on the work-education relationship and the difficulties in accessing school education in the Furadinho quilombo, which culminated in the closure of the only school in the community in 2022. The data points to high rates of non-schooled or low-educated people due to the difficulties of access to school education. Youth and Adult Education was never offered in this quilombo. The closing of schools and migration arising from the need to produce existence constitute disruptive elements of the way of life. We found that the feeling of belonging to the territory makes the quilombolas of Furadinho continue the struggle and resistance to remain in the territory, in the hope of having, with territorial demarcation, their rights guaranteed and access to fundamental goods within the community itself such as school, basic health care, drinking water and better conditions for production and living.

Keywords: work; work knowledge; way of life; memory; experience.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Acre
AIE	Aparelho Ideológico do Estado
AL	Alagoas
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
BA	Bahia
CAAE	Centro de Avaliação, Atendimento e Educação
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social
CEASA	Centrais de Abastecimento de Alimentos
CEP	Conselho de Ética Pesquisa
CIMOS	Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
COVID	(co)rona (vi)rus (d)isease
CNPCRNQ	Comissão Nacional Provisória das Comunidades Rurais Negras Quilombolas
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRQs	Comunidades Remanescentes Quilombolas
DOU	Diário Oficial da União
DQF	Diagnóstico do Quilombo de Furadinho
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FCP	Fundação Cultural Palmares
GT	Grupo de trabalho
HISTEDBR	Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico
IDACE	Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MA	Maranhão
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPMG	Ministério Público do Estado de Minas Gerais
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTD	Movimento dos Trabalhadores Desempregados
Neddate/UFF	Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação/ Universidade Federal Fluminense
PA	Pará
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PHC	Pedagogia Histórico-Crítica
PIB	Produto Interno Bruto
PMVC	Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista
PNDSPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PPC	Planejamento Participativo da Comunidade
PR	Paraná
PSF	Posto de Saúde da Família
RS	Rio Grande do Sul
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SC	Santa Catarina
SMED	Secretaria Municipal de Educação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TE	Trabalho e Educação
TOPA	Todos pela Alfabetização
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFPA	Universidade Federal Pará
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UPA	Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h)
UTI	Unidade de Terapia Intensiva

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS, MAPAS E QUADRO

Figura 1 - Entrada da Comunidade Quilombola de Furadinho	93
Figura 2 - Casas de moradores do Quilombo de Furadinho	95
Figura 3 - Feira livre na Rua Grande, hoje atual Praça Tancredo Neves, na década de 1930	118
Figura 4 - Meu avô Balduino apartando as vacas no curral	124
Figura 5 - Dona Judite costureira no Quilombo de Furadinho.....	126
Figura 6 - Cesto usado para medir a mandioca raspada no Quilombo de Furadinho	132
Figura 7 - Utensílio de casa de farinha no Quilombo de Furadinho.....	135
Figura 8 - Elvicley Colocando As Raízes De Mandioca No Ralador Com Uma Pá	136
Figura 9 - Prensador da massa de mandioca na casa de farinha no Quilombo de Furadinho.....	137
Figura 10 - Forno De Torrar Farinha No Quilombo De Furadinho	138
Figura 11 - Diários de classe do ano de 1985, da Escola Municipal José de Alencar, no Quilombo de Furadinho.....	152
Figura 12 - Imagem da Escola Municipal José de Alencar na década de 1980, no Quilombo de Furadinho.....	154
Figura 13 - Foto da Escola Municipal José de Alencar no Quilombo de Furadinho	155
Figura 14 - Sede da Escola Municipal Otaviano Salgado em Campo Formoso (BA)	162
Figura 15 - Ambiente Interno da casa de moradores do Quilombo de Furadinho	183
Figura 16 - Quarto da casa de morador de Furadinho.....	184
Figura 17 - Retratos expostos na parede da sala da casa de Dona Madalena no Quilombo de Furadinho.....	185
Figura 18 - Casamento no Quilombo de Furadinho.....	187
Figura 19 - Jantar durante cerimônia do casamento no Quilombo de Furadinho.....	188
Figura 20 - Fotos dos noivos com os garçons no Quilombo de Furadinho.....	189
Figura 21 - Foto da cozinha na festa de casamento no Quilombo de Furadinho	190
Figura 22 - Decoração do bolo da noiva no Quilombo de Furadinho.....	191
Figura 23 - Sepultamento de D. Madalena, no cemitério de Furadinho	193

Figura 24 - Festa do Bom Jesus no Quilombo de Furadinho	196
Figura 25 - Salão de orações de D. Madalena, moradora do Quilombo de Furadinho	197
Figura 26 - Quadrilha junina no Quilombo de Furadinho	202
Figura 27 - Imagem do pau de sebo no Quilombo de Furadinho	203
Figura 28 - Imagem do quebra-pote no Quilombo de Furadinho.....	204
Figura 29 - Folder da 14ª cavalgada do Quilombo de Furadinho	207
Figura 30 - Palco para os <i>shows</i> da cavalgada no Quilombo de Furadinho	208
Figura 31 - Desfile da cavalgada no Quilombo de Furadinho.....	209

Gráfico 1 - Territórios quilombolas oficialmente delimitados, segundo as Unidades da Federação (2022)	85
Gráfico 2 - População quilombola por regiões do Brasil	86
Gráfico 3 - Nível de escolaridade no quilombo de Furadinho.....	159
Gráfico 4 - Dados da migração de quatro famílias entrevistadas no Quilombo de Furadinho.....	168

Mapa 1 - Quilombo de São Gonçalo, em Minas Gerais	80
Mapa 2 - Localização do Quilombo de Furadinho no Estado da Bahia e no município de Vitória da Conquista	90
Mapa 3 - Distribuição geográfica do Quilombo de Furadinho	91
Mapa 4 - Localização do centro do Quilombo de Furadinho	94

Quadro 1 - Moradores do Quilombo de Furadinho entrevistados na pesquisa entre 2021 e 2023	41
--	-----------

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	17
1.1 Princípios teórico-metodológicos.....	19
1.1.1 Método.....	20
1.1.2 Problema e Objetivos da Pesquisa.....	25
1.1.3 Procedimentos de Pesquisa.....	26
1.1.4 Moradores do quilombo de Furadinho entrevistados na pesquisa.....	41
1.2 Categorias de conteúdo e conceitos fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa.....	42
1.3 Estrutura do Trabalho.....	51
2 MEMÓRIAS: FIO CONDUTOR DOS SABERES NO MODO DE PRODUZIR A VIDA.....	54
2.1 Memórias da comunidade: marcos de ancoragem.....	56
2.2 Diálogos em torno da memória.....	62
3 TRABALHO E RESISTÊNCIA: FORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS.....	71
3.1 Breve contextualização histórica da propriedade fundiária no Brasil.....	73
3.2 Formação dos quilombos no Brasil: saberes do trabalho em torno do uso coletivo da terra.....	78
3.3 Formação dos quilombos na Bahia.....	81
3.4 As memórias do quilombo de Furadinho.....	87
3.5 Furadinho em busca da demarcação territorial.....	96
4 MEMÓRIAS DOS SABERES DO TRABALHO, CONTRIBUIÇÕES DA EXPERIÊNCIA.....	106
4.1 Memórias dos saberes do trabalho: uma busca conceitual.....	107
4.2 Memórias do trabalho: seus sujeitos, suas histórias e suas especificidades.....	113
4.2.1 Memórias do trabalho no campo.....	114
4.2.2. Memórias do trabalho de carpinteiro: tempos difíceis entre o serrote e o machado.....	119
4.2.3 Memórias do trabalho de vaqueiro.....	122
4.2.4 Memórias do trabalho de costureira.....	125
4.2.5 Memórias do trabalho culinário: mãos ágeis.....	126
4.2.6 Memórias das casas de farinha.....	129
5 O TRABALHO E AS DIFICULDADES DE ACESSO À EDUCAÇÃO ESCOLAR.....	142
5.1 Memórias das práticas produtivas no quilombo de Furadinho.....	143
5.2 Educação: reflexões em torno da escola no Quilombo de Furadinho.....	147
5.2.1 Fechamento da escola: o poder das forças ativas do capital	160
5.3 Memórias das migrações do trabalho	162
6 MODO DE VIDA E O SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO AO TERRITÓRIO.....	170
6.1 Modo de vida: diálogo conceitual	173
6.2 Modo de vida na família.....	176

6.2.1 Modo de vida na festividade do casamento	186
6.2.2 Modo de vida no velório	192
6.2.3 Modo de vida e os leilões solidários.....	193
6.3 Modo de vida e religiosidade	195
6.4 Modo de vida e as festividades juninas	201
6.5 Modo de vida e a revitalização da cultura	205
7 CONCLUSÃO.....	211
REFERÊNCIAS	219
APÊNDICE A – Roteiro das entrevistas	231
APÊNDICE B – Roteiro da dinâmica na escola e fotos da visita	233
APÊNDICE C – Autorização para coleta de dados	236
APÊNDICE D – Autorização para uso de imagens e depoimentos	237
APÊNDICE E – Termos de consentimento livre e esclarecido - TCLE	238
APÊNDICE F – Roda de conversa	241
APÊNDICE G – Túmulos mais antigos do cemitério do quilombo de Furadinho	243
APÊNDICE H – <i>Folder</i> da programação E fotos da Festa do Bom Jesus	244
APÊNDICE I – Fotos de pessoas entrevistadas e moradores.....	246

1 INTRODUÇÃO

Um homem não toma banho duas vezes no mesmo rio. Por quê? Porque da segunda vez não será o mesmo homem e nem estará se banhando no mesmo rio ambos terão mudado.
(Heráclito de Éfeso).

A palavra comunidade vem do latim *communitas*, que significa companheirismo. A raiz latina está relacionada ao termo *communis*, que significa comum, geral, compartilhado por muitas pessoas. Portanto, a palavra comunidade está relacionada à ideia de um grupo de pessoas que compartilham interesses, objetivos, ou que vivem em proximidade geográfica, formando uma unidade social. Para Max Weber (1973, p. 140) comunidade é “[...] uma relação social quando a atitude na ação social – no caso particular, em termo médio ou no tipo puro – inspira-se no sentimento subjetivo (afetivo ou tradicional) dos partícipes da constituição de um todo”.

Já Marcos Palácios (2001, p. 4) considera alguns elementos como essenciais na definição de comunidade, dentre eles: sentimento de pertencimento; sentimento de comunidade; permanência em contraposição a efemeridade; território (real ou simbólico); forma própria de comunicação entre membros. Para esse autor o sentimento de pertencimento ao território é o componente essencial para a definição de uma comunidade. A territorialidade pode ser física ou simbólica. É física para os que residem no lugar e simbólica para os que migram, mas continuam se sentindo pertencentes, o que pode ser configurado como “pertencer à distância”. Há comunidades que possuem linguagens e variantes linguísticas próprias. Dessa forma, a linguagem pode ser um traço de identidade de uma comunidade.

Enquanto Castells (1999, p. 84) define comunidade a partir dos anseios e dos interesses de seus membros, o que faz da comunidade fonte de identidade. Essa identidade pode nascer da intenção de manutenção de situações ou de coisas independente do momento, ou da resistência aos processos dominantes.

Tendo como princípios essas concepções de comunidade, o interesse pelo estudo realizado é fruto das minhas vivências enquanto moradora da comunidade rural “Rio Abaixo”, pertencente ao município de Lagoa Real, na Bahia (BA). Nessa comunidade, o trabalho no campo, na roça e com o gado era uma das principais atividades desempenhadas pelas pessoas e constituía a principal forma de sobrevivência do grupo. Essas memórias resgatam a possibilidade de recordar os saberes atrelados ao trabalho

exercido por trabalhadores e trabalhadoras em uma comunidade tradicional, os quais remontam à minha trajetória desde a infância. Tendo a memória como dispositivo para visitar o passado com a lente do presente, foi possível lembrar atividades exercidas por trabalhadores e trabalhadoras a partir das suas necessidades de sobrevivência, nas quais seu modo de vida não era questionado.

A necessidade de buscar melhores condições de vida levou minha família a se distanciar da localidade para que os filhos pudessem concluir os ensinos Fundamental e Médio na cidade de Caetité (BA) e, posteriormente, ingressar no Ensino Superior, na cidade de Vitória da Conquista (BA).

Eu, enquanto mulher preta da classe trabalhadora, realizei toda a minha trajetória educacional em instituições públicas. No ano de 1999, mudei para Vitória da Conquista e ingressei na graduação em Letras (UESB) e na Rede Municipal de Educação do município como professora regente efetiva. Após a conclusão do curso, em 2004, fui aprovada no concurso público na Rede Estadual de Educação do Estado da Bahia como professora regente efetiva. Em 2013, ingressei no Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Letras pelo PROFLETRAS/UESB e, em 2020, no Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, também na UESB. Devo muito a essa instituição pela minha formação acadêmica.

Apesar de haver uma lacuna entre o tempo vivido na comunidade do “Rio Abaixo” e a necessidade de migrar para prosseguir nos estudos, permanece, nas minhas memórias, o contato com as pessoas dessa localidade às que me unio pelo sentimento de pertencimento ao território. Isso despertou o meu interesse em reconhecê-las como produtoras dos saberes do trabalho que se manifestavam nas diversas práticas de produção da existência.

Também fui influenciada por minhas experiências enquanto professora das redes estadual e municipal de Educação. Na rede municipal, desde 2000, atuo na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e pude perceber as dificuldades dos alunos oriundos de comunidades tradicionais em prosseguir nos estudos, ao se defrontarem com as adversidades impostas pelo meio urbano atreladas às necessidades de trabalhar durante o dia e estudar à noite. Esse contraste se mostrava no não reconhecimento dos saberes que os alunos traziam de suas comunidades e na descontextualização dos conhecimentos escolares sistematizados distantes da realidade deles. Percebia também que eles possuíam enorme interesse em prosseguir nos estudos para galgar postos melhores no mercado de trabalho, pois os homens trabalhavam como ajudantes de pedreiro, carregadores e empacotadores, enquanto as mulheres eram empregadas

domésticas, diaristas, manicures, ou se ocupavam de maneira informal com artesanatos. Muitos moravam afastados da escola e o percurso de volta para casa era feito a pé. As condições climáticas com frio intenso nos meses de junho, julho e agosto pesavam negativamente para a permanência na escola, sendo comum o aumento da evasão escolar nesses meses. Mesmo com todas as adversidades conseguíamos manter um bom número de alunos até o final do ano letivo. Os relatos das dificuldades financeiras estavam sempre atrelados às histórias migratórias dos estudantes vindos de diversas comunidades no entorno de Vitória da Conquista.

A escolha do meu objeto de pesquisa remete às minhas vivências enquanto pessoa pertencente a uma comunidade tradicional, como também a dos meus alunos que povoaram os meus 25 anos de educação marcados pelo desejo de aprender dos adultos que não tiveram acesso à educação formal na infância e que agora na cidade lutam pela sobrevivência e pela oportunidade de aprender.

1.1 Princípios teórico-metodológicos

Nesta seção serão apresentados os princípios teórico-metodológicos que guiaram o processo investigativo, na compreensão da realidade sinalizada pela empiria e no tocante à exposição dos resultados a que chegamos no decorrer da pesquisa.

A primeira parte está dedicada às apresentações gerais da escolha metodológica levando em consideração o movimento dialético nas dimensões ontológicas, históricas e epistemológicas do materialismo histórico-dialético. O nosso ponto de partida centra-se nos pressupostos que fundamentaram o método materialista de Karl Marx (1818-1883) e Frederik Engels (1820-1895). Não se trata de procedimentos padrões, mas do entrelaçamento dos elementos constituintes da minha relação com o objeto empírico, o qual envolve a vida material e a vida social da comunidade pesquisada: o Quilombo de Furadinho (BA).

A seguir, apresentamos a hipótese, o problema e os objetivos da pesquisa por entender que esses elementos constituem o norte do caminho trilhado por nós para desvelar as contradições que circundam esse quilombo.

Por meio dos objetivos propostos e para dar conta dessa pesquisa, elegemos as seguintes categorias analíticas: trabalho, saberes do trabalho e modo de vida. Como elementos mediadores da pesquisa através dos quais o trabalho e o modo de vida vão sendo desvelados estão: a memória, a experiência, a educação e o território. Não podemos perder de vista que a realidade aparente do nosso objeto singular faz parte de

uma totalidade maior que o circunda seja a nível municipal, estadual, federal, ou mundial e que essas influências em escalas diferenciadas se refletem, direta ou indiretamente, no modo de vida dos trabalhadores e das trabalhadoras do quilombo de Furadinho.

Logo após, apresentamos os procedimentos de pesquisa utilizados por nós para nos aproximarmos do objeto e desvelar o fenômeno. O estudo que propomos sobre os saberes nos modos de produzir a vida traz elementos que são melhor elucidados por uma abordagem qualitativa. Os trabalhadores e as trabalhadoras do quilombo de Furadinho se tornaram protagonista de suas próprias histórias por meio da partilha das memórias no contexto da vivência familiar, de trabalho e das relações sociais explicitadas por meio de entrevistas semiestruturadas. Em seus relatos, retratam diversas situações de trabalho individual ou trabalho coletivo que configuram os seus modos de vida. Enfim, todos os procedimentos utilizados na pesquisa estão descritos nesta subseção. Em seguida, apresentamos a forma como está estruturada a tese.

1.1.1 Método

Para entender o campo empírico é necessário entender como funciona a estrutura da sociedade capitalista em sua totalidade. Marx, estudando o que chamou de método da economia política, parte das condições materiais, reais como parte da vida social para explicar o funcionamento das estruturas sociais. No conjunto das relações sociais que os envolvem, os seres individual, social e histórico constroem laços que os aproximam enquanto grupos e os distanciam enquanto classes sociais. Marx atribui significância à atividade real enquanto atitude necessária para o entendimento da atividade humana em sua plenitude. Ele parte da categoria trabalho em suas reais condições para a análise do concreto que só pode ser constatável por via puramente empírica.

Marx e Engels (2007, p. 32-34) apresentam quatro atos históricos responsáveis pela existência humana em toda a história. O primeiro ato está relacionado à produção dos meios necessários para a satisfação das necessidades da vida material, ou seja, para viver o ser humano precisa “de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais”. O que os indivíduos são, portanto, está diretamente relacionado às condições materiais de sua produção. O modo de produzir a sua existência exterioriza o modo de vida do indivíduo.

O segundo ato histórico é reprodução da materialidade (incremento tecnológico). A ação de satisfazer necessidades e o instrumento de satisfação geram novas

necessidades. O movimento cíclico de necessidades, satisfações, novas necessidades movimentam a produção e o incremento de novas tecnologias.

O terceiro ato histórico refere-se à procriação, à relação homem e mulher, pais e filhos, à família e se desdobra em uma dupla relação: na primeira relação tem-se uma relação natural (produção da vida); enquanto a segunda refere-se a uma relação social (modo de cooperação e produção no trabalho).

O quarto ato histórico está relacionado ao desenvolvimento da sociedade articulado com o desenvolvimento da indústria e do comércio. Trata-se do entrelaçamento entre forças produtivas e modos de cooperação. Forças produtivas podem ser compreendidas como: matéria-prima, instrumentos de trabalho e capacidade humana de trabalhar.

A análise dos atos históricos levou Marx e Engels (2007, p. 35) a concluir que as pessoas possuem consciência, mas que ela, desde o início, recebe influência da matéria e se manifesta como um produto social e assim permanecerá enquanto existirem seres humanos. A consciência, inicialmente, apresenta-se como “uma consciência puramente animal da natureza”, depois se firma como uma necessidade de relacionamento entre os indivíduos que convivem, o que constitui o início da consciência de que o ser humano vive em sociedade.

Os atos históricos estão diretamente articulados à categoria trabalho na produção da vida material de mulheres e homens, intrinsecamente relacionada à vida social. Compreendemos que o ponto de partida de Marx e Engels na construção do método são os seres humanos na sua individualidade, social e histórica.

Dessa forma, os pressupostos do método do materialismo histórico-dialético foram assim descritos:

Os pressupostos de que partimos não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação. Esses pressupostos são, portanto, constatáveis por via puramente empírica. (MARX; ENGELS, 2007, p. 86-87)².

A partir da obra *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 à crítica da economia política*, Marx (2011) estabelece as principais definições teórico-metodológicas do método. Elaborar a concepção ontológica do ser humano que vai se distanciar da visão naturalizadora de Feuerbach, a qual vê o ser humano como um ser

² A formatação da tese segue as determinações do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS/UESB).

natural, prático e sensível. Para Marx, o ser humano não é apenas natural, ele é um ser individual, social e histórico.

De acordo com Marx (2011), o conjunto da vida social é muito mais complexo do que a produção da vida material. A esfera da vida social, a sua totalidade, não se resume a vida material. Na obra de Marx, não há um determinismo de duas esferas distintas separadas, a produção da vida material ocorre no interior da vida social. Para compreender a vida social é indispensável compreender a vida material, esse é um ponto de partida. Ele desenvolve sua reflexão por meio da categoria trabalho, que é a categoria primordial para se compreender a essência humana na conjuntura histórica.

Parece ser correto começarmos pelo real e pelo concreto, pelo pressuposto efetivo, e, portanto, no caso da economia, por exemplo, começarmos pela população, que é o fundamento e o sujeito do ato social de produção como um todo. Considerado de maneira mais rigorosa, entretanto, isso se mostra falso. A população é uma abstração quando deixo de fora, por exemplo, as classes das quais é constituída. Essas classes, por sua vez, são uma palavra vazia se desconheço os elementos nos quais se baseiam. P. ex., trabalho assalariado, capital etc. Estes supõem troca, divisão do trabalho, preço etc. O capital, p. ex., não é nada sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço etc. Por isso, se eu começasse pela população, esta seria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais precisa, chegaria analiticamente a conceitos cada vez mais simples; do concreto representado [chegaria] a conceitos abstratos [Abstrakta] cada vez mais finos, até que tivesse chegado às determinações mais simples. Daí teria de dar início à viagem de retorno até que finalmente chegasse de novo à população, mas desta vez não como a representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações. (MARX, 2011, p. 64).

A capacidade intelectual humana nos permite compreender o real. O movimento de abstração é colocado como uma necessidade de superação da empiria aparente para se chegar à fenomênica. O que faz necessário penetrar nas relações essenciais que não estão à mostra.

Com o desenvolvimento das forças produtivas têm-se novas relações sociais de produção. O modo de produção da vida material se desenvolve com o entrelaçamento de forças produtivas e relações de produção no processo de interação historicamente construído. As relações de propriedade determinam as relações de produção, as relações de classe e, a questão central, quem fica com o excedente. A produção da vida humana material carrega distintas determinações que vão definir o modo de vida material.

Marx (2008) anuncia a exploração do trabalhador a partir da economia política que o reduz à condição de objeto (mercadoria).

[...] constatamos que o trabalhador baixa à condição de mercadoria e à de miserável mercadoria, que a miséria do trabalhador põe-se em relação inversa à potência (Macht) e à grandeza (Grösse) da sua produção, que o resultado necessário da concorrência é a acumulação de capital em poucas mãos, portanto a mais tremenda restauração do monopólio, que no fim a diferença entre o capitalista e o rentista fundiário (Grundrentner) desaparece, assim como entre o agricultor e o trabalhador em manufatura, e que, no final das contas, toda a sociedade tem de decompor-se nas duas classes dos proprietários e dos trabalhadores sem propriedade. (MARX, 2008, p. 79).

Quanto mais riqueza o trabalhador produz, menos tem para suprir suas necessidades. O trabalhador não se reconhece como resultado da potencialidade humana e passa a ser uma mercadoria cada vez mais barata. Nesse sentido, Marx (2008, p. 80) apresenta quatro elementos de alienação. No primeiro, a alienação em relação à existência do ser humano, do gênero humano; no segundo, a alienação do objeto ou produto, o trabalho torna-se objeto; no terceiro, o estranhamento do trabalhador com os produtos do seu trabalho; e no quarto, as relações do trabalho alienado com o processo de produção. A alienação econômica ocorre na vida efetiva das pessoas. A sociedade “do ter” em detrimento “do ser” aliena todos os sentidos físicos e espirituais.

Para Marx (2008, p. 109), a superação do trabalho alienado e da propriedade privada é possível por meio da “emancipação completa de todas as qualidades e sentidos humanos”. O autor nos esclarece que os órgãos sensoriais e o “espírito do outro homem” constituem-se em órgãos sociais, pois são meios de externalização e apropriação da vida humana. As lutas de classe corroboram no sentido de produzir a consciência de classe por meio das condições históricas de vida e de trabalho.

A ideologia gesta uma consciência social (o modo como os indivíduos compreendem a sua própria história, a si mesmos e a realidade social) que é uma falsa representação dos processos da vida social, porque desconhece as determinações impostas historicamente na base material que a constitui e, em muitos casos, supõe que a base material resulta do seu modo de pensar a realidade. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência (MARX, 2008, p. 47).

Marx e Engels (2007) nos advertem que o materialismo histórico-dialético leva em consideração as conexões entre a estrutura social e política e a produção.

A estrutura social e o Estado provêm constantemente do processo de vida de indivíduos determinados, mas desses indivíduos não como podem aparecer na imaginação própria ou alheia, mas sim tal como realmente são, quer dizer, tal como atuam, como produzem materialmente e, portanto, tal como desenvolvem suas atividades sob

determinados limites, pressupostos e condições materiais, independentes de seu arbítrio.

A produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens ainda aparecem, aqui, como emanção direta de seu comportamento material. (MARX; ENGELS, 2007, p. 93).

No prefácio da primeira edição da obra **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**, Engels (2009) emprega o termo estrutura de forma bem mais abrangente. A estrutura como fator determinante da história abarca tanto a produção dos meios de existência, quanto à produção do ser humano (enquanto espécie), ou seja, a reprodução humana.

A estrutura é vista como realidade concreta, ou seja, como constituinte da própria realidade. Assim, “a palavra ‘estrutura’ designa primária e originariamente totalidades concretas em interação com seus elementos que se contrapõem e se compõem entre si dinamicamente” (SAVIANI, 1996b, p. 121).

Nesse sentido, para estudar uma comunidade quilombola e os povos que nela residem segundo os pressupostos do método, o fundamental é compreender as conexões entre estrutura social e política e produção da sociedade capitalista, sem perder de vista as relações entre economia e cultura.

Homens e mulheres de Furadinho sofrem a ação das superestruturas, mas, à medida que eles tomam consciência dessa ação, podem se mobilizar no sentido de pressionar a modificação das estruturas existentes com a formação de novas estruturas que primem pela tolerância, pelo respeito ao território de pertencimento, pelos recursos naturais, por seus saberes e por seus modos de vida.

No prefácio da **Contribuição à Crítica da Economia Política**, publicado pela primeira vez em 1859, Marx (2008) expõe o que serviu de guia para os seus estudos e formula resumidamente o seu método da seguinte forma:

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. (MARX, 2008, p. 47).

A estrutura econômica abarca as relações de produção e reprodução como condições históricas determinadas. O acesso à terra, a propriedade, o consumo e a distribuição situam-se nessa estrutura como formas de relações de produção, mas estão condicionadas às superestruturas, que expressam as formas de poder político e jurídico (Estado). A formação socioeconômica do campo empírico pesquisado envolve o conjunto de interações que constituem as estruturas e as superestruturas que circundam a comunidade e se chocam no conflito de interesses antagônicos.

Passaremos agora aos elementos fundamentais que nortearam o nosso olhar nesta pesquisa.

1.1.2 Problema e objetivos da pesquisa

A problemática de pesquisa emergiu da primeira reunião³ que fizemos com a presidente e a secretária da associação de moradores da comunidade e com a agente de saúde, além dos documentos⁴ fornecidos pela comunidade e das observações realizadas. A partir dessas interações, constatamos que o trabalho na comunidade gira em torno do trabalho agrícola no campo e nas casas de farinha, tanto que a comunidade se auto reconhece como produtora da mandioca e da farinha de mandioca. Apesar disso, a comunidade atravessa muitas dificuldades para produzir a existência no território com lotes pequenos, o que têm levado muitos familiares a buscarem outros meios de sobrevivência fora da localidade. Partindo dessa análise preliminar, elaboramos a seguinte hipótese de pesquisa: **As mediações econômicas, políticas e culturais do capital contribuem para desestruturar o trabalho e os saberes do trabalho dos moradores do quilombo de Furadinho, a fim de enfraquecer sua resistência por meio de uma nova reconFiguração do modo de vida e do trabalho, em que pesem as resistências dos trabalhadores em seu modo de vida.**

Essa hipótese constitui o ponto de partida para a formulação do seguinte problema de pesquisa: **De que maneira as memórias do trabalho e os saberes do trabalho nos direcionam para momentos de (des)estruturação e resistência no modo de vida de homens e mulheres do quilombo de Furadinho?**

Com o propósito de responder o problema de pesquisa, definimos como objetivo geral: **Analisar as memórias do trabalho e os saberes do trabalho que sinalizam**

³ A reunião ocorreu em 26 de junho de 2021 e é descrita nos procedimentos de pesquisa.

⁴ Trata-se dos documentos “Diagnóstico do Quilombo Furadinho – DQF” (BAHIA, 2013) e “Planejamento Participativo Rural Sustentável da Comunidade Quilombola de Furadinho – PPC”(BAHIA, 2011).

desestruturação e resistência no modo de vida no quilombo de Furadinho, mediadas pelo capital.

Como objetivos específicos buscamos observar como trabalho e resistência se articulam no quilombo na busca pelo reconhecimento territorial; compreender por meio das memórias de trabalhadores e trabalhadoras os saberes do trabalho que se manifestam na produção da vida material e social; analisar de que forma as memórias do trabalho agrícola e nas casas de farinha manifestam as experiências nos modos de produzir a existência; observar, por meio das memórias, o modo de vida e as transformações que vêm contribuindo para a desestruturação e a resistência, através de outras dimensões de trabalho e de saberes do trabalho no quilombo de Furadinho; compreender as peculiaridades da organização do trabalho coletivo que visam beneficiar toda a comunidade e driblar as barreiras impostas pelo sistema capitalista.

Estes objetivos específicos foram operacionalizados conforme descrito nas seções que compõem esta tese de forma a facilitar a compreensão das transformações e das resistências no modo de vida dessa comunidade.

1.1.3 Procedimentos de pesquisa

A construção desta tese é resultado de um percurso que se iniciou em 23 de junho de 2020, quando fui aprovada no Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. Nessa época, encontrava-me em um processo de recuperação de duas cirurgias seguidas de hérnia de disco na coluna lombar. O processo doloroso da recuperação e o momento pandêmico da COVID-19 me fizeram buscar estratégias para desviar o foco das tensões. Recordo-me que quando ainda estava no hospital, entre 15 e 19 de janeiro de 2020, os noticiários da TV já traziam as manchetes da epidemia que atingia a China e os vários casos de pessoas mortas. Entretanto, naquele momento, ainda não tínhamos a clareza de que o vírus se espalharia, tão rapidamente, por todo o mundo. Em 26 de fevereiro de 2020, surge o primeiro caso em São Paulo e, rapidamente, a pandemia se espalha por todo o país. Entre março e abril surge a primeira onda de contágio e, na tentativa de conter o avanço do vírus, o Ministério da Saúde recomenda o fechamento de estabelecimentos, repartições públicas, escolas. Apenas os serviços essenciais são mantidos abertos.

Minhas preocupações aumentaram com a presença do meu filho mais velho atuando na linha de frente da COVID-19, entubando pacientes nos leitos da Unidade de Tratamento Intensivo (UTI). O afastamento do trabalho por conta da recuperação e,

querendo ou não, do convívio social de amigos me fez procurar outras formas de desviar o foco das dores e das preocupações. A leitura foi a maneira de entretenimento que encontrei.

Meus filhos e amigos sempre me motivaram a continuar estudando. Um certo dia, ao abrir as mensagens de *WhatsApp* de um grupo, um colega havia postado a informação de abertura do processo seletivo para a pós-graduação. Salvei a mensagem, depois observei as linhas de pesquisa e resolvi me inscrever na linha de pesquisa: Memória, cultura e educação. A priori concorri com o projeto **Educação e trabalho: memórias dos impactos de sucateamento e desmonte na rede pública de ensino no município de Vitória da Conquista – BA**. A escolha desse tema estava relacionada a minha prática profissional, pois, como professora atuante há 25 anos nas redes municipal e estadual de ensino, percebo as contradições que envolvem a educação pública e a precarização das condições de trabalho dos professores. Entretanto, após o início das aulas e das participações nas atividades do grupo de pesquisa **História, Trabalho e Educação** e no coletivo de pesquisa *Minka* redefini a pesquisa dando origem ao estudo que ora apresento.

A princípio, o meu desejo era pesquisar a minha comunidade de origem, Rio Abaixo, mas devido à distância de 200 km que atualmente me separa dela, a proposta se tornou inviável financeiramente, já que a pesquisa se desenvolveria com recursos próprios e sem o recebimento de bolsa. Junto com a minha orientadora, fomos buscar uma comunidade tradicional que ficasse próxima à sede da cidade da Vitória da Conquista para, de certa forma, facilitar nossos deslocamentos. Contudo, estabelecemos como critério que essa comunidade ainda não houvesse sido inserida em nenhum projeto de pesquisa acadêmica. Fomos, na manhã de 11 de fevereiro de 2021, à sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais para obter mais informações acerca das comunidades tradicionais. Até esse momento não havíamos estabelecido que a pesquisa seria feita em uma comunidade quilombola. Nossa preocupação versava sobre a viabilidade da pesquisa e com isso sobre a distância entre a localidade escolhida e a sede do município de Vitória da Conquista e suas formas de acesso. No sindicato, foi possível conhecer duas funcionárias, ambas moradoras de comunidades quilombolas distintas. Cada uma comentou um pouco sobre sua comunidade e expôs algumas dificuldades. Falamos sobre os motivos de as termos procurado. Embora eu fosse moradora de Vitória da Conquista há mais de vinte anos, são poucas as comunidades que conheço. A funcionária Daniela Chaves, moradora do quilombo de Furadinho, nos convidou para conhecer a sua localidade.

1.1.3.1 Primeiro momento com a comunidade – conhecendo o quilombo de Furadinho

A primeira visita foi então agendada para o sábado seguinte, dia 13 de fevereiro de 2021. Marcamos para nos encontrar às 15h em frente à igreja católica da comunidade. O acesso à comunidade é por estrada de terra, repleta de ondulações, conhecida aqui na região por “costela de vaca”. Como eu não conhecia o caminho, João Alberto foi o meu parceiro nas idas e vindas, pelas estradas isoladas, cheias de ladeiras pedregosas e com muita poeira. Fizemos o percurso de 36 km em 50 minutos em carro próprio.

Quando chegamos à comunidade quilombola de Furadinho fomos recebidos cordialmente por Daniela. Como estávamos vivenciando o momento pandêmico e a maioria da população local não havia recebido a vacina, seguimos todos os protocolos sanitários e não adentramos nenhuma residência para proteger as famílias. Para se proteger, a comunidade estabelecia o mínimo contato possível com estranhos e evitava ir à cidade com receio de contrair o vírus. Circulamos de carro pela comunidade na companhia de Daniela que, além de funcionária do sindicato é também secretária da Associação de Agricultores do Quilombo de Furadinho. Ela nos mostrou as casas das famílias, a escola, a sede do sindicato, a igreja católica, o campo de futebol, principal atrativo da comunidade. Foi uma visita de observação da comunidade. Paramos em frente a um bar no centro da comunidade e a chegada de um carro com pessoas estranhas ao lugar despertou a curiosidade de moradores que, mesmo desconfiados, aproximaram-se. Conversamos um pouco sobre os motivos que nos haviam levado até lá e a receptividade foi muito positiva. Daniela, por ser uma pessoa atuante na comunidade, conhecida por todos, facilitou a nossa aproximação. Depois, fomos levá-la até sua residência. Ela foi apontando as casas dos tios, da avó, da mãe e a própria casa, todas no mesmo lote. Ao confirmar a proximidade entre a sede do município e a comunidade, a viabilidade da pesquisa e que a comunidade não estava inserida em nenhum projeto de pesquisa, em comum acordo com minha orientadora, fomos em busca da autorização para delimitarmos a comunidade quilombola de Furadinho como o nosso local de pesquisa.

1.1.3.2 Segundo momento com a comunidade – autorização para realizar a pesquisa

Marquei uma reunião com a presidente da associação de moradores para solicitar autorização para realizar a pesquisa. A reunião ocorreu em 26 de junho de 2021, na sede da igreja católica da comunidade. Estiveram presentes a presidente da Associação de Moradores do Quilombo de Furadinho, a senhora Robelia Rocha, a agente de saúde Maria e a funcionária do sindicato que também é secretária da associação, Daniela Chaves. Expliquei a finalidade da pesquisa, a transparência no processo, os objetivos da pesquisa, a forma como iríamos desenvolver o trabalho e a participação voluntária mediante autorização de cada participante e os cuidados éticos necessários. Esclareci que se tratava de uma autorização prévia, pois a pesquisa ainda seria submetida ao processo de aprovação da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), que está diretamente ligada ao Conselho Nacional de Saúde (CNS) UESB/Jequié, na Bahia. A presidente da associação autorizou que realizássemos a pesquisa e assumi o compromisso de, ao término da investigação, disponibilizar uma cópia da tese para compor o acervo do quilombo. Foi explicado também que, no momento das entrevistas, os entrevistados receberiam as informações referentes ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e à Autorização de Uso de Imagem e Depoimentos, de acordo a Resolução 466 de 2012, que regulamenta pesquisa com seres humanos. Expliquei sobre a possibilidade de revelação voluntária de suas identidades para dar visibilidade aos entrevistados como seres produtores de saberes, assegurando a essas pessoas a possibilidade de atuarem como protagonistas de suas próprias histórias e de suas memórias. Assim, esclareci sobre a importância de ser entrevistado. Expliquei que o trabalho não possuía fins lucrativos e que todos os custos da pesquisa eram mantidos por minha própria conta. A relevância social da pesquisa consiste em dar visibilidade, para toda sociedade e para o campo científico à realidade da comunidade quilombola de Furadinho no tocante ao trabalho, aos saberes do trabalho, à educação e às transformações no seu modo de vida.

Após o consentimento para realização da pesquisa, solicitei à presidente da associação e aos demais membros presentes na reunião que indicassem os nomes de três moradores da comunidade para que eu pudesse conversar. Com as indicações e acompanhada da presidente da associação, fui às casas de duas moradoras para um primeiro contato com o intuito de conhecer suas famílias e esclarecer sobre a importância da pesquisa. A escolha das famílias foi feita de forma aleatória, mas era necessário que contivesse, entre seus membros, pessoas acima de 70 anos. Acatamos as

sugestões das famílias feitas pela presidente da associação de moradores, pela agente de saúde e pela secretária da associação. Nesse dia, fomos até a casa de Dona Madalena e conversamos com ela e com sua filha Neuza, que reside em São Paulo, mas que estava de férias e passava alguns dias com a família. Ela ficou satisfeita em saber que a mãe iria participar da pesquisa e que, de alguma forma, iria permanecer registrada, por escrito, sua história de vida.

Depois, fomos para a casa de dona Judite conversar sobre a possibilidade de ela ser uma de nossas entrevistadas. Ela prontamente aceitou. Quando chegamos, ela estava fazendo pamonha com as filhas e netas na área dos fundos da casa. Fiquei observando um pouco o trabalho delas, esse espírito colaborativo no qual cada uma fazia uma coisa e que em muito se assemelhava às minhas vivências de infância na casa da minha avó Rosa. O processo de feitura da pamonha está descrito na subseção **Memórias dos saberes do trabalho culinário**. Quando saímos de sua residência, as pamonhas estavam em processo de cozimento, penúltima etapa da preparação. Ela nos convidou para aguardarmos o cozimento, mas devido ao horário não esperamos.

Após essas primeiras experiências, em respeito ao compromisso ético com o trabalho acadêmico, a pesquisa foi submetida à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) ligada ao Conselho Nacional de Saúde (CNS) UESB/Jequié (BA), em 23/09/2021 e foi aprovada com o CAAE: 53841121.5.0000.0055 em 17/12/2021.

Utilizamos na pesquisa uma abordagem qualitativa, na qual os saberes do trabalho e o modo de vida foram sistematizados por meio de diferentes procedimentos dando protagonismo aos sujeitos da comunidade quilombola. Dentre os procedimentos destacam-se: entrevistas semiestruturadas; observação participante; roda de conversa; diários de campo; participação em eventos da comunidade (casamentos, velórios, aniversários, festas religiosas e culturais); uso de imagens fotográficas; análise de documentos fornecidos pela comunidade; entre outros. Tivemos acesso ao Diagnóstico do Quilombo de Furadinho (DQF) (BAHIA, 2013), ao Planejamento Participativo Rural Sustentável da Comunidade (PPC) (BAHIA, 2011) e a documentos escolares (Diários de Classe). Por fim, fizemos uso de um arcabouço teórico para dialogar com a empiria, alicerçados em um referencial teórico que favorece a emergência das memórias dos saberes do trabalho e a relação com a educação como um fator de resistência e de (re)configuração dos modos de vida.

As entrevistas, cujas perguntas estão disponíveis no Apêndice A, trouxeram dados que foram analisados a partir do materialismo histórico-dialético levando em consideração que a realidade vivenciada e partilhada no quilombo é uma particularidade

que prima pelos princípios ancestrais do bem viver na interação ser humano/natureza, mesmo estando imersa na totalidade que envolve o modo capitalista de produção.

Os resultados foram analisados qualitativamente levando em consideração os saberes do trabalho de homens e mulheres do quilombo de Furadinho que merecem o nosso reconhecimento por terem sido invisibilizados socialmente pela classe dominante.

As entrevistas como instrumento investigativo constituem uma importante ferramenta para olharmos a realidade. As entrevistas foram agendadas previamente com cada membro das diferentes famílias. Os ambientes escolhidos para as conversas possuíam boa iluminação, eram ventilados e com pouco ruído para facilitar a transcrição do material gravado. Procuramos deixar o entrevistado o mais à vontade possível, para que a entrevista fluísse tranquilamente. O roteiro serviu como uma orientação metodológica, de forma que não ficamos presos a ele. Algumas perguntas foram suprimidas e outras acrescentadas, mediante as respostas dos participantes da pesquisa. As entrevistas foram gravadas e posteriormente foram transcritas para assegurar a riqueza dos fatos mencionados. Os nomes próprios foram mantidos para dar voz e protagonismo aos entrevistados, mas tivemos o cuidado de filtrar informações para não revelar detalhes de suas vidas particulares de modo a evitar expor os participantes. Todos os entrevistados têm memórias do trabalho agrícola e do trabalho nas casas de farinha.

1.1.3.3 Terceiro momento na comunidade – participação em aniversário

A participação nos eventos da comunidade foi enriquecedora para observar, principalmente, o trabalho coletivo de ajuda mútua que emana nesses momentos. O primeiro evento que participei foi em 29 de junho de 2021, quando fui convidada para o aniversário de Daniela Chaves em sua residência em Furadinho. A casa estava cheia de parentes, eu era a única pessoa de fora do círculo familiar. Mesmo estando em um momento de pandemia, avalei que não poderia perder a oportunidade de me aproximar da comunidade. Assim, fui usando máscara, pois era necessário ir construindo relações que me aproximassem das pessoas do quilombo.

Na festa, havia uma diversidade de pratos como: leitoa assada, frango assado, canjica, amendoim, quentão com e sem álcool, cerveja, refrigerantes, bebidas quentes, salgados e o tradicional bolo da aniversariante. Os pratos típicos juninos faziam parte daquela festa de aniversário e passei a observar toda a dinâmica da organização. No quintal da casa, ela colocou algumas mesas para que os parentes se acomodassem. Conversei bastante com D. Judite, sua avó que, posteriormente, seria uma das

entrevistadas da pesquisa. Ela foi me mostrando os filhos, os netos e os bisnetos que estavam presentes. Conversamos também a respeito da organização da festa, mas ainda não me sentia à vontade para fotografar o local e as pessoas, pois era o primeiro evento social que eu participava em Furadinho.

1.1.3.4 Quarto momento na comunidade – realização de entrevistas

Em seguida, comecei a agendar as entrevistas. Os primeiros encontros ocorreram em 02 de julho de 2021. Agendei quatro entrevistas nesse dia. Cheguei cedo à comunidade, por volta das 8h30, conforme havíamos combinado.

Ao chegar à casa do primeiro entrevistado, Sr. José Ferreira da França, que na época contava com 94 anos, perguntei ao seu filho que me atendeu no portão se o Sr. José se encontrava na residência. O filho respondeu que o pai havia viajado. Quando disse que havíamos marcado uma entrevista por intermédio de sua sobrinha, D. Maria, a agente de saúde, ele então disse que o Sr. José estava em casa me aguardando. Pedi desculpas e me conduziu à sala onde meu entrevistado estava sentado. O filho contou que imaginou que eu fosse vendedora ambulante, como os que costumam passar sempre na sexta-feira e ficam insistindo para vender os produtos.

O entrevistado estava bem disposto, expliquei os motivos da entrevista, apresentei e li os termos de consentimento e de imagem para ele na presença do filho e tentei deixá-lo bem à vontade. A entrevista ocorreu na sala de estar da sua residência. Durante a entrevista, ele me convidou para conhecer toda a residência e para ver a plantação de mandioca brava nos fundos da casa. Quando perguntei: Como o senhor sabe qual é a mandioca brava e qual é a mandioca mansa? Ele respondeu: “é muito difícil saber, as foia da mandioca brava têm uns rajadim vermelho maior do que na mansa, mais nós pranta separado pra não atrapaiair”⁵ (JOSÉ, 2021, entrevista).

Ele pegou as folhas e me mostrou as diferenças entre uma e outra, o que para ele era óbvio, eu tive dificuldades para perceber. As diferenças são muito sutis para quem não está acostumado. Confesso que fiquei em dúvida.

Depois, voltamos novamente para a sala e continuamos a entrevista, apesar da idade e de um problema na visão, ele se locomovia facilmente pelos espaços. Foi uma

⁵ Em respeito ao lugar de fala dos homens e mulheres desta comunidade, as transcrições obedeceram a fidelidade na forma de se expressar. Todas as variantes linguísticas são importantes e denotam a riqueza linguística do país. Ao dar ouvidos aos nossos entrevistados percebemos saberes e conhecimentos que emanam de suas palavras. Entendo que ao transformar a fala dos entrevistados na linguagem padrão eu estou descaracterizando a sua variante linguística.

entrevista muito proveitosa porque ele não se sentiu inibido para responder as perguntas. Após finalizar a entrevista, o seu filho trouxe uma sacola com raízes de mandioca mansa para eu levar para casa e experimentar. Agradei a cordialidade e marquei com o Sr. Gildete, o filho de Sr. José, para entrevistá-lo em outro momento. Como estava próximo ao horário de almoço, parei o carro debaixo de uma árvore no centro da comunidade, comi o lanche que havia levado e aguardei até as 13h30 para dirigir à casa da próxima entrevistada.

Quando cheguei à casa da segunda entrevistada, D. Madalena, na época com 96 anos, estavam presentes o marido dela, uma de suas filhas, uma amiga da família e duas crianças. Quem me recebeu foi sua filha Luzimar e quando me identifiquei, ela me convidou para entrar, pois as pessoas estavam me aguardando. A entrevista foi na área dos fundos da casa, havia uma mesa, várias cadeiras e uma cama antiga sem colchão. D. Madalena estava disposta e a entrevista fluiu tranquilamente. Cumprimos os protocolos iniciais. As primeiras explicações já haviam sido dadas anteriormente na visita em que a conheci. Ela respondeu todas as perguntas, deu muitas risadas ao se lembrar das romarias para Bom Jesus da Lapa (BA). Houve também momentos de silenciamento ao falar das dificuldades para criar os filhos. Ao terminar a entrevista, ela me convidou para conhecer o seu salão de orações. Sentou ao lado da mesa, acendeu as velas e fez as suas preces. Respeitei o momento de silêncio, observei as imagens, pedi permissão para fotografar.

Depois retornei ao local da entrevista. A filha Luzimar havia preparado um café, que completei com as merendas que havia levado e em seguida entrevistei a própria Luzimar de Deus Santos, com 54 anos na época. Ao falar da infância, fez ressurgir sentimentos que não foram ditos, mas expressos nos gestos e nas pausas.

Quando finalizei as duas entrevistas segui para a casa de D. Judite (79 anos) e já era final de tarde. Quando cheguei, ela estava no quintal molhando as hortas. A entrevista ocorreu na cozinha de sua casa, como a entrevistada é viúva e mora sozinha, o ambiente estava bem tranquilo. Ela me convidou para entrar e foi logo dizendo que ela não sabia de nada, que não tinha “leitura”. Procurei deixá-la mais tranquila, explicando que o que desejava ouvir era sobre a sua vivência no trabalho, sobre o cuidado com os filhos. Esclareci que a pergunta que ela não se sentisse à vontade, não precisaria responder. Depois de cumpridos os protocolos de explicação da pesquisa, iniciei. Eu já a conhecia, pois já a havia feito uma visita anteriormente. Ela sempre se mostrou receptiva e carismática. Seus filhos possuem casas no mesmo lote e as casas são bem próximas umas das outras. No decorrer da pesquisa fui convidada para o aniversário de

sua neta e para o casamento de uma de suas filhas. Tenho certeza que o meu contato com eles não se extinguirá com o fim da pesquisa, mas se estenderá por toda a vida.

D. Judite já foi logo providenciar um café. Disse que ela não precisava se preocupar, mas ela insistiu e o café foi muito proveitoso, porque a deixou mais à vontade e foi logo conversando, contando e antecipando muitas coisas que eu planejava perguntar no decorrer da entrevista. Sua fala foi marcante para mim! Falamos um pouco de tudo, não apenas do que estava no roteiro, mas de suas dores e suas angústias. Percebi em diversos momentos da entrevista a vontade do choro, marcada pelo silêncio e pela voz cortada. Quando terminei a conversa já era próximo das 20h. O horário estava avançado, mas eu não podia impedi-la de falar, já que talvez não houvesse outro momento tão profícuo quanto este para nosso encontro. Saí de sua casa com todas as informações remexendo os meus sentidos. E uma das perguntas que eu me fazia era: o que fazer com todas essas informações? Foi um dia cansativo fisicamente, mas muito proveitoso para a pesquisa.

Percebemos, nas entrevistas realizadas, que os entrevistados não produziam mais a farinha de mandioca, embora todos rememorassem experiências vividas nas casas de farinha. Uma das entrevistadas, D. Judite, ainda possui a casa de farinha no seu terreiro, mas ela está desativada. Seus filhos, envolvidos no trabalho parcial na lavoura e também inseridos no trabalho assalariado na cidade, não dispõem de tempo para a tradicional atividade. Preferem vender as roças de mandioca para diminuir o acúmulo de trabalhos. Os outros entrevistados não possuem mais a casa de farinha.

Nesse momento, sentimos a necessidade de inserir, na pesquisa, um trabalhador que ainda tivesse a casa de farinha produzindo diariamente dentro do quilombo. Também incluímos, em 2022, a professora e então gestora da escola local, Ana Fernandes, na época com 61 anos, por sua trajetória na educação da comunidade. No mesmo ano, também adicionamos à pesquisa a presidente da associação de moradores, Robelia Rocha (57 anos), por ser a principal representante da comunidade. A princípio, havíamos estabelecido que faríamos 14 entrevistas, mas quando concluimos as nove primeiras percebemos que os entrevistados começavam a falar das mesmas coisas e que por isso não havia necessidade de prosseguir com as entrevistas. Assim, constituímos o campo empírico com nove entrevistas.

1.1.3.5 Quinto momento na comunidade – continuação das entrevistas

As entrevistas de Robelia, Ana Fernandes, Jaqueline, Elvicley e Gildete ocorrem em 22 de setembro de 2022, em momentos distintos ao longo do dia. Nessa mesma data, tivemos a oportunidade de encontrar a Escola Municipal José de Alencar funcionando, apesar de que já se cogitava o fechamento da escola no final do ano letivo de 2022, o que de fato ocorreu.

Cheguei cedo ao quilombo e a primeira parada foi na Escola Municipal José de Alencar. A primeira entrevistada foi Robelia Rocha, marquei na escola a entrevista porque ela, além de ser presidente da associação de moradores, é merendeira. Como havia duas merendeiras e a entrevista estava agendada, quando cheguei, após os cumprimentos a todos os presentes, fomos para uma área tranquila na frente da escola e a entrevista foi realizada. A sua fala sempre foi muito cautelosa, havia uma preocupação ao tratar as questões da comunidade. Deixou claro, nas entrelinhas, que há informações que são restritas à comunidade e que por isso não as revelaria.

Quando finalizou a entrevista, fui entrevistar a professora Ana Fernandes que, naquele momento, estava como gestora. A professora, desde a década de 1980, foi responsável pelo ensino dos anos iniciais na comunidade. Ela me recebeu muito bem, abriu um armário e foi mostrando os vários álbuns de fotografias, as cadernetas de quando chegou à escola nos anos de 1984 e 1985. Pedi à professora para fotografar todas as cadernetas para que, posteriormente, eu pudesse analisá-las melhor. Ela prontamente autorizou o registro. À medida que íamos observando as fotos, ela ia relatando fatos e vivências de sua experiência na comunidade. A entrevista com a professora foi bastante proveitosa, porque ela possui um extenso arquivo fotográfico das atividades desenvolvidas dentro e fora da escola e disponibilizou várias fotos que foram utilizadas nesta tese.

Após a merenda e o recreio das crianças, pedi autorização à gestora e à professora da turma para realizar uma dinâmica com os alunos e as alunas em sala, o que elas prontamente aceitaram. A dinâmica foi uma forma descontraída para entrar, conhecer e observar a singularidade de cada aluno, sem perder de vista a relação entre os saberes. A dinâmica consistia em passar uma caixinha ao som de uma música. Quando a canção parasse, quem estivesse com a caixinha deveria abri-la e responder a uma pergunta. A cada resposta o aluno ou a aluna recebia brindes (bala, pirulito e pipoca doce) pela participação. As perguntas não tinham o intuito de analisar o nível de

aprendizagem das crianças, mas de permitir uma observação participante e a aproximação deles. As perguntas utilizadas na dinâmica estão no Apêndice B desta tese.

Ao responder a pergunta “O que faz para colar um desenho na tarefa quando não tem cola em casa?” Um aluno respondeu “tomo emprestado⁶”; o outro disse “minha mãe faz com a tapioca⁷, ela molha a tapioca com água e leva ao fogo, quando fica puxenta está pronta”. O saber surge para suprir uma necessidade material, nesse caso a cola é feita da matéria-prima tapioca, um derivado da mandioca. Enquanto outro aluno disse: “lá em casa minha mãe pega o fruto do quiabento⁸ e corta, ai eu colo”. O saber das vivências está sendo transmitido aos filhos, quanto se procura suprir uma necessidade, nesse caso realizar a tarefa escolar.

Por meio dessa dinâmica⁹, os alunos apresentaram duas formas de saberes não escolares para resolver uma necessidade imediata, “colar um desenho na tarefa escolar”. Essa experiência com base na necessidade imediata do educando cria mecanismos de articulação entre os saberes, revelando características acerca do modo pelo qual a comunidade busca solucionar problemas. Do mesmo modo, no questionamento que se fez sobre o uso de chás, responderam que tomavam chá para curar a gripe, dor de barriga e dor de cabeça. Partindo da prática social poderia ser elaborado um plano de aula sobre plantas medicinais de forma a conhecer as principais espécies existentes na comunidade, seus benefícios, sua forma de plantio, cultivo, colheita, armazenamento e comercialização. Assim como poderia ser elaborado um plano de aula para conhecer as plantas típicas da caatinga, suas características. A partir do bioma local, conhecer todos os outros biomas.

Os alunos interagiram bem com a brincadeira proposta pela dinâmica, falaram de suas pretensões para o futuro citando várias profissões, mas ninguém disse que gostaria de continuar na comunidade. Percebi que há muita coisa a ser feita, principalmente, no tocante à valorização do espaço em que vivem e a formas de garantir sobrevivência digna. As fotos da dinâmica e da visita à escola se encontram no Apêndice B.

Quando terminei a dinâmica era já o final da manhã. A diretora me convidou para almoçar com eles. O almoço foi na cantina da escola. O cardápio foi feijão verde

⁶ As informações expostas aqui sobre a atividade estão registradas em diário de campo.

⁷ A cola da tapioca é feita da seguinte forma: duas colheres de tapioca e um de água. Depois mexa até dissolver e, em seguida, leve ao fogo e mexa até engrossar. Depois, espere esfriar e está pronta para o uso.

⁸ O quiabento é a planta que usam para cercar a propriedade (também chamada de cerca viva).

⁹ Os participantes da dinâmica não foram identificados, porque a técnica tinha a intenção de nos aproximar dos alunos. Eles não estão inseridos formalmente como participantes da pesquisa.

farofado, arroz, salada de alface e tomate e frango. Almoçamos juntos nesse dia, a professora e gestora Ana, outra professora, a coordenadora Patrícia Farias, o secretário escolar, as duas merendeiras, eu e João Alberto.

Durante o almoço, a professora Ana foi contando que havia uma família que estava atravessando dificuldades financeiras. A filha, uma jovem de 19 anos, estava diabética e depressiva. Pedi para que ela nos levasse até a família. Após o almoço, nos dirigimos até a casa da Rosimá. Ana nos apresentou e ela contou as agruras no tratamento da filha, as dificuldades financeiras com duas crianças pequenas (a filha mais nova e a neta) em casa. Assumi o compromisso de no próximo retorno à comunidade levar uma cesta básica, era o mínimo que poderia fazer naquele momento e na visita seguinte entreguei a cesta. No momento que conversávamos percebi que havia uma casa de farinha no seu terreiro e perguntei se podíamos conhecer. Ela nos informou que a casa de farinha deles só funciona quando tem a própria mandioca para arrancar, nos demais períodos do ano fica fechada. Rosimá foi mostrando todos os objetos e nos relatando como realizavam o trabalho. A conversa ficou interessante, pedi autorização para gravar a sua fala e recebi uma aula sobre os saberes no processo de feitura das tapiocas doce e azeda. Na subseção **Memórias dos saberes nas casas de farinha** apresentamos um recorte da sua fala que foi gravada e posteriormente transcrita. Pedimos autorização para fotografar e expor a sua fala na pesquisa. Embora essa moradora não esteja formalmente inserida dentre os entrevistados da pesquisa, não poderia deixar de mencionar esse saber que perpassa a vivência de todos os moradores do quilombo.

Nessa época, 22 de setembro de 2022, a escola de Furadinho estava funcionando temporariamente como sede das escolas nucleadas e os funcionários cumpriam as 40 horas semanais de trabalho lá, já que a escola que viria a funcionar como sede ainda estava sendo construída. Mesmo com todo o tempo de atuação na comunidade, a professora e na época também gestora, Ana, não se posicionou contra o fechamento da escola. Como ela ocupava cargo de confiança, talvez esse tenha sido um dos motivos. A longa trajetória na comunidade e o seu posicionamento a favor do fechamento pesou significativamente e deixou os pais em dúvida sobre o que de fato seria melhor para seus filhos: permanecer com os estudos em Furadinho, ou migrar para outra localidade. O embate ideológico de opiniões divergentes ficou em evidência com os posicionamentos da merendeira e presidente da associação que defendia a permanência da escola no quilombo, bem como o direito de as crianças permanecerem estudando

dentro da comunidade e os da gestora e da coordenadora que defendiam os próprios interesses e os do poder público.

Quando retornamos da casa de Rosimá, fui à casa de farinha de Elvicley Moraes (36 anos). A entrevista foi realizada na própria casa de farinha. Quando cheguei ao local, estavam o proprietário, Elvicley, e o funcionário Arlan. A entrevista foi realizada ali mesmo, enquanto ele costurava a boca dos sacos de farinha. O ambiente estava tranquilo, havia farinha torrando no forno, mas os rodos girando não faziam barulho. Depois ele foi me mostrando todas as etapas da feitura da farinha. Solicitei autorização para usar as imagens dos equipamentos que compõem a casa de farinha.

Logo após, entrevistei Jaqueline Moraes (27 anos). Ela estava na casa da mãe, que fica ao lado da casa de farinha de Elvicley, seu irmão. A entrevista dela ocorreu na área externa, em uma sombra na frente da casa. Cumprimos todos os protocolos das entrevistas. Quando estava me despedindo, ganhei de presente alguns quilos de farinha recém feitos, além de massa fresca para fazer bolo. Agradei a cordialidade.

Em seguida, me dirigi à casa de Gildete França (53 anos), filho do Sr. José, para entrevistá-lo. Ele estava me aguardando. Quando cheguei, estava no terreiro nos fundos da residência passando um creme massagador nas costas do pai para aliviar as dores. A entrevista foi nesse local, embaixo de uma grande árvore de aroeira, onde havia um banco de madeira, no qual nos sentamos. Ele explicou os cuidados que tem com o pai e seus problemas de saúde. Ambos residem juntos. Apresentei os termos e os motivos da entrevista, mas ele já estava ciente, pois havia acompanhado o processo no dia em que entrevistei seu pai. Havia vários animais domésticos no terreiro: cachorro, galinhas, galos e pintinhos. Quando terminou a entrevista, entreguei uma lembrança, uma manta, ao Sr. José. Ele abriu o pacote e agradeceu.

1.1.3.6 Sexto momento na comunidade – roda de conversa

Em 13 de maio de 2023, às 14h realizamos uma roda de conversa¹⁰ com um grupo de pessoas da comunidade. O encontro foi previamente agendado com os dirigentes da comunidade, conforme o convite para o encontro no Apêndice F. Estiveram presentes minha orientadora, professora Dra. Ana Elizabeth, a professora

¹⁰ A roda de conversa foi uma estratégia utilizada para a participação da comunidade. O tema inicialmente proposto serviu de inspiração para convidar a comunidade e ao mesmo tempo suscitar reflexões e discussões sobre as dificuldades vivenciadas por esses moradores. Foi um momento singular de partilha por meio da interação entre professores e moradores. Os participantes se sentiram à vontade para expressar livremente suas opiniões. A escuta e a participação possibilitaram a compreensão mais ampla das situações enfrentadas em Furadinho.

Dra. Marisa Santos acompanhada de seu esposo, o professor Dr. Janderson Carneiro, como palestrante convidado e membros da comunidade. As fotos desse encontro também podem ser vistas no Apêndice F. Quando chegamos, as pessoas já estavam nos aguardando na Igreja Católica. Eu me encarreguei de fazer as apresentações do grupo de professores que me acompanhava aos membros e representantes da comunidade. Em seguida, passei a palavra ao professor Dr. Janderson que conduziu a palestra. Além do tema alcoolismo, proposto inicialmente, outros temas surgiram durante o encontro como o uso de medicamentos caseiros, o fechamento da escola, rezas e benzimentos. Homens e mulheres da comunidade se mostraram receosos em falar principalmente das rezas e dos benzimentos, mas outros participaram abertamente. Foi uma tarde proveitosa, embora o clima estivesse bastante quente. Quando terminamos, oferecemos um lanche a todos os participantes (melancia, banana, cachorro-quente, biscoito de goma, pimentinha, bolos, refrigerantes e sucos). Os lanches mais apreciados foram o cachorro-quente e a melancia. Depois, em homenagem ao Dia das Mães, que seria celebrado no dia seguinte, ofereci um brinde simbólico, um pano de prato, a todos os convidados. O lanche foi um momento de maior interação e, a partir desse encontro, estabeleci maior proximidade com outras pessoas da comunidade. Neste dia, recebi o convite para um casamento que ocorreria em 17 de junho de 2023. A festa está descrita na seção 6.

1.1.3.7 Sétimo momento na comunidade – velório de D. Madalena, uma de nossas entrevistadas em 2021

No dia 15 de maio de 2023, recebi a notícia do falecimento de D. Madalena, uma das nossas entrevistadas em 2021. Nesta data, retornei à comunidade para acompanhar o velório e pude perceber como se dão relações de solidariedade, de ajuda mútua e como o trabalho coletivo, muitas vezes invisibilizado, e outras práticas existentes, conforme descrito na seção 6. No cemitério, Daniela me mostrou os túmulos mais antigos. Tentei observar se havia alguma descrição como nome, ou data, mas as marcas estavam ilegíveis. As fotos estão no Apêndice G.

1.1.3.8 Oitavo momento na comunidade – participação na festa de casamento

Participar da festa de casamento, em 17 de junho de 2023, no quilombo de Furadinho foi imprescindível para observarmos todo o trabalho coletivo e solidário que envolveu o evento. A celebração constitui uma tradição de ajuda mútua e cooperação

que perpassa gerações e na qual as pessoas se sentem felizes em ajudar os vizinhos, amigos e parentes. A esse respeito Thompson (1981, p. 194) salienta que:

Os valores não são ‘pensados’, nem ‘chamados’; são vividos, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem as nossas ideias. São normas, regras, expectativas, etc. Necessárias e aprendidas (e ‘aprendidas’ no sentimento) no ‘habitus’ de viver; e aprendidas, em primeiro lugar, na família, no trabalho e na comunidade imediata. Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida e toda produção cessaria.

Estar presente e acompanhar todo o festejo do casamento, conforme descrito na seção 6, foi crucial para entender que, mesmo com todas as contradições sociais e o elevado custo de realização de um casamento, solidariedade e ajuda mútua fazem toda a diferença na hora de efetivar a cerimônia. Do ponto de vista da pesquisa, o evento adquire sentidos e valores por meio da cooperação no trabalho coletivo que fazem os moradores driblarem as dificuldades que lhes são impostas pela vida material, num cenário no qual a união e a colaboração desenvolvem importantes papéis.

1.1.3.9 Nono momento na comunidade – participação na Festa do Bom Jesus

Em 06 de agosto de 2023, fui para a Festa do Bom Jesus na comunidade. No Apêndice H está o *folder* com toda a programação das três noites de novenas e do dia Festivo do Bom Jesus. Como não tive condições de estar nas novenas, compareci apenas à festa e lá pude acompanhar a procissão no largo da comunidade, os preparativos para a entrada na igreja do padre, do cortejo com a imagem do Bom Jesus, bem como dos crismandos e dos que seriam batizados, juntamente com seus padrinhos e pais. A igreja estava lotada de pessoas da comunidade, de localidades próximas, bem como de amigos e convidados. Fotografei as pessoas no evento tanto dentro da igreja, quanto do lado externo. Foi nesse momento que percebi que a comunidade tem forte ligação com a criação de gado ao acompanhar a passagem de um rebanho na frente da igreja. A presença do rebanho denota que há, na comunidade, também a criação de gado, embora este não seja o meio principal de produção da existência entre os nossos entrevistados.

As memórias dos saberes do trabalho de vaqueiro foram descritas na seção 6 com base nas minhas experiências vividas enquanto pertencente a uma comunidade tradicional e nas memórias e histórias contadas pelo meu pai, meus tios e meus avós.

Outra festa consagrada na comunidade é a Festa da Cavalgada Quilombola de Furadinho. Em 2023, no 14º ano do evento, ela ocorreu entre os dias 30 de setembro e

01 de outubro. A festa deixou de ser realizada em 2020 e 2021 por conta da Covid-19, mas, em 2022, ela retornou ao calendário de atividades festivas da comunidade. O evento mobiliza pessoas da comunidade e de localidades vizinhas, patrocinadores e um grupo de trabalhadores voluntários que atua na organização das atividades. Na seção 6 descrevemos esse evento, que se consolidou na cultura da comunidade nessa nova reconFiguração dos modos de vida.

1.1.4 Moradores do quilombo de Furadinho entrevistados na pesquisa

Segue o quadro dos sujeitos da pesquisa que deram voz para que a comunidade saísse do anonimato não somente no meio acadêmico, mas também nos meios político e social. Todos os entrevistados têm, em suas vivências, experiências no trabalho agrícola e nas casas de farinha, exceto a professora Ana Fernandes.

Quadro 1 - Moradores do quilombo de Furadinho entrevistados na pesquisa entre 2021 e 2023

Entrevistado	Idade	Data da entrevista	Ocupação
Luzimar de Deus Santos	54 anos	02/07/2021	Trabalhou com o plantio da mandioca na infância. Empregada doméstica em Vitória da Conquista, casada, filha de D. Madalena.
Madalena Maria de Jesus	96 anos	02/07/2021	Trabalhou com o plantio da mandioca. Aposentada, casada, benzedeira, toda a trajetória de vida no quilombo de Furadinho.
José Ferreira da França	94 anos	02/07/2021	Trabalhou com o plantio da mandioca. Aposentado como trabalhador rural, viúvo, toda a trajetória de vida no quilombo de Furadinho.
Gildete de Oliveira França	53 anos	22/09/2022	Trabalha com o plantio da mandioca. Trabalhador rural, solteiro, filho de Sr. José, toda a trajetória de vida no quilombo de Furadinho.
Judite Santos	79 anos	02/07/2021	Trabalhou com o plantio da mandioca. Aposentada como trabalhadora rural, viúva, casou-se com morador da comunidade, há mais de sessenta anos que mora na comunidade.

Robelia Alves Mota Rocha	57 anos	22/09/2022	Trabalha com o plantio da mandioca. Embora exerça outras atividades, merendeira e Presidente da Associação, reside no quilombo há mais de 30 anos.
Ana Fernandes dos Santos	61 anos	22/09/2022	Não exercer atividade agrícola. Professora/gestora, solteira, mora em Vitória da Conquista.
Jaqueline Lima Moraes	27 anos	22/09/2022	Trabalhou na infância no plantio da mandioca. Solteira, Estudante de Engenharia Florestal, mora em Vitória da Conquista. Nasceu no quilombo.
Elvicley Lima Moraes	36 anos	22/09/2022	Trabalha com o plantio da mandioca e é proprietário de casa de farinha, casado, mora na comunidade. Nasceu no quilombo.

Fonte: Diário de campo da pesquisa.

Os elementos que compõem as memórias dos moradores acerca do trabalho, dos saberes do trabalho e de sua relação com a educação oferecem os subsídios para pontuarmos, nas seções que compõem esta tese, os dados que contribuem para o processo de (des)estruturação dos modos de vida. Contudo, não podemos nos esquecer de que o fenômeno sob o qual ora nos debruçamos faz parte de uma conjuntura social mais ampla, em que pese a subordinação desses elementos ao modo de produção capitalista.

1.2 Categorias de conteúdo e conceitos fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa

As categorias de análise¹¹ que nos auxiliam a responder tal problemática são: trabalho, saberes do trabalho e modos de vida. Entendemos que não há como analisar as transformações que se manifestam na produção da vida material e social desses trabalhadores e dessas trabalhadoras sem integrar tais conceitos.

É por meio do trabalho que o ser humano dá um salto ontológico contornando determinações puramente instintivas e biológicas e realizando ações pensadas e

¹¹ Compreendemos as categorias de análises, segundo Maria Cecília de Souza Minayo (2007, p. 178), como aquelas “que retêm, historicamente, as relações sociais fundamentais, servindo como guias teóricos e balizas para o conhecimento de um objeto nos seus aspectos gerais”.

planejadas, resultado da inteligência humana. Nessa direção, Marx (2013, p. 255) conceitua trabalho no sentido ontológico como:

[...] um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.

É por meio do trabalho que homens e mulheres adquirem os meios necessários para suprir suas necessidades, produzem saberes e desenvolvem suas potencialidades. Ao mesmo tempo em que modificam a natureza, em um movimento cíclico, são por ela também modificadas.

Seguindo essa mesma acepção, Suzana Albornoz (2012) define trabalho como uma atividade determinada, orientada à transformação, mesmo que, muitas vezes, seja penosa. A autora apresenta como o trabalho foi se resignificando dentro das temporalidades históricas e adquirindo significações em outras línguas¹², assim como no português falado no Brasil. No português, há *labor* e trabalho. Embora na palavra trabalho encontremos ambas as significações: atividade que, “dê reconhecimento social e permaneça além da tua vida; e a de esforço rotineiro e repetitivo, sem liberdade, de resultado consumível e incômodo inevitável” (ALBORNOZ, 2012, p. 9), a autora destaca a importância do trabalho para transformações diversas na sociedade e salienta dois tipos de trabalho: o intelectual e o físico.

[...] o homem trabalha quando põe em atividade suas forças espirituais ou corporais, tendo em mira um fim sério que deve ser realizado ou alcançado. Assim, mesmo que não se produza nada imediatamente visível com o esforço do estudo, o trabalho de ordem intelectual corresponde àquela definição tanto quanto o trabalho corporal, embora seja este que leve a um resultado exteriormente perceptível, um produto concreto ou uma mudança de estado ou situação. (ALBORNOZ, 2012, p. 11).

O primeiro é responsável por propiciar transformações na sociedade por meio da invenção tecnológica, enquanto o segundo é responsável por executar as atividades as quais são designados. A autora apresenta a importância da ação do trabalho humano

¹² O latim distingue entre *laborare*, a ação de *labor*, e *operare*, o verbo que corresponde a *opus*, obra. Em francês, é possível reconhecer, pelo menos, a diferença entre *travailler* e *ouvrer* ou *oeuvrer*, sobrando ainda o conteúdo de *tâche*, tarefa. Assim também, *laborare* e *operare* em italiano; e *trabajar* e *obrar* em espanhol. No inglês, salta aos olhos a distinção entre *labour* e *work*, como no alemão, entre *Arbeit* e *Werk*. (ALBORNOZ, 2012, p. 8).

para a transformação do espaço social em que vive, bem como para a transformação de toda a sociedade.

No campo religioso, o trabalho constitui a capacidade de o ser humano honrar a si e a Deus no cumprimento das tarefas que lhe são impostas. A perda de tempo é o principal de todos os pecados. A riqueza é louvável, o que se condena é o gozo (ócio e sensualidade). Ao longo do processo histórico aparece como vontade divina a divisão de homens e mulheres em classes e profissões (ALBORNOZ, 2012, p. 54-55).

Por sua vez, Maria do Carmo Brant de Carvalho (2012, p. 41) traz a vertente da objetivação do trabalho predominante na atualidade.

O trabalho deixa de ser uma atividade vital, criadora, prazerosa, para se tornar um mero meio de subsistência. O trabalho perdeu seu valor. Resta apenas o emprego e este é escasso no mundo tecnológico moderno, criando uma nova cisão alienante: os empregados passam a ser encarados como privilegiados, os não empregados como marginais. Mas mantém-se a afirmação básica de Marx: o homem percebe o trabalho como algo alheio e externo a ele. O trabalho alienado não só produz mercadorias como produz o próprio homem como mercadoria.

O trabalho passa a ser instrumento de dominação e opressão, perdendo todas as suas qualidades afetivas, criadoras, integradoras dos saberes construídos historicamente nos seios familiar e social, para transformar-se em uma relação entre estranhos, na qual o individualismo e a competição preponderam. Todas as decisões políticas, econômicas, culturais, religiosas, educacionais e existenciais ficam sob o controle da classe dominante.

O processo pelo qual o trabalho é convertido em trabalho assalariado e a força de trabalho em mercadoria permite a acumulação do capital. Pelo processo de expropriação no qual trabalhador é privado da propriedade da terra e dos meios de produzir ele se vê obrigado a dispor da única mercadoria que possui: sua força de trabalho. A necessidade do mercado por mão de obra faz emergir essa massa flutuante de pessoas que se move de acordo com os interesses do capital. A mercadoria só pode ser vista do ponto de vista de sua quantidade e qualidade. A relação quantitativa intercambia valores de uso de um tipo por valores de uso de outro tipo e a qualidade determina o seu valor. O valor da força de trabalho do trabalhador é determinado pelo tempo de trabalho necessário à sua subsistência (mantê-lo vivo) em condições normais de vida. A tendência geral dos preços da mão de obra tende a cair pelo grande número de trabalhadores desempregados e pelas pressões do capital para aumentar, ao máximo, a mais-valia, tendendo a reduzir o salário do trabalhador sempre ao mínimo (ENQUITA, 1993).

A grandeza do trabalho é medida pela quantidade de duração e tempo. As principais unidades de tempo utilizadas para medir o trabalho são: horas e dias. O valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho gasto na sua produção, ou seja, o tempo socialmente necessário à produção da mercadoria em graus médios de habilidade e de intensidade e em condições normais (MARX, 1985).

O trabalho é responsável pela construção de nossa humanização e pode ser visto como um elemento emancipador, ou como instrumento de submissão e escravização. Na forma como a sociedade atual é organizada, ao comprar a força de trabalho, aquele que detém o capital utiliza-a de acordo com seus interesses para produzir bens com valor de mercado. Ao capitalista que compra a força de trabalho interessa-lhe produzir valor, assim, o processo de consumo da força de trabalho é um processo de produção de mercadorias e de excedentes. Quando a força de trabalho do trabalhador já não produz o esperado pelo capitalista ela é, automaticamente, substituída. Nessa relação capitalista, o trabalhador assalariado já não se percebe como produtor do seu trabalho, pois ele se constitui como ínfimo fragmento de um processo total que ele não domina.

Por outro lado, no trabalho do pequeno agricultor familiar há um domínio completo de todas as etapas do processo de trabalho. Os saberes adquiridos desde a infância no convívio com os familiares se expressam em experiências vividas no trabalho, pois o trabalhador possui todo o controle, desde o momento certo para limpar a terra, plantar, controlar as pragas e colher. O trabalhador mobiliza a sua força física, bem como, a sua capacidade intelectual e criativa. Manter essa forma de produção se configura como uma forma de resistência ao sistema perverso de desenvolvimento capitalista (KUENZER, 1995).

O trabalho agrícola familiar é subjetivo e determinado pelas condições naturais em que o aprendiz aprende com a parentela nas atividades diárias do campo. Ele é limitado ao contexto da fazenda ou roça, conforme foi por diversas décadas anteriores a nossa, e ainda persiste em algumas comunidades tradicionais. Por outro lado, o aprendizado hoje ocorre de forma ampla sobre o que é produzido socialmente (contexto universal) nas suas possibilidades, contradições, materialidade, para assim compreendermos o que é possível produzir em termos de ideias, saberes e conhecimentos no trabalho.

A categoria trabalho na perspectiva ontológica é primordial para compreendermos o próprio ser humano, sendo condição indispensável para a sobrevivência de homens e mulheres. Desse modo, Dermeval Saviani (1996a, p. 152) explicita que:

À medida que determinado ser natural se destaca da natureza e é obrigado, para existir, a produzir sua própria vida, é que ele se constitui propriamente enquanto homem. Em outros termos, diferentemente dos animais, que se adaptam à natureza, os homens têm que fazer o contrário: eles adaptam a natureza a si. O ato de agir sobre a natureza, adaptando-a as necessidades humanas, é o que conhecemos pelo nome de trabalho. Por isso podemos dizer que o trabalho define a essência humana.

O trabalho é a condição de existência do ser humano, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação entre o ser humano e a natureza e, portanto, da vida humana. Por meio das experiências vividas no trabalho, a pessoa apreende, generaliza e universaliza os saberes que detém por meio do uso da linguagem articulada. Esse movimento expressa a condição mediadora do desenvolvimento histórico do ser humano em cada formação social e as maneiras como os atos de trabalhar e educar ocorrem nesse processo; logo o trabalho é um ato educativo (SAVIANI, 2013). Dessa forma, o princípio educativo do trabalho na relação entre seres humanos e natureza pode ser visto como uma relação dialética.

Os fundamentos ontológicos e históricos da relação trabalho e educação referem-se ao processo produzido e desenvolvido ao longo do tempo pela ação dos próprios seres humanos. Com o desenvolvimento da produção, algumas pessoas se apropriaram dos meios de produção o que levou à divisão do trabalho e, conseqüentemente, à apropriação privada da terra e à divisão das sociedades em classes. O controle privado da terra possibilitou aos proprietários viverem do trabalho alheio. As relações sociais ao longo de todo o processo histórico são revestidas por relações de troca, produção, reprodução, distribuição e consumo que, por sua vez, revestem-se de constantes transformações no processo de produção da vida. O trabalho, em determinados contextos, pode ser visto como um meio alienante, mas, por outro lado, pode ser visto como elemento historicamente necessário à libertação. Para Saviani (2007, p. 155), “o que garante a existência humana é a educação, ou seja, o homem forma-se homem, pela produção e pelo processo educativo. O trabalho define a essência humana”.

Os saberes do trabalho como categoria da pesquisa registram a aplicabilidade de práticas coletivas de trabalho passadas de uma geração a outra por meio da linguagem no processo de trabalho no dia-a-dia de homens e mulheres, o que pressupõe a existência de aprendizagem que permeia todo o processo de trabalho. O saber é produzido no interior das relações sociais, conforme Kuenzer (1988, p. 15) “é a produção coletiva dos homens em sua atividade real, enquanto produzem as condições

necessárias à existência através das relações que estabelece com a natureza, com os outros e consigo mesmo”.

Os saberes do trabalho estão estruturados em relações sociais nas quais os sujeitos aprendem a partir da interação com os objetos, o tempo, a linguagem, os lugares, as pessoas e as situações de trabalho. É um processo contínuo de interações com o mundo, com o outro e consigo mesmo.

No processo de produzir os saberes do trabalho no campo, os trabalhadores e trabalhadoras “constroem vínculos estreitos com a natureza concebida como parte integrante do ser-do-campo”. Os modos de vida são determinados pela cronologia dos ciclos naturais, “o que lhes confere um acervo de conhecimentos que se materializa em sistema de uso e manejo dos recursos naturais” (FISCHER; CORDEIRO; TIRIBA, 2022, p. 195). As autoras constroem as premissas, sistematizadas a seguir, para melhor explicar o que são saberes do trabalho. Elas foram utilizadas nesta pesquisa como fio condutor.

Premissa 1 – Os saberes se constroem e são frutos das relações sociais de produção da existência humana. Portanto, não são neutros. [...]

Premissa 2 – Saberes da experiência vivida do trabalho associado e saberes científicos são conhecimentos que demandam mútuo e contínuo reconhecimento e problematização. [...]

Premissa 3 – Aprender como os saberes do trabalho associado se manifestam requer apreender mediações, contradições, particularidades e singularidades dos espaços/tempos onde eles se constroem. É preciso deixar o objeto ‘falar’. [...]

Premissa 4 – As experiências de trabalho associado em rede contribuem com a compreensão e a produção de saberes acerca da totalidade social onde se inserem. [...]

Premissa 5 – Constituindo-se como mediação, determinados procedimentos de pesquisa favorecem o diálogo entre conceito e evidência interrogada acerca dos saberes do trabalho associado, contribuindo para reafirmar os modos de vida no campo [...]. (FISCHER; CORDEIRO; TIRIBA, 2020, p. 200-206).

A produção de saberes do trabalho ocorre em diferentes espaços, seja no trabalho agrícola familiar, fruto da tradição transmitida de uma geração a outra pela ancestralidade, seja na agroecologia, ou no trabalho associado, autogestionário e solidário. A transmissão ocorre por meio da interação entre os trabalhadores e as trabalhadoras envolvidos.

A categoria modo de vida, por sua vez, é essencial na análise do tratamento do problema que envolve esta pesquisa. Lia Tiriba (2021, p. 410) define o conceito de modo de vida como

[...] a necessidade de elencar as condições objetivas-subjetivas da existência humana, o que requer como fundamento empírico a

apreensão de suas raízes históricas. Nessa perspectiva, analisa a vida familiar, as formas de subsistência, as representações mentais, as relações de trabalho, a solidariedade e outras formas de sociabilidade que, ao longo do processo de expansão capitalista, vão conformando e transformando a vida [...].

Os modos de vida correspondem às múltiplas dimensões que envolvem a vida material e simbólica permeada por formas de sociabilidade e reciprocidade. A autora chama atenção para não cairmos em duas armadilhas: a primeira, levar em consideração apenas a perspectiva cultural do modo de vida, desvinculando-a das condições materiais de vida; a segunda, considerar apenas a perspectiva econômica “estabelecendo uma rígida fronteira entre infraestrutura e superestrutura e, portanto, entre economia e cultura (como se a vida pudesse ser organizada em polos dicotômicos)” (TIRIBA, 2021, p. 411-412). A pesquisadora elenca várias perguntas que contribuem para a apreensão do modo de vida em comunidade. Dessa forma, é importante destacar

Mediados pelo trabalho, que relações homens e mulheres estabelecem com a natureza? Qual o objetivo do trabalho? O que produzem e como produzem? Para que e para quem trabalham? Existe exploração do trabalho? Como são as relações de convivência no trabalho e em âmbito comunitário? Quais os critérios para distribuir os frutos do trabalho? Que sentidos são atribuídos ao trabalho de produção da vida? Quais são as tradições, os costumes, as crenças e os valores que orientam a vida comunitária? Como a religiosidade se manifesta? Que relações estabelecem com o tempo de trabalho e com o tempo de ócio? Que relações estabelecem com a natureza e com o território onde produzem sua existência? Tendo como referência as unidades domésticas, quais são os parâmetros de qualidade de vida? O que dizem as crianças, os jovens e os adultos sobre a vida em comunidade? O que desejam para si, seus familiares e demais moradores? Quais são os saberes do trabalho? O que a vida ensina? O que a escola ensina? Quais as mediações do capital na conformação das maneiras de fazer, sentir e pensar a vida em comunidade? E em relação ao Estado? Quais são os conflitos, as dificuldades, os desafios e as formas de luta para preservação da vida em comunidade? (TIRIBA, 2021, p. 415).

Essas perguntas, por meio do fio condutor da memória, vão traçando um percurso para compreendermos o modo de vida no quilombo de Furadinho. Assim como os elementos mediadores desta pesquisa que “vincula mútua e dialeticamente momentos diferentes de um todo” (CURY, 1989, p. 43). Os quais corroboram para compreendermos o modo de produzir a existência e outros espaços de produzir a sociabilidade. A memória, a experiência, a educação, o território e a comunidade são instrumentos que se articulam com as categorias de diferentes formas no conjunto das manifestações de práticas de trabalho individuais e coletivas da comunidade estudada.

Por outro lado, implica uma conexão dialética de tudo o que existe, uma busca de aspectos afins, manifestos no processo em curso. A distinção existente entre esses aspectos oculta uma relação mais profunda que é a fundamentação nas condições gerais da realidade. (CURY, 1989, p. 43).

A memória é um elemento mediador que perpassa toda a pesquisa. Ela exige esforço e quando é recordada, significa que houve uma mobilização, de alguma forma, de algo que tem significado, ou que precisa ter um significado. Conforme Halbwachs (2004), a memória é inteligibilidade. Não recordamos o passado tal qual aconteceu, há todo um processo de recomposição para que haja a constatação, ou mesmo a avaliação do que foi. Fazemos correlações com o passado, principalmente, a partir do presente daquilo que nós sabemos que é possível que tenha ocorrido. Quando vamos buscar a memória, lançamos mão dos recursos que dispomos, inclusive o conhecimento, e o grau de inteligibilidade é acessado de acordo com o grau de escolaridade da pessoa e dos grupos sociais que ela faz parte. A recordação se dá a partir de um ponto resplandecente que se multiplica à medida que amplia nossa memória (HALBWACHS, 2004, p. 146).

A experiência é um elemento mediador entre as categorias de análise, porque enriquece os saberes produzidos nas relações de trabalho. A consciência atua de volta sobre o ser, assim como o ser é pensado, também o pensamento é vivido. A consciência social nesse sentido é experiência. Homens e mulheres durante suas trajetórias sofrem interferências de uma série de fatores devido à convivência em grupos sociais e vão, continuamente, refazendo suas experiências. O conceito de experiência nesta tese fundamenta-se em Thompson (1981), na obra **A miséria da teoria ou um planetário de erros: crítica ao pensamento de Althusser**, na qual a experiência resulta de um acúmulo de vivências histórico, material e cultural e é transmitida e aprendida nas relações sociais.

A experiência compreende uma resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou grupo a muitos acontecimentos inter-relacionados. [...] A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo. (THOMPSON, 1981, p. 15-16).

A valorização da experiência é imprescindível para o estudo do trabalho, dos saberes do trabalho e dos modos de vida. É preciso considerar a experiência nas diversas esferas da vida, nas quais o ser humano interage – no trabalho, na família, na vida social, na relação com o outro e com o grupo social – para compreendermos que a experiência, mesmo individual, faz parte da experiência coletiva e nesse processo se

transforma na memória coletiva do grupo. O que faz com que homens e mulheres se situem, de certa maneira, frente ao material à luz da cultura.

A educação, como elemento mediador entre as demais categorias, é o meio que o indivíduo possui para ter acesso aos processos educativos historicamente instituídos. A educação escolar é um desses processos. “O trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 2013, p. 13), mas não é o único. Existem outros processos educativos igualmente importantes para a formação do ser humano, como os advindos das práticas diárias de trabalho.

O território, nesta pesquisa, é um elemento de poder econômico, político, social e cultural, lugar determinante de forças e resistências dos modos de vida da comunidade. Nesse sentido, o conceito de território que trazemos como central na nossa pesquisa é apresentado por Valdir Roque Dallabrida (2006, p. 161), que define território como:

[...] uma fração do espaço historicamente construída através das inter-relações dos atores sociais, econômicos e institucionais que atuam neste âmbito espacial, apropriada a partir de relações de poder sustentadas em motivações políticas, sociais, ambientais, econômicas, culturais ou religiosas, emanadas do Estado, de grupos sociais ou corporativos, instituições ou indivíduos.

Nessa acepção, território é compreendido como espaço delimitado e controlado, pelo qual se exerce determinado poder, muitas vezes visto como poder político do Estado, mas outras formas de poder coexistem. O território é produto cultural marcado pela apropriação do imaginário e pela valorização simbólica de um grupo sobre o espaço; é econômico sendo produto de embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho; é ainda o lugar da ancestralidade, do nascimento, do vivido em que as memórias carregam um sentimento de pertencimento ao território.

A comunidade é um elemento mediador que perpassa toda a pesquisa. Embora a expressão venha sendo utilizada para designar diversos tipos de agrupamentos, nesta pesquisa, ela é compreendida centralmente como comunidade quilombola. Nesse sentido, a comunidade quilombola é constituída por um grupo de pessoas que possuem um sentimento de pertencimento ao território, irmanados pela ancestralidade histórica e cultural e que partilham de condições semelhantes no modo de produzir a existência. Primam por práticas de trabalho coletivo de ajuda mútua, nas quais a solidariedade e a reciprocidade estão presentes em um viver voltado para o bem comum.

O Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA (2017, p. 4) compreende comunidade quilombola de acordo com o Artigo 2º do Decreto 4.887/2003. Ela é definida, portanto, como “grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.

1.3 Estrutura do Trabalho

Organizamos a estrutura da tese que ora se apresenta levando em consideração a empiria constituída por meio das memórias dos moradores entrevistados buscando refletir “sobre modos de vida que convivem persistem e/ou resistem à lógica da acumulação flexível do capital” (ALVES; TIRIBA, 2018, p. 137). Em observância ao questionamento levantado e aos objetivos desta pesquisa, os nossos esforços visam contemplá-los no decorrer das próximas seções.

Na Seção 2, denominada **Memórias: fio condutor dos saberes do trabalho**, trazemos uma discussão teórica em torno da memória coletiva por se tratar de uma construção social na comunidade. Assim, as contribuições de Maurice Halbwachs (2006) sobre memória coletiva constituem um referencial imprescindível para os estudos em comunidade. Orienta-nos também a observância dos marcos de ancoragem da memória (espaço, família, religião, linguagem e trabalho) na obra *Los marcos sociales de la memoria*, de Halbwachs (2004). Esses marcos constituem determinantes históricos de ancoragem da memória capazes de desvelar os modos de vida no quilombo de Furadinho. As memórias, como fio condutor da pesquisa, visam nos aproximar dos saberes que emergem das práticas econômicas e culturais alicerçadas nos valores de solidariedade e ajuda mútua. A memória, mediada pela experiência humana, individual e coletiva, norteiam o objeto de estudo. A memória abrange campos diversos do conhecimento e nos amparamos nos fundamentos teóricos de Maurice Halbwachs (2004; 2006), como também nos de: Jacques Le Goff (1990), Elsa Peralta (2007), Fentress e Wickham (1992), Namer (1987), Pierre Nora (1993), Pollak (1989) e Montesperelli (2004).

Na Seção 3, intitulada **Trabalho e resistência: formação de territórios quilombolas**, revisitamos o processo de colonização do país e os seus antecedentes históricos para realizar uma breve contextualização da propriedade fundiária no Brasil, a qual impedia o acesso de pobres e ex-escravos à terra, favorecendo a grilagem de terras

de pequenos sítios por latifundiários. Realizamos também uma reflexão sobre o processo de formação dos quilombos no Brasil, para contextualizarmos a comunidade quilombola de Furadinho. Abordamos o processo de formação desse quilombo, seu reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares e sua luta pela demarcação territorial. Subsidiaram nossas discussões as pesquisas desenvolvidas por: Brasil (1988; 2006), Halbwichs (2006), Martins (2000), Cintra (2013), Ferraz; Rocha e Aguiar (2014), Carvalho (2013), Albuquerque e Braga Filho (2006), Clóvis Moura (1987), Abdias Nascimento (2002), Laura Souza (2012), Reis e Gomes (1996), Reis (1996), Bahia (2013), Bahia (2011), Silvano Conceição (2016), Minas Gerais (2014), Rosana Baeninger (2014) e Marx (2017).

Em **Memórias dos saberes do trabalho, contribuições da experiência**, na Seção 4, buscamos compreender, por meio das memórias de trabalhadores e trabalhadoras, os saberes do trabalho que se manifestam na produção da vida material e social. Trouxemos da empiria situações que ilustram os saberes do trabalho, os quais envolvem os sujeitos, suas histórias, suas especificidades e suas experiências. Apresentamos as memórias que envolvem os trabalhos no campo, como o de carpinteiro, vaqueiro, costureira, culinário e o trabalho nas casas de farinha. São trabalhos que coexistem e são praticados concomitantemente, por isso a nossa ênfase nessas duas práticas de trabalho: o agrícola e o das casas de farinha. Substanciaram as discussões os teóricos: Acácia Kuenzer (1988), Bernard Charlot (2000), Bombassaro (1993), Thompson (1981), Saviani (2013), Schwartz (2010), Vendramini (2006), Viana (1982) e Stolcke (1994).

Na Seção 5, em **Trabalho e as dificuldades de acesso à educação escolar**, buscamos a articulação entre o arcabouço teórico e a empiria para analisar de que forma as memórias do trabalho no campo e nas casas de farinha manifestam as experiências vividas nos modos de produzir a existência. Fizemos uma breve explanação sobre o modo de produção familiar subsistente na comunidade. Trouxemos também reflexões sobre as dificuldades de acesso à educação escolar no quilombo e abordamos o poder das forças ativas do capital que culminaram no fechamento da única escola da comunidade. Divulgamos os dados referentes ao nível de escolaridade no quilombo de Furadinho e discutimos a migração como elemento desestruturante dos modos de vida. Referenciamos nas pesquisas de Martins (1981; 1997), Netto e Braz (2012), Thompson (1981), Jamil Cury (1989), Acácia Kuenzer (1988), Célia Vendramini (2006) e Saviani (2007; 2013; 2018).

Por fim, na Seção 6, intitulada **Modo de vida e o sentimento de pertencimento ao território**, procuramos retratar, por meio das memórias de homens e mulheres do quilombo de Furadinho, o modo de ser e viver em comunidade permeado por relações sociais que primam pelo trabalho coletivo de ajuda mútua. Ressaltamos a importância das relações familiares e de vizinhança na constituição dos modos de vida e de trabalho. O modo de viver no quilombo remete ao simples, conforme ilustram as fotografias dos objetos, do ambiente e das pessoas. As formas de resistência constituem um ponto forte na comunidade retratadas por meio do trabalho coletivo voluntário na festividade do casamento, nos velórios e nos leilões solidários. Contudo, a comunidade sofre pressões das forças ativas do capital, que atuam no sentido de desestruturar os valores culturais e religiosos, ainda que pese a resistência. Contamos com as pesquisas de Isabel Guerra (1993), William Souza (2020), Lia Tiriba (2021), Edward Thompson (1981), Martins (2011; 2020), Carvalho (2012), Netto (2012), Engels (2009), Marx (2010), Bilac (2005), Bahia (2013), Stolcke (1994), Halbwachs (2004) e Vieira (2005) para compreender o movimento das transformações que alteram os modos de vida do quilombo.

Por fim, destacamos a compreensão de que as categorias que norteiam esta pesquisa atuam de distintas formas para nos ajudar a entender a complexidade que envolve as relações sociais e de trabalho na comunidade quilombola de Furadinho. O percurso por cada uma das seções vai delineando as trajetórias de luta e resistência desse povo para assegurar seu direito ao território, seu direito a produzir e a manter os seus modos de vida.

2 MEMÓRIAS: FIO CONDUTOR DOS SABERES NO MODO DE PRODUZIR A VIDA

Quando me for levarei um pouco de ti e deixarei
um pouco de mim.
(Charlie Chaplin)

Esta seção visa trazer uma discussão em torno da memória, por entender que a memória é o que torna possível captar os elementos que (des)estruturam os modos de vida. Nesse sentido, a recordação constitui o fio condutor para interpretar o trabalho e a relação com os saberes que se manifestam nos modos de vida na comunidade quilombola de Furadinho.

A memória não é a reprodução exata dos acontecimentos passados, há sempre algo que pode ser omitido, distorcido, pois existem mecanismos hegemônicos para produzir esquecimento e mecanismos para produzir memória. Sejam eles no campo da cultura, das relações sociais, ou individuais.

A memória que guardamos das relações não é apenas individual, faz parte da memória de um grupo. Nesse sentido, torna-se necessário, nesta tese, trazer uma discussão em torno da memória coletiva por entendermos que ela constitui um importante aporte teórico para os estudos da memória em comunidades, uma vez que assegura a permanência e a durabilidade do grupo no tempo e no espaço.

As obras de Maurice Halbwachs (2004) se tornaram célebres para os estudos da memória de grupos. *Los marcos sociales de la memoria*¹³ começa a ser escrito em 1921 e vai ser publicado em 1925. Essa obra surge em um contexto muito específico de construção da teoria da memória, que marcou toda a Europa nos finais do século XIX. Nela, Halbwachs (2004) questiona por que a história está sendo tão valorizada em um determinado tempo histórico e qual o papel da memória nesse percurso. O autor também discute sobre os quadros de referências constituídos socialmente pelos indivíduos, nos quais a memória se ancora nos princípios da moral e da ética encontrados no cerne da família, dos grupos religiosos e nas classes sociais. Nesse período, o tema começa a ser

¹³ A obra *Los marcos sociales de la memoria* (Os marcos sociais da memória, em livre tradução) debate com vários autores para confirmar seu pensamento. Mesmo sendo incompreendido e refutado por outros teóricos, Halbwachs transita por outros campos de conhecimento para afirmar que a memória é mais importante que a história, pois a memória está viva. Enquanto houver pessoas vivas, haverá memória. Ele utiliza as ideias de Durkheim para afirmar que a memória é produto de uma coerção da sociedade, surgindo à ideia de memória social. Outros debates apontam críticas a Halbwachs ao ter se isentado nas discussões, em seus textos, sobre as contradições sociais advindas dos conhecimentos dele sobre o marxismo.

amplamente debatido por pesquisadores de diversas áreas. Halbwachs toma a discussão do ponto de vista sociológico, aproxima memória da história, da psicologia e da filosofia e inclusive dialoga com Bergson, que fora seu mestre.

Outra obra de salutar importância desse mesmo autor é **A memória coletiva**¹⁴ (2006) que agrega importantes contribuições para o estudo da memória no sentido de assegurar que a memória individual é uma reestruturação da memória coletiva que permeia o grupo no qual o indivíduo esteja inserido.

Como o nosso interesse é pela reconstrução da memória de homens e mulheres do quilombo de Furadinho acerca do trabalho, dos saberes do trabalho e dos modos de vida, somos impelidos a buscar nas memórias dos moradores as experiências que emergem nas práticas de trabalho, que, por sua vez, refletem o modo de vida dessa comunidade. Apropriar-nos dos estudos de Halbwachs para recuperar a memória coletiva dos saberes latentes nas práticas cotidianas dessa comunidade foi primordial, uma vez que os modos de vida de cada comunidade estão ancorados nos marcos basilares, nos quais os grupos expressam seus valores, suas tradições, situações econômicas e a forma de se relacionarem com outros grupos.

Para Halbwachs (2004), a memória, a rigor, é a vivência recuperada por meio de elementos presentes na atualidade e que perdura na consciência do grupo. Os moradores mais antigos da comunidade trazem experiências de vida que se relacionam aos costumes, aos saberes, aos modos de produção e ao trabalho e que não podem ser ignorados. A nossa memória é relacional à nossa amplitude de vida. Nesse sentido, podemos dizer que a criança, inserida nesse contexto, possui uma memória estreita devido a seu pouco tempo de existência, enquanto o ancião que goza plenamente de suas faculdades mentais e intelectuais possui uma ampla memória. Dessa maneira, a memória é uma releitura das relações sociais que envolvem um conjunto do que foi e do que é, trata-se de uma reconstrução do passado. As recordações estão na memória do indivíduo e se ancoram nos marcos de referências que são sociais.

Para Halbwachs (2004, p. 141), a evocação, o reconhecimento e a localização seguem em ordem como fases sucessivas. Ao evocar as memórias para reconhecer uma pessoa, sentimos necessidade de localizar essas recordações e nos perguntamos a qual grupo essa pessoa pertence e, em seguida, averiguamos de onde provém a ordem para reconhecê-la. Localizar as recordações garante alto grau de precisão ao que é recordado.

¹⁴ Publicada pela primeira vez em 1950, essa obra é composta de quatro seções, foi traduzida para o português por Beatriz Sidou.

Nesse sentido, o ato de rememorar leva a recuperar, mas não temos condições de recuperar tudo e essa é uma crítica que Halbwachs fez a Bergson. O que dominamos é o ato de pensar, de recuperar racionalmente, não é uma consciência pura. Contudo, Halbwachs (2004) concorda com Bergson (1999) quando considera que existe também o reconhecimento imediato desde o momento em que somos apresentados a determinadas imagens, sem que esse reconhecimento esteja acompanhado de algum tipo de reflexão.

Estruturamos essa seção em duas partes: na primeira parte trazemos um diálogo sobre os marcos de ancoragem (HALBWACHS, 2004), nos quais a memória se apoia para recuperar as lembranças. Os marcos são definidores da nossa memória, portanto da nossa constituição como ser social. Visto que a memória não é tal qual o recebido, ela também se modifica de acordo as circunstâncias. Nesse sentido, os marcos oferecem certa estabilidade à memória, por serem referências para as relações que estabelecemos. Discutiremos a abordagem de Halbwachs, mas isso não quer dizer que não possamos ampliar o nosso olhar sobre a memória trazendo a contribuição de outros autores.

Na segunda parte, dialogamos com autores em torno da memória tentando mostrar que a memória social abarca tanto as memórias coletivas grupais, quanto as memórias individuais. Trazemos os pontos de vista de pensadores das ciências sociais, da filosofia e da história, como Émile Durkheim, Gérard Namer, James Fentress e Cris Wickham, Elsa Peralta, Eric Hobsbawm, Jacques Le Goff, Michael Pollak e Montesperelli que demonstram pontos divergentes em relação a Halbwachs, que não teria levado em consideração a memória individual. Embora Halbwachs tenha apontado, sim, que há uma memória individual, que o indivíduo tem a sua própria percepção e que, mesmo estando sozinho, está acompanhado das relações sociais, chegando afinal à memória mais plena que é a memória da sociedade vigente.

2.1 Memórias da comunidade: marcos de ancoragem

O interesse pelo estudo das memórias dos trabalhadores e das trabalhadoras do quilombo de Furadinho nos direciona a observar a obra *Los marcos sociales de la memoria*, de Halbwachs (2004), já que ela se trata de uma referência imprescindível nos estudos da memória coletiva em comunidades. Os marcos são alicerces para compor as categorias analíticas e nos ajudam a entender como funciona a dinâmica dessa comunidade. A memória é prioritariamente social, resultado das relações que envolvem

um conjunto do que foi e do que é. A memória não é uma transposição, é uma reconstituição do passado. Para Halbwachs (2004), a memória não existe fora dos marcos sociais, dessa forma, ainda que de forma breve, destacaremos a importância dos marcos tempo, linguagem, lugar, família, religião e trabalho para a nossa pesquisa.

Quando se trata do tempo, nos quadros sociais da memória, ele vai adquirir uma acepção diferente da dada ao tempo da história (ontológico, real e cronológico), pois no tempo social há uma multiplicidade de tempos conviventes, pessoas de diferentes épocas convivem, inclusive, no mesmo espaço. Embora existam diferenças entre o tempo histórico e o tempo social, não temos como separá-los. O primeiro se interessa pelo que passou, o segundo pelo que ficou, ou seja, pelo que ainda permanece vivo na memória das pessoas.

De acordo com Halbwachs (2006, p. 139), além do tempo social, universal há outros que, paralelamente, atuam para atender determinadas especificidades dos grupos e comunidades. O calendário escolar pode variar de uma região para outra para contemplar o período de chuvas e de colheitas; o calendário religioso considera as peculiaridades de cada religião; o agrícola analisa o tipo de plantio, época do ano e região; o industrial define as melhores estratégias para cada período do ano e assim por diante.

A constituição de cada um desses calendários obedece às convenções culturais dos grupos. Tanto que, nos primórdios da constituição da vida social, os calendários estavam ainda muito atrelados ao campo religioso, as feiras aconteciam em dias sagrados para a religião, bem como o compromisso para saldar uma dívida.

No campo, o tempo se divide de acordo com a ordem de ocupação das coisas. É preciso esperar a chuva para plantar, o feijão brotar, o horário de apartar as vacas, as galinhas colocarem seus ovos, ou seja, a natureza animal e vegetal impõe a cronologia temporal. As comunidades de um modo geral possuem saberes das experiências materiais, reais que são na verdade heranças adquiridas ao longo do tempo nas práticas de trabalho e vão sendo transmitidas às novas gerações por meio dos conhecimentos que são armazenados na memória.

A linguagem oral é essencial nesta pesquisa, porque é a partir dela que é feita a transmissão dos saberes, dos costumes e das tradições que permeiam o modo de viver e de produzir dos moradores. A reconstituição da memória do grupo se dá por meio do relato de experiências e histórias vividas. Dar ouvidos aos trabalhadores e às trabalhadoras de Furadinho significa tirá-los da invisibilidade, mostrar seus potenciais, seus saberes, suas crenças e seus valores. Significa assegurar-lhes o direito à cidadania.

Historicamente, a memória negra foi recuperada como uma coisa folclórica (o samba, o candomblé, a capoeira, as comidas), mas a sua voz foi silenciada, seus saberes, ignorados.

A linguagem é um marco salutar para evocar as lembranças para que o povo negro possa ser protagonista de suas próprias memórias e de sua própria história. É relevante destacar que qualquer alteração na linguagem dificulta a recordação de qualquer natureza, conforme nos adverte Halbwachs (2004, p. 84).

[...] Si la pérdida o alteración del lenguaje les dificulta evocar o reconocer recuerdos de cualquier naturaleza, en tales casos podemos señalar que la memoria depende de la palabra. Y dado que la palabra únicamente es posible en el interior de una sociedad, al mismo tiempo, podemos demostrar que, en la medida que el hombre deja de estar en contacto y en comunicación con los demás, se encuentra en menor capacidad de recordar. Si bien se puede plantear, en primer lugar, si la afasia, entendida como la pérdida de los recuerdos de las palabras, que se apoya en los recuerdos de los sonidos que las evocan o que las expresan, en los caracteres impresos que las traducen, o en los movimientos de las manos por medio de los cuales las escribimos, ocasiona o no un problema o una disminución de la inteligencia, precisamente si, al mismo tiempo que olvidamos las palabras, no devenimos incapaces, al menos en parte, de pensar y encadenar nuestras ideas siguiendo las convenciones admitidas alrededor nuestro.

A memória está relacionada ao ato de inteligibilidade. Quando a capacidade da linguagem é afetada de alguma forma nos tornamos, de certo modo, incapazes, mesmo parcialmente, de nos comunicar, de relacionar ideias e pensamento por meio das normas que representam o sistema linguístico da sociedade. A memória é um acúmulo relacional é uma recomposição experiencial de informações contínuas e descontínuas por meio de mecanismos que estão no presente. À medida que o ser humano interrompe seu contato e sua comunicação com os outros, torna-se também menos capaz de se lembrar. Assim Halbwachs (2004, p. 104) conclui, ratificando que “as convenções verbais constituem o marco mais elementar e mais estável da memória coletiva.”

De acordo com Magalhães (2018), pensar na experiência social e na forma como ela pode ser recuperada implica discutir as formas e os conteúdos de como ela é transmitida e mantida ao longo do tempo. As experiências sociais representam uma força material capaz de mobilizar e de retirar lições fundamentais conforme as necessidades de cada contexto. A linguagem oral tem exercido forte influência na transmissão de memórias e experiências sociais de grupos. Quando uma pessoa passa por um acidente, ou desenvolve *Alzheimer*, por exemplo, o outro não é reconhecido, há uma dificuldade de relacionar. Sem a memória, perdemos os quadros de referência,

perdemos as experiências vividas nas relações sociais e nas coletividades e ficamos à parte dos grupos. É por isso que Halbwachs diz que o indivíduo sozinho não pensa. A linguagem como forma de expressão da memória precisa ser reificada de acordo com o contexto, a análise, fazendo o cotejamento com outras fontes, documentos para que a linguagem tenha respaldo na memória social (HALBWACHS, 2004).

O lugar (localização) é um marco salutar da memória. O lugar para as comunidades quilombolas é o seu território de origem. Existe toda uma aura afetiva, econômica, cultural e religiosa que envolve o território. O lugar da ancestralidade, onde a pessoa nasceu, cresceu, onde estão enterrados os seus entes queridos, onde cada um ganha o sustento de sua família, onde vivem, moram, trabalham, aprendem saberes, cultuam a fé, se reúnem e confraternizam.

Se o que vemos hoje toma como lugar no quadro de referências de nossas lembranças antigas, inversamente essas lembranças se adaptam ao conjunto de nossas percepções do presente. É como se estivéssemos diante de muitos testemunhos. Podemos reconstruir um conjunto de lembranças de maneira a reconhecê-lo porque eles concordam no essencial, apesar de certas divergências. (HALBWACHS, 2006, p. 26).

O lugar oferece certa estabilidade à memória, na medida em que as modificações nos lugares acontecem de forma mais lenta. Essa relação com os fatos, o lugar e com os outros potencializa as lembranças. Nesse sentido, Halbwachs (2004, p. 141) salienta que “não existe reconhecimento algum que não se inicia na localização e de onde não se misturem reflexões mesmo na forma de pontos de interrogação.” A localização dá certa estabilidade quando uma pessoa prova que foi em determinado lugar que ela se encontrou com alguém e vivenciou certos acontecimentos. A memória coletiva depende das relações que são estabelecidas nos grupos, do contexto social em que se vive, assim como do lugar e do tempo em que os fatos ocorreram. “Nossa casa, nossos móveis e a maneira como são arrumados, todo o arranjo das peças em que vivemos, nos lembram nossa família e os amigos que vemos com frequência nesse contexto” (HALBWACHS, 2006, p. 157).

A estabilidade do lugar canaliza o fluxo do pensamento, de impressões, o lugar supõe ordem, duração, um esforço de verdade. O ambiente material no qual vivemos traz a nossa marca e a de outros. No casamento há um expansionismo simbólico que não se resume apenas ao espaço da igreja, mas a todos os espaços relacionados à preparação do ritual, os quais constituem uma unidade que envolve toda representação desse evento simbólico. Os eventos simbólicos são lugares repositórios de memória.

A escola é um lugar repositório de memórias. Mesmo nas comunidades em que ela tenha sido fechada, a memória dos rituais, dos eventos e de outros acontecimentos permanece viva na comunidade.

Da mesma forma, os templos religiosos são lugares de memória das cerimônias (batizados, crismas, casamentos, festas, novenas), inclusive a própria disposição dos objetos no ambiente corrobora na reconstituição da memória. Halbwachs (2006) destaca que a memória religiosa, composta por tradições, remete a lugares que existiram desde os primeiros séculos da era cristã e que perduraram na consciência e na imaginação religiosa.

Dessa forma, a religião¹⁵ constitui o quarto marco social. A memória religiosa prima pela tradição por meio de lugares específicos, de templos religiosos e de formatos simbólicos. O ideal ético que orienta as pessoas não existe, pelo contrário, a religião promove a violência hegemônica, a confrontação e a intolerância. A memória religiosa não permite liberdades, nem negociações, são quadros conflitivos e excludentes. Sua conflitualidade interna se deve à separação entre os quadros intelectuais da memória religiosa que se separaram entre os que permitem uma memória dogmática e os quadros representativos por imagens que remetem à memória mítica. O autor cita a religião católica como exemplo que não deixa nenhum espaço para as relações de reciprocidade entre conceitos e imagens.

En resumen, en el cristianismo, como en toda religión, debe diferenciarse los ritos de las creencias. Los ritos consisten en un conjunto de gestos, palabras, objetos litúrgicos, fijados en una forma material. Desde esa perspectiva, los Textos Sagrados tienen un carácter y no han sido modificados desde sus Orígenes. Se los recita literalmente en el curso de las ceremonias, se entrelazan íntimamente con las prácticas del culto. La recitación de los Evangelios, las epístolas, las oraciones tiene el mismo valor que una genuflexión, una oblación, un gesto de bendición. El rito es quizás el elemento más estable de la religión, puesto que se refiere a procedimientos materiales reproducidos de modo permanente, siendo los rituales y el estamento sacerdotal los que le aseguran la uniformidad a través del tiempo y del espacio. En sus comienzos, los ritos responden a la necesidad de conmemorar un recuerdo religioso; por ejemplo, en los judíos la fiesta pascual, y en los cristianos la comunión. Los feligreses de los primeros tiempos, en el momento que celebraban el rito comprendían su sentido original, es decir, tenían un recuerdo inmediato del acontecimiento que reproducían para esos momentos, ritos y creencias se funcionaban en cualquier caso, coincidían abiertamente. A medida que se alejaba de sus Orígenes, puede admitirse que lo esencial del rito permanece tal como era originalmente. (HALBWACHS, 2004, p. 256).

¹⁵ No posfácio de *Los marcos sociales da memória*, Namer (2004) considera que a religião é na sua integridade uma memória.

A memória coletiva religiosa é uma memória simbólica desde as origens da civilização e constitui muitas vezes a síntese do conflito entre culturas opostas. A supremacia da religião católica sobre as religiões de origem africana é nítida na comunidade quilombola de Furadinho. A maioria das famílias é católica, seguida de evangélicos. As que possuem menos integrantes são as religiões de matriz africana.

La diferencia de los marcos sociales da la memoria familiar, los marcos sociales da memoria religiosa no permiten ni libertades ni negociaciones. Ellos son por definición unos marcos conflictivos y exclusivos. La conflictividad interna en los marcos de la memoria religiosa es debida a la separación entre esos marcos intelectuales que remiten a la memoria dogmática y los marcos representados por imágenes que remiten a la memoria mística. (NAMER, 2004 *apud* HALBWACHS, 2004, p. 392).

Do ponto de vista de Halbwachs (2004), há uma tensão presente nas grandes religiões, nos dogmas puros e na perspectiva mítica relacionada às experiências dos indivíduos. A tradição religiosa é um lugar de memória, na medida em que cada grupo religioso visa recuperar as tradições que dão sustentação a uma memória que dure. O grupo religioso precisa acreditar em sua estabilidade e permanecer fiel às suas tradições, preservar a ilusão de não mudança.

As religiões de matriz africana são vítimas do preconceito de outros grupos religiosos que deturpam os seus princípios e as relegam a uma posição de inferioridade, como uma coisa ruim, pejorativa. A intolerância e o preconceito estão presentes nas vivências e nas memórias de seus membros.

Outro marco de grande relevância para a memória é a família, tanto que, sempre se recorre para justificar determinados fatos ou acontecimentos pessoais. Conforme Halbwachs (2004, p. 180), a memória familiar é uma reiteração de outras memórias coletivas, visto que, existem regras pré-estabelecidas que definem as relações entre pais e filhos, marido e mulher, crianças e adultos, entre outras. Sendo este um espaço de maior dominação do sistema social hierárquico é o lugar onde o indivíduo começa sua experiência com o resto do mundo e é reconhecido por suas habilidades pessoais.

Los recuerdos familiares se desarrollan, a decir verdad, en muchos terrenos diferentes, en las conciencias de los diversos miembros del grupo doméstico: aun cuando están juntos, con mayor razón cuando la vida los mantiene alejados, cada cual se acuerda a su manera del pasado familiar común. Estas conciencias siguen siendo impenetrables en ciertos aspectos entre ellas, aunque solamente en algunos aspectos. A pesar de las distancias que interponen entre ellos la oposición de temperamentos y la variedad de las circunstancias, del hecho de que han estado confundidos en la misma vida cotidiana, y que entre ellos hay intercambios de impresiones y opiniones, han estrechado vínculos de los que sienten a veces muy intensamente la resistencia, cuando

más se esfuerzan por romperlos; los miembros de una familia se dan cuenta que en ellos los pensamientos de los demás han hecho crecer ramificaciones que no se puede comprender la representación, en su conjunto, sino con la condición de aproximar todos esos pensamientos y, en cierto modo, reunirlos. (HALBWACHS, 2004, p. 175-176).

O grupo familiar interfere principalmente na socialização da memória como marco social coercitivo, na recuperação de acontecimentos, de fatos e de valores. Os valores familiares são repassados para os filhos desde a infância e vão ficando na memória de cada um. Há de certa forma uma pressão para a preservação desses valores. No casamento de pessoas de famílias diferentes vai ocorrer um entrecruzamento de culturas. Nesse caso, é preciso analisar para saber como essa nova família se constituirá e se manterá dentro dessas novas relações. A família se fortalece em virtude dos marcos sociais. A memória não é tal qual o recebido, ela também se modifica de acordo com as circunstâncias, mas também pode colocar sob o crivo esse mesmo marco. Memória é inteligibilidade e está relacionada com o presente.

As análises sobre trabalho nesta pesquisa ultrapassam Halbwachs, mas não podemos esquecer que esse autor trata o trabalho como um marco social que define as classes sociais e suas tradições. Ao longo de toda a história, as relações de trabalho envolvendo a população negra no Brasil foram marcadas por relações de exploração, conflito e discriminação que perduram ainda hoje em alguns lugares. As formas de resistência desses povos se expressam, essencialmente, na luta diária pela manutenção da terra, na labuta para continuarem existindo e mantendo a reprodução da unidade familiar, ou ainda na recriação de outras formas de organização social que se contrapõem à forma capitalista preponderante. Indubitavelmente, o trabalho é o elemento essencial para a sobrevivência do ser humano.

A próxima subseção visa dialogar com outros autores do campo da memória que trazem importantes contribuições para a pesquisa em comunidades. Nossos entrevistados, ao rememorar as experiências de trabalho, deixam aflorar os saberes utilizados nas práticas de trabalho individuais e coletivas presentes nos costumes e tradições da comunidade que convergem com os seus modos de vida.

2.2 Diálogos em torno da memória

O campo de estudo da memória é muito vasto e há um grande debate envolvendo as áreas das ciências humanas, da literatura, das ciências naturais. Trata-se de uma tentativa de mostrar que a memória não é somente de ordem biológica, mas

também é social, filosófica, política, artística. O ato de recordar, para diversos autores do século XIX, configura-se como ato individual. Destacamos, nesse contexto, os trabalhos de Henri-Louis Bergson (1859-1941), Sigmund Freud (1856-1939) e Friedrich Nietzsche (1844-1900). Esses autores não deram ênfase à dimensão social da memória, mas sim às suas manifestações conscientes e inconscientes, ressaltando a vontade, a inibição, a repressão, o afeto, o trauma e o ressentimento como mecanismos que incidem sobre a memória do indivíduo.

Nas ciências sociais, na filosofia e na história autores como Émile Durkheim, Gérard Namer, James Fentress e Cris Wickham, Elsa Peralta, Eric Hobsbawm, Jacques Le Goff, Michael Pollak e Paolo Montesperelli tratam das teorias da memória. Nesta subseção, aprofundamos a discussão em torno da memória, pois compreendemos que ela, em sentido amplo, é um conjunto de relações, está no ser humano e nesse círculo de teorias do conhecimento que se inter-relacionam. A memória é tão relacional que, embora estejamos vivendo a época da chamada sociedade moderna do ponto de vista histórico, do ponto de vista do cotidiano ainda temos um conjunto de relações sociais muito baseadas em tradições e religiões, fato que podemos observar no campo empírico.

Émile Durkheim¹⁶ (1858-1917) foi um psicólogo, filósofo, cientista político e sociólogo francês do século XIX e para ele o termo representação surge do conceito de consciência coletiva. Para esse autor, a consciência coletiva tem a capacidade de se perpetuar inalteravelmente por gerações, o que diverge da consciência individual, que depende da situação em que a pessoa se encontra. Desse modo, a consciência coletiva é constituída na convivência dos grupos, remetendo assim a ideia de memória coletiva à de memória social. A noção de **Representações individuais e representações coletivas** permitiu a Durkheim (1970) defender que a memória não pode ser vista somente pelo aspecto biológico, mas precisa ser analisada pela dimensão do vivido, das experiências vividas. Seu equívoco foi desprezar a questão do relacionamento entre a consciência individual e a coletiva, que os indivíduos constroem.

Por sua vez, outros autores já vão se posicionar na defesa de que a constituição da memória se dá dentro do grupo, dentre esses autores podemos citar Gérard Namer (1987), que aprofunda algumas ideias de Halbwachs quando fala no antagonismo e no caráter relacional da memória, na dimensão de negociação e de conflito subjacente a

¹⁶ Em 1893 ele publicou sua tese de doutoramento, intitulada *De la division du travail social*, estudo em que aborda a interação social entre os indivíduos que integram uma coletividade maior: a sociedade. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/durkheim-1-a-divisao-do-trabalho-social.htm?cmpid=copiaecola> Acesso em: 05 fev. 2021.

todo processo de construção da memória. A dimensão social da memória foi tratada por James Fentress e Chris Wickham (1992), em sua obra *Memória Social*. Os autores consideram e utilizam a memória social para contrapor a memória dos indivíduos. Para esses autores, “as nossas recordações pessoais e até o processo cognitivo de recordar contêm na origem muito de social” (FENTRESS; WICKHAM, 1992, p. 08). Criticam o excessivo destaque que Halbwachs (2006) dá à natureza coletiva da consciência social ao mesmo tempo em que não leva em consideração a relação entre consciência individual e consciência das coletividades que são construídas por esses indivíduos. Fentress e Wickham (1992) optaram pela denominação memória social em detrimento de memória coletiva para evitar que o indivíduo ficasse submisso a um determinismo coletivo. É preciso reconhecer o lado coletivo da vida consciente, mas ao mesmo tempo não podemos esquecer que o indivíduo é um ser ativo e não, simplesmente, um ser obediente à vontade do grupo.

Esse determinismo em sujeitar as memórias individuais aos padrões coletivos também foi criticado por Elsa Peralta (2007), em sua resenha crítica intitulada **Abordagens teóricas ao estudo da memória social**. Para a autora, o indivíduo faz parte de uma coletividade, mas não é um ser passivo desprovido de raciocínio, que apenas obedece à vontade coletiva. Ela afirma que as memórias sociais são construções políticas a serviço do Estado e incoerentes com a ordem social imersa em tensões e conflitos. Peralta (2007) destaca que é necessário ficarmos atentos aos usos e abusos da memória oficial que, muitas vezes, para atender determinadas ideologias políticas, podem corromper a história forjando uma memória que não condiz com a memória das minorias. Tanto que as histórias dos grupos marginalizados na sociedade, seja por aspectos econômicos, sociais, culturais, físicos, ou religiosos passaram vários séculos sem ser ouvidas. Esses grupos são obrigados a constituir a sua memória, porque se contrapõem ao poder instituído. Tal situação é bastante visível na comunidade pesquisada pela quantidade de pessoas que se autodenominam católicas, mesmo sendo praticantes de religião de matriz africana. Elas preferem passar incógnitas e não serem identificadas pelo preconceito que as envolve.

Outra linha de investigação surge no final do século XIX e início do século XX e ficou conhecida como “presentista”. Os principais representantes dessa corrente são Eric Hobsbawm e Ranger (1997) com a obra *The Invention of Traditions*. A obra deu enfoque à dimensão política da memória e por isso também ficou conhecida como “teoria das políticas da memória”. Ela assume que houve estratégias inventadas e

manipuladas de criação da memória por setores dominantes da sociedade para servir aos seus interesses.

Este tipo de investigação foca-se na forma como os monumentos, os museus, as grandes exposições, o cinema, os manuais escolares e os discursos públicos veiculam uma determinada versão do passado, fornecendo bases teóricas especialmente relevantes para a exploração dos meios culturais utilizados por regimes autoritários. (PERALTA, 2007, p. 10).

Essa abordagem traz como premissa o fato de que todas as tradições de alguma forma são inventadas e estão imbricadas nessa relação entre memória e poder, tornando-a relevante para o estudo de qualquer memória social. Hobsbawm (1997) classifica as tradições inventadas pelo Estado com propósito ideológico de “costumes” que visam à legitimação do poder e da autoridade. Nesse sentido, a religião católica pode ser vista como uma tradição imposta ao povo negro que foi proibido de proferir a sua própria fé. O que deve ser ressaltado nessa abordagem não é o fato das tradições serem inventadas ou construídas, mas a necessidade de legitimar a memória de grupos que caminham à margem da memória oficial e que não tiveram espaço para narrar a memória latente que pulsa em suas veias e que não condiz com a memória oficial. A memória da comunidade quilombola de Furadinho é legítima pela persistência e pela luta desse povo para manter os costumes que se expressam em seus modos de vida, conforme será apresentada na seção 6, **Modos de vida e o sentimento de pertencimento ao território**.

A esse respeito, o historiador Jacques Le Goff (1990), na obra intitulada *História e memória*, ressalta a importância da memória coletiva na disputa das forças sociais pelo poder.

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. O estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento. (LE GOFF, 1990, p. 426).

A classe dominante manipula a memória social para atender os seus interesses. Impõem suas verdades, seus dogmas, seus valores. Promove o silenciamento e o esquecimento da história vista de baixo. A memória da classe subalterna contrapõe a história oficial. Essa memória é carregada de discriminação, sofrimentos e humilhações, mas também de conhecimentos, saberes e tradições que precisam ser legitimados, tanto

pela escrita, quanto pela produção científica. Nesse sentido, o pesquisador precisa ficar atento para perceber o que não foi dito, mas que pode ser percebido na leitura de gestos, do corpo, do olhar, do tom de voz, porque, muitas vezes, aquilo que não é dito remete a uma memória traumática que causa dor, a algo que se deseja profundamente esquecer, mas que não se consegue. As memórias traumáticas são as mais latentes, conforme constatou Freud em suas pesquisas.

Le Goff (1990, p. 428-430) estabelece uma distinção entre história e memória. Para esse autor, a história refere-se a fatos descritos pelos pesquisadores, levando em consideração critérios objetivos e universais nas relações e nas sucessões dos fatos. Por outro lado, na memória coletiva, os fatos são ordenados e descritos de acordo com tradições do grupo, a memória “interessa-se mais particularmente pelos conhecimentos práticos, técnicos, de saber profissional”. Contudo, os historiadores buscam a memória do indivíduo para dizer que é história e seu equívoco consiste em não dizer que há memória dentro de suas concepções, sejam elas história-oral, etno-história, entre outras. A memória transmitida pela aprendizagem sem escrita não é uma memória exata “palavra por palavra”. Nesse caso a aprendizagem não se desenvolve de forma mecânica, automática. A memória coletiva funciona em torno de uma “reconstrução generativa”, atribuindo à memória mais liberdade e mais possibilidades criativas. Ela não se estabelece em torno de uma “memorização mecânica”. Nas sociedades sem escrita, a memória coletiva ordena-se em torno de três interesses: a idade coletiva do grupo que gira em torno de certos mitos de origem; o prestígio das famílias dominantes e o saber técnico que se transmite por meio das fórmulas práticas que estão fortemente ligadas à religião.

A escrita foi uma descoberta significativa para a memória. Conforme evidencia Le Goff (1990), aquilo que não é possível gravar na memória humana pode ser conservado por escrito por meio das letras que duram para sempre. Com o desenvolvimento da escrita, surgem profundas transformações na memória coletiva. As principais são: o armazenamento de informações que permitem marcação, memorização e registro; a passagem da esfera auditiva para a visual, a qual permite reexaminar, reordenar e retificar frases e até palavras. A comemoração e a celebração de um acontecimento por meio de um monumento comemorativo podem ser vistas em diferentes perspectivas de análise. Desde as estelas e os obeliscos no Oriente Antigo, até as estelas com suas múltiplas funções na perpetuação da memória em várias culturas.

Nos templos, cemitérios, praças e avenidas das cidades, ao longo das estradas até ‘o mais profundo da montanha, na grande solidão’, as inscrições acumulavam-se e obrigavam o mundo greco-romano a um

esforço extraordinário de comemoração e de perpetuação da lembrança. (LE GOFF, 1990, p. 433).

A presença de monumentos como marcos de memória de guerra esconde os conflitos e a opressão de grupos étnicos, raciais e religiosos que foram exterminados. A memória vista de cima dissimula as formas de ação arbitrária e manipula a memória social para render homenagens “ao feito glorioso”. Nos cemitérios, a imponência dos túmulos denota a soberania econômica da família. Em alguns países, a visita ao cemitério¹⁷ é roteiro turístico indispensável, porque o lugar é um repositório de memórias dos feitos grandiosos dos que ali foram enterrados. Durante muito tempo a oralidade, a escrita e a memória foram elementos constitutivos da literatura medieval. Na Idade Média era papel da escola unir esses elementos, tanto que o saber estava associado ao decorar (“saber de cor é saber”) e os alunos eram preparados para exercitar e fixar tudo o que liam. A memória era uma aliada da oralidade e da escrita. A partir do século XII, a memória passa a ter uma definição mais ampla, que abarcaria todas as coisas. “A memória é um glorioso e admirável dom da natureza, através do qual reevocamos as coisas passadas, abraçamos as presentes e contemplamos as futuras, graças à sua semelhança com as passadas” (YATES, 1966, p. 255 *apud* LE GOFF, 1990, p. 453).

Outro aspecto relevante para a memória foi a invenção da fotografia que “multiplica-a e democratiza-a, dá-lhe uma precisão e uma verdade visual nunca antes atingidas, permitindo assim guardar a memória do tempo e da evolução cronológica” (LE GOFF, 1990, p. 467). As fotografias constituem arquivos de memória da família, do grupo e da comunidade. Por muito tempo, somente os nobres tinham condições de pagar por esse registro. Na casa dos moradores de Furadinho, as fotografias de filhos e familiares, muitas vezes ausentes, expostas nas paredes demarcam o sentimento de pertencimento àquele território.

Outro autor que deixou importantes contribuições para o campo da memória foi Michael Pollak (1989, p. 04). Em seu livro, **Memória, Esquecimento, Silêncio**, ele destaca a importância das memórias subterrâneas, aquelas pertencentes a marginalizados e minorias e que se opõem à “memória oficial”, ou seja, à memória nacional que, na sua perspectiva de análise, “acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional”. Segundo Pollak, as memórias subalternas, longe de conduzir ao esquecimento, representam resistência à memória oficial, pois essa

¹⁷ Em Buenos Aires, na Argentina, o cemitério é um dos pontos turísticos mais visitados da cidade. O ingresso é vendido em pesos, moeda local.

memória invisibilizada é cuidadosamente transmitida nas relações familiares e de amizade, permanecendo viva na memória coletiva do grupo. As memórias subterrâneas “prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa [...] onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes” (POLLAK, 1989, p. 4).

As memórias das lutas caracterizadas pelo processo de expropriação do território dos povos da comunidade quilombola de Furadinho representam resistência à memória oficial imposta por fazendeiros e coronéis. “Os morador, nós, ficou tudo sem terra, só com uma cercazinha ali... Teve muitas brigas, mais quem tinha dinheiro venceu” (BAHIA, 2013, p. 5).

De acordo com Pollak (1989) as lembranças traumatizantes permanecem vivas e são confinadas ao silêncio, embora sejam transmitidas de uma geração a outra pela oralidade. As memórias silenciadas podem ser vistas como uma forma de resistência aos discursos oficiais. Nesse sentido, a linguagem tende a ser impotente, porque organiza o discurso entre aquilo que o sujeito confessa a si mesmo e o que pode ser transmitido externamente. A memória coletiva subterrânea é dominada por uma memória coletiva majoritária da sociedade que deseja se impor. Essa memória pode contribuir para reforçar a amargura, o ressentimento e o ódio dos dominados. As memórias impostas e defendidas são responsáveis pela perenidade no tecido social.

A memória pode sobreviver ao desaparecimento quando assume a forma de um mito. Esse mito pode ancorar-se numa realidade política, nos referenciais culturais, literários e religiosos. O passado pode ser visto como uma promessa de futuro, ou como um desafio à ordem estabelecida. “Por definição reconstrução *a posteriori*, a história de vida ordena acontecimentos que balizaram uma existência. [...] mesmo no nível individual o trabalho da memória é indissociável da organização social da vida” (POLLAK, 1989, p. 13-14).

Magalhães e Tiriba (2018, p. 10) ressaltam que “a memória é um fenômeno eminentemente social, condicionada por experiências coletivas vividas, herdadas e compartilhadas por grupos sociais e que são apropriadas a partir das necessidades do presente”. O indivíduo como ser social transita em diversas instâncias, pelas quais ele é influenciado e também influencia, seja por seus conhecimentos, suas impressões, seus saberes, ou suas experiências. As experiências históricas construídas nos diversos âmbitos de trabalho envolvem em seu interior as contradições impostas pela

diferenciação dos seres humanos em classe, bem como os processos de mudanças que abrangem as relações de trabalho em que se entrecruzam elementos novos e velhos.

Para Paolo Montesperelli (2004), a memória se ocupa dos usos do tempo pelos indivíduos e pela sociedade, devido à intensa relação entre memória e significado. A memória pode ser vista como um instrumento de interpretação e por isso constitui um importante recurso hermenêutico. O autor assim a define:

Pero sobre las facultades mnemônicas también inciden los significados colectivos e individuales, tanto conscientes como inconscientes. En otros términos, recordar, como cualquier actividad cognitiva, es también atribuir significados: no sólo del pasado al presente, a través de la tradición, sino más bien em dirección opuesta, cuando los procesos de significación confieren al pasado un sentido que concuerda con las necesidades presentes. (MONTESPERELLI, 2004, p. 8).

Esse autor distingue três diferentes funções da memória: a memória como objeto, como limite e como recurso. Na primeira, a memória constitui um patrimônio de cada indivíduo e se exterioriza em objetos perceptíveis pelos outros por meio de narrações, documentos e arquivos. Desse modo adquire maior estabilidade dentro da cultura compartilhada, sendo palco de diversas estratégias de legitimações.

Estas nuevas perspectivas historiográficas se proponen ir más allá de las memorias colectivas que legitiman la historia de los vértices de la pirámide social, de los grandes acontecimientos, de los personajes importantes, de la cultura hegemónica, y que dejan en la sombra a la gente común, a los vencidos [...]. Hacer que su memoria reaflore, devolverle dignidad, permitir que se rememoren putos de vista, ángulos de enfoque distintos a los de la historia oficial, como corrección y complemento de los de esta última, tiene el indudable valor de ampliar la esfera del conocimiento y de responder a la función social de la investigación, que es justamente la de dar voz a quien no la tiene. (MONTESPERELLI, 2004, p. 49).

A memória dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo precisa ser registrada para ganhar visibilidade, suas histórias de lutas, seus saberes e seus modos de produzir a vida. Entendemos, dessa maneira, a relevância social dos estudos que levam em consideração essas memórias coletivas.

Para o autor, memória coletiva é fruto de mediações, sendo ponto de entrecruzamento e integrações entre diversas memórias, nas quais o indivíduo desempenha um papel ativo, a partir do momento em que organiza seu próprio depósito pessoal de informações memorizadas (MONTESPERELLI, 2004).

Na memória como limite, o autor salienta que os erros de memória podem representar potencialidades úteis para reler o passado, para interpretar a sua própria

identidade e para construí-la. Não nos ateremos nos limites da memória, porque não é o nosso foco nesta pesquisa.

Por outro lado, a memória como recurso nos permite ver o visível e interpretar as entrelinhas do invisível. O autor nos assegura que:

La relación cognitiva pasado-presente tampoco es linear, sino circular, en tanto nuestro conocimiento del mundo presente depende de nuestro conocimiento del pasado, que funciona como punto de referencia de nuestra experiencia actual. Si la experiencia de nuestro presente depende de nuestro conocimiento del pasado, aquella, a su vez, contribuye a plasmar la visión de este último. (MONTESPERELLI, 2004, p. 135).

A memória constitui um recurso indispensável para acessar o conhecimento do passado, por ser um ponto de referência para as nossas experiências do presente. A memória exige esforço e quando recordamos significa que nos mobilizamos de alguma forma por algo que tem significado.

Mediante as abordagens apresentadas, ressaltamos a importância da memória como elemento mediador indispensável para acessar as informações inerentes ao trabalho, aos saberes do trabalho e aos modos de vida no quilombo de Furadinho. Nesta seção, revisitamos os marcos sociais que ancoram a memória propostos por Maurice Halbwachs (2004), os quais são imprescindíveis para a compreensão de nosso campo empírico, devido a sua estabilidade e por serem referenciais na recuperação de fatos e situações. Abordamos também visões diferentes das apresentadas por Halbwachs em diversos autores para mostrar que a memória não é somente de ordem biológica e individual, mas ela é também de ordem social, filosófica, política, literária, entre outras. A memória, em sentido amplo, é um conjunto de relações elaboradas pelo ser humano, trata-se de um conjunto de epistemes relacionais.

3 TRABALHO E RESISTÊNCIA: FORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

Na terra que o homem trabalha
Arregaça as mangas, ara.
Adubando com afinco seu sustento
Com honra criando seu rebento.
Homem simples, terra santa
De tão prometida fica esquecida.
Terra mãe, terra vida.
(Genésio Cavalcanti)

O Decreto nº. 6.040 de fevereiro de 2007 que regulamenta a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais apresenta, em seu artigo 3º, parágrafo 1º, a seguinte definição para comunidades tradicionais:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007).

Essas comunidades vivem em estreita relação com a terra, de onde retiram sua subsistência de forma sustentável e vêm lutando pela garantia de seus direitos assegurados constitucionalmente. Rememorar a história de ocupação territorial, as lutas pelo autorreconhecimento e pelo direito de acesso à terra são fundamentais para que os povos se vejam como cidadãos de direitos, conforme preconiza a Constituição Federal. O território como lugar de manifestação de expressões de poder, tanto individuais, como de grupos, expressa valores e modos de vida peculiares.

Fernandes (2004), em sua pesquisa **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**, define território como:

O território é um espaço político por excelência. A criação do território está associada às relações de poder, de domínio e controle político. Os territórios não são apenas espaços físicos, são também espaços sociais, espaços culturais, onde se manifestam as relações e as ideias transformando em território até mesmo as palavras. As ideias são produtoras de territórios com suas diferenças e contraditórias interpretações das relações sociais. (FERNANDES, 2004, p. 27).

O território é o espaço político em diversas escalas, municipal, estadual e federal, mas pode significar também espaços sociais em diferentes dimensões: cultural, política, econômica e histórica. O território envolve diversas relações sociais em sua complexidade espacial, temporal e social. Ele ocupa o lugar central no sentimento de

pertencimento ao lugar, pela ancestralidade histórica, como espaço de luta e resistência às condições materiais contrárias a sua existência.

De acordo com Halbwachs (2006), as relações sociais estabelecidas ao longo da história fazem com que laços afetivos sejam criados nesses lugares repositórios de memórias.

Assim, não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito e não compreenderíamos que seja possível retomar o passado se ele não estiver conservado no ambiente natural que nos circunda. É o espaço, ao nosso espaço – o espaço que ocupamos, por onde passamos muitas vezes, a que sempre temos acesso e que, de qualquer maneira, nossa imaginação ou nosso pensamento a cada instante é capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção, é nele que nosso pensamento tem de se fixar para que essa ou aquela categoria de lembranças reapareça. (HALBWACHS, 2006, p. 170).

O espaço territorial ajuda na manutenção da memória do grupo, na medida em que contribui para o sentimento de pertencimento ao território, pois é nele que são estabelecidas as relações econômicas, culturais, sociais e afetivas¹⁸.

Nesta seção, procuramos observar como trabalho e resistência se articulam no quilombo na busca pelo reconhecimento territorial. As origens da desigualdade social no nosso país remetem ao período Colonial, quando povos negros e indígenas foram submetidos ao regime de escravidão. Ainda hoje, o trabalho de resistência dos descendentes permanece na luta pela demarcação territorial. Para melhor contextualizarmos o nosso campo empírico, organizamos a seção em cinco subseções. Na primeira, ainda que de forma breve, fizemos uma contextualização da propriedade fundiária no Brasil desde o período Colonial com a distribuição das sesmarias, que originou os atuais latifúndios. A promulgação da chamada “Lei de Terras” que impossibilitou o acesso à terra, gerando e aprofundando de forma estrutural os processos de exclusão social.

A seguir, apresentamos como se deu o processo de formação dos quilombos no Brasil. Falamos da fuga como forma de resistência ao regime escravista e da organização em espaços de liberdade, chamados de mocambos¹⁹, quilombos e terras de pretos. Abordamos ainda o Quilombo dos Palmares entendido como a principal

¹⁸ Na subseção 1.2 trazemos a definição de território que melhor contempla o que propomos nesta tese.

¹⁹ “Cabana, palhoça; refúgio de escravos na mata; de quicongo mukambu, cumeeira, telheiro, em alusão à principal característica do tipo de habitação” (MUNANGA, 2012, p. 102). O significado remete à África e está relacionado ao tipo de moradia e ao jeito de viver em acampamento autossustentável.

organização quilombola do país. Os saberes em torno do planejamento territorial do quilombo, das estratégias de defesa e do uso coletivo comum da terra também fazem parte da subseção.

A terceira subseção trata da formação dos quilombos no Estado da Bahia, no século XIX e do enorme contingente de negros que aqui chegaram originários de diversas etnias que deram origem a revoltas espalhadas pelo Estado. O Conde da Ponte destacou-se como latifundiário e pelo poder coercitivo para reprimir qualquer tipo de manifestação. Trazemos também dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), que versam sobre os territórios quilombolas certificados, segundo as unidades da Federação. Da mesma fonte, apresentamos os dados comparativos da população quilombola por regiões do Brasil, pelos quais a região nordeste lidera a lista, sendo a Bahia o estado brasileiro com maior número de pessoas negras no país.

Na quarta, situamos como ocorreu a formação do quilombo de Furadinho, conforme apresentam os registros das memórias dos moradores nos documentos da comunidade. A descendência que se espalhou dando origem a outros territórios quilombolas como a comunidade quilombola de Velame e a comunidade quilombola de Cachoeira dos Porcos, ambos na Bahia. Apresentamos os mapas de localização do quilombo de Furadinho, no município de Vitória da Conquista e no Brasil, bem como o mapa de sua distribuição geográfica, o seu número de habitantes e a distribuição aproximada de seus hectares por famílias. Apresentamos ainda o bioma típico da comunidade, suas principais árvores, os produtos que ali são cultivados, sendo o principal a mandioca.

Na quinta e última subseção, apontamos as relações de poder que emergem nesse território, sem negligenciar a materialidade e a imaterialidade que ali estão imersas, bem como as peculiaridades dessa comunidade levando em consideração as contradições que permeiam esse território, tanto no âmbito de acesso à terra, das lutas pela demarcação do território, quanto no tocante à produção agrícola. Esta, por sua vez, sem os investimentos tecnológicos necessários, vai delineando contornos ao modo de produção capitalista.

3.1 Breve contextualização histórica da propriedade fundiária no Brasil

Quando analisamos a propriedade fundiária no Brasil precisamos revisitar a memória oficial do processo de colonização do país e os seus antecedentes históricos.

Nesse sentido, o advento da expansão marítima europeia, por volta do século XV, teve como principal objetivo buscar novas terras para explorar e novos produtos para comercializar na Europa, bem como, expandir o cristianismo (catolicismo). Essa expansão deu origem a marcos históricos importantes no apogeu dos chamados “grandes descobrimentos”, dentre eles, a chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil, em 1500, que demarca o início da colonização portuguesa.

Com o intuito de explorar a colônia portuguesa, algumas medidas foram tomadas pelo sistema administrativo, dentre elas: as capitanias hereditárias concedidas por D. João III entre 1534 e 1536, que consistiu em dividir o litoral brasileiro em quinze faixas de terras distribuídas entre doze donatários²⁰ que assumiam a responsabilidade de administrar, ocupar, explorar, proteger e desenvolver as terras economicamente. O sistema de distribuição das sesmarias (lotes de terras menores não cultiváveis pelas capitanias) garantiu a exploração vegetal e mineral do território, já dividido em capitanias hereditárias. As capitanias asseguravam a posse da terra e poderiam ser passadas de pai para filho e, por isso, foram chamadas de hereditárias. Os donatários precisavam pagar um imposto para a coroa correspondente a 10% da produção da capitania e possuíam respaldo para escravizar indígenas e posteriormente negros africanos (CINTRA, 2013).

De acordo com José de Souza Martins (2000), em **A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira**, a coroa cedia, por meio das sesmarias, a posse da terra para uso. A posse e o domínio (propriedade) eram situações distintas. A posse de terras utilizáveis era diferente do direito de domínio, que continuava pertencente ao rei. Tanto que a coroa poderia transferir a posse das terras não utilizadas, como descreve Martins (2000, p. 665):

O regime sesmarial e, portanto, a posse útil da terra extensa apenas completava o direito sobre pessoas cativas. Durante toda a Colônia, por isso mesmo, manteve o rei o domínio sobre a terra separando domínio e posse, e fazendo da posse mera e transitória concessão da Coroa. Abandonada ou mantida inculta, em curto período caía em comisso e retornava ao domínio do soberano para que fosse novamente concedida a outrem.

²⁰ Comerciantes e pessoas da pequena nobreza de Portugal que tinham boa relação com a Coroa portuguesa. “Esses ‘donatários’ se comprometiam a povoar, desenvolver, defender e administrar os territórios em nome da Coroa, sob pena de perder as terras. Um legado importante do sistema de capitanias foi a proliferação de uma série de *sesmarias*. Trata-se, essencialmente, de áreas extensas, no interior das capitanias, que foram sublocadas a terceiros pelos donatários (FAUSTO, 1997; MOTTA, 2009). [...] E isso transferiu para as futuras gerações uma estrutura fundiária dualista, de terras subutilizadas em forma de latifúndio e de terras super utilizadas em forma de minifúndio, bem como uma formação social altamente estratificada” (WELCH, 2012, p.144-145).

Nesse período, não havia o título oficial de proprietário, as terras podiam ser confiscadas e invadidas. As terras desocupadas poderiam ser apossadas, sendo permitido morar nelas e plantar e colher. Essa prática, deu origem a outra categoria de habitantes, os chamados “posseiros”²¹ que constituíam uma população desprovida de recursos.

Assim como posse e domínio possuíam significados distintos nas sesmarias, a mesma coisa ocorria com a palavra fazenda, que até o século XIX possuía um significado diferente do que conhecemos hoje. “[...] Fazenda eram os escravos, as joias, as moradias e construções, as alfaias das capelas domésticas, os objetos feitos pela mão do homem, os escassos móveis, o vestuário, os produtos da colheita, o gado, os engenhos, as ferramentas, etc.” (MARTINS, 2000, p. 666). Enquanto que, com a Lei de Terras, fazenda passou a ser equivalente à mercadoria, objeto de compra e venda, sendo sinônimo de propriedade fundiária.

De acordo com Martins (2000), no país, no contexto das transformações do século XIX, motivados pelas pressões internas e externas, novos decretos foram promulgados. No cenário externo, as pressões dos países industrializados (França e Inglaterra) para expandir seu mercado consumidor, força o país a abrir os portos às nações amigas, já que até então predominava o monopólio comercial entre a colônia e a metrópole, conformado pelo Pacto Colonial Português. Já no cenário interno, o país passa por profundas transformações políticas e econômicas com a vinda da Família Real para o Brasil que culminam, no campo político, com a Proclamação da Independência em 1822. Desde a independência, D. Pedro I suspendeu a concessão de terras por sesmarias, o que deixou incerta a posse de terras no país. As pressões internas para a regulamentação das terras eram grandes e contribuíram para que a situação fundiária tivesse amparo legal, na perspectiva capitalista que vê a terra como uma mercadoria. Com a promulgação da Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como Lei de Terras, novas medidas são implantadas, tais como: a invasão e a ocupação de terras tornaram-se um ato ilegal; altos impostos passaram a ser cobrados aos pequenos produtores para regularização das terras; posseiros de grandes extensões de terras foram

²¹ “Posseiro é o lavrador pobre, que vende no mercado os excedentes agrícolas do trabalho familiar, depois de ter reservado uma parte da sua produção para o sustento da sua família. [...] Como não possui o título de propriedade da terra em que trabalha, raramente tem acesso a crédito bancário, à assistência agrônômica, ou a qualquer outro tipo de apoio que lhe permita aumentar a produtividade do seu trabalho. É importante saber que, a rigor, o posseiro não é um invasor da propriedade de outrem” (MARTINS, 1981, p. 104). “[...] Esses posseiros, muitas vezes, eram expropriados pelas grandes unidades produtivas, em busca de terras para sua expansão” (MEDEIROS, 2012, p. 447).

regularizados; altos preços estabelecidos para as terras públicas colocadas à venda impediram que os pobres e ex-escravizados se tornassem proprietários; a lucratividade aos donos das sesmarias foi assegurada ao vender pedaços de terra. A terra assume *status* de mercadoria comercializável por meio da compra e venda, o que favorece latifúndios e constitui o regime atual de propriedade.

A lei de terras trouxe sérias consequências para o país, dentre elas podemos destacar: impediu que trabalhadores pobres e ex-escravos tivessem acesso à terra, obrigando-os a trabalhar nas grandes propriedades perpetuando a exploração; favoreceu a grilagem de terras de pequenos sítios por latifundiários; colaborou para o aumento da violência na disputa de terras no campo.

Hoje, a propriedade da terra e a renda fundiária definem os ritmos e os modos da ocupação do país, da expansão de suas fronteiras econômica e demográfica internas, da mentalidade que se nutre e da possibilidade de tomar posse do território, de espoliar o índio e o posseiro, de instituir a propriedade privada da terra e uma concepção do privado a ela relacionado. (MARTINS, 2000, p. 666).

Essas formas de exploração do capital contribuem para a acumulação de terras, o monocultivo, a produção em larga escala e o agronegócio e constituem um total descaso com os povos de comunidades tradicionais que são espoliados de suas terras. Essa espoliação vem sendo apoiada pelas instâncias governamentais desde o período colonial.

O período pós-colonial foi marcado pela luta da classe dominante contra o camponês através de mecanismos que inviabilizavam a pequena produção, bem como pela expropriação de suas terras e pelo confronto armado que gerou o extermínio de muitos camponeses (LEITE, 2015).

Em todos os períodos históricos do Brasil as desapropriações de pequenos trabalhadores tinham por objetivos desmobilizar os trabalhadores do campo impedindo que mudanças estruturais se efetivassem no país. O Estatuto da Terra, assim como a Lei da Reforma Agrária vieram cumprir uma função ideológica ao implantar uma perspectiva de reforma agrária que seria viabilizada pelo Estado e que possibilitaria terras a amplos segmentos de camponeses e quilombolas em constantes processos de expropriação (LEITE, 2015).

A demanda de processos abertos para a demarcação territorial de terras (quilombolas, camponesas, indígenas, ribeirinhas, pantaneiras, de pescadores, entre outras) em todo país é enorme. Devido à morosidade do sistema, os processos não têm avançado o que favorece elites dominantes permitindo que permaneçam com os títulos territoriais, extraindo os recursos

naturais, obtendo renda diretamente da produção. A esse respeito Martins (1981, p. 163) destaca que

[...] a propriedade da terra dá direito ao seu titular de extrair uma renda diretamente da produção, sem a necessidade e intermediários. É quando o camponês paga ao senhor o direito de trabalhar em suas terras com alguns dias de trabalho; ou então entregando-lhe diretamente uma parte da sua produção; ou ainda convertendo essa parte da produção em dinheiro e entregando-o diretamente ao proprietário. Nesses três casos de renda pré-capitalista em trabalho, em espécie e em dinheiro, o próprio produtor entrega diretamente nas mãos do proprietário o excedente que este reclama como pagamento pela utilização da terra. Esse pagamento tem o caráter de um tributo pessoal de cada trabalhador ao senhor de terras.

Atualmente, as ações governamentais vêm atuando no sentido de facilitar o crédito público para o agronegócio, o que motiva a classe dominante a buscar formas de expandir suas fronteiras no meio rural. Em contrapartida, vêm invisibilizando os pequenos produtores que cultivam os alimentos básicos que compõem a mesa dos trabalhadores, sendo a mandioca e seus derivados um dos principais itens desde o período colonial, principalmente, para o povo nordestino.

Horácio Martins de Carvalho (2013) aponta dados referentes à expansão do capital sobre as pequenas propriedades agrícolas no país.

Os dados estatísticos sobre imóveis rurais obtidos pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA para os anos de 2003 e 2010 evidenciam que a concentração da terra em grandes propriedades é um caminho que se reafirma historicamente no Brasil. De 2003 a 2010 as grandes propriedades ampliaram a área total dos imóveis desse estrato em 104 milhões de hectares. O aumento nesse período do número desses imóveis foi de 18.052 unidades, sendo bem provável que essa expansão da área total das grandes propriedades tenha sido consequência do avanço da fronteira agrícola. (CARVALHO, 2013, p. 33).

Os dados apresentados por Carvalho (2013) reafirmam a posição desenfreada do agronegócio que nega a reprodução social e econômica aos povos tradicionais, os quais estabelecem com a terra um vínculo afetivo, que, atrelado ao meio de produzir a existência, coaduna com seu modo de vida. A prática de (des)territorialização pela expansão do capital desagrega não apenas valores econômicos, mas valores morais, éticos e culturais pela usurpação de seus saberes, pela exploração da mão de obra dos trabalhadores, pela degradação do meio ambiente e pelo saber negado historicamente aos pequenos produtores desde a constituição do período colonial.

3.2 Formação dos quilombos no Brasil: saberes do trabalho em torno do uso coletivo da terra

Nesta subseção, buscamos fazer uma reflexão sobre o processo de formação dos quilombos no Brasil, para situarmos o quilombo de Furadinho. A formação de quilombos remete ao período colonial, quando houve a expansão do capitalismo e o negro foi escravizado e transformado em mercadoria humana. O tráfico negreiro e os engenhos de cana-de-açúcar se constituíram como atrativos empreendimentos comerciais.

De acordo com Albuquerque e Fraga Filho (2006, p. 40), estima-se que, entre os séculos XVI e XIX, cerca de 11 milhões de escravos aproximadamente tenham sido conduzidos para as Américas e que cerca de 4 milhões deles tenham desembarcados em portos brasileiros. Nesse período, ter escravo constituía ter patrimônio, o que determinava a influência, o poder e a riqueza dos coronéis. O escravo agregava o cabedal de bens do homem branco.

A história oficial procura retratar os negros escravizados como obedientes à lógica escravista, mas houve também resistência. A partir da década de 1980, a historiografia começa a registrar percepções dos, até então, invisibilizados. Foram significativas as contribuições de Clóvis Moura (1987) e Abdias Nascimento (2002) e a ressignificação do termo quilombo na Constituição Federal (1988), o que abriu novos horizontes para a compreensão da história dos negros escravizados no período colonial.

A negação do regime escravocrata, que se espalhou nacionalmente por cerca de três séculos, deu origem a diversos grupos de fugitivos chamados de mocambos, quilombos, terras de pretos. Seus membros, por sua vez, eram mocambeiros, calhambolas e quilombolas. O termo “quilombo” foi usado a princípio pela Coroa portuguesa para designar “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (MOURA, 1987, p. 11). Esses espaços de liberdade foram se consolidando no seio do próprio sistema escravista e hoje são reconhecidos como símbolos de luta pela liberdade. “Não foi manifestação esporádica de pequenos grupos escravos marginais, desprovidos de consciência social, mas um movimento que atuou no centro do sistema nacional, e permanentemente” (MOURA, 1987, p. 31).

De acordo com Laura Souza (2012, p. 63), a definição de quilombo deriva de três elementos sendo eles:

- a) quilombo histórico, lugar de memória da resistência negra. Um fenômeno histórico específico que se estrutura no seio do sistema colonial escravista e o combatia; b) como referência simbólica e

conteúdo político (sobretudo a partir do Quilombismo²² de Abdias do Nascimento); c) quilombo de direito, conforme o artigo 68 da Constituição Federal de 1988 em que documentos, sítios detentores de reminiscências históricas e legitimidade Jurídica e pertença cultural remanescente. (SOUZA, 2012, p. 63).

Refletir sobre o período colonial brasileiro é fundamental para se compreender as formas de resistências²³ que se travavam em seu interior, bem como compreender a formação da sociedade brasileira. Nesse sentido, “[...] o quilombismo não era um fenômeno apenas marginal e de rompimento total com o *status quo*. Ele se infiltrava nas teias das cidades coloniais, criando espaços de mocambos e redes de resistência e sobrevivência” (SOUZA, 2012, p. 17).

As resistências mais típicas ao regime da escravidão foram a fuga e a formação de grupos de escravos fugitivos. “A fuga nem sempre levava à formação desses grupos, é importante lembrar. Ela podia ser individual ou até grupal, mas os escravos terminavam procurando se diluir no anonimato da massa escrava e de negros livres” (REIS e GOMES, 1996, p. 09). Alguns fatores corroboraram para que a fuga ocorresse, tais como: a quebra de padrões preestabelecidos, as medidas de crueldade impostas pelos coronéis aos escravos; a proibição do batuque, do lazer e de obrigações religiosas; a geografia do país que propiciava a fuga, os esconderijos e a defesa dos fugitivos; a criação de táticas de defesa contra todos os tipos de repressão sofridas pelos quilombos; as relações dos quilombolas com a sociedade envolvente; a forma de organização dos quilombos.

Os quilombolas brasileiros ocuparam sertões e florestas, cercaram e penetraram em cidades, vilas, garimpos, engenhos e fazendas; foram atacados e usados por grupos escravistas, aos quais também atacaram e usaram em causa própria; fugiram da escravidão e se comprometeram com a escravidão; combateram e se aliaram com outros negros, índios e brancos pobres; criaram economias próprias e muitas vezes prósperas; formaram grupos pequenos, ágeis, móveis e temporários, ou grupos maiores, sedentários, com gerações que se sucediam, politicamente estruturados; envolveram-se com movimentos políticos de outros setores sociais, desenvolveram seus

²²“O quilombismo está no fato de apresentar uma proposta sócio-política para o Brasil, elaborada desde o ponto de vista da população afrodescendente. Num momento em que não se falava ainda em ações afirmativas ou compensatórias, nem se cogitava políticas públicas voltadas à população negra, o autor deste livro propunha a coletividade afro-brasileira como ator e autor de um elenco de ações e de uma proposta de organização nacional para o Brasil. Assim, sustentava e concretizava a afirmação de que a questão racial é eminentemente uma questão nacional”. Trechos da Introdução do livro *O Quilombismo*, 2. ed. (Brasília/ Rio: Fundação Cultural Palmares/ OR, 2002). Disponível em: http://abdias.com.br/movimento_negro/quilombismo.htm. Acesso em: 24 dez. 2022.

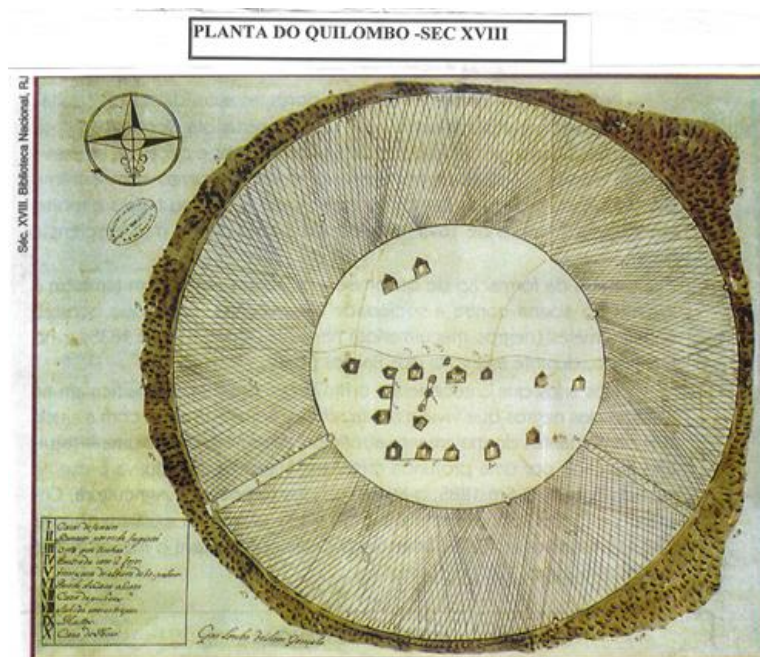
²³ De acordo com Albuquerque e Fraga Filho (2006, p. 118), as formas de resistências à escravidão eram diversas, dentre elas podemos destacar: “[...] a desobediência sistemática, a lentidão na execução das tarefas, a sabotagem da produção e as fugas individuais ou coletivas”.

próprios movimentos, alguns abolicionistas; aproveitaram-se de conjunturas políticas conflitivas nacionais, regionais, até internacionais, para crescer, ampliar alianças, fazer avançar seus interesses imediatos e projetos de liberdade mais ambiciosos. (REIS; GOMES, 1996, p. 23).

O quilombo dos Palmares se destacou como uma das principais organizações de escravos fugitivos. Esteve constituído socialmente no estado de Alagoas, na serra da Barriga. O primeiro líder de Palmares foi Ganga-Zumba, mas seu sucessor, Zumbi dos Palmares, consagrou-se como principal liderança. Esse quilombo foi alvo, por quase um século, de várias investidas militares sem sucesso e se tornou um símbolo da resistência negra.

A formação do quilombo se dava por meio de um planejamento territorial e de defesa. O quilombo era construído, normalmente, na parte mais baixa do terreno, num local cercado de árvores para dificultar a visibilidade de invasores. Outro aspecto interessante está relacionado a sua organização estrutural. O local, em geral, possuía duas entradas e duas saídas, caso os invasores chegassem por uma delas, era possível a fuga pela outra, conforme podemos verificar nesta planta do Quilombo de São Gonçalo, em Minas Gerais, no século XVIII.

Mapa 1 - Quilombo de São Gonçalo, em Minas Gerais



Fonte: Edvaldo Oliveira. Laboratório de Cartografia UESB, 2023.

As duas entradas e saídas constituíam pontos de acesso a outros lugares. A forma de organização dos quilombos com estruturas sustentáveis se destaca pelo uso

comum da terra de forma coletiva, a partir de princípios como solidariedade e ajuda mútua. Essa dinâmica constitui uma referência fundamental na caracterização como quilombola. A fuga de escravos se dava para fazer a reunião de famílias e de amizades escravas separadas pela venda, mudança e outras circunstâncias adversas. Esse modo de vida, reestruturado pelas condições hostis, resguardava a imaterialidade da produção da vida, que perpassa por costumes e tradições, ora recriando-os, ora vivenciando-os sob constantes ameaças de terem suas vidas ceifadas, ou torturadas.

3.3 Formação dos quilombos na Bahia

A Bahia sempre se destacou pela série de revoltas e conspirações realizadas na região durante o período escravocrata. Foi um período turbulento, marcado pelas lutas contra o regime colonial e contra a abdicação do monarca que geraram instabilidade e conflitos políticos, além de diversas rebeliões escravas e batalhas contra a escravidão.

As rebeliões baianas têm sido explicadas por diversos ângulos, já seja religioso, político, conjuntural ou étnico. O fato de que algumas das rebeliões – como a dos malês em 1835, a maior delas – tiveram forte orientação religiosa” (REIS; GOMES, 1996, p. 374). Há outros estudiosos que apontam que nem todos os rebeldes eram muçulmanos e confirmam as motivações religiosas, pois foram proibidos de professar a sua fé. A Revolução Atlântica (1776-1840) teve cunho político, pois estava associada à independência brasileira (1822). Enquanto outras revoltas tiveram caráter étnico tendo sido organizadas por grupos africanos de diversas etnias. Os africanos que chegavam ao Brasil vinham de diversos pontos do continente africano. Acredita-se que os que vieram no início do século XIX procediam, principalmente, do golfo do Benim, da Costa da Mina, de Angola e de Benguela.

Os estudos de Reis e Gomes (1996) apontam que, na Bahia, havia uma tradição comercial com aquela costa africana, havendo preferência pelos escravos oriundos dessa região. Após a rebelião de 1792, que eliminou o Haiti como produtor de açúcar, houve grande expansão dos canaviais baianos e, conseqüentemente, aumento na importação de escravos, o que gerou um inchaço da população escrava na cidade-porto de Salvador (BA).

Na primeira metade do século XIX, cerca de 40% da população da cidade de Salvador era constituída por escravos e 60% de toda a população da Bahia era escrava, jovem e masculina. As principais “nações” conhecidas na Bahia no início do século XIX eram “nagô (iorubá), jeje (aja-fon) e ussá ou aussá (haussá). Em muitos casos essas

designações étnicas eram criações coloniais porque não reconheciam diferenças políticas, culturais e religiosas na África” (REIS; GOMES, 1996, p. 378).

Na Bahia, no século XIX, as medidas coercitivas contra toda forma de resistência e rebeldia escrava foram amplamente apoiadas pelo governador em exercício João de Saldanha da Gama Mello e Torres Guedes de Brito, conhecido como Conde da Ponte, herdeiro majoritário de toda a parte central da Bahia. A parte central da Bahia foi dividida em três sesmarias, sendo que duas delas ficaram com a família Guedes de Brito e a outra com o capitão Bernardo Vieira Ravasco, irmão do jesuíta Antônio Vieira. Essa sesmaria, posteriormente, foi vendida a Antônio Guedes de Brito, outro membro da família Guedes de Brito, que se tornou o maior latifundiário do estado. Suas terras margeavam o rio São Francisco à direita numa área de 160 léguas, o correspondente a 1.030 km (NEVES, 2008).

Dentre as medidas rigorosas adotadas pelo governador destacamos: repressão a todo e qualquer tipo de manifestação religiosa, batuques, festas, rituais africanos, a partir do entendimento que elas incitavam a rebeldia; perseguição de escravos fugitivos e sufocamento de conspirações; realização de campanha de destruição dos quilombos baianos; incentivo à contratação de capitães-do-mato²⁴ tanto em Salvador, como no interior do estado; implantação da política de terras arrasadas “assaltando-os repentinamente extinga tais ajuntamentos, sem deixar deles a menor sombra”²⁵; obrigava os lavradores a produzir mandioca com o intuito de corrigir o problema crônico de abastecimento pelo crescente aumento da população. “A farinha era o ‘pão da terra’, o alimento mais frequente nas casas baianas” (REIS, 1996, p. 338).

Um quilombo que exerceu forte influência econômica na Bahia foi o quilombo do Oitizeiro no século XVIII. Disfarçado como aldeia de lavradores, ele estava localizado em Barra do Rio de Contas, hoje Itacaré, na região de Ilhéus (BA). O quilombo constituiu uma economia forte com a produção de farinha. Estava instalado na fazenda de Baltazar da Rocha que, juntamente com seu irmão Pedro José Rocha, foi

²⁴ “Também conhecido como capitão-de-entrada-e-assalto e outros termos, instituição disseminada por toda colônia como milícia especializada na caça de escravos fugidos e destruição de quilombos” (LARA, 1996, p. 81). Sua função era caçar gente, principalmente escravos fugitivos. Atuavam em tropas com número variável de integrantes, possuíam amparo das forças militares. O pagamento era feito em troca do número de escravos capturados e entregues aos coronéis. Atuavam também nas fazendas fazendo a segurança.

²⁵ Informações do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEBA), Ordens régias, 1798-9, vol. 89, doc. 19 que pode ser conhecida em (REIS, 1996, p. 333).

acusado de coiteiro²⁶ de escravos fugitivos pelo Conde da Ponte. As lideranças do quilombo foram severamente punidas.

Tanto os quilombolas da Bahia, quanto os de outros estados, conforme registra Reis (1996, p. 18), “mantinham redes de comércio, relações de trabalho, de amizades, parentesco, envolvendo escravos ainda assenzalados, negros livres e libertos, comerciantes mestiços e brancos”.

Os quilombos baianos estão marcados por fortes conflitos, lutas e resistência. Os grupos buscaram os lugares mais isolados e de difícil acesso para se refugiarem e se constituíram e fortaleceram por meio do trabalho coletivo.

Nesse cenário, buscavam fazer frente à forte tradição da monarquia portuguesa com o cristianismo, religião que foi levada às Américas com o intuito de evangelizar os povos ditos “bárbaros e selvagens”. Assim, o cristianismo também exercia forte influência para disseminar a ideia de conformismo com o sofrimento, quando se comparava o sofrimento de Cristo com o sofrimento do escravo. Dessa forma,

a Igreja reforça e recomenda a submissão, a paciência e o martírio como pressupostos para se chegar ao reino dos céus. Diante de tal relato podemos verificar que a escravidão não era condenada pela Igreja. Ao contrário, era estimulada, já que a Igreja lucrava com a cobrança de impostos sob o tráfico negreiro e muitas irmandades possuíam escravos. Sobre a catequização dos escravos, vale registrar que muitos se converteram ao catolicismo e ainda hoje se encontram comunidades que se organizam a partir da referência quilombola, mas que não praticam a religiosidade de matriz africana e sim de raiz cristã. (SOUZA, 2012, p. 45).

Os rituais religiosos de matriz africana eram proibidos e reprimidos com violência. A visão pejorativa do colonizador cristão que interpretava a religiosidade africana como demoníaca e que subjuguava as culturas diferentes permanece no imaginário dos descendentes. O sincretismo religioso de matriz africana com santos católicos e orixás foi a saída encontrada pelos povos negros para continuar proferindo sua fé sem perder o vínculo com a religião africana. Tanto que, ainda hoje, o preconceito contra a religiosidade africana é muito forte. Há muitas comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares, contudo o catolicismo continua sendo a religião predominante. Nesse processo de luta de longa duração, o

²⁶ De acordo com Reis (1996, p. 352), coiteiros eram fazendeiros homens brancos e escravos livres que acolhiam em suas terras escravos fugitivos, com o intuito de explorá-los e motivar a fuga de outros escravos. Esses escravos permaneciam cativos, embora eram permitidos algumas liberdades tais como: acesso à terra para trabalhar e ao trabalhador fugitivo asseguravam certa autonomia em relação aos senhores.

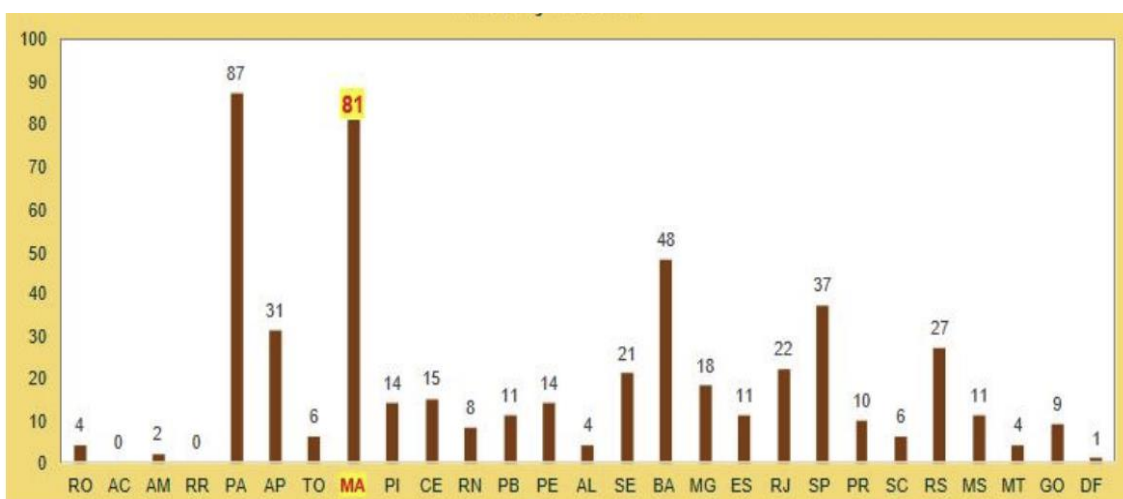
cristianismo exerce forte influência coercitiva com o seu poder dominador, impondo valores e depreciando outros.

Devido às pressões capitalistas para ampliação de mercados consumidores, leis abolicionistas²⁷ surgem e são impulsionadas até culminarem na chamada Lei Áurea, de 13 de maio de 1888. A partir de então, aparecem novas reconFigurações na sociedade brasileira, contudo a lei não impediu que o processo de discriminação racial contra o povo negro continuasse reinando.

Somente um século depois, na Constituição de 1988, a legislação veio a prever direitos aos quilombolas, como o possível reconhecimento efetivo da propriedade da terra titulada e regularizada. Posteriormente, o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 veio regulamentar a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação das terras ocupadas por remanescentes dos quilombos, mas, para que de fato isso ocorra, é necessária a intermediação de órgãos institucionais nos âmbitos estadual e federal, o que nem sempre facilita os processos que terminam caindo na morosidade do sistema, que visa atender aos interesses da classe dominante. Tanto que há processos que se arrastam por anos na justiça sem nenhum parecer dos órgãos responsáveis. Há no país 1715 processos abertos aguardando a demarcação territorial. O Nordeste é o estado com maior número de processos 977, destes 292 tramitam no estado da Bahia. Na cidade de Vitória da Conquista, 11 processos abertos entre 2008 e 2014, referentes às comunidades Batalha; Lagoa do Arroz; São Joaquim de Paulo; Boqueirão; Laranjeiras; Barreiro do Rio Pardo; Sinzoca; Furadinho; Lagoa dos Patos e Corta Lote aguardam parecer. Na região Sudeste estão tramitando 327 processos, no Sul são 151, no Norte, 142 e na região Centro Oeste são 118 processos, todos aguardando o parecer os órgãos responsáveis. No país, há apenas 494 territórios quilombolas oficialmente reconhecidos e distribuídos da seguinte forma, conforme o quadro a seguir, no tocante aos Estados da Federação.

²⁷ As leis abolicionistas são legislações que promoveram a emancipação dos escravos de maneira gradual: Lei do Ventre Livre (1871), Lei Eusébio de Queirós (1850), Lei dos Sexagenários (1885), em seguida a Lei Áurea (1888).

Gráfico 1 - Territórios quilombolas oficialmente delimitados, segundo as Unidades da Federação (2022)



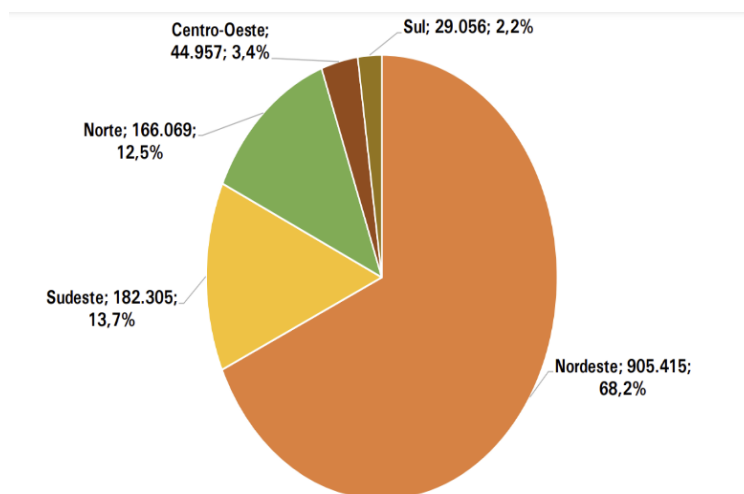
Fonte: IBGE (2022) - Coordenação de Estruturas Territoriais, com informações do INCRA e dos órgãos com competências fundiárias nos estados e municípios²⁸

O estado do Pará possui o maior número de territórios quilombolas certificados, cerca de 17,6%; logo em seguida vem o do Maranhão, com 16,4%; a Bahia ocupa a terceira posição com apenas 9,7% de territórios reconhecidos; São Paulo está na quarta posição, com 7,5% de territórios reconhecidos; o Amapá possui 6,3% e os demais estados perfazem um total de 44,2% de territórios reconhecidos, o que é muito pouco quando se observa a quantidade de pessoas quilombolas existentes no país.

De acordo com o Censo do IBGE de 2022, há 1.327.802 quilombolas no país. A Bahia é o estado com maior número de quilombolas, 397.059 pessoas, o que corresponde a 29,9% do total dessa população. O que significa dizer que o estado da Bahia possui o maior contingente de pessoas negras em comparação com as outras Unidades Federativas Brasileiras.

De forma semelhante ocorre também quando comparamos as regiões do Brasil. O Nordeste lidera a lista por ser a região com maior número de quilombolas, 905.415 pessoas, o correspondente a 68,2% dessa população; enquanto que o Sul é a região brasileira com o menor percentual de quilombolas, apenas 2,2%, o correspondente a 29.056 pessoas; a região Sudeste possui 13,7% o que equivale a 182.305 pessoas; enquanto a Centro-Oeste apresenta 3,4%, abrangendo 44.957 pessoas; já a região Norte compreende 12,50%, o que engloba 166.069 pessoas.

²⁸ Seção de Disseminação de Informações Superintendência Estadual do IBGE no Maranhão.

Gráfico 2 - População quilombola por regiões do Brasil

Fonte: IBGE, Censo 2022. Brasil quilombola: quantos somos, onde estamos?²⁹

Dentre as dez primeiras cidades com maior número de pessoas quilombolas, cinco são baianas. Em primeiro lugar está Senhor do Bonfim (BA) com 15.999 pessoas; em segundo, está Salvador (BA) com 15.897; em terceiro, Alcântara (MA) com 15.616; em quarto, Januária (MG) com 15.000; em quinto, Abaetetuba (PA) com 14.526; em sexto, Itapecuru Mirim (MA) com 14.488; em sétimo, Baião (PA) com 12.857; em oitavo, Campo Formoso (BA) com 12.735; em nono, Feira de Santana (BA) com 12.190 e em décimo, Vitória da Conquista (BA) com 12.057 pessoas (GOMES, 2022).

Outro marco significativo para a equiparação dos danos históricos causados pela escravidão foi o Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, que estabelece a efetivação da igualdade de oportunidade, direitos étnicos individuais, coletivos, assim como prevê o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnico-racial.

Outra conquista nos últimos 10 anos foi a institucionalização dos sistemas de cotas para estudantes negros em universidades e concursos públicos, por meio da Lei nº 12.711, de agosto de 2012, a chamada “Lei de Cotas”. A normativa prevê que as Instituições de Ensino Superior vinculadas ao Ministério da Educação devem reservar 50% de suas vagas para alunos que cursaram integralmente o Ensino Médio em escolas públicas, para auto declarados pretos, pardos, indígenas, ou pessoas com deficiência e

²⁹ IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil Quilombola: quantos somos, onde estamos? Quilombolas: primeiros resultados do universo. Censo 2022. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/2e215f8a8b5904299cca0a9f02b734de.pdf. Acesso em: 12 jul. 2024.

aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a um salário mínimo e meio (1,5) per capita. A Lei de Cotas democratizou o acesso a cursos superiores, mas não resolveu o problema do déficit de habilidades e competências necessárias ao ensino superior.

Portanto, desde as suas origens, a propriedade privada da terra revela as contradições da sociedade brasileira. Aqueles que produzem e se reproduzem no território não têm direito à terra, enquanto que o direito de propriedade privada da terra está, muitas vezes, na mão de um proprietário que nada produz, mas que consegue obter lucro pela renda fundiária, ou pela extração dos recursos naturais.

3.4 As memórias do quilombo de Furadinho

A história oficial sempre tratou os povos originários e negros como arruaceiros, preguiçosos, bárbaros e selvagens. Gente que precisava ser domesticada e catequisada. Foram expulsos de suas terras, maltratados e torturados. Seus gritos e gemidos foram sufocados, para impor-lhes novos padrões de conduta e novos valores que contemplassem o processo de desenvolvimento desenfreado do capital. Segundo os relatos coletados junto aos moradores sistematizados pelo Diagnóstico do Quilombo de Furadinho/DQF-Bahia (2013), o quilombo de Furadinho foi reduto de lutas e resistências às diversas tentativas de captura-los.

Os lugares de memória, conforme nos adverte Nora (1993, p. 26), podem ser vistos sob dois prismas: “os lugares dos dominantes e os lugares dos dominados”. Esta tese procura dar ouvidos e escutar os quilombolas e divulgar suas ideias e demandas por circuitos anteriormente inacessíveis a eles, para que haja uma intervenção no processo em curso que evolui na direção de extinguir essas comunidades tradicionais. É o caso do território que constitui o nosso campo empírico, um território que abrigava escravizados, indígenas e trabalhadores livres e que, ainda hoje, continua a abrigar os seus descendentes que não deixaram de ser invisibilizados, mas que, contudo, continuam lutando para conquistar as terras que lhes foram usurpadas e assim garantir a permanência do grupo no lugar.

A memória do grupo estudado registra Manoel Fortunato como o primeiro morador ligando Furadinho à comunidade quilombola do Bomba, no município de Belo Campo, local onde Manoel Fortunato casou-se com Jesuína Maria da França, tendo vários descendentes e de lá deslocou-se para essa região que possuía, na parte baixa, um “olho d’água” capaz de oferecer água em abundância. O surgimento da comunidade

remete à segunda metade do século XIX, conforme o Diagnóstico do Quilombo de Furadinho (Bahia, 2013, p. 04).

A descendência desse Manoel Fortunato era negro cativo, [...] que fugiram eles moraram ai no Bomba, do Bomba ai agora foi encostando, foi abrindo e encostando mais os brancos... agora eles vinha corrido de fazendas que tinha né, eles fugia e saia extraviado ai correndo escondendo... Era meu tataravô... ele veio quando eles abriu logo as estradas ai, ele saiu viajando acho que junto também, quando chegava nesses lugar assim achava que as vezes tava bom demais, e fazia morada ali né, arranchava ali e saia abrindo, abrindo... e fez morada ali, fazia um rancho depois do rancho tocava uma roça, ia cuidando da casa tapava tudo de enchimento, madeira era demais ai eles fazia aquelas casas de enchimento, aqui de primeiro as casas tudo era de enchimento... era assim... Manoel Fortunato da França foi o primeiro morador daqui, e a família todo espalhou tudo... Tinha a estradinha, essa estrada velha você não conheceu, de belo campo pra cá... veio pelos matos abrindo carreira, cortando abrindo pra poder passar quando saia nesses lugar botava nome, quando chegou aqui tudo era mata, só tinha as lagoinhas em roda, assim mesmo com aquelas madeiras antigas... quando abriu ai tem uns dez anos ainda tinha toco no meio da lagoa... todo de pau ferro, de braúna...

De acordo com a memória dos moradores, Manoel Fortunato avançava mata adentro em busca de boas terras e de se manter escondido. Fugir era uma atitude extrema de rebeldia de um escravo e significou, para muitos, mutilações de partes do corpo, quando não a morte dos capturados, que era usada como exemplo para os demais. Como o receio de ser capturado era enorme, Manoel Fortunado, usando os saberes da experiência, foi espalhando seus descendentes pelos lugares desbravados no intuito de manter a descendência e de, ao mesmo tempo, usar os lugares como estratégia de fuga. Dessa forma, seus descendentes foram responsáveis pela constituição de outros quilombos na região de Vitória da Conquista.

A comunidade quilombola de Velame, também na Bahia, que fica a 20 km de Furadinho, é oriunda da mesma família de Manoel Fortunato, sendo constituída pelos seus descendentes de primeiro grau. Seu surgimento remete ao final da década de 1870 e início da década de 1890, conforme apresentado por Conceição³⁰ (2016) em sua tese de doutoramento. Essa comunidade foi certificada pela fundação Cultural Palmares em 15 de setembro de 2004, o que comprova que a origem do quilombo de Furadinho é anterior a esse período. A outra comunidade originária da mesma descendência de Manoel Fortunato é a comunidade quilombola de Cachoeira dos Porcos, também na Bahia, certificada pela Fundação Cultural Palmares em 08 de novembro de 2013. Dessa

³⁰ Para mais informações ver Conceição (2016).

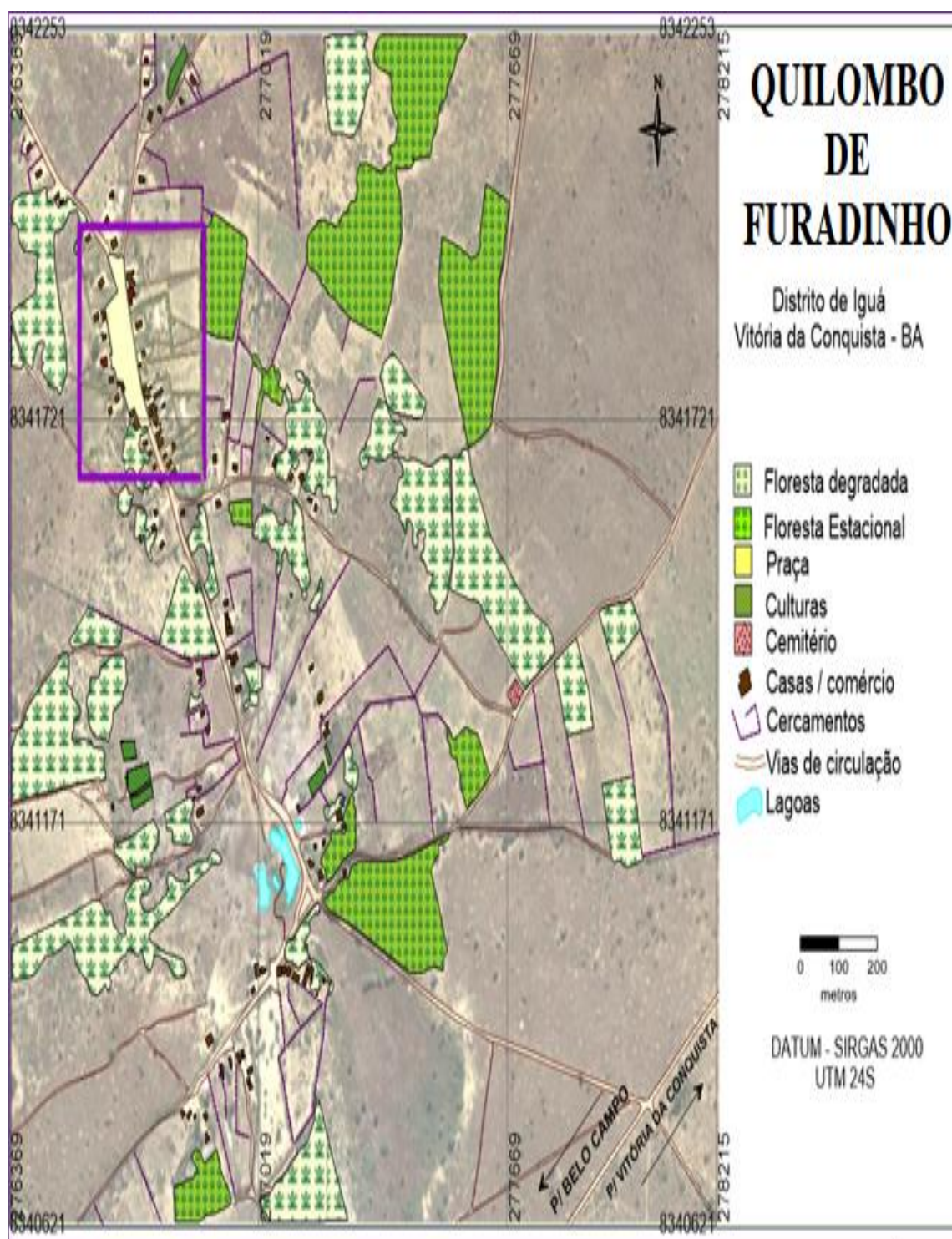
forma, podemos afirmar que essas duas comunidades são ramificações originárias da comunidade quilombola de Furadinho.

O quilombo de Furadinho encontra-se localizado a 554 km de Salvador, capital baiana, a 36 km da sede do município de Vitória da Conquista e a 20 km do distrito de Iguá. Para ter acesso à comunidade partindo de Vitória da Conquista é necessário seguir pela BR-116, sentido Rio de Janeiro, até a entrada do novo aeroporto - Glauber Rocha, seguir sentido ao povoado Pé de Galinha, Iguá, entroncamento de Lagoa Formosa, até chegar ao entroncamento que dá acesso a comunidade. Essa estrada constitui uma rota alternativa para se chegar ao município de Belo Campo (BA).

A comunidade está localizada em uma área de relevo acidentado, com uma pequena faixa de planície. O nome Furadinho é oriundo da topografia da região, cuja formação assemelha-se a um funil, no período das chuvas a água que escorre dos morros concentra-se na lagoa, parte mais baixa. Essa lagoa abastecia toda a comunidade nos tempos de outrora e, ainda hoje, constitui um reservatório de água constante.

No mapa 1, apresentamos a localização do quilombo de Furadinho no Estado da Bahia e no município de Vitória da Conquista e a sua posição geográfica no distrito de Iguá. Já no mapa 2, verificamos a expansão da comunidade, com as vias de circulação, cercamentos, florestas, cemitério, lagoa, culturas e o centro do quilombo, local com maior aglomeração de casas de moradores e comércios.

Mapa 3 - Distribuição geográfica do Quilombo de Furadinho



Fonte: Elaboração Edvaldo Oliveira e graduandos do curso de Geografia da UESB. Laboratório de Cartografia UESB – 2023

Percebemos pelo mapa 3 a dimensão da degradação da floresta nativa no entorno da comunidade. O que ainda está conservado são pontos isolados que ainda preservam áreas da Floresta Estacional. Um desses pontos de reserva de floresta pode ser observado no Mapa 3, próximo à lagoa. Os cercamentos comprovam o que estamos

apontando com relação ao tamanho e à distribuição dos lotes pequenos e com várias casas. A praça constitui o local com maior número de residências e estabelecimentos comerciais. Por esse mapa também é possível perceber a irregularidade do terreno, com morros e áreas íngremes. As estradas alternativas, apontadas no Mapa 1 do quilombo de São Gonçalo e usadas como estratégia de fuga na formação do quilombo no século XVIII, são comprovadas, ao observar o mapa 3.

De acordo com os dados coletados pelo Planejamento Participativo Rural Sustentável da Comunidade de Furadinho (BAHIA, 2011), o bioma típico da comunidade é a caatinga, com árvores de pequeno e médio porte muito resistentes à escassez de chuvas. A localidade possui uma estreita faixa de vegetação nativa com árvores de médio porte como: Pau ferro, Arueira, Mulungu, Umburana e Jurema preta. As árvores de pequeno porte são constituídas por troncos grossos, galhos retorcidos e cinzentos, distribuídos de forma espaçada. No período das secas, as árvores perdem as folhas criando uma paisagem de “mata seca”, mas, logo após as primeiras chuvas, o verde reaparece com força. Há plantas que são constituídas por muitos espinhos e poucas folhas, resultantes do clima seco. O solo da caatinga na maior parte do ano apresenta terra seca, em alguns pontos pode ser caracterizado como pedregoso, contudo, possui elevado nível de fertilidade.

A imagem a seguir, da entrada do quilombo, retrata a paisagem típica da caatinga. É comum na região a construção de mata-burro³¹ nas entradas de comunidades e fazendas para impedir a saída do gado.

³¹ Dispositivo muito utilizado em propriedades rurais para impedir que os animais saiam da propriedade mesmo que a cancela esteja aberta. O estrado de madeira é instalado em cima de valas, esse mecanismo de alguma forma desperta no animal a sensação de perigo e o desencoraja a fazer a travessia.

Figura 1 - Entrada da comunidade quilombola de Furadinho

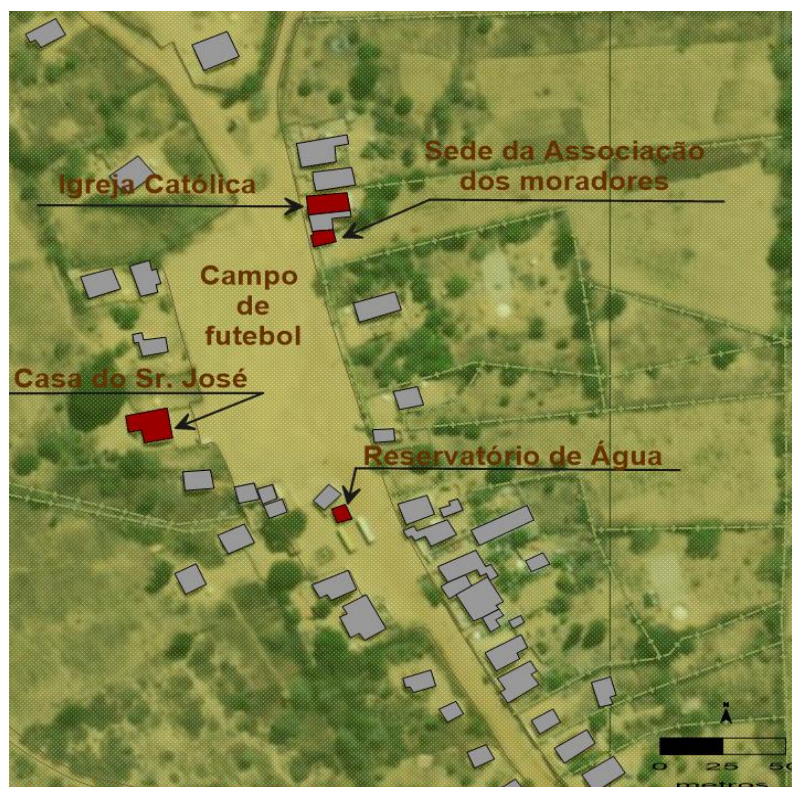


Fonte: Foto de Renné Andrade (2021).

A produção agrícola gira em torno da mandioca embora outros produtos também sejam cultivados. Os saberes do trabalho se assentam no manejo do solo, na seleção dos grãos ou maniva, no plantio, na colheita e no beneficiamento do produto, como no caso de Furadinho que produz a farinha da mandioca, a tapioca ou goma e a puba nos moldes deixados pelos seus antepassados e que continuam sendo empregados até hoje, ainda que com algumas modificações, como é o caso da casa de farinha. O saber no campo também requer conhecimentos sobre o comércio, as formas de comercializar o pequeno excedente produzido. As memórias dos saberes dos trabalhadores e das trabalhadoras não se restringem à agricultura e às casas de farinha, paralelamente também utilizam os saberes relacionados à criação de animais: porcos, vacas, galinhas e cabras, com os quais complementam o sustento familiar por meio da carne, do leite e dos ovos. O processo de aprendizagem de cada um desses saberes ocorre na prática das relações de trabalho.

De acordo com as informações colhidas com a presidente da associação de moradores e com a agente de saúde, a localidade abriga em torno de 120 famílias, o que constitui um total em torno de 560 pessoas entre moradores da sede e da comunidade adjacente Mata de Cipó.

Mapa 4 - Localização do centro do Quilombo de Furadinho



Fonte: Elaboração Edvaldo Oliveira e graduandos do curso de Geografia da UESB. Laboratório de Cartografia UESB – 2023.

O centro da comunidade está localizado na parte alta, composta de uma estrada larga com casas de ambos os lados e de alguns estabelecimentos comerciais e outros imóveis como: bares, oficinas de moto e carro, pequeno mercadinho, igreja católica, sede do sindicato, casas de moradores e campo de futebol, principal divertimento na comunidade. As partidas de futebol são um entretenimento garantido no sábado à tarde e nas manhãs de domingo. O reservatório de água que abastece a comunidade também fica localizado nessa parte central.

A área da comunidade gira em torno de 580,80 hectares. Com lotes em torno de 1 a 5 hectares por família. Os filhos que permanecem na comunidade ao constituírem famílias constroem suas casas no mesmo lote da família, de forma que cada lote possui, atualmente, entre três a oito casas. Algumas residências mais antigas foram construídas com adobo (tijolos de argila crua) e cerca de 60% a 40% delas estão feitas de alvenaria. A imagem a seguir apresenta o contraste na reconFiguração do lugar.

Figura 2 - Casas de moradores do quilombo de Furadinho



Fonte: Foto de Renné Andrade (2021).

A imagem revela um tempo que perdura, moradia muito simples, duas caídas de água, pouco espaço, quatro cômodos, sala, cozinha e dois quartos. Os cômodos internos são divididos com meia parede. Há uma porta pequena e estreita, a janela foi substituída por uma de vidro e ainda guarda as marcas da substituição que, provavelmente, tenha sido bem recente. O espaço é delimitado por uma cerca viva de quiabento³².

Na imagem, há uma construção que segue o estilo das construções urbanas, há várias moradias nesse padrão. Tanto que, na parte central do quilombo, há várias residências com muros na parte da frente, ainda que não denotando a mesma preocupação dos imóveis urbanos com segurança e privacidade. Devido à escassez da madeira para feitura da cerca de varas, produto de elevado custo na região, os moradores têm optado por muros, que oferece maior resistência e durabilidade com um custo mais baixo, conforme nos relatou um dos entrevistados. Há também casas mais altas, fachadas decoradas, pequenas edificações com pavimento superior. É o capital adentrando na comunidade e reconfigurando a paisagem do lugar. Entender como as transformações, mesmo as mais sutis, refletem nos modos de vida de homens e

³² O quiabento é uma planta característica do sertão nordestino, por ser bem resistente à seca, permanece verde em todas as estações do ano. A flor é muito bonita, seu fruto é conhecido como pião, devido ao seu formato, possui uma liga aderente. É utilizada como cola por possuir a mesma aderência e fixação que as colas tradicionais.

mulheres requer observarmos como os saberes e o sentimento de pertencimento ao lugar se articulam nesse território.

3.5 Furadinho em busca da demarcação territorial

Nesta subseção apresentamos a definição de território em diversos autores. Embora possa parecer uma definição simples, traz um conjunto de elementos que se inter-relacionam numa perspectiva histórica, econômica, política e cultural. Compreender a importância da demarcação territorial para o quilombo de Furadinho nesse processo de luta e resistência contra a expropriação e exploração decorre da necessidade de sobrevivência para esse grupo.

Fernandes (2009) parte do princípio do território como espaço de governança, embora reconheça a existência de outros tipos de territórios fixos e fluxos, materiais e imateriais constituídos por diferentes relações sociais e classes sociais.

Os territórios fixos e fluxos são os espaços de governança, as propriedades privadas e os espaços relacionais, que possibilitam distinguir os territórios do Estado, os públicos e os particulares, constituídos a partir de diferentes relações sociais. A interdependência entre espaço de governança, propriedade e espaço relacional é compreendida pela indissociabilidade das condições físicas, relacionais e intencionais. Para compreender melhor os movimentos das relações pelas classes sociais na produção de diversos territórios, propomos as seguintes denominações de ordem dos territórios: espaços de governança como primeiro território; propriedades como segundo território e os espaços relacionais como terceiro território. (FERNANDES, 2009, p. 205-206).

O primeiro território a que o autor se refere está relacionado ao território nação. Os estados, as províncias, os municípios são frações integradas e independentes do primeiro território, embora em escalas diferentes de governança do poder político. As propriedades públicas e particulares (privadas) são frações do segundo território e têm como referência as relações de propriedades praticadas pelas classes sociais, mesmo que se elimine a propriedade privada não se elimina o segundo território. Enquanto que, o terceiro território é o espaço relacional permeado de conflitualidades, reúne todos os tipos de territórios e disputa as formas de uso do segundo território (FERNANDES, 2009).

Já o conceito jurídico de “territórios tradicionais”, tratado no artigo terceiro, inciso II da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNDSPT), de 2007, é definido como: “espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades

tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas”. O conceito apresenta lacunas na sua definição, pois não abrange as relações de poder que emergem de “motivações políticas, sociais, ambientais, econômicas, culturais ou religiosas” (DALLABRIDA, 2016, p. 22). Passa a falsa ideia de que os territórios tradicionais vivem na perfeita harmonia, que não há conflitos de interesses antagônicos.

Marcelo Lopes de Souza (1995, p. 87-97) define o território como

um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A questão primordial, aqui, não é, na realidade, quais são as características geológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. Estes aspectos podem ser de crucial importância para a compreensão da gênese de um território ou do interesse por tomá-lo ou mantê-lo [...], mas o verdadeiro Leitmotiv é o seguinte: quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço? Este Leitmotiv traz embutida, ao menos de um ponto de vista não interessado em escamotear conflitos e contradições sociais, a seguinte questão inseparável, uma vez que o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder: quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como?

Para esse autor, o poder não emerge apenas do sórdido capital, mas pode estar presente em outras formas de organização social, como a autogestão e as organizações associativas. As formas de poder que emergem das resistências e das lutas pela preservação do território, dos valores e da cultura, bem como, da busca de formas alternativas de ressignificar as práticas de trabalho.

Outra definição de território que converge para as nossas discussões é a apresentada por Ariovaldo Oliveira (1999, p. 74), na qual o território

[...] deve ser apreendido como síntese contraditória concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supra estruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc.) em que o Estado desempenha a função de regulação. O território é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção da sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários da terra.

É fundamental compreender o papel de homens e mulheres do campo na constituição da sociedade capitalista brasileira, que não ocorreu de forma similar nos diversos cantos do país, mas sim integrando as bases contraditórias que permeiam os diversos espaços. As lutas para garantir o acesso e a permanência às terras são históricas.

Ao mesmo tempo em que se tem um desenvolvimento industrial monopolista no campo com o trabalho assalariado, contraditoriamente, também existem relações de produção simples que visam a manutenção de grupos familiares. No processo de produção da existência, o quilombo de Furadinho é um reduto de lutas e resistências às diversas investidas do capital desde o período de sua formação.

“A terra é um instrumento de trabalho qualitativamente diferente dos outros meios de produção. Quando alguém trabalha na terra, não é para produzir a terra, mas para produzir o fruto da terra” (MARTINS, 1981, p. 159-160). Nesse sentido, a terra é o elemento fundamental em prol da dignidade social, econômica, política e cultural dessa comunidade.

José de Souza Martins (2000, p. 664) define território como: “a efetiva incorporação do espaço a uma realidade econômica e política – institucional”. Esse autor salienta que a ocupação do território se deve a quatro fatores: o primeiro fator está relacionado com a titularidade de terra (propriedade privada), ou seja, a terra como um bem particular; o segundo fator está relacionado à relevância econômica, à produtividade da terra, seja no âmbito agrícola, na pecuária, na mineração, ou no extrativismo; no terceiro fator a terra é uma mercadoria susceptível à compra e à venda, sendo alvo de grandes especulações imobiliárias; no quarto fator, para ter acesso a linhas de crédito e a financiamento bancário é necessário comprovar a titularidade da terra.

Os dados do Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE), em 2020, apontaram a desigualdade da distribuição de terras no Brasil. O estudo revelou que “10% dos maiores imóveis ocupam 73% da área agrícola do Brasil, enquanto o estrato dos restantes 90% dos menores imóveis ocupam somente 27% da área. Em todos os Estados brasileiros, os 10% dos maiores imóveis detêm mais de 50% da área” (CEARÁ, 2020).

Do ponto de vista histórico, o quilombo de Furadinho é marcado pela discriminação por fatores étnico-raciais e sobretudo, pela impossibilidade de acesso à titularidade das terras ocupadas tradicionalmente por eles. Essa situação perdura desde a promulgação da Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, a Lei de Terras, que determina o registro em cartório e a comprovação da compra e da venda da terra. Essa lei, por sua vez, favoreceu os fazendeiros que usurparam as terras dos ocupantes quilombolas.

O processo de expropriação do território foi alvo de muitos conflitos entre fazendeiros e moradores do quilombo, conforme relato de morador no DQF-Bahia (BAHIA, 2013, p. 5).

Disse que antigamente tinha 3 léguas quadradas... Ai chegou o pessoal branco... e pegou vendendo pedaço... vendia um alqueire e eles cercava 4, 5 aí foi tomando tudo né... não tinha documento. Houve uma modificação grande né? os morador nós ficou tudo sem terra só com uma cercazinha ali... e foi tomando tudo, terra tudo sem documento. Teve muitas brigas, mais quem tinha dinheiro vencia, comprava chegava lá eles comprava o juiz ou a delegada lá seja quem fosse. Fazia aquele circo e tomava a terra do outro... a vez vinha cercando o deles, e tinha uma parte de pedaço meu ou de outro, ia cercando tudo, há ai é meu, ele, eu comprei eu tenho documento... não acontece mais porque cada um agora fez documento, depois do INCRA pra cá, todo mundo dividiu os pedacinho de terra que tinha cada um tem o seu cercado... uns ficou só com um circozinho ali não dá nem pra ajeitar a família toda, por isso o povo espalhou assim tudo no mundo...

Esse relato demonstra as dificuldades vivenciadas pelos quilombolas de Furadinho com a expropriação de suas terras. Nesse sentido, o processo de expropriação se iniciou pela falta de documentos, possibilitado pela Lei de Terras; pela facilidade dos fazendeiros forjarem documentos; pela venda indiscriminada das terras a terceiros que chegavam com os documentos.

Os moradores de Furadinho não escolarizados, ou pouco escolarizados, sem recursos financeiros, desconhecendo as leis e sem orientação precisa se viram em desvantagem em relação aos fazendeiros da vizinhança que tinham conhecimentos e alianças. Assim, tiveram suas terras expropriadas. Conforme foi reafirmado no relato de Seu José, (2021, entrevista) morador do quilombo, não escolarizado, um dos nossos entrevistados. “As terras estão pouco, como dizer, o homem tomou as terras tudo, depois foi comprando de pedacinho em pedacinho, agora os povos só têm um quintalzinho”.

Essa situação também foi apontada por outros pesquisadores de comunidades quilombolas em Vitória da Conquista, dentre eles destacamos a pesquisa desenvolvida por Renata Ferreira de Oliveira (2012), na dissertação do mestrado intitulada **Índios paneiros no planalto da Conquista: do massacre e o (quase) extermínio aos dias atuais**. A pesquisadora apresenta a trajetória de luta pela demarcação territorial e os conflitos de indígenas contra os fazendeiros que invadem as terras e desmatam as áreas preservadas para o plantio de capim, afetando todo o ecossistema e comprometendo a biodiversidade. A autora destaca a luta para manter, ou recriar as condições de existência material e simbólica do grupo.

Destacamos também a dissertação de mestrado desenvolvida por Tânia Maria Rodrigues da Rocha (2015) intitulada **Memória, Trabalho e Envelhecimento de Mulheres Negras Idosas em uma Comunidade Remanescente de Quilombo São**

Joaquim de Paulo em Vitória da Conquista – Bahia. A pesquisadora apresenta a luta dos quilombolas em busca do reconhecimento e da titulação das terras, embora ainda se defrontem “com enormes obstáculos e conflitos, pois esbarram nos interesses das elites econômicas, nas arbitrariedades que acompanham as regularizações fundiárias e no desrespeito às leis” (ROCHA, 2015, p. 43).

A pesquisa de Jonatan Santos Silva (2023), intitulada **A sombra da Jurema Preta: memórias e resistências nos quilombos Ribeirão dos Paneleiros e Lagoa de Melquiades e Amâncio no município de Vitória da Conquista-Bahia**, traz relevantes discussões em torno dos problemas vivenciados pelas comunidades pesquisadas. Silva (2023) denuncia a invisibilidade das comunidades quilombolas no tocante ao modo de produzir, à exploração da força de trabalho, à morosidade da demarcação da terra, ao desmatamento, à diminuição do território quilombola, aos conflitos socioambientais e ao racismo estrutural e ambiental, entre outros.

Percebemos também que o deslocamento das pessoas das comunidades em busca de outras oportunidades de trabalho na cidade, ou em outros estados está relacionado com a expropriação de terras. Os lotes pequenos não permitem a sobrevivência de todos os familiares. Conforme evidencia Martins (2000, p. 670):

Quem reivindica o reconhecimento jurídico da propriedade privada não raro o faz com base na violação do privado e dos direitos sobre a terra de quem nela trabalha e, muitas vezes, trabalhou por várias gerações. Não é ainda, um direito revestido da legitimidade de seu reconhecimento como direito pela outra parte, a vítima, como seria próprio da modernidade. O legal e o legítimo se confrontam e se opõem. [...] Nessas regiões, o título, o documento, tem uma vida autônoma em relação à terra sobre a qual supostamente garante direitos. O documento ganha vida nos cartórios e tribunais, a vida postíca que pode lhe dar a burocracia pública. Na origem de tais papéis, o favor político, a dádiva do Estado patrimonial, premiando cupinchas e protegidos, cabos eleitorais do partido político no poder. Essa tem sido a história territorial do regime republicano e oligárquico.

Os conflitos territoriais se dão em virtude da grilagem de terras, pela violência em nome do privado e dos direitos formais gerados pela propriedade privada da terra. Pelo direito moral baseado na precedência do trabalho e pelo direito estabelecido na concepção de que a terra é um bem comum, no qual se tem acesso por meio do trabalho. Os direitos econômicos de renda territorial sobrepõem-se aos direitos de quem vive, mora e tira o sustento da terra (MARTINS, 2000; FERNANDES, 1999).

Pelo que podemos observar, os territórios quilombolas de Vitória da Conquista passam a ser lugar de disputa de interesses contraditórios. Por um lado, o território é

lugar de memória da ancestralidade, de moradia, de existência da família e de reprodução material e cultural do grupo. E por outro, é lugar dos interesses capitalistas, dos fazendeiros que desrespeitam e menosprezam os trabalhadores e as trabalhadoras que vivem, trabalham e tiram o sustento do próprio território.

Quando a demarcação territorial ocorre, os problemas ainda persistem, porque após o uso indiscriminado das terras pelos fazendeiros, as comunidades as recebem totalmente devastadas, como descreveu o pesquisador Silvano da Conceição (2016), em sua tese de doutorado intitulada **Estratégias de permanência e desenvolvimento social na comunidade rural quilombola de Velame-BA**. O pesquisador discute os problemas enfrentados pela comunidade quilombola de Velame, em Vitória da Conquista, originária de Furadinho. Aborda as estratégias de permanência e de desenvolvimento social da comunidade, que passou pelo processo de desterritorialização quando os fazendeiros tomaram suas terras em 1990 e depois de longas lutas conseguiram o reconhecimento como Comunidade Remanescente Quilombola, em 14 de dezembro de 2004. Foi ainda em 10 de fevereiro de 2010 que adquiriram a titularidade das terras, beneficiando 75 famílias que viviam ali antes da expulsão. O processo de desapropriação por interesse social ocorreu em 22 de junho de 2015, com o processo de desintrusão da área, de notificação aos fazendeiros e de pagamento das indenizações. Os quilombolas depois passaram a enfrentar outros problemas provenientes da demora na demarcação territorial. As terras estavam devastadas pela exploração predatória dos recursos naturais. A ausência de políticas públicas de incentivo à produção constitui enorme desafio para trabalhar e viver no território, mas o trabalho de resistência continua.

Usar influência política para lavrar escrituras de terras alheias foi uma prática comum em muitos estados, conforme consta na cartilha³³ elaborada pela Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (CIMOS), do Ministério Público de Minas Gerais

³³ A cartilha considera “povos e comunidades tradicionais” do Brasil os povos indígenas, as comunidades remanescentes de quilombos, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os povos ciganos, os povos de terreiro, os pantaneiros (do pantanal mato-grossense e sul-mato-grossense), os faxinalenses do Paraná e região (que consorciavam o plantio da erva-mate com a suinocultura e com o extrativismo do pião a partir do uso comum do território), as comunidades de fundos de pasto da Bahia (que praticam a caprinocultura em territórios de uso comum), os caiçaras (pescadores artesanais marítimos dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, que consorciavam a pesca artesanal e o extrativismo em áreas comuns com o cultivo), os geraizeiros (que exercem ocupação tradicional dos gerais ou cerrado), os apanhadores de flores sempre-vivas (que tradicionalmente exerciam o extrativismo em áreas de uso comum nas campinas, hoje cercadas em grande medida pela monocultura do eucalipto e pela criação de unidades de conservação de proteção integral), entre outros (MINAS GERAIS, 2014).

(MPMG) intitulada **Direito dos povos e comunidades tradicionais** (2014). O documento destaca que:

A presença de jagunços, advogados, e até agentes do Estado para defender interesses dessas classes mais abastadas ilustram a desigualdade na correlação de forças entre invasores e povos e comunidades Tradicionais. Hoje, tais formas de expropriação de terras, territórios e direitos abrangem interesses do agronegócio, processos de exploração mineral, criação de unidades de proteção integral sobre territórios tradicionais, construção de hidrelétricas e outras obras e empreendimentos. (MINAS GERAIS, 2014, p. 13).

Furadinho não é estático. Está em constante processo de modificações, seja por meio de lutas que são travadas a partir da associação de moradores no contexto histórico e político, seja pelo reconhecimento como Comunidade Remanescente Quilombola, seja ainda pela demarcação e pela regularização de suas terras, ou por meio dos deslocamentos dos trabalhadores e das trabalhadoras em busca de oportunidades de trabalho.

Furadinho recebeu a Certificação da Fundação Cultural Palmares como Comunidade Remanescente Quilombola (CRQ), em 20 de maio de 2016. A portaria nº 104/2016 foi publicada no Diário Oficial da União (DOU). O processo para demarcação e regularização das terras quilombolas da comunidade de Furadinho junto ao INCRA foi aberto em 2014, processo de nº 54160.00182/2014-66, mas até o momento o órgão não emitiu um parecer. Um dos entraves, de acordo com o órgão, é a falta de mão de obra no instituto.

De acordo com a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ)³⁴, em 1995, no país havia em torno de 412

³⁴ “CONAQ é uma organização de âmbito nacional, sem fins lucrativos que representa a grande maioria dos(as) quilombolas do Brasil. Da CONAQ participam representantes das comunidades quilombolas de 23 estados da federação. Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pará, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Rondônia, Sergipe, São Paulo, Santa Catarina e Tocantins. Os objetivos da CONAQ é lutar pela garantia de uso coletivo do território, pela implantação de projetos de desenvolvimento sustentável, pela implementação de políticas públicas levando em consideração a organização das comunidades de quilombo; por educação de qualidade e coerente com o modo de viver nos quilombos; pelo protagonismo e pela autonomia das mulheres quilombolas; pela permanência do(a) jovem no quilombo e, acima de tudo, pelo uso comum do território, dos recursos naturais vivendo em harmonia com o meio ambiente. A CONAQ foi responsável por manter um amplo debate sobre os procedimentos de regularização de territórios quilombolas, definidos pelo artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal. Participou ativamente na construção do Decreto nº 4887/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Essas e outras informações sobre a entidade podem ser encontradas no site <http://conaq.org.br/nossa-historia/> Acesso em: 02 set. 2022.

comunidades negras rurais, hoje o país conta com aproximadamente 3500 comunidades. A titularidade das terras só foi concedida a pouco mais de 100 comunidades, o que se configura como desrespeito e total descumprimento de um direito constitucional. Entretanto, não podemos esquecer que o reconhecimento territorial atinge diretamente a classe dominante, que usa dos artifícios que possui para dificultar a tramitação dos processos.

Atualmente, o movimento do capital está cada vez mais na direção de entrar no meio rural com empreendimentos da construção civil, construção de condomínios e sítios de lazer e o agronegócio está desenvolvendo cada vez mais uma produção em larga escala, o que tem despertado o interesse pelos territórios circunvizinhos à cidade de Vitória da Conquista.

A pesquisa desenvolvida por Maicon Leopoldino de Andrade (2015), na dissertação **A monocultura do eucalipto: conflitos socioambientais, resistências e enfrentamentos na região do sudoeste baiano**³⁵, não aborda especificamente comunidades quilombolas, mas destaca os conflitos de grupos e movimentos sociais³⁶ contra a expansão dos denominados “desertos verdes”, decorrentes da monocultura do eucalipto promovida pela expansão da empresa Veracel Celulose. A resistência dos trabalhadores pesquisados se pauta em ações e trabalhos voltados para a agroecologia e por espaços de socialização da política, com ações diretas contra o capital, o agronegócio e o próprio Estado. As comunidades praticantes da agricultura familiar camponesa, mesmo com toda “espoliação, exploração e expropriação dos seus meios de produção e dos recursos naturais, resistem no seu modo de viver, persistindo muitas vezes em situações adversas” (ANDRADE, 2015, p. 64).

Os empreendimentos no meio rural têm garantido um aumento significativo do capital e avançam progressivamente sem que nenhuma força os detenha.

A produção destes bens especializa-se, gerando uma diferenciação social entre os que podem e os que não podem arcar com os investimentos exigidos e, como consequência, ocorrem a concentração fundiária e o recuo na população rural. A necessidade dessa produção e a utilização de técnicas dela derivadas, oriundas da agroindústria, leva à uniformização das formas de trabalho e ao domínio da

³⁵A região do sudoeste baiano abrange os municípios de Piripá, Cordeiros, Tremedal, Anagé, Barra do Choça, Belo Campo, Boa Nova, Bom Jesus da Serra, Caatiba, Caetanos, Cândido Sales, Vitória da Conquista, Dário Meira, Ibicuí, Iguai, Manoel Vitorino, Mirante, Nova Canaã, Planalto, Poções, Encruzilhada, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Itororó, Macarani, Maiquinique, Potiraguá e Ribeirão do Largo.

³⁶Os movimentos sociais citados na dissertação abrangem: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), além de outras organizações como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), o Projeto Geografar/UFBA e o Laboratório de Geografia/UESB.

produção rural pela indústria. (KUENZER; OLIVEIRA, 2016, p. 286).

Os avanços tecnológicos no campo não chegam para o pequeno produtor da agricultura camponesa familiar. Este, está sempre à margem de tais mudanças. Novas tecnologias, novos produtos agrícolas para potencializar a produção. Novas ferramentas, tecnologias, sementes modificadas para melhor adaptação ao clima fazem parte do cotidiano dos grandes proprietários, enquanto a agricultura campesina familiar vivencia sutis alterações nas formas de manejo e cultivo agrícola. Em Furadinho, o plantio está delimitado ao calendário das chuvas, faltando água no período de longas estiagens inclusive para necessidades básicas (tomar banho, beber, cozinhar e lavar roupa).

Embora exista todo esse contraste no seu entorno, Furadinho tenta resistir mantendo a produção camponesa familiar. Contudo, esta não tem sido suficiente para manter o sustento de todos os familiares. As memórias permanecem mesmo para os que migraram da localidade, porque carregam consigo o sentimento de pertencimento ao território.

A análise das pesquisas acerca das comunidades tradicionais de Vitória da Conquista nos leva a perceber que, os problemas relacionados à demarcação territorial perpassam muitos territórios quilombolas, o que demonstra o projeto do poder público em não viabilizar as demarcações, atuando em favor dos proprietários de terras no sentido de dificultar a vida dos quilombolas. Esse projeto se desenvolve de diversos modos, seja na morosidade da demarcação territorial, na exploração imobiliária por meio dos loteamentos, na privatização de acesso a água, nas dificuldades de acesso à educação escolar por meio do fechamento de escolas quilombolas, ou na exploração do eucalipto. Todos se constituem como mecanismos de sufocamento dos modos de vida e impulsionam a migração.

Enfim, nesta seção analisamos desde as origens dos latifúndios e das desigualdades sociais do país que possuem suas raízes no período colonial. Analisamos a formação dos quilombos no Brasil e os saberes que envolviam essa forma de organização social, que atuou como forma de resistência ao regime da escravidão. Tratamos da Lei de Terras, que veio a favorecer os grandes proprietários de terras e impedir que pobres, negros e indígenas pudessem produzir a existência no seu próprio pedaço de terra. Falamos da luta para conquistar o direito ao território para quem nele vive, cultiva, tira o próprio sustento em uma perfeita e histórica interação ser humano/natureza. Também abordamos os processos de demarcação dos territórios quilombolas que se arrastam por anos na Justiça e o quanto a morosidade do sistema é

conveniente às elites dominantes. Enquanto isso, as comunidades tradicionais, em especial os quilombolas aqui representados pelo quilombo de Furadinho, aguardam o parecer favorável para que tenham de volta a titularidade das terras que lhes foi tirada. Homens e mulheres do quilombo de Furadinho continuam na luta e na resistência para validar direitos e garantir a produção da existência no seu território de pertencimento.

4 MEMÓRIAS DOS SABERES DO TRABALHO, CONTRIBUIÇÕES DA EXPERIÊNCIA

A relação com o saber é
relação com o mundo,
relação consigo mesmo,
relação com os outros.
(Bernard Charlot).

Os saberes de homens e mulheres do campo integram um conjunto de conhecimentos que se materializa e se manifesta no uso e no manejo dos recursos naturais para a satisfação de necessidades básicas. Essas práticas produtivas são de base familiar e estão relacionadas aos ciclos naturais climáticas das regiões. Essas práticas econômicas encontram-se submersas e coexistem com o modo de produção capitalista e se configuram como práticas de resistência às diversas formas de trabalho assalariado.

Esta seção está organizada em duas subseções: a primeira trata de uma análise das produções bibliográficas sobre os saberes do trabalho. Para isso, as ideias apresentadas por Acácia Kuenzer delineiam o que propomos nesta tese, enquanto categoria de análise para mapear os saberes produzidos por trabalhadores e trabalhadoras em suas práticas diárias de trabalho. Assim, outras contribuições do campo dos saberes merecem ser destacadas. Cada autor estudado em suas experiências sociais destaca aspectos que agregam elementos a essa categoria.

Já na segunda parte, há uma tentativa de recuperar os saberes do trabalho de homens e mulheres por meio das memórias de suas vivências, suas histórias e especificidades relacionadas às práticas de trabalho passadas de uma geração para outra no processo de trabalho por meio de relações vivenciadas e transmitidas na convivência intergeracional. Tratamos, especificamente, das memórias dos saberes do trabalho de homens e mulheres de Furadinho que trabalham no campo como carpinteiro, costureira, cozinheira e na produção da farinha de mandioca e da tapioca. As memórias dos saberes do trabalho de vaqueiro fazem parte das minhas vivências, enquanto pertencente a uma comunidade tradicional. Nas entrevistas realizadas não houve registros dessa atividade, mas na comunidade há famílias que se dedicam a essa prática de trabalho, porque, em alguns lotes, existem rebanhos de gado no pasto.

4.1 Memórias dos saberes do trabalho: uma busca conceitual

A definição de saberes do trabalho que contempla o que nós propomos nesta tese foi explicitada por Acácia Kuenzer (1988) em **Educação e Trabalho: Questões teóricas**. Para essa autora o saber do trabalho é produzido

[...] no interior das relações sociais em seu conjunto; é uma produção coletiva dos homens em sua atividade real, enquanto produzem as condições necessárias à sua existência através das relações que estabelecem com a natureza, com os outros homens e consigo mesmo. [...] os homens em sua atividade prática, ou seja, em seu trabalho, compreendido como todas as formas de atividade humana através das quais o homem apreende, compreende e transforma as circunstâncias ao mesmo tempo que é transformado por elas. Desta forma, o trabalho é a categoria que se constitui no fundamento do processo de elaboração do conhecimento. O processo de produção do saber, portanto, é social e historicamente determinado, resultado das múltiplas relações sociais que os homens estabelecem na sua prática produtiva. (KUENZER, 1988, p. 15).

É por meio das atividades diárias de trabalho em suas variadas formas que o ser humano interagindo com outros seres humanos, consigo mesmo e com a natureza produz saberes. O processo de produção dos saberes é contínuo e social, resultado de várias interações nas relações de trabalho. Nesse sentido, os saberes podem ser ampliados e transformados, quanto maior for o contato com outros, quanto mais conhecimento o trabalhador obtiver sobre o seu trabalho e quanto maiores forem os recursos a sua disposição, maior também será a produção de saber. Para que os saberes possam ser melhorados e ampliados é necessário que saberes e conhecimentos estejam atrelados. Sem esse engajamento, o primeiro fica estagnado na utilização das mesmas técnicas e não avança.

Bernard Charlot (2000), em sua pesquisa **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**, afirma que o saber é fruto das relações sociais que apreendemos, ou seja, o saber é fruto das memórias compartilhadas no convívio social. “Adquirir saber permite assegurar-se um certo domínio do mundo no qual se vive, comunicar-se com outros seres e partilhar o mundo com eles, viver certas experiências e, assim, tornar-se maior, mais seguro de si, mais independente” (CHARLOT, 2000, p. 60). O autor deixa claro que o saber é fruto da relação do indivíduo com o mundo, da existência de vários tipos de sujeitos, várias formas de apropriação de saberes relacionados ao contexto, à linguagem e à história de cada sujeito. Para o autor não há “saber sem relação com o saber” e elucidar essas conexões que se ligam ao sujeito de múltiplas maneiras não é uma tarefa fácil.

Na convivência com outros, os seres humanos têm a capacidade de aprender, interpretar, interrogar, dialogar e abstrair o pensamento para partilhar conhecimento e experiências. Falar da categoria saberes do trabalho requer uma recuperação de fatos e situações vivenciadas, historicamente, nas práticas de trabalho e que estão na registradas na realidade, ou na consciência social do grupo. Nesse sentido, a categoria saber engloba o conhecer. Todas as formas de saberes são igualmente importantes, embora cada saber se proponha a uma finalidade.

De acordo com Luiz Carlos Bombassaro (1993, p. 13), em sua obra **As fronteiras da epistemologia**, a racionalidade e a historicidade são categorias definidoras do conhecimento e de tudo que está relacionado ao ser humano, “dos seus desejos às suas realizações”. O humano se distingue dos outros seres vivos pela racionalidade, pela linguagem e pela necessidade de conviver com outros e com a natureza. Assim:

[...] o homem sempre age de uma determinada maneira, cria padrões de comportamento, crenças e valores que, ao serem objetivados, constituem a cultura. Deste modo, o homem nasce marcado não só pela racionalidade, mas também pela historicidade, que se manifesta como práxis, como o conjunto das ações que ele realiza no tempo. (BOMBASSARO, 1993, p. 14).

Todo conhecimento é uma atividade intelectual dotada de racionalidade, na qual o indivíduo cria e recria formas de compreender o mundo, dita padrões de comportamento e valores a serem seguidos para atender a determinados propósitos. O conhecimento relaciona-se tanto ao individual, quanto ao coletivo. O autor salienta que, para uma melhor compreensão acerca das dimensões racional e histórica do conhecimento, é necessário fazer a distinção entre os conceitos epistêmicos conhecer e saber. Embora possam parecer, à primeira vista, similares, trazem sentidos muito diversos. O saber pode relacionar-se a duas perspectivas de interpretação. Em uma delas, o saber refere-se à crença, ao crer, ao “ter como verdadeiro”, é, portanto, caracterizado segundo “uma dimensão prática”, segundo as experiências de vida que se manifestam no crer. Na outra, o saber pode ser associado a “poder”. O saber não implica em uma experiência direta com o que se fala. É possível saber sobre um determinado país sem nunca ter viajado até lá.

Neste sentido, saber é poder manusear, poder compreender, poder dispor. Também aqui como o manifesto no caso do uso do verbo ‘crer’ - o saber está vinculado ao mundo prático, o qual não é somente condição de possibilidade para qualquer enunciado, mas também o lugar efetivo onde a enunciação pode ser produzida. Portanto, a investigação do saber como conceito epistêmico remete ao prático, pois o saber revela-se em instância que vincula o homem ao mundo.

[...] Da mesma forma que o saber, o conhecer também vincula o homem ao mundo. O uso do verbo ‘conhecer’, diferentemente do que ocorre com ‘saber’, exige sempre um complemento seja ele um nome, um substantivo, um adjetivo substantivado ou mesmo um pronome pessoal. Dizemos que se conhece, ao falar de pessoas, de objetos, de lugares. Assim, podemos dizer ‘conheço João’, ‘conhecemos Porto Alegre’, ‘conheço este livro’, etc. (BOMBASSARO, 1993, p. 21).

Para uma melhor compreensão acerca da semântica que envolve a palavra saber³⁷, precisamos entender melhor o seu significado. Para tal, é necessário recorrer a três palavras gregas que estão intrinsecamente relacionadas com o saber. São elas: *Doxa*, *Episteme* e *Sofia*. Autores como Bombassaro (1992, p. 24) e Dermeval Saviani (2013, p. 14) consideram que essas três palavras trazem distintos pontos de vista na aquisição do conhecimento. *Doxa* quer dizer opinião, conhecimento do senso comum, espontâneo, ligado à experiência cotidiana, refere-se às atividades práticas, como andar de bicicleta. Constitui a forma mais elementar de o ser humano interpretar o mundo e surge da necessidade de resolver problemas imediatos; a *Episteme* representa a ciência, o conhecimento filosófico ou científico, refere-se ao conhecimento escolar, possui validade universal. Nessa acepção, um jovem pode ser mais sábio do que um velho; enquanto que *Sofia* simboliza a sabedoria, fruto da experiência humana de uma vida longa, daí advém à expressão “um velho é sempre mais sábio do que um jovem” (SAVIANI, 2013, p. 14).

São diversas as formas de conhecimento a que estamos expostos. Elas se entrecruzam, separá-las não é uma tarefa tão simples, nem temos a pretensão de atribuir maior valoração para essa ou aquela forma. Integradas, constituem a base de todos os saberes.

A experiência, conforme expressa por Thompson (1981), como experiência humana produzida na vida material e estruturada em termos de classes, é fundamental para o estudo da categoria trabalho, tanto no que tange ao trabalho produtivo como no que se refere às várias outras dimensões que envolvem a vida humana.

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo - não como sujeitos autônomas, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* [...]. E verificamos que, com ‘experiência’ e ‘cultura’, estamos num ponto de junção de outro tipo. Pois as pessoas não experimentam sua

³⁷ Os dicionários nos apontam algumas possibilidades para o vocábulo saber como é o caso de: Soma de conhecimentos - erudição, sabedoria; ter o conhecimento de alguma coisa; ter conhecimentos técnicos ou especiais que permitem fazer alguma coisa. Disponível em: <https://dicionariocriativo.com.br/significado/saber>. Acesso em: 29 mar. 2022.

própria experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem alguns praticantes teóricos) como instinto proletário etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral. (THOMPSON, 1981, p. 182-189).

Os homens e mulheres atuam sobre a realidade por meio do acúmulo de experiências aprendidas, vividas, herdadas e transmitidas no convívio realizado nas vidas material e social. Expressam também essas experiências por meio do trabalho coletivo que prima pela solidariedade e pela reciprocidade na interação ser humano-natureza.

Outro filósofo especialista em análise da atividade de trabalho que trouxe significativas contribuições para o campo dos saberes do trabalho foi Yves Schwartz (2010). Em sua pesquisa **A experiência é formadora?** ele introduz o texto com uma série de questionamentos sobre o papel formador da experiência e sobre a existência de dois polos e a possibilidade de articulação entre eles. De um lado, está o saber formal acadêmico, que agrega conhecimentos, conceitos, formação, competência e do outro, um saber da experiência, que não tem o mesmo estatuto que o saber formal.

Schwartz (2010, p. 43) estabelece também a diferença entre experimentação e experiência. A primeira corresponde a um protocolo de atos de trabalho em que tudo é pensado previamente pelos outros e os executantes apenas realizam a tarefa. O modelo taylorista é um bom exemplo. Nele não é permitido agir, apenas executar. Enquanto que a experiência não deve ser um conceito genérico, precisa ser individualizada, por meio de percursos e situações sempre singulares. É um processo inacabado composto de todas as nossas relações, valores, sucesso, fracasso, sofrimento e engajamento uns com os outros.

Outra distinção que Schwartz (2010) apresenta refere-se à experiência do trabalho e ao trabalho como experiência. Na primeira, há rotinas e a experiência é um obstáculo para a ampliação e o enriquecimento. A ordem, a regularidade, a disciplina, a pontualidade, o individualismo, a cadência e a sequenciação são marcas da experiência do trabalho. A duração no trabalho nada acrescenta ao trabalhador, constitui-se como um meio de exploração da mão de obra pelo condicionamento tecnológico. Um bom exemplo é o trabalho mecanizado na indústria. Trabalhar o máximo possível para obter maior ganho. Ao passo que o trabalho como experiência é sempre o cumprimento de normas protocolares antecedentes, que permitem a continuidade do processo. O

trabalhador tem o controle do seu produto, continua sendo dono e senhor do processo. Ele conserva a experiência da capacidade total, ou quase total do processo de produção. É o encontro de experiências que faz “gerir, negociar esse encontro, que há forte apelo à pessoa, a sua memória, aos seus debates internos, aos seus hábitos quase domados em seu corpo, a uma multidão de coisas que são os mistérios da experiência” (SCHWARTZ, 2010, p. 44).

É no **trabalho como experiência** que o nosso olhar se volta em busca da memória dos saberes do trabalho em Furadinho. Sendo os saberes do trabalho fruto da experiência é necessário correlacionar saberes e experiências. A experiência está associada aos processos da vida no trabalho, na escola, na família, nas relações sociais em seus diferentes âmbitos no processo histórico, o que torna indispensável levar em consideração que os saberes do trabalho são contribuições da experiência.

A experiência é produzida na vida material em “relações estruturadas em termos de classes, dentro de formações sociais particulares” (THOMPSON, 1981, p. 111). Esse autor apresenta a experiência como um conceito que está intrinsecamente relacionado à categoria saberes do trabalho.

A ‘experiência’ (descobrimos) foi, em última instância, gerada na ‘vida material’, foi estruturada em termos de classe, e, conseqüentemente o ‘ser social’ determinou a ‘consciência social’. La Structure ainda domina a experiência, mas dessa perspectiva sua influência determinada é pequena. As maneiras pelas quais qualquer geração viva, em qualquer ‘agora’, ‘manipula’ a experiência desafiam a previsão e fogem a qualquer definição estreita da determinação. (THOMPSON, 1981, p. 189).

A experiência orienta a nossa vida não apenas na esfera econômica, no modo de produzir, mas na cultura, nos costumes, na consciência afetiva e moral. A experiência não é estática, é constantemente transformada por meio das nossas interações em contextos locais e universais. À medida que vamos adquirindo saberes a nossa experiência se amplia.

Dessa forma, a experiência é formadora quando se tem o trabalho como experiência individualizada por intermédio de situações e de percursos singulares, ou seja, é preciso levar em consideração o conjunto de elementos que a compõe. A experiência é formadora do ser social e as mudanças que ocorrem no ser social dão origem à experiência modificada. Voltando a Thompson (1981, p. 16), este, assim nos adverte

[...] não podemos conceber nenhuma forma de ser social independentemente de seus conceitos e expectativas organizadores, nem poderia o ser social reproduzir-se por um único dia sem o

pensamento. O que queremos dizer é que ocorrem mudanças no ser social que dão origem a *experiência* modificada; e essa experiência é *determinante*, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados. A experiência, ao que se supõe, constitui uma parte da matéria-prima oferecida aos processos do discurso científico da demonstração. E mesmo alguns intelectuais atuantes sofreram, eles próprios, experiências.

Mesmo os grandes escritores e filósofos da humanidade receberam as contribuições da experiência. Basta analisarmos as obras de um determinado autor de acordo com a cronologia de sua vida e constataremos o nível de maturidade (experiências) que vai se processando, à medida que os anos se passam, em sua historicidade. A experiência modificada ocorre constantemente, pois estamos em constante evolução. A já conhecida metáfora do rio é bem elucidativa para exemplificarmos a experiência modificada. A nossa experiência sofre interferência de uma série de fatores, como leituras, vivências em grupos sociais e no trabalho, análises de fatos, pesquisas, entre outros. A experiência pode ser vista como um reflexo das memórias acumuladas e recuperadas por indivíduos e suas coletividades.

A experiência é o vivido, os acontecimentos, as ações e, ao mesmo tempo, é o sentido atribuído a elas. Identificar, problematizar e reconhecer os saberes que se constroem no trabalho, especialmente nas experiências coletivas ou associativas, compreender as contradições que envolvem as relações de trabalho é o caminho para a análise dos saberes do/no trabalho.

Compreendemos que a categoria experiência orienta-nos, portanto, a evitar o fosso entre a esfera econômica e a subjetividade humana, visto que a análise de Thompson considera o modo de vida dos trabalhadores, o qual está associado ao modo de produção, e os valores partilhados, as experiências cotidianas, a qualidade de vida, a religião, etc. Os sujeitos e as relações entram em cena. Ela orienta-nos ainda a evitar a oposição entre o objeto real e o objeto do conhecimento, ou entre pensamento e realidade. (VENDRAMINI, 2018, p. 218).

São múltiplas as teias de relações sociais que envolvem a experiência. Nesse sentido, as experiências das práticas de trabalho produzidas coletivamente se constituem como saberes. Há conceitos, noções, saberes que são materializados nos costumes e se desenvolvem na consciência social, num percurso temporal e histórico. Esses processos de aprendizagem são marcados por trajetórias individuais de encontros sociais.

A sociedade é transformada por homens e mulheres que atuam conforme o “acúmulo histórico material e cultural de experiências vividas, mas também

transmitidas e apreendidas no seio da realidade material, formando verdadeiros repertórios de aprendizagens sociais, que são acionados de acordo com as necessidades” (MAGALHÃES, 2018, p. 12).

A experiência humana é gerada na vida material por meio de relações sociais que possibilitam experimentar as conexões que envolvem as práticas produtivas como: necessidades, valores, gestos, linguagens do corpo, ação inconsciente e interesses divergentes. Assim, homens e mulheres sofrem pressões que geram “mudanças no ser social que dão origem a experiência modificada; e essa experiência é determinante, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente” (THOMPSON, 1981, p. 16). As experiências vivenciadas são imprescindíveis para que as transformações sociais ocorram. A reprodução ampliada da vida muitas vezes manifesta na experiência de povos tradicionais que primam pela perfeita interação ser humano/natureza mediada pelo trabalho com “relações econômico-culturais que tecem os fios da produção da existência humana, no intercâmbio com outros seres da natureza” (TIRIBA; FISCHER, 2015, p. 407), o que se contrapõe à lógica imposta pelo sistema capitalista de acúmulo de bens e riqueza. Mediados pelo trabalho, homens e mulheres, como sujeitos históricos, buscam mecanismos de sobrevivência e acumulam saberes.

4.2 Memórias do trabalho: seus sujeitos, suas histórias e suas especificidades

Rememorar os processos de trabalho e as dificuldades para a manutenção da sobrevivência é o caminho que trilhamos para acessar os saberes do trabalho. Estes, por sua vez, envolvem sujeitos, suas histórias, suas especificidades e suas experiências, aqui apresentadas a título de ilustração.

A pesquisadora Célia Vendramini (2006) fornece subsídios teóricos e metodológicos fundamentais para compreendermos a realidade e suas contradições, considerando aspectos objetivos e subjetivos, singularidade e totalidade e a dialética passado, presente e futuro. É importante, “considerar o contexto, a materialidade, as condições objetivas de realização do trabalho, a experiência humana e a aprendizagem constituída coletivamente pelos sujeitos sociais” (VENDRAMIN, 2006, p. 124).

No contexto atual de excedente de mão de obra desqualificada e de poucas vagas de emprego, trabalhar significa ser explorado. O aprendizado do trabalho para postos no comércio e na indústria constitui um saber técnico, prático e imediato. Enquanto no trabalho do pequeno produtor da agricultura camponesa familiar são produzidos saberes que perpassam todo o processo de trabalho e que vão desde a limpa da roça, o plantio, a

colheita, o armazenamento e a venda do pequeno excedente. A produção de gêneros alimentícios sob a forma de cooperação econômica com o grupo familiar propicia o aprendizado dos saberes nessa relação intergeracional. Dessa forma, constitui também uma maneira de disseminação de saberes.

Uma coisa que aprendi em casa mesmo, na roça, com meus avós, meus tios e meus primos, é que a agricultura familiar é, sobretudo, uma forma básica de cooperação econômica e é, também, uma comunidade. Nos momentos de colheita, quatro gerações da família se reuniam para executar o trabalho dos mais fracos, sobretudo dos velhos. Eram muitas semanas de muito trabalho e também de muita alegria. Um momento, propriamente, de comunhão. (MARTINS, 1997, p. 121).

Descrições como a de Martins estão presentes nas memórias dos moradores de Furadinho, pois retrata a forma como desenvolviam o trabalho coletivo, contando com a participação de toda a família, o que se constitui como forma de produzir a vida coletivamente por meio da cooperação. O contexto histórico e econômico da comunidade que se quer investigar é de suma importância para a apreensão dos saberes do trabalho. O conhecimento não fica aprisionado a um dado momento histórico, ele nos ajuda a reconhecer quem somos, porque estamos aqui e junto com as possibilidades humanas que se manifestam.

Por meio das entrevistas realizadas vamos trazer a memória dos saberes do trabalho de homens e mulheres que relataram práticas diversas. Vale ressaltar, que essas práticas de trabalho não substituíam o trabalho agrícola no campo e nas casas de farinha, mas eram formas que coexistiam e que ajudavam na produção da existência, como era o caso do trabalho de carpinteiro, do trabalho de costureira e do trabalho culinário. Na verdade, essas práticas mostram como era o trabalho em Furadinho, o que mudou e o que permanece.

4.2.1 Memórias do trabalho no campo

Na comunidade, o trabalho agrícola continua utilizando as técnicas que foram ensinadas pelas gerações anteriores. A enxada, a foice, o facão, o cavador constituem os principais instrumentos de trabalho. As famílias que têm condições contratam o trator para arar o solo.

O modo de produção da existência no Quilombo de Furadinho não está atrelado apenas ao trabalho coletivo; outras formas de trabalho coexistem no mesmo espaço, como o trabalho por diária, o trabalho de meeiro, a empreitada, o trabalho assalariado,

que leva os moradores a se deslocarem diariamente para Vitória da Conquista para trabalharem no comércio, nas indústrias, nas residências e no serviço público.

Os saberes da experiência do trabalho de mutirão como expressão de resistência podem ser observados nos costumes que vigoram na organização desse trabalho coletivo. Essa prática vigora tanto no trabalho agrícola, como na organização da vida comunitária e prima pela reciprocidade, pela solidariedade e pela ajuda mútua entre os vizinhos, constituindo elementos culturais que fortalecem os vínculos de convivência social.

Em entrevista realizada em 2021, o senhor José explica como acontecia o trabalho de mutirão.

Nóis fazia o mutirão aqui na roça pra limpá, limpava a roça de um, outro dia na roça do outro, outro dia na roça do outro, na troca. Agora, tinha aqueles, um dava comida, outro só dava o lanche das 9 hora, aguentava até meio dia, outro só dava meio dia, aqueles que podia fazia uma comida... agora aqueles que não podia falava que só posso fazer mutirão até meio dia, não posso dá comida, fazia o café, fazia aquele monte de beiju³⁸ de massa e levava. (JOSÉ, 2021, entrevista).

O dever moral de ajuda mútua originado pela solidariedade do mutirão constitui, ainda hoje, uma forma de trabalho colaborativo que persiste nos modos de vida comunitária como componente atuante na preservação dos elementos culturais que fortalecem os vínculos de convivência social.

Esse comunitarismo tem seu melhor e, de certo modo, mais problemático desdobramento nos mutirões, sobretudo os mutirões de roça. Nas regiões de fronteira, os mutirões foram e têm sido grandes momentos de solidariedade temporária. Deram e dão certo quando ao trabalho concreto podem associar a convicção interior de que há no gesto e na participação uma inquantificável doação desinteressada, expressão propriamente da caridade, algo que não comporta retribuição compulsória. (MARTINS, 2000, p. 716).

O trabalho de mutirão visa suprir necessidades individuais e, ao mesmo tempo, coletivas, porque são comuns ao grupo e o produto gerado tem valor de uso, o qual está determinado pelas condições materiais e sociais dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Nosso entrevistado rememora que saía bem cedinho para o trabalho na roça e lá permanecia até as 15h. Quando a roça estava distante da casa, só almoçava depois que

³⁸ O beiju é produzido com a massa da mandioca. Ele pode ser feito de duas formas: com a massa da mandioca fresca ralada e espremida, coloca um pouco de massa com a colher e com o fundo da colher aperta levemente a massa. Já o beiju de tapioca pode ser feito em diversos formatos recheados com coco e açúcar. No rememorar da minha infância, adorava ir para as casas de farinha da minha comunidade ver a feitura do beiju e comê-los quentinhos, assim que saíam do forno, pois ficavam bem crocantes. O campo empírico trouxe várias recordações da minha infância na comunidade em que nasci, Rio Abaixo.

retornava. Quando a roça estava mais próxima, a mulher enviava um dos filhos com o almoço³⁹, nesse caso, o trabalho se estendia até o final do dia.

Ele relata que trabalhou por diversas vezes em fazendas da região no serviço de empreitada, no qual ele era responsável por reunir o grupo de trabalhadores. “Eu trabaei um tempo de empreiteiro, tinha uma turma de 10. Quando eu recebia o pagamento distribuía com eles, tinha parente e gente que vinha de longe atraís de emprego” (JOSÉ, 2021, entrevista).

O fazendeiro o contratava para realizar uma tarefa específica como limpar toda a roça, capinar, roçar, fazer cerca, entre outros. Quando o serviço era muito grande e a fazenda estava distante, os trabalhadores montavam um acampamento por lá e só retornavam quando o serviço acabava. Quando o serviço se estendia por períodos longos retornavam quinzenalmente para ver a família. O acampamento era montado com os recursos disponíveis no local. Um dos trabalhadores ficava responsável por preparar as refeições dos demais. Ele relata que eram tempos difíceis. Quando todos se reuniam para as refeições, aproveitavam para conversar, contar piadas, faziam resenhas uns dos outros, nesses momentos era bem divertido “agora as cama que era triste. Tinha muita bananeira nas casas né, pegava aquelas paías trançava, fazia aquelas isteira né, de colchão. Não tinha colchão pra levar, pra durmir, era um sofrimento. Eu já sufri (risos)” (JOSÉ, 2021, entrevista).

Outra modalidade de trabalho comum em Furadinho era a roça por meias, na qual a produção era dividida em parte iguais entre o fazendeiro e o meeiro. O fazendeiro entrava com a terra e as sementes e o trabalhador com a força de trabalho. Essa modalidade era interessante para o fazendeiro, porque envolvia todo o núcleo familiar do trabalhador meeiro durante o ciclo agrícola e só no final o meeiro recebia sua parte.

Desde a idade de quatro, cinco ano. Oxe, nós levantava era cedo para ir na roça, pai pegava as roças de ameia do povo aí, quando estava chovendo ou no sol quente nós tinha que trabalhar, era capinando, plantando mandioca, essas coisas tudo. Quando produzia nós pegava o balaio, colocava na cabeça, subia as laderona com o balaio de milho,

³⁹ Quando ainda criança, por diversas vezes, acompanhei meus tios levarem o almoço dos trabalhadores e das trabalhadoras na roça. Quando eram muitos trabalhadores todos os utensílios domésticos eram utilizados nessa empreitada. Minha avó (Rosa) ia colocando individualmente o prato de cada um (podia ser panela, vasilha de alumínio, prato). Depois, ela amarrava cuidadosamente cada um com um pano de prato para não revirar no trajeto. Quando eram poucos trabalhadores, o trajeto era feito a pé. Nos mutirões usava um carro de boi para levar o almoço e o café. Assim que terminava o almoço era hora de colocar novamente as panelas no fogo para preparar a janta. Quando chegavam da roça por volta das 17h eram servidas a cachaça para os que bebiam e a janta. Eu me recordo que muitos trabalhadores levavam o jantar para casa, porque aquela refeição seria a primeira do dia para os que ficaram na residência. Minha avó comentava, “os que não jantam aqui, vão levar para os filhos”.

feijão, mandioca na cabeça e assim era a vida nossa. (LUZIMAR, 2022, entrevista).

Nessa estrutura, a família do trabalhador meeiro constituía uma reserva de mão de obra e, por estar acompanhado da família, era mais difícil para ele abandonar a fazenda. Verena Stolcke (1994), em **A família que não é sagrada**, assim define o trabalho de meeiro:

É uma forma de trabalho semelhante a um sistema de pagamento por volume de produção cuidadosamente negociado. [...] Remuneração na forma de proporção sobre o produto constitui um incentivo para o trabalhador intensificar seus esforços, desde que seu lucro depende da qualidade produzida. Além disso, meiros são tipicamente contratados em unidades familiares. O sistema de ameia é um arranjo para todo o ciclo agrícola e apenas em seu final o meeiro receberá sua parte. (STOLCKE, 1994, p. 68).

A família meeira podia produzir sua própria roça de subsistência sem comprometer a produção destinada à divisão da produção entre patrão e meeiro. Quanto mais numerosa a família fosse, mais mão de obra somaria nessa dependência mútua pela sobrevivência.

Sr. José também rememora os tempos de juventude e conta que trabalhou em sua própria casa de farinha por mais de trinta anos. Quando ficou com a idade avançada, vendeu os equipamentos, mas as ruínas do local de trabalho permanecem ao lado de sua casa. Ele narra como era difícil vender o produto do trabalho, colocava a carga de farinha no jumento e vinha a pé para Vitória da Conquista. Saía de casa de madrugada, bem cedinho, ainda escuro, quando chegava no local da feira já era no final da tarde. A feira acontecia onde hoje é a praça Trancredo Neves e a Barão do Rio Branco. Naquela época, essas praças não eram divididas e constituíam uma única rua, conhecida como Rua Grande.

O entrevistado Sr. José (2021, entrevista) conta que arriava a carga e procurava um cantinho para passar a noite. Nessa época, ficava cheio o local “tudo misturado, era gente, era bicho, dormia ali mesmo no chão, no outro dia vendia a farinha e comprava as coisas para casa que precisavam e aí era outra caminhada de novo, nesse tempo só quem tinha carro a óleo⁴⁰ era o povo rico”.

Com base na descrição do Sr. José fomos em busca de registros históricos da cidade sobre a feira e encontramos, no trabalho do pesquisador Aníbal Viana (1982), na **Revista Histórica de Conquista**, uma descrição similar à apresentada pelo Sr. José ao

⁴⁰ Carro a óleo era qualquer veículo automobilístico, independente do tipo de combustível.

retratar a situação dos feirantes após a derrubada do antigo Barracão, no ano 1912. A feira permaneceu no mesmo local, mas os feirantes estavam totalmente desprotegidos.

Assim, feitas ao ar livre as feiras semanais, sem o menor abrigo, ficando o povo impiedosamente exposto aos incômodos do sol ou das chuvas, não pode continuar por muito tempo, por que isso, além de trazer a todos grandes aborrecimentos, é prejudicialíssimo à saúde pública. Causa lástima, faz vergonha ver o modo por que são realizadas as feiras, aos sábados, entre nós, mormente nos dias invernosos. O local da feira transforma-se então num repugnante e perigoso lamaçal, notando-se asquerosa mistura de detritos vegetais com diversos gêneros alimentícios. (VIANA, 1982, p. 656).

Tanto a descrição do Sr. José, quanto à de Viana (1982) coadunam com a imagem da Feira de Vitória da Conquista, na década de 1930, que encontramos no arquivo digital do Museu Regional.

As pessoas aglomeradas, barracas e animais demonstram a importância da feira para a economia local, sendo considerada um importante centro comercial. No entorno, várias residências e estabelecimentos comerciais.

Figura 3 - Feira Livre na Rua Grande, hoje atual Praça Tancredo Neves, na década de 1930



Fonte: Arquivo digital do Museu Regional⁴¹ de Vitória da Conquista.

A feira permaneceu nesse local até 1938, quando foi transferida para a Avenida Municipal, atual Lauro de Freitas, na gestão do prefeito Régis Pacheco. Dali foi transferida para a Praça da Bandeira, após a construção do Mercado Municipal (atual Mercado de Artesanato), na gestão do prefeito Antonino Pedreira de Oliveira (1946-1950). Devido ao rápido crescimento da cidade, o local tornou-se insuficiente para o

⁴¹Ana Cláudia Reis Rocha. Coordenadora do Museu Regional - Casa Henriqueta Prates/UESB Pça. Tancredo Neves, 114, Vitória da Conquista - BA, CEP: 45000-525. Fone: (77)3422-2559.

funcionamento da feira. Na gestão de Fernando Spínola (1967-1971), após algumas desapropriações, a feira foi transferida para o Mercado e somente na gestão de José Pedral Sampaio (1983-1989) foi construída a CEASA⁴² – Central de Abastecimento de Alimentos, local onde permanece até hoje (VIANA, 1982).

O Sr. José também rememora que depois foram surgindo os carros de bagana⁴³, por volta da década de 1970, e às vezes vendia toda a produção para o dono do carro. Nessa época, começou a surgir na comunidade a Figura do comerciante atravessador. Com uma política desigual na estrutura dos preços, comprava o produto (farinha de mandioca) do pequeno produtor por um valor bem abaixo do mercado e vendia por valores elevados na cidade. Ainda é comum a família comercializar o produto com o atravessador, devido a dificuldades de deslocamento do produto e ao alto preço dos fretes.

A unidade de produção familiar sofre pressões sociais e econômicas com a baixa produtividade, o que propicia a coexistência de outras formas de trabalho dentro e fora da comunidade. A (des)estruturação dos modos de vida vai, aos poucos, denunciando o desmonte das formas de trabalho agrícola e da produção de farinha, pressionadas pelas fortes influências e interpenetrações do capital.

Assim, os saberes da experiência do trabalho apreendidos nas práticas diárias, no contato com outros, no lidar com a natureza e com os produtos vão esmaecendo e com isso as trocas intergeracionais propiciadas pelos saberes da experiência ficam comprometidas. Essa dinâmica permite a coexistência de outras práticas de trabalho, as quais requerem outros saberes, embora igualmente atravessados por formas diversas de exploração da mão de obra do trabalhador.

4.2.2. Memórias do trabalho de carpinteiro: tempos difíceis entre o serrote e o machado

Durante as entrevistas, percebemos que além do trabalho agrícola havia moradores que exerciam, concomitantemente, outros ofícios. O entrevistado Sr. José expõe que seu pai, Aurelino Santos, junto com o trabalho de agricultor também exercia

⁴² A pesquisadora Priscilla Rosa Azevedo (2023) desenvolveu sua dissertação denominada **Memórias das mulheres feirantes sobre a percepção das relações de gênero no cotidiano do trabalho na Central de Abastecimento (CEASA)** de Vitória da Conquista-Bahia, mas ela não trata da evolução histórica e social da feira. Sua abordagem se centra nas memórias coletivas e nas trajetórias de trabalho das mulheres feirantes no intuito de analisar as expectativas, realizações e frustrações, com base nas questões de gênero e trabalho.

⁴³ Expressão usada para designar carros de frete que passavam pelos povoados levando a produção para as feiras. O entrevistado narra que eram comuns as brigas, devido a superlotação do transporte, além da troca e da mistura de alguns produtos.

a profissão de carpinteiro. Ele relata com orgulho esse ofício do pai e comenta que, por meio dele, nunca passaram necessidade, sempre tinham o que comer em casa. O deslocamento do Sr. Aurelino para os trabalhos temporários ocorria para fazendas da região, algumas mais próximas e outras mais distantes.

Ele sempre trabalhou na roça, [...] mas ele era carpinteiro, o povo todo daqui da região gostava do serviço dele, ficava um mês, dois meses fora, aqui nas vizinhanças aqui perto. Lá mesmo ele dormia, só vinha sábado e domingo, voltava segunda e deixava o dinheirinho para fazer as despesas né. Ele fazia de tudo, naquele tempo era o serviço grosseiro, era carro de boi que tinha, não tinha automóvel, caminhão pra carregar tudo, as pessoa que tinha uma terrinha tinha um ou dois carro de boi né, agora eles vinha atrás dele pra consertar, outras era pra fazer curral, cancelas, essas coisas. Até hoje tem as cancelas que ele fez, 28 anos que ele morreu e ainda tem cancelas nas fazendas... serviço era bem feito né. (JOSÉ, 2021, entrevista).

Devido às dificuldades do ofício de carpinteiro, um trabalho muito forçado, eram poucos os que se habilitavam a exercer o serviço. Quando eu perguntei ao entrevistado se ele não teve interesse de aprender o ofício de carpinteiro do pai, ele respondeu:

[...] eu achei que aquele serviço era ruim, pesado demais, ir pros mato, tirar madeira o dia todo, depois de cortar, carregar, tinha hora que ele não levava comida, o dono não dava nada para levar para comer, eu que não quero ficar nesse serviço não (risos), tinha uns que dava a comida meio dia, mais o lanche ele não dava. Meu pai comprava rapadura e levava farinha, quando era nove hora que dava fome, comia e se não levasse, eles não levava não. Tirava sozinho e carregava aqueles pedaços de pau pesado que hoje dois não aguentam, hoje está tudo fraco, sozinho não aguentava e ele sozinho arribava e jogava no carro de boi de manhã né. (JOSÉ, 2021, entrevista).

A precarização das condições de trabalho chega ao nível quase que desumano de exploração. Seu Aurelino sozinho tinha que cortar a madeira com machado, retirar, carregar e produzir sozinho o serviço que fora encomendado, independente do que fosse, um curral, um carro de boi, portas, janelas, cancelas, entre outras coisas. O que produzia na lavoura não era suficiente para manter toda a família, a migração para exercer o ofício de carpinteiro foi a saída encontrada.

Ele conta que todo o madeiramento da sua casa, inclusive portas e janelas foram confeccionadas pelo seu pai. As madeiras foram retiradas da própria localidade. A largura e profundidade dos caixonetes chamam atenção. Pelos padrões dos caixonetes que são vendidos atualmente, um caixonete confeccionado pelo Sr. Aurelino Santos daria para fazer dois dos atuais. As janelas são compridas, na altura de aproximadamente 70cm x 40cm, as portas têm em torno de 1.90cm x 70cm. Quase sete

décadas depois de terem sido feitas, continuam erguidas, na estrutura original da casa de adobo, que recebeu apenas algumas reformas ao longo do período.

A casa do senhor José está localizada no centro da comunidade, do lado esquerdo de quem chega, em direção ao sol nascente. O centro do quilombo é constituído por casas paralelas de ambos os lados, de modo que se assemelha a uma avenida larga. Para que o leitor tenha uma dimensão aproximada do espaço, daria tranquilamente para construir duas ruas e uma praça no centro, conforme pode ser observado na seção 3, no mapa 3 - Localização do centro do Quilombo de Furadinho.

A casa do senhor José possui um muro baixo, com portão de madeira, é uma residência bem ventilada, varanda ampla, seis quartos, duas salas, duas cozinhas e um banheiro. Do lado externo ele possui um pequeno depósito de ferramentas. Todas as janelas e portas são pintadas de azul e as paredes são brancas. O ambiente é modesto, mas é muito asseado, o piso em cimento vermelho, bem encerado, brilhando. Nas salas, jogos de sofá; na cozinha, uma mesa retangular média, o fogão à lenha fica em um cômodo a parte, já o fogão à gás fica na cozinha principal junto com um pequeno armário e a despensa onde são guardados os mantimentos; ao fundo, em um canto da cozinha, o pote de barro⁴⁴. Móvel modesta, mas tudo muito cuidado.

Não podemos deixar de mencionar o trabalho das mulheres do quilombo no cuidado com o lar, lavando e passando roupas, costurando e cozinhando. Os saberes do ofício de costureira e biscoiteira constituíam uma força de trabalho imprescindível para vestir e alimentar toda a família. O trabalho das mulheres não tem a perspectiva de libertação, de independência financeira, mas de uma força de trabalho indispensável para manter a unidade familiar. Educadas desde pequenas para casar, cuidar da casa, do marido e dos filhos. O trabalho doméstico sempre foi visto como obrigação, uma responsabilidade exclusiva das mulheres. Essa situação, tão comum em décadas anteriores, ainda persiste no quilombo. Quando acompanhamos as festividades de casamento na comunidade, a cozinha continuava sendo espaço de domínio exclusivo das mulheres. Não podemos olhar para essa comunidade com os valores preconcebidos urbanos, pois a forma como se relacionam encontra forte sentido nos vínculos afetivos, na maneira de ser e agir no mundo daquela comunidade.

⁴⁴ O pote de barro é muito utilizado na comunidade, lugar onde se coloca a água própria para beber. O recipiente conserva a água fria.

4.2.3 Memórias do trabalho de vaqueiro

Durante as visitas a Furadinho, percebemos que há famílias que criam gado, embora entre os nossos entrevistados não houvesse registros do trabalho de vaqueiro, mas vimos vários animais presos em mangas e sendo conduzidos de um ponto a outro por vaqueiros. Essa situação foi presenciada no dia da Festa do Bom Jesus. Essa subseção emerge das minhas memórias, enquanto moradora e descendente de uma comunidade tradicional no Rio Abaixo, mais precisamente na fazenda Pau-de-colher.

Meus avós paternos criaram 12 filhos. Todos os filhos foram criados trabalhando na roça e na criação de gado. A minha família tem forte tradição como vaqueiro e tropeiro. Essa tradição veio do meu bisavô, José Balduino Andrade Pessoa. Foi nas suas viagens como tropeiro que o meu avô Balduino Pessoa Andrade conheceu a minha avó Ana Lima Pessoa, na região de Rui Barbosa, na Bahia. Meu pai, Ermes Souza de Andrade, por ser o primogênito, na juventude foi tropeiro, seguindo o mesmo ofício do avô e do pai.

Os tropeiros eram contratados para transportar, montados na sela de um cavalo, em torno de 100 a 200 cabeças de gado. Meu pai rememora que passou muita fome, sede, frio e chuva por essas estradas. Saía do Rio Abaixo para levar o gado para Jequié (BA), a 316 km e para Feira de Santana (BA), a 502 km. Saiu muitas vezes para buscar gado em Montalvânia, Minas Gerais, para trazer para Jequié, percorrendo cerca de 565,8 km e dormindo ao relento. Só para fazer a travessia do gado nas balsas pelo rio São Francisco eram necessárias cerca de 3 a 4 semanas. Eles dividiam o grupo em duas partes, uma parte ficava de um lado do rio para receber e a outra parte do outro lado, para embarcar.

Havia uma pessoa responsável para fazer as refeições. O Sr. Clemente Duca Pessoa era o cozinheiro oficial da tropa. Os mantimentos eram transportados em jumentos, cada um levava duas cangalhas nas quais ficavam presas as bruacas de couro. Cerca de dez animais eram destinados, exclusivamente, ao carregamento de alimentos. Essas empreitadas envolviam de 15 a 20 trabalhadores. Havia o grupo que ia na frente, guiando o caminho e o outro grupo seguia atrás, tocando o gado no percurso. O café da manhã era uma feijoada, não paravam para o almoço e durante o dia bebiam apenas água. Quando eu perguntei ao meu pai se alguém não quisesse comer a feijoada no café o que acontecia, ele me respondeu: “ficava o dia todo com fome, ou comia ou ficava com fome, não tinha outra coisa”. A tropa só parava novamente no final do dia ao anoitecer, normalmente era próximo a algum rio, para o gado beber água e descansar.

Os tropeiros usavam um gibão de couro para proteger as pernas e os braços de galhos e espinhos, era também uma proteção para os dias chuvosos. Os cachorros também acompanhavam a tropa e ajudavam a tocar o gado. O jantar era um arroz tropeiro (arroz com carne de sol) e, após a jantar, o cozinheiro colocava o caldeirão da feijoada no fogo para o café

da manhã, no dia seguinte. Estendiam uma esteira ou pedaço de lona e dormiam a céu aberto. Quando amanhecia, era hora de comer, arrumar as coisas e partir novamente.

De acordo com Erivaldo Fagundes de Neves (2008), em sua obra, **Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio**, na discussão que ele tece sobre os aspectos significativos do processo de formação e evolução socioeconômica e político-cultural do Alto Sertão da Bahia, ele destaca que:

A pecuária firmou-se desde cedo, como um dos principais fatores de povoamento dos sertões brasileiros. Sua expansão pelo interior do Brasil começou pela Bahia. A Carta Régia de 1701 proibiu a pecuária a menos de 10 léguas da costa Atlântica. Nessa época, as longas distâncias do litoral, aliadas às precariedades dos meios de transportes, por um lado, postergava a ocupação econômica de regiões interioranas como o Alto Sertão da Bahia, cuja colonização iniciou-se na transição do século XVII ao XVIII; por outro, impedia o desenvolvimento de um sistema monocultor. As fazendas de gado dos Guedes de Brito e seus arrendatários e compradores promoveram as condições fundamentais para que se ocupassem a região. [...] As tropas constituíam o único meio de circulação de mercadorias. Para vaquejar utilizava-se o cavalo. [...] Os burros, em geral, destinavam à montaria, para acompanhar tropas e em outras viagens de longo curso. (NEVES, 2008, p. 185-187).

Meu pai recorda que o gado às vezes se perdia e era difícil encontrar. Nas matas fechadas, os cachorros eram uma ajuda imprescindível nesses momentos, quando eles encontravam o gado perdido começavam a latir com frequência e por meio do som emitido os vaqueiros conseguiam chegar até o local. Essas histórias eram rememoradas com frequência na minha infância pelos meus avós e tios e, ainda hoje, estão presentes na memória do meu pai e são recuperadas ao recordar fatos, lugares e pessoas. Durante o período de escrita desta tese, estive mais próxima do meu pai devido aos procedimentos cirúrgicos aos quais ele foi submetido. Uma das formas de distraí-lo durante a recuperação foi sempre rememorar fatos e situações vividas.

Depois que os filhos já estavam criados, meu avô se dedicou ao plantio agrícola e à criação de gado. O curral ficava ao lado da casa, um quintal de aproximadamente 6 metros de largura separava a casa do curral. Das 4h30 às 5h da manhã, impreterivelmente, ele já estava no curral tirando o leite. Na infância, eu acordava sempre com o mugido das vacas do curral, por diversas vezes fiquei apreciando ele tirar o leite, vaca por vaca. Gostava de tomar o leite, ainda quente das tetas das vacas no curral.

Quando terminava o trabalho era o momento de soltar as vacas e os bezerros no pasto e todo final de tarde era o momento de apartar as vacas. Esse ritual consistia em deixar os bezerros longe da mãe durante a noite para que, ao amanhecer, as tetas das vacas estivessem cheias de leite.

Figura 4 - Meu avô Balduino apartando as vacas no curral



Fonte: Arquivo pessoal de familiares, cedido Eliana Andrade, em 2024.

No período de seca, o trabalho de cuidado com o gado dobrava. Sem pasto, meu avô e os filhos tinham que oferecer o alimento nos cochos que ficavam no curral. Os alimentos oferecidos eram sal, palma cortada, bagaços de cana, milho, caroços de algodão, grolãos da massa da mandioca e casca de mandioca que, depois de seca, era transformada em alimento para o gado. Mesmo com toda a simplicidade, sem nenhum conhecimento científico, havia uma preocupação com o reaproveitamento, nada era perdido, tudo era reaproveitado. O trabalho com o gado era sofrido, mas garantia o leite diário e seus derivados como queijo, manteiga, requeijão, coalhada e soro.

Minha avó Ana (carinhosamente chamada de dona Rosa) fazia queijo e requeijão diariamente. Eu adorava comer o pegado de requeijão feito no tacho de barro. Já bati muito soro para tirar a nata para fazer manteiga. Se o batedor estivesse cheio, era necessário colocar força para chacoalhar o soro e separar a manteiga. Esse era o trabalho principal das meninas na cozinha, bater o soro, lavar a louça que não era pouca. O rio que corta a propriedade do meu avô ficava nos fundos da casa. Era comum, nessa época, levar a louça e as roupas para lavar no rio. A malva era o nosso detergente para tirar a gordura das vasilhas.

Minha avó incentivava os filhos a migrarem em busca de melhores oportunidades de trabalho e de vida. Ela sempre dizia que não queria aquela vida dura, para eles. Então, quando nos mudamos para Caetité, meu pai levou consigo os cinco irmãos mais novos (Hélio, Erivelton, Ednilton, Vilma e Eliana). Nessa época, alguns irmãos de meu pai já haviam migrado para São Paulo e num efeito cascata foram progressivamente levando os demais. Tanto que,

residente no Rio Abaixo só ficou um tio. Como morávamos próximos, quase todo final de semana estávamos na roça.

Meu pai abraçou a profissão de caminhoneiro. As longas viagens em estradas ruins, a maioria de terra com carga viva (animais), o deixavam longos períodos fora de casa. Os contatos difíceis e as dificuldades financeiras caminhavam juntos. Na década de 1980, conseguiu comprar o seu próprio caminhão boiadeiro. O contato com a roça e gado sempre estiveram presentes em suas vivências e indiretamente nas minhas também.

Após ter se aposentado, voltou a dedicar-se à criação de gado. Hoje, aos 77 anos, continua trabalhando, cuidando do pequeno rebanho na mesma fazenda, pois o trabalho com o gado, direta ou indiretamente, sempre esteve presente em suas veias.

4.2.4 Memórias do trabalho de costureira

As mulheres trabalhadoras de Furadinho refletem e compreendem a necessidade de agir de maneira espontânea mediante as necessidades do mundo, para isso mobilizam saberes e percepções. Areladas aos afazeres domésticos, ao trabalho na roça e nas casas de farinha, essas mulheres ainda encontravam forças para se dedicarem ao ofício de costureira. No revisitar das memórias, uma das entrevistadas relata sua experiência como costureira, ofício que surgiu da necessidade de vestir os filhos.

A entrevistada Dona Judite, viúva, teve 18 filhos e um aborto. Conta que costurava blusas, shorts, vestidos e calças para os filhos, emendava os pedaços de retalhos para fazer cobertores e lençóis. Esse trabalho era realizado à noite, após o jantar, com a iluminação de um candeeiro. Ela costurava enquanto aguentava.

Aí eu comprava uma camisa pra um, comprava os metros de pano, eu mesma costurava as roupinhas deles. Costurava né, pra cada um, fazia um shortim, remendava as calça que rasgava, fazia um vestidim pra uma, pra outra. Emendava pedaço de pano, tinha uma máquina velha, daquelas pequenininhas. Aí emendava aqueles pedacim de pano, fazia um cobertor para mim, fazia um cobertor pra outro. Forrava eles, né. Fazia uma cama de vara, os colchões eram de junco e capim, colocava os filhos para dormir, é isso aí minha filha. Até de noite a gente costurava né, naquele tempo não tinha negócio de luz, era candeeiro. (JUDITE, 2022, entrevista).

Ela conta que a máquina de costura a acompanha há muito tempo. Nunca teve interesse em se desfazer dela, pois a máquina primeiro pertenceu a sua bisavó, depois a sua avó e depois a sua mãe. É muito boa e acima de tudo, tem forte valor sentimental.

Figura 5 - Dona Judite costureira no quilombo de Furadinho



Fonte: Foto de Renné Andrade (2021).

A costureira precisa ser ágil para poder costurar na máquina de costura portátil, movida à manivela. Segura o tecido com uma das mãos e com a outra vai girando a manivela. A base da máquina é de madeira, já surrada pelos longos anos de trabalho.

Nesse sentido, as peças confeccionadas pela costureira atuam na intuição sensível para rememorar fatos e situações que a levaram a produzi-las. Desse modo, Halbwachs (2006, p. 42) menciona que, na memória de cada um existe um estado de consciência puramente individual chamado de “intuição sensível”. Esta, por sua vez, pode ser um cheiro, uma cor, uma música, um objeto que nos leva a algum lugar, a uma recordação. É possível afirmar que a intuição sensível está sempre presente atuando nas nossas percepções do mundo exterior, embora não possamos afirmar se o ponto de partida da intuição está em nós, ou nos outros. Assim como, os saberes do trabalho de costureira, os saberes do trabalho culinário auxiliam na hora de suprir necessidades da família. Vejamos como esses saberes são transmitidos às novas gerações.

4.2.5 Memórias do trabalho culinário: mãos ágeis

A feitura de biscoitos pode ser considerada outra forma de trabalho permeada de saberes. Seja o trabalho remunerado, ou não, ele é igualmente importante na estruturação da vida familiar e da comunidade. O trabalhador não é um ser passivo nas

relações sociais, mas um ser ativo que constrói conhecimento, mediante os desafios que lhe são impostos frente a novas situações. Os saberes na feitura dos biscoitos se assentam no preparo das massas, nas formas de enrolar e no tempo de assar. Nesse sentido, é salutar destacar que as trabalhadoras se desdobram no trabalho doméstico, no trabalho na roça, como raspadeiras de mandioca, como lavadeiras, biscoiteiras e costureiras. O trabalho das biscoiteiras era realizado sob encomenda. Bolos e biscoitos eram feitos da matéria-prima abundante na comunidade, a mandioca e com a goma da tapioca e a puba.

A feitura dos biscoitos é um processo longo, envolvendo um trabalho coletivo. Os homens eram responsáveis pelo preparo do forno, ou seja, pegavam a lenha no mato, queimavam dentro do forno para aquecê-lo, depois de bem aquecido, as brasas e cinzas eram retiradas, com os ramos de “madeira nova” limpavam todo o forno para receber as assadeiras com os biscoitos. A feitura era do chimango e do tradicional biscoito de goma, conhecido em alguns lugares como avuador, ou chiringa. Este era o mais requisitado, pela longa durabilidade sem alterar suas propriedades. As mulheres ficavam responsáveis pelo preparo da massa e por enrolar, preencher as assadeiras e assar.

Ao chegar à casa de uma de nossas entrevistadas, D. Judite, encontramos o velho forno à lenha e ela nos relatou que é o seu companheiro inseparável. No dia de fazer biscoitos, ela reúne as filhas e as netas. “[...] Todo mundo tomava café com os biscoitos, quando era no fim do ano, o povo já falava que ia na casa de D. Judite comer biscoito. Aí fazia dois sacos de biscoito e de repente acabava tudo, a casa aqui enchia” (JUDITE, 2021, entrevista).

A cidade de Vitória da Conquista é considerada produtora regional de biscoitos que possuem como matéria-prima principal os derivados da mandioca. Continuar mantendo a tradição de fazer biscoitos caseiros, em um processo de trabalho coletivo, com a família reunida é uma forma de resistência às diversas formas de desarticulação dos modos de vida impostas pelo capital e pela grande demanda de biscoitos industrializados ofertados no mercado.

Em uma de nossas visitas, era período de colheita do milho e presenciamos as mulheres da família de D. Judite reunidas em um processo de trabalho coletivo para a feitura da pamonha (iguaria da culinária nordestina). Os homens haviam arrancado o milho e pegavam a lenha. As mulheres descascavam, as mais novas catavam os cabelos do milho, as filhas ralavam. O tempero ficava a cargo da matriarca, enquanto as netas selecionavam as palhas maiores e lisas para colocar a massa, outras faziam as tiras para amarrar. Enquanto isso, os caldeiros aqueciam a água para o cozimento.

D. Judite (2021, entrevista) relatou que era com grande satisfação que fazia as pamonhas e como era prazeroso ver a família reunida. “É uma satisfação ver meu povo todo aqui ajudano, cada um fais uma coisinha, não fica pesado pra ninguém e todo mundo comi”.

Das famílias entrevistadas, a de D. Judite foi a que conseguiu permanecer com maior número de filhos e netos residentes em Furadinho, embora ela tenha filhos e netos que trabalham diariamente em Vitória da Conquista e moram na comunidade.

O tradicional pirão de galinha caipira preparado para comemorar o nascimento de um recém-nascido é prática costumeira. Esse ritual foi relatado em nossa roda de conversa, em 2023, na igreja da comunidade. Eles relataram que quando nasce uma criança, os parentes são convidados para conhecer o mais novo membro da família e como refeição é oferecido o pirão de galinha caipira, criada ali mesmo no quintal da casa. O pirão é cuidadosamente preparado e servido com a temperada (bebida preparada com cachaça e ervas da região). Ela é preparada com antecedência ao nascimento da criança, para que haja tempo das ervas curtirem na cachaça. As ervas mais utilizadas são a hortelã, a losna e a palminha que deixam a cachaça com um tom esverdeado. O tradicional pirão é preparado com o caldo do frango cozido que depois é engrossado com a farinha de mandioca produzida na própria localidade. O prato é servido acompanhado do arroz e da bebida temperada com ervas, chamada de temperada da parida. Essas práticas culinárias me levaram a revisitar as memórias da minha comunidade.

Quanta saudade da cozinha da minha avó paterna, Ana, carinhosamente chamada de D. Rosa! No dia da feitura dos biscoitos, havia um grande movimento de gente, a cozinha ficava cheia de mulheres e as crianças aguardavam os primeiros biscoitos saírem do forno para comer ainda quentinho.

Várias trabalhadoras da região vinham ajudar a preparar as massas. Havia na minha região as mulheres biscoiteiras (comadres entre si) que faziam diferentes tipos de biscoitos: avuador/chiringa, biscoito doce, chimango, bolo de forma, suspiro e cozido assado e se permutavam entre si nessa prática. Não havia pagamento em espécie pelo serviço. O trabalho era retribuído com pequenos agrados: a pessoa recebia tapioca, ovos, leite, um pouco de cada biscoito produzido, entre outros. Eram muitas bocas para alimentar. Nesse dia, o trabalho começava bem cedo e entrava noite adentro. A cozinha ficava cheia de mulheres, enquanto uma amassava, a outra ia colocando os ingredientes e outra segurava a borda da bacia para não virar. Era comum também a feitura dos

biscoitos na véspera das viagens dos filhos que vinham a passeio, era preciso fazer os biscoitos para levar na bagagem, para os filhos que não vieram.

Outro trabalho cansativo realizado por mulheres na minha comunidade era a feitura de doces em tachos de cobre. Na minha região, as trabalhadoras faziam uma trempe no terreiro para mexer os tachos de doces de umbu. O tacho de cobre era do tamanho de um pneu de caminhão, a colher de pau para mexer tinha um cabo longo que propiciava à trabalhadora mexer o doce em pé, sem se queimar. Os umbus colhidos ainda inchados eram quebrados com uma pedra (como se fosse coquinho licuri) para separar a massa dos caroços. Em um recipiente essa massa era colocada de molho para tirar a acidez do umbu. Depois, essa massa era cozida, escorrida e peneirada. Esse doce, para ser feito, requer bom preparo físico, pois a doceira ficava horas a fio em pé mexendo o doce sem parar. Com o calor do fogo, bolhas de ar quente iam pipocando no tacho até secar toda a água da massa e chegar ao ponto de corte. O lugar escolhido para colocar a trempe no terreiro (quintal) ficava no ponto mais recuado da casa, para que a chegada de algum visitante inesperado não comprometesse a qualidade do doce. Durante o processo de feitura, nenhum estranho (visitante) poderia ver o doce, pois acreditava-se que, com a presença da visita, o doce não chegaria ao ponto de corte, era o popularmente chamado “olho ruim”.

Em Furadinho, não há registro nas nossas entrevistas que a comunidade tivesse a tradição de fazer doce de umbu, embora seja um fruto típico em ambas as localidades. O trabalho das doceiras faz parte do revisitar as memórias de minha infância, no Rio Abaixo.

Nesse sentido, Magalhães e Tiriba (2018, p. 10) expressam que “[...] a memória é um fenômeno eminentemente social, condicionada por experiências coletivas vividas, herdadas e compartilhadas por grupos sociais e que são apropriadas a partir das necessidades do presente”.

4.2.6 Memórias das casas de farinha

Todas as famílias entrevistadas em Furadinho demonstraram ter vivências no plantio e no beneficiamento da mandioca para a produção de farinha. A casa de farinha era, e ainda é, uma extensão da moradia, pois ela sempre esteve localizada ao lado da casa do proprietário, ou de um familiar. A casa de farinha anteriormente agregava o grupo familiar para dar conta das demandas do seu funcionamento. Tratava-se de um trabalho coletivo. O trabalho das raspadeiras de mandioca, o ralador das raízes para serem trituradas dependia da força do trabalhador que empurrava a raiz. Antigamente, o

ralador possuía duas manivelas e uma pessoa colocava as raízes descascadas, enquanto outra ia imprensando a máquina para moer. A massa que resultava do processo era prensada, depois peneirada para tirar partes grossas (caroços), em seguida era levada ao forno para ser torrada.

Os rodos eram movidos à mão humana, que tinha que ficar mexendo a massa sem parar para que secasse por igual. Todo esse processo era manual e requeria grande esforço físico. O trabalho na casa de farinha iniciava bem cedo, em torno das 5h ou 5h30 e o serviço se estendia noite adentro, enquanto tivesse massa, o serviço não podia parar. A localização da casa de farinha, próxima à residência do proprietário, facilitava o transporte de alimentos para os trabalhadores.

As crianças também se envolviam no trabalho, sempre em funções que não apresentassem muitos riscos. A responsabilidade do forno era sempre do trabalhador mais experiente. Fazer a farinha era motivo de muita alegria, pois significava fartura.

A pesquisadora Marisa Oliveira Santos (2021), em sua tese de doutoramento, intitulada **Memórias do Trabalho Familiar em casas de farinha: transformação dos modos de vida de homens e mulheres do campo**, pesquisou as comunidades de Campinhos (Vitória da Conquista) e Peri-peri (Belo Campo), ambas na Bahia, e observou as objetivações e subjetivações da memória e das transformações no processo de trabalho realizado no interior das farinheiras. Seu trabalho apontou a sobreposição do sistema capitalista sobre o modo de produzir e viver, quando o papel da família de base é subtraído.

A coletânea **Farinheiras do Brasil: tradição, cultura e perspectivas da produção familiar de farinha de mandioca** organizada por Valdir Frigo Denardin e Rosilene Komarcheski (2015) reúne um conjunto de artigos produzidos em diferentes estados brasileiros (RS, PR, SC, BA, AL, MA, PA, AC), evidenciando a riqueza de elementos sociais, ambientais, econômicos, culturais e territoriais inerentes à atividade familiar de produção da farinha.

Atualmente, no nosso campo empírico, o cenário das casas de farinha está se modificando com muitas farinheiras desativadas, devido à baixa produtividade da mandioca no quilombo. Encontramos apenas cinco casas de farinha em funcionamento, destas apenas uma possui produção diária, enquanto as outras funcionam apenas no período de colheita da mandioca. Essa redução na produção de farinha atingiu diretamente os trabalhadores envolvidos no processo, que ficaram destituídos dos meios necessários à sua subsistência. A casa de farinha com produção constante absorve menos mão de obra, já que é toda mecanizada.

Entrevistamos o proprietário da casa de farinha em 2022, o senhor Elvicley, filho de D. Isabel, casado, pai de dois filhos, nascido e criado no quilombo. Ele relata as dificuldades que passou para realizar o sonho de montar sua própria casa de farinha.

Desde criança trabalhei na casa de farinha, mas precisei sair para trabalhar fora para poder economizar um dinheirinho para investir aqui. Lá fora fiz de tudo, fui cobrador, motorista e o que sobrava, investia aqui. Meu sonho sempre foi voltar e trabalhar com a farinha. O trabalho é pesado mais eu gosto, foi o que sempre fiz desde criança. (ELVICLEY, 2022, entrevista).

Quando ele migrou para o Estado de Goiás, precisou permanecer por um longo período, de 12 anos, até retornar. Casou-se com uma pessoa de uma comunidade vizinha à Furadinho, mas a esposa não foi para Goiás, permaneceu morando com os pais dele no quilombo. As visitas a Furadinho eram esporádicas na tentativa de economizar o máximo possível. Para conseguir seu objetivo, ele teve que abdicar de muita coisa, inclusive de visitar com frequência a família. Assim que conseguiu comprar os equipamentos necessários para a casa de farinha e construir o local para funcionamento, retornou definitivamente a Furadinho. Durante a nossa entrevista, ficou evidente a satisfação do entrevistado por ter conseguido voltar, pois muitos dos seus colegas de infância que saíram em busca de melhores oportunidades não conseguiram retornar.

Com base nas informações prestadas pelo proprietário Elvicley e nas observações realizadas por mim ao visitar sua casa de farinha, foi possível descrever as etapas do processo de feitura da farinha.

Os principais equipamentos necessários para o funcionamento da casa de farinha são: facas, cesto, bacia de pneu de caminhão ou caixa plástica, balde, ralador, prensa, peneira, estrados (*pallets*), tecidos de nylon, moinho, forno, rodos (elétricos ou manuais), agulha para costurar os sacos, barbante e energia elétrica.

Assim que a mandioca chega à casa de farinha já se inicia o processo de raspagem, porque a demora pode levar a raiz a escurecer e comprometer a qualidade da farinha. Todo o produto raspado precisa ser triturado, prensado, peneirado e torrado no mesmo dia. A massa não pode passar pelo processo de fermentação. É por isso que a casa de farinha tem horário para iniciar o trabalho, mas não tem hora para terminar, a finalização das tarefas diárias depende da conclusão do processo.

As trabalhadoras são responsáveis apenas pela raspagem do tubérculo. O ganho da mulher é por produtividade, ou seja, por cesto raspado. A habilidade de manusear a faca faz a diferença no final do dia de trabalho. Elas recebiam, em 2022, o valor de R\$ 3,50 por cada cesto de mandioca raspada. As mulheres mais experientes conseguem

raspar doze cestos de mandioca por dia. O horário de trabalho não segue a rigidez do trabalho nas fábricas, mas é necessário assiduidade no trabalho, pois as demais etapas do processo só podem ser realizadas após as raízes estarem raspadas.

Quando eu o questionei sobre o valor pago às trabalhadoras, o proprietário disse: “tem que dá alguma coisa pra elas fazer, se não for, elas vão embora” (ELVICLEY, 2022, *entrevista*). A raspa da mandioca é uma forma de manter as mulheres ocupadas e inseridas no processo de trabalho dentro da localidade, caso contrário, elas buscarão outras formas de sobrevivência em outros lugares. Trabalham em média seis mulheres na raspa, mas no período de alta produtividade esse número pode ser acrescido. A jornada de trabalho começa às 5h30 e estende-se até o final do dia. Não há rigor quanto ao horário de retorno do almoço, já que a aparente ideia de liberdade para fazer os próprios horários entra em conflito com o ganho por produtividade. Na tentativa de acumular o maior número de cestos raspados, a jornada de trabalho fica condicionada ao limite físico de cada uma.

O cesto (balaio de cipó) é confeccionado artesanalmente, é bem resistente e suporta grande quantidade de peso. O produto não é confeccionado na localidade, mas em localidades vizinhas. O cesto é encontrado com facilidade nas feiras de Vitória da Conquista.

Figura 6 - Cesto usado para medir a mandioca raspada no quilombo de Furadinho



Fonte: Foto de Renné Andrade (2022).

O balaio funciona como uma unidade de medida para calcular quanto cada trabalhadora raspou no dia. Elas vão raspando as raízes e fazendo seu monte, no final da manhã e no final da raspagem, conta-se a quantidade de balaios raspados.

O trabalho das raspadeiras de mandioca nas casas de farinha é feito por horas a fio sentadas na mesma posição. É um trabalho cansativo e precário. Raspar uma carrada de mandioca requer muita habilidade com a faca, além de uma prosa animada e pressa para raspar o maior número de raízes por dia. Cada segundo no vai e vem da faca na raspa do tubérculo faz diferença no final do dia.

Assim, o trabalho das raspadeiras de mandioca é tão precarizado quanto o das lavadeiras de roupa e biscoiteiras. Muito trabalho e pouco ganho. O trabalho as mantém tão ocupadas que elas próprias não conseguem ter a dimensão da precarização e da exploração do trabalho feminino.

No processo de feitura da farinha, atualmente, o reaproveitamento é de 100%. As cascas da raspa são colocadas ao sol para perderem acidez e depois são misturadas à ração que é destinada ao gado.

Segundo seu José, um dos nossos entrevistados em 2021, as cascas da mandioca brava não podem ser colocadas para o gado imediatamente após a raspa, porque o gado pode chumbar e até morrer. A mandioca brava possui substâncias altamente tóxicas e prejudiciais aos seres vivos. O consumo só é permitido depois do beneficiamento (farinha, tapioca, puba, etc.). A mandioca utilizada na culinária é outra, conhecida popularmente como “mandioca mansa”, enquanto que, a utilizada para fazer a farinha é a “mandioca brava”. As partes grossas, os caroços que eram jogados fora, agora são passados no moinho e reaproveitados.

O proprietário também relatou as dificuldades que enfrenta no processo de produção da farinha. Segundo ele, as relações interpessoais são grandes desafios e ele procura tratar a todos bem. Ter uma boa convivência com todos melhora o desenvolvimento do trabalho e, de certa forma, os homens e as mulheres que trabalham na casa de farinha estão, direta ou indiretamente, ligados por relações de parentesco, de vizinhança e de amizade.

Outro desafio está relacionado à feitura da farinha, já que “os custos para a produção da farinha são altos, a gente compra a mandioca quando a nossa acaba, tem que pagar para trazer, o serviço das pessoas que ajudam, a energia, depois o transporte para vender. A nossa despesa é grande” (ELVICLEY, 2022, *entrevista*). Em 2023, Elvicley nos relatou que estava conseguindo vender o saco de farinha de 50kg a R\$ 165,00, de forma que o quilo saía a R\$ 3,30, enquanto que nas feiras livres da cidade, na mesma época, o quilo estava custando R\$ 8,00. Isso demonstra a fragilidade desses quilombolas, que são explorados pelo capital. O proprietário da casa de farinha é tão

explorado, quanto qualquer outro trabalhador. O lucro gerado com o trabalho fica com a Figura do atravessador que revende o produto final.

Nessa situação, percebemos que as mediações de primeira ordem foram suplantadas pelas mediações de segunda ordem. Mészáros (2002, p. 187) nos adverte que

o sistema estabelecido de mediações de segunda ordem não apenas controla os atores humanos da história com base nos imperativos objetivos da expansão do capital, ele também os ilude com relação às suas motivações como 'agentes livres' e também em relação à margem perceptível de suas ações.

O proprietário da casa de farinha cria a ilusão de que é livre, mas o seu trabalho é tão alienante quanto o de qualquer outro trabalhador, pois decorre de três elementos básicos, conforme salienta Mészáros (2002), e que alimentam a lógica capitalista: 1) produção e controle, 2) produção e consumo, 3) produção e circulação. Este último constitui o grande entrave não somente dessa casa de farinha, mas de todas as demais, sendo responsável por toda a estrutura de exploração imposta pela circulação e pela distribuição da produção, que constitui um dos principais motivos que geram a baixa produtividade da mandioca na região.

Outro utensílio bastante utilizado nas casas de farinha, principalmente nas mais antigas, é a bacia feita de pneu de caminhão. É um produto de grande utilidade. Serve para colocar a massa que sai do ralador, serve para lavar a massa para fazer a tapioca. O caldo que sobra da lavagem da mandioca é colocado em repouso nesse recipiente durante dois dias para a obtenção de uma tapioca doce. Para fazer a tapioca azeda, aumenta-se o tempo de fermentação, que passa a ser de três a quatro dias.

Figura 7 - Utensílio de casa de farinha no quilombo de Furadinho



Fonte: Foto de Renné Andrade (2022).

Para o fechamento do fundo da bacia é possível utilizar madeira, ou a própria borracha do pneu, como na imagem anterior, a borda da circunferência é cravejada com pregos. O reaproveitamento do pneu para confecção da bacia se deve à resistência e à durabilidade que o material oferece. O amplo espaço da bacia é ideal para acondicionar grande quantidade de massa.

Outro equipamento indispensável na casa de farinha é o ralador⁴⁵. A mandioca é colocada na parte superior, o ralo, movido à eletricidade, gira em uma rotação constante. Nas casas de farinha mecanizadas, a manivela é movida automaticamente, à medida que gira o ralador as toras vão imprensando os tubérculos numa rotação constante.

O maquinário dessa casa de farinha é quase todo elétrico e dois homens são suficientes para realizarem todas as demais funções, exceto a raspagem que fica por conta das trabalhadoras. Na imagem, o proprietário segurando uma pá vai enchendo a parte superior do ralador. No tanque, vai caindo a massa ralada.

⁴⁵ O ralador é um equipamento perigoso, responsável por mutilações de dedos, mãos e braços. Quando não havia a manivela, a raiz era empurrada com a mão e a qualquer descuido de operador o motor triturava o membro. Eu vivenciei essa situação na adolescência, quando presenciei o braço de meu primo ser engolido pelo ralador (o membro foi amputado). A situação foi tão traumática que meu tio acabou com a casa de farinha localizada no povoado Rio Abaixo.

Figura 8 - Elvicley colocando as raízes de mandioca no ralador com uma pá



Fonte: Foto de Renné Andrade (2022).

O trabalhador Arlan, de camisa laranja e com um balde, vai pegando a massa para ir montando as pilhas na prensa, que fica localizada próxima ao tanque, do lado direito no canto da parede. No meio, fica apenas o corredor de passagem. No fundo da imagem, está o forno que vai torrando a massa até que a farinha fique no ponto ideal. Os rodos que mexem a massa são movidos por motor elétrico. O proprietário calcula o tempo para cada fornada, que gira em torno de 45 minutos à 1h. O forno tem capacidade para torrar um saco e meio de farinha por vez.

A massa ralada precisa ser prensada para escorrer todo o líquido. Coloca-se no prensador um *pallet* (estrado de madeira) e em cima dele uma toalha de nylon, onde são despejadas quatro latas da massa fresca ralada, depois a toalha é fechada no formato de envelope e um novo estrado é colocado repetindo novamente o mesmo processo e montando as pilhas até chegar a certa altura.

Figura 9 - Prensador da massa de mandioca na casa de farinha no quilombo de Furadinho



Fonte: Foto de Renné Andrade (2022)

A pilha na prensa com sete compartimentos de massa, a tora que é colocada na parte superior serve para conseguir dar o encaixe correto no parafuso rosqueado. Essa pilha poderia ser montada ainda mais alta, mas não pode ultrapassar o alcance dos braços do trabalhador que necessita girar a rosca para espremer a massa. As colunas que sustentam a estrutura são feitas de ferro fixado no chão com concreto. No centro, está um parafuso bem grosso, acoplada a ele fica uma base com quatro perfurações por onde passa um cabo de madeira para ir dando o acocho e espremendo a massa.

Depois desse processo, a massa é colocada em outro recipiente (bacia) e o trabalhador vai pegando essa massa e passando na peneira no próprio forno para torrar a farinha.

Figura 10 - Forno de torrar farinha no quilombo de Furadinho



Fonte: Foto de Renné Andrade (2022)

O trabalhador peneira a massa que vai caindo diretamente no forno para ser torrada. Os farelos grossos são passados no moinho e depois misturados à massa no forno para torrar. O forno é aquecido à lenha, que fica estocada na parte externa da casa de farinha. Na parte superior do forno, há uma estrutura de ferro com duas engrenagens que movimentam os rodos que mexem a farinha, nesse processo de secagem. Às hastes que sustentam os rodos em formato de cruz são fixados outros dois rodos perfazendo um total de oito rodos, que ficam girando no sentido horário sem parar.

A prensa e a torra da farinha determinam a sua qualidade. Se a massa não for bem prensada, a qualidade da farinha fica comprometida, pois ela fica com um sabor meio azedo. O processo de secagem da farinha no forno requer muita atenção, porque ela precisa secar por inteiro para ficar torradinha e não mofar. Entretanto, ela não pode passar do tempo de retirada para não queimar. Um trabalhador experiente e com grande habilidade é capaz de pegar um pouco de farinha no forno e, apenas jogando-a para o alto, saber se a farinha está no ponto correto ou não. Quando esse processo termina, uma tampa azul se abre e os rodos vão empurrando a farinha para dentro de uma caixa de cimento. O armazenamento em sacos de nylon só pode ser feito depois que a farinha estiver fria, já que, se ela for armazenada quente, perde qualidade e pode estragar. Quando já está fria, é acondicionada em sacos de nylon de 50 kg, então se costura a

abertura do saco com agulha e linha apropriadas. Após a finalização desse processo, o produto está pronto para a comercialização.

A casa de farinha está localizada do lado esquerdo da casa dos pais do proprietário. O ambiente é arejado, organizado e bem ventilado. O líquido que escoava da prensa foi canalizado para manter o ambiente seco e evitar odores.

O proprietário da casa de farinha, Elvicley, tem um projeto para o reaproveitamento desse líquido que escoava da prensa. Pretende utilizá-lo para a produção de gás natural para o uso doméstico. Segundo Elvicley, ele não investiu ainda nessa estrutura, porque a sua residência está localizada um pouco distante da casa de farinha, mas planeja em breve executar o projeto.

Ao visitar essa casa de farinha, percebemos a diferença que o acesso ao saber escolar pode propiciar, como é o caso do projeto de reaproveitamento do gás tóxico e da ideia de mecanização da casa de farinha, aumentando a produtividade e melhorando as condições do trabalhador. Paralelamente, temos a contradição na função exercida pelas trabalhadoras que não foi modificada. Nas casas de farinhas com produção manual, a produtividade semanal gira em torno de 30 a 40 sacos de farinha de 50 kg por semana, enquanto que na mecanizada a produção fica em torno de 50 a 60 sacos de farinha de 50 kg, semanalmente, em períodos de baixa produção, em épocas de alta produção, a casa pode chegar a produzir 70 sacos de farinha por semana.

Os saberes provenientes da feitura da tapioca, ou goma também nos foram apresentados por outra moradora da localidade. Embora ela não esteja inserida no grupo de pessoas entrevistadas, sua fala é pertinente, porque vem carregada de saberes relacionados ao processo de produzir a tapioca doce e a tapioca azeda. Na nossa primeira visita a sua residência, ela nos explicou o passo a passo no processo de feitura das tapiocas doce e azeda. O que difere no processo de ambas é o tempo de fermentação, pois a tapioca azeda necessita um tempo mais extenso. Assim descreve o processo a moradora Rosimá:

A massa da mandioca é colocada de molho na bacia de pneu de caminhão para azedar. Tem um saquinho que a gente vai espremendo vai juntando fica só a água branca aí, a massa a gente coloca em outro canto com água e volta a espremer de novo. Um balde de massa de uns 20kg a gente passa em uns três baldes de água. A água vai assentando e fica a goma. Deixa coadinha e vai assentando, deixa um três a quatro dias, aí tá pronta a goma azeda. Se quiser a goma doce tem que tirar logo, de um dia ou dois dias. Depois, pega, escorre a água, pega os bolos da massa, passa aqui nesse motor e coloca para secar a tapioca em cima de uma lona no terreiro, depois que tiver bem sequinha a gente ensaca e leva pra vender. Uma bacia de massa dá em média 2 sacos de tapioca. Agora se você quiser vender fresta pega uma faca vai cortando os pedaço da massa e vai colocando no saco. É assim que

fais. Quando a pessoa não penera a massa deixa do jeito que tá fica uns caroço grosso na tapioca. Agora se passar na peneira a tapioca fica bem fininha, mais aqui nois não passa não, é do jeito que sai. A gente só passa no motor para abrir ela, pra secar mais rápido. A gente prefere vender seca, tem mais preço, a goma agora tá de R\$ 300,00 reais o saco lá em Conquista, aprezei a semana passada. (ROSIMÁ, 2022, entrevista).

A ressignificação da experiência dos saberes do trabalho nas casas de farinha é algo louvável, remete ao recordar de situações vividas que perduram na consciência social do grupo. O ser social se constitui no conjunto das relações sociais de produção, quando trabalhadores e trabalhadoras expressam suas experiências concretas de indivíduos que criam e recriam as experiências necessárias à produção. “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (MARX, 2008, p. 47). As experiências sociais dependem das condições materiais e intelectuais alcançadas pelo grupo.

Outro ponto importante relacionado ao trabalho na casa de farinha refere-se ao fato de que ele requer muita atenção para que não ocorram acidentes. Sr. José, um dos nossos entrevistados em 2021, descreve a situação dolorosa que vivenciou na casa de farinha, no final de mais um dia de trabalho, já cansado ao cortar um toco de mandioca.

Eu tava ai fazia uns 20 anos com essa casa de farinha, ai um dia eu facilitei, um toco de mandioca assim, ficou fora, estava terminando parando. Levei, quando levei a faca rápido pegou os dois dedo. Foi os dois de uma vez. Cortou esse aqui e faxiou esse outro lá, quebrou os ossos, na hora eu corri para a cidade, chegou lá o médico só tirou esse aqui, arrancou a lasca assim, na bruta, não me deu nada, cheguei chorar de tanta dor e o de cá eu queria, tirar, ficou pregado, aí falei esse aqui, tira. Fiquei mais de um ano parado, não sarou porque precisei trabalhar de novo. Trabalhava com enxada, esse aqui lascava, doía. (JOSÉ, 2021, entrevista).

Mesmo em processo de recuperação com um dedo mutilado e o outro quebrado, ele não podia deixar de trabalhar, o que prejudicou a cicatrização, pois a pressão da enxada sob a área lesionada abria o local dos ferimentos.

É importante considerar, todavia, que as condições econômicas se sobrepõem inclusive às condições físicas. Aquelas demandam adaptações que impactam as famílias e as relações sociais de comunidades tradicionais. Mesmo esse trabalhador sendo uma pessoa experiente e detentor dos saberes daquele trabalho, tudo isso não impediu que ele se lesionasse, mesmo sendo por um rápido e momentâneo descuido.

Assim, Fischer e Franzoi (2018, p. 212) reiteram que

a experiência é intrínseca ao saber do trabalho; que experiência e saber só existem porque existe sujeito. [...] Debruchar sobre a relação

entre experiência e saber do trabalho é fundamental para compreender a complexidade das relações entre trabalho-educação e transformação social.

Dessa forma, o saber está alicerçado no uso que é feito dele, em uma relação prática com o mundo. Nessa permanente relação do indivíduo com o mundo e com os outros é possível compreender o saber como algo que ele detém, apropria-se.

Nessa seção, fundamentamos, a partir do trabalho de Acácia Kuenzer, a conceituação central de saberes do trabalho. Também analisamos produções de outros autores sobre a categoria saberes do trabalho, sobretudo de Yves Schwartz e Bernard Charlot por estabelecerem correlação dessa categoria com a experiência humana de trabalho e Thompson nos propiciou uma análise sobre as experiências do trabalho numa perspectiva histórica.

Nas subseções abordamos as memórias das práticas de trabalho evocadas pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras, bem como as minhas observações das situações de trabalho em Furadinho nas diversas visitas realizadas à comunidade como o trabalho produtivo no campo, o trabalho de carpinteiro, o trabalho de costureira, o trabalho culinário e o trabalho das casas de farinha. O trabalho de vaqueiro emerge das minhas experiências na infância e das recordações vividas, sentidas e contadas pelo meu pai e pelos meus avós.

5 O TRABALHO E AS DIFICULDADES DE ACESSO À EDUCAÇÃO ESCOLAR

Mais que um substantivo,
Mais que emprego, ocupação,
Trabalho é um termo vivo,
Muito mais que um jargão.
É condição do viver,
É origem do saber,
Está em primeiro plano.
E não há catalogado,
Termo mais apropriado,
Que defina o ser humano.
(Nilton Azevedo)

O trabalho como princípio educativo requer ser pensado historicamente como elemento “capaz de educar no sentido da formação humana, de desenvolver o homem em suas potencialidades” (CIAVATTA, 2019, p. 141-142). Não se trata apenas do preparo para o desenvolvimento disciplinar de uma atividade, mas da criação de meios, estratégias, saberes para os processos produtivos que, quando atrelados ao conhecimento técnico e científico, possibilitam formas de atuação emancipatórias, mesmo quando o trabalho está envolto em contradições nos diversos aspectos que envolvem a vida humana. As formas de acesso ao trabalho e à educação não escolar e escolar determinam o ser social mediante as possibilidades que lhes são apresentadas em suas múltiplas dimensões.

Nesta seção, vamos analisar as memórias do trabalho de homens e mulheres e as dificuldades de acesso à educação formal que refletem a desestruturação, ou a resistência nos modos de produzir a existência no quilombo de Furadinho. Importa, no entanto, compreendermos a intrínseca relação trabalho-educação, na qual o trabalho é permeado por um princípio educativo que nutre a formação dos trabalhadores e das trabalhadoras como algo essencial à própria existência. A esse respeito, Fischer e Franzoi (2018, p. 199) salientam que:

O campo trabalho-educação toma o trabalho como o princípio primeiro para entender a sociedade e, portanto, a educação, e assume a formação de trabalhadores como sua tarefa fundamental. Apoia-se no pressuposto do trabalho como mediação fundamental para a constituição do ‘homem’: sua humanização. Ao produzir a vida em sociedade o homem produz-se a si mesmo, torna-se humano. Com certeza, este tem sido um fundamento essencial para problematizar o saber e a experiência do trabalhador.

Os trabalhadores, ao explorar os recursos naturais, aprendem novas formas de agir e fazer manifestadas nas práticas diárias de trabalho no campo. Assim, à medida

que vão adquirindo mais experiência, seus saberes podem ser reconstruídos e transformados em memória social da comunidade.

Dividimos a nossa reflexão em três subseções, que foram assim organizadas: 1- tratamos das práticas produtivas no quilombo de Furadinho; 2- ressaltamos o trabalho e as dificuldades de acesso à educação; 3- nesse ponto discorreremos sobre as migrações⁴⁶ motivadas pela busca por trabalho.

5.1 Memórias das práticas produtivas no quilombo de Furadinho

Discutir o trabalho enquanto categoria desta pesquisa é uma demanda primordial uma vez que ela nos permite perceber as transformações na forma de produzir a existência. Sendo o trabalho meio indispensável para a obtenção da satisfação de necessidades o que envolve, ao mesmo tempo, reprodução e apropriação transformadora, possibilitando a mulheres e homens agirem sobre a natureza, adaptando-a às suas necessidades, transformando-a e sendo por ela transformados, concepção ontológica do trabalho (MARX; ENGELS, 2007).

A humanidade se distingue dos animais na medida em que torna a produção da vida material objeto de suas consciências. A (re)produção da vida humana ocorre por meio do trabalho, atividade vital na manutenção dos seres humanos, quanto ao atendimento diário das suas existências.

Thompson (1981) aponta as principais características do trabalho antes do processo de industrialização: flexibilidade de ir e vir, irregularidade e ocupações mistas, falta de cronogramas precisos, momentos de atividades intensas e de ociosidades. Essas características perduram em comunidades constituídas por agricultores familiares, pois o ciclo do processo de produção determina o ritmo das atividades de trabalho. No plantio e na colheita as atividades são intensas, nas demais fases têm-se um ritmo moderado intercalado com outras atividades complementares, como o cultivo de hortaliças, cuidado com animais e trabalhos sazonais em outros locais. Como nos lembram Tiriba e Fischer (2023, p. 06), “o trabalho é a categoria que nos dá elementos para análise das determinações econômicas, políticas e culturais que o constituem e que formam diferentes modos de produção da existência humana”.

Nesse sentido, o capitalismo tenta separar a relação entre o trabalho e a criação, que distingue os seres humanos dos outros animais, os produtos dos produtores e o

⁴⁶ A migração no Brasil é um tema discutido por diversos autores, mas os trabalhos de José de Souza Martins (1986; 2000; 2020) e de Célia Regina Vendramini (2016; 2018) são basilares nesta pesquisa.

transforma em fadiga “incriativa” (KOSIK, 2002, p. 110). Assim sendo, o trabalho que educa também leva o indivíduo a desaprender quando o afasta de sua relação direta com a natureza, impondo-lhe os valores mercantis a favor da “cultura da subserviência, do consumo, da corrupção, do individualismo” (VENDRAMINI, 2006, p. 124).

Dessa forma, também Frigotto (2002, p. 14) reforça que o trabalho na sociedade capitalista é uma relação de força, de poder e de violência, por tal ênfase, ele é reduzido a uma coisa, a um objeto, a uma mercadoria, que aparece como trabalho abstrato em geral, como força de trabalho. Todavia, o trabalho “não se reduz apenas à atividade de produção material para responder à reprodução físico-biológica (mundo da necessidade), mas envolve as dimensões sociais, estéticas, culturais, artísticas, de lazer, etc. (mundo da liberdade)” (FRIGOTTO, 2002, p. 14). Historicamente, o conceito ideológico de trabalho na sociedade capitalista está relacionado com uma perspectiva moralizante e utilitarista, sendo assim necessária.

O trabalho assalariado passa a ser a pedra de toque, o manancial de onde se torna possível a acumulação e a riqueza de poucos, mediante a exploração e alienação do trabalhador (FRIGOTTO, 2002, p. 15-16). Essas formas desiguais de organização da vida social decorrem de relações de poder entre as classes. Visões deturpadas e individualistas são criadas para justificar as diferenças entre as classes culpabilizando o indivíduo. A pobreza é culpa do indivíduo que não se esforça, bem como o acúmulo de bens e riquezas é mérito individual.

De um lado, o trabalhador, pelas forças objetivas das relações de trabalho e de sua produção social, fica limitado ao saber prático, que necessita ser confrontado com o saber histórico, com o saber científico. Este confronto, via estudo, é impossibilitado à maioria dos trabalhadores. (FRIGOTTO, 2002, p. 25).

Nesse sentido, as práticas educativas que emergem dos saberes escolares precisam se constituir em práticas sociais mediadas e formadoras da sociedade, mas para que possam atuar como práticas emancipatórias é necessário que estejam vinculadas aos reais interesses da comunidade, para burlar o sistema que tenta impor uma formação mínima básica de competências e empregabilidade para o ingresso no mercado de trabalho.

A natureza contraditória do trabalho revela a inversão (desestruturação, rompimento) das relações na transformação do trabalho livre para o trabalho alienado com a divisão técnica e social do trabalho no capitalismo, quando a atividade vital passa a ser apropriada e controlada por outro, o que transforma trabalhadores e trabalhadoras em mercadoria.

Frigotto e Ciavatta (2012, p. 750-751) destacam que o trabalho, na concepção dialética em qualquer tempo histórico, mesmo em suas formas mais brutais como a escravidão, não pode ser visto apenas pelo aspecto negativo, porque o ser humano, mesmo sendo tratado como “animal, como um meio de produção, é um ser humano que não se reduz a objeto e cria a realidade humana. Não fosse assim, teria sido impossível superar as relações escravocratas e feudais, e o capitalismo seria eterno”.

No entendimento da natureza contraditória do que é o trabalho, consideramos que o princípio educativo na relação seres humanos e natureza não é unidirecional (unilateral), mas dialético, e “a função pedagógica do trabalho material, como a sociedade em geral, não depende apenas das condições em que é dado ao homem, mas sobretudo da luta dos homens contra essas condições” (ENGUITA, 1993, p. 106).

O trabalho como elemento histórico é indispensável para produzir a existência humana independente da forma de sociedade. Mesmo vivendo em uma sociedade capitalista, há comunidades tradicionais que primam por práticas de convívio harmonioso: como as indígenas, quilombolas, ribeirinhas, a dos pescadores artesanais, de pequenos produtores rurais, entre outras. São comunidades que partem de uma íntegra convivência na relação ser humano/natureza e do respeito aos recursos naturais e às pessoas, por meio de práticas de solidariedade e ajuda mútua, o que contrapõe a lógica capitalista.

Historicamente, as comunidades tradicionais buscam mecanismos para superar as dificuldades tendo o trabalho colaborativo como um princípio educativo, formador de valores e difusor de cultura. A produção socioeconômica da comunidade quilombola de Furadinho caracteriza-se por uma economia simples, que gira em torno da agricultura camponesa familiar. Sendo a produção limitada por se tratar de lotes pequenos, os moradores cultivam com os seus familiares gêneros alimentícios destinados à subsistência. O excedente é vendido para a compra de outras mercadorias essenciais. O principal cultivo é de mandioca. Além do plantio do vegetal, o quilombo de Furadinho também trabalha com a produção de farinha. Em décadas anteriores, essa produção abrangia toda a comunidade, hoje ela é restrita a cinco casas de farinha.

Em 2006, o Governo Federal estabeleceu as diretrizes para a agricultura familiar e os empreendimentos familiares rurais através da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Em seu artigo 3º, a lei define a agricultura familiar nos seguintes termos:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:
I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
 - III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
 - IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.
- (BRASIL, 2006).

Para ser considerado agricultor familiar o tamanho da propriedade não pode ultrapassar 20 hectares (um módulo fiscal corresponde a cinco hectares); precisa utilizar, predominantemente, mão de obra familiar; outra característica refere-se à renda familiar, pois um percentual mínimo precisa vir da atividade econômica do estabelecimento.

A agricultura camponesa familiar é um conceito genérico que abarca diversas situações específicas, nas quais quem trabalha é o agricultor e sua família. Nessa forma de produção, o agricultor e sua família trabalham na terra e ela não tem por base a extração do trabalho alheio. As relações de trabalho e de vida na propriedade camponesa familiar se integram de tal forma a ponto de não apresentar diferenças significativas entre ambas (WANDERLEY, 1998).

Martins (2000, p. 716) descreve que na agricultura camponesa familiar a quantidade do que se deve cultivar é determinada pelo “número de bocas a alimentar e também pelo número de braços de que dispõe a família”. As etapas do processo de trabalho se acumulam e sobrecarregam os demais em decorrência de alguns fatores: falecimento, casamento, quando o filho sai para estudar fora da comunidade, ou migra para trabalhar em outro lugar. Os que ficam de alguma forma precisam realizar as atividades dos ausentes, o que gera uma sobrecarga de afazeres.

Os avanços tecnológicos como os elétricos, os de maquinários, as sementes modificadas, os adubos e fertilizantes, para incrementar a produção capitalista do agronegócio, seguem um ritmo desenfreado independente do período do ano. Dinâmica que se contrapõe à produção do pequeno produtor da agricultura camponesa familiar, pois o seu acesso a esses benefícios tem sido muito pequeno, principalmente, porque passa pela condição financeira. Em Furadinho, todo o trabalho agrícola é realizado de forma manual. Todos os conhecimentos e saberes são transmitidos de uma geração a outra pela oralidade, no fazer e refazer das atividades diárias de trabalho. Quando as famílias dispõem de recursos, contratam esporadicamente um trator para revirar o solo, deixando-o em condições ideais para o plantio.

Com efeito, embora a produção permaneça familiar, tanto as transformações tecnológicas, quanto as mudanças de comportamento nas sociedades modernas afetaram a composição interna da família.

Não só as famílias são atualmente mais reduzidas [...]. Ao mesmo tempo, o consumo é redefinido. Por um lado, em sua própria composição. Participando plenamente da sociedade moderna o agricultor aspira ao acesso a todos os bens socialmente disponíveis. Não se trata, mais assim, de garantir a reprodução social à base do mínimo vital, mas do direito a um modo de vida moderno, o que inclui o acesso a um conjunto complexo de bens materiais e culturais. (WANDERLEY, 1998, p. 150-151).

Quando a produção não consegue oferecer ao jovem acesso aos bens materiais, ele vai em busca de meios para obtê-los e o assalariamento aparece como o meio mais viável. O grande desafio da agricultura camponesa familiar com famílias reduzidas é dar formação aos jovens para que os novos conhecimentos adquiridos possam ser ressignificados na forma de melhoria nas condições de trabalho e aumento da produção para que possam ter acesso aos bens materiais e culturais desejados permanecendo no próprio território. São grandes os desafios que envolvem essa comunidade tradicional. Nessa perspectiva, fizemos uma análise da relação educação-trabalho, conforme abordada a seguir.

5.2 Educação: reflexões em torno da escola no Quilombo de Furadinho

A escola é um lugar de convivência com outros, é um marco de memória onde se aprende, se interpreta, interagem diferentes pessoas e se partilha conhecimentos e experiências. É fonte primordial de contato com o mundo letrado, principalmente, para os alunos de Furadinho, uma vez que, seus pais não tiveram acesso à leitura, ou tiveram acesso por um curto período de tempo. O uso da linguagem, nas mais diferentes formas, é fundamental para promover o desenvolvimento do indivíduo e de grupos sociais no mundo da escrita e da cultura letrada.

A educação escolar amplia as formas de compreender e relacionar-se com o mundo, abre novos horizontes, possibilita uma maior articulação política e social na busca de direitos e garantias.

O Estado, sua estrutura burocrático-administrativa e seus mecanismos de fiscalização e controle, historicamente, estiveram e estão a serviço da classe dominante. Portanto, é necessária a apreensão do papel desempenhado pelas políticas públicas estatais, na medida em que procuram atender, parcialmente, às reivindicações dos movimentos sociais organizados, mas sem perder de vista a satisfação das demandas impostas pelo capitalismo. (SANTOS; BEZERRA NETO; BEZERRA, 2017, p. 106).

Assegurar o direito à educação para as comunidades quilombolas constitui um desafio permanente. Nesta tese, apresentamos um panorama da educação escolar

ofertada no quilombo de Furadinho a partir das memórias das vivências dos entrevistados até os dias atuais.

No revisitar das memórias do espaço escolar, o surgimento da primeira escola do quilombo de Furadinho remete à década de 1945, sendo Manoel do Prado o primeiro professor a atuar no local. Ele era considerado um professor leigo, pois sua formação se restringia ao Ensino Fundamental I. A escola funcionava dentro de uma casa de farinha que ficava localizada nos fundos da escola que fora construída posteriormente. Lecionaram também na comunidade Salomão e Marialba. A sede da Escola Municipal José de Alencar foi construída nos anos de (1967 a 1971) e foi fechada no ano de 2022. Essa comunidade nunca teve acesso à modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Na década de 1940, um fazendeiro da região, que empregava muitos moradores de Furadinho no trabalho de empreita, ou de pagamento por diárias de trabalho em suas fazendas, para aumentar o seu poder de barganha política, abriu uma escola noturna em uma de suas fazendas para ensinar aos trabalhadores a votarem, conforme rememora o entrevistado:

Em 45 eu já tinha 17 anos, aí foi tempo de eleição, o povo trabalhava tudo na Fabespi, os vei casados, pai de neto, tudo trabalhava na Fabespi, essa fazenda que tem aí na estrada era dele (finado Prado) era sócio de outra fazenda no Angico e abriu uma iscola no turno da noite, todo mundo alegre muntado nos cavalos para poder istudá, assisti aula pra pude ser eleitor né (risos). (JOSÉ, 2021, entrevista).

Na relação educação-trabalho, essa escola não visava instrumentalizar os estudantes para que eles tivessem acesso ao saber científico, mas atender aos interesses do coronel. Ensinar os trabalhadores a votar no seu candidato, essa era uma das manobras das oligarquias locais, que colocavam a escola a serviço do capital, tanto que, transcorrido o período das eleições, a escola fechava. Quase oito décadas depois, os moradores adultos continuam sem acesso à escolarização de jovens e adultos. O entrevistado relatou que a sala de aula ficava cheia. Quando perguntei se as mulheres também frequentavam essa escola, ele respondeu:

era só homi, as muié não ia não, nesse tempo as mãi não deixava as moças ir pra iscola, era tudo anarfabeto. Só aquele pessoal mais ou menos né, é que botava os filho na iscola. Os pobri quem eu e outros não botava muié na escola não. (JOSÉ, 2021, entrevista).

Os pais precisavam contar com a força de trabalho dos filhos e por esse motivo não os motivavam a prosseguir nos estudos. As necessidades de produção da existência determinam as prioridades, o saber-fazer no trabalho contém as determinações do que é essencial para a sobrevivência naquele dado momento. A educação priorizada pelas

próprias condições econômicas era a que ocorria no próprio local de trabalho. Essa situação também foi retratada por José:

minha mãe era roceira, os filhos iam crescendo né, nesse tempo não tinha escola e as escolas que tinha eram longe e era pago... Aí ela não queria que eu fosse para a Panela que ela era de lá, não queria que eu ficasse lá né, era o mais velho. Aí quando entrei na escola foi com 8 anos e fiquei 5 meses de escola e depois chegou tempo de roça, pai tirou os filhos tudo da escola. (JOSÉ, 2021, entrevista).

Nesse contexto, o trabalho braçal na roça dos filhos, no cultivo da terra e nas casas de farinha era fundamental na produção da existência. O trabalho precoce dos filhos, sob controle dos pais, tios e irmãos mais velhos, não constituía uma realidade apenas dos nossos entrevistados. Carlos Rodrigues Brandão (1999), em sua pesquisa *O trabalho de saber*, desenvolvida na vila de Catuçaba, interior de São Paulo, descreve as situações de trabalho dos filhos de famílias camponesas:

o exercício do trabalho precoce... definido como um ensino através do trabalho dos princípios éticos e técnicos para o próprio trabalho e para a vida da pessoa, individualmente, ele é, na realização cotidiano do exercício, uma questão da família. É uma necessidade diretamente ligada às condições de reprodução da vida física da família. Filhos e filhas têm que 'ajudar' com o seu trabalho, mesmo que não aprendam com ele, no interior da idade doméstica efetiva e produtiva da ordem camponesa. Ele é, portanto, um direito dos pais sobre os filhos e um dever dos filhos para com os pais. Na linguagem do lugar, ele é uma 'obrigação' por meio da qual o pequeno trabalhador retribui o que recebe através do trabalho dos outros integrantes do grupo. (BRANDÃO, 1999, p. 84).

Essa situação de trabalho precoce também foi relatada pela entrevistada Luzimar (2021, entrevista).

Desde a idade de quatro, cinco anos. Oxe nós levantava era cedo para ir na roça, pai pegava as roças de ameia do povo aí, quando estava chovendo ou no sol quente nós tinha que trabalhar, era capinando, plantando mandioca, essas coisas tudo. Quando produzia nós pegava o balaio, colocava na cabeça, subia as ladeiras com o balaio na cabeça e assim era a vida nossa. Lavava roupa, pegava água na cabeça, subia essa ladeira. não podia deixar a roça sem plantar, sem limpar, e aí nós não ia pra escola, nós não aprendia nada por conta disso.

O ensino priorizado era o aprendizado no trabalho. Era por meio do trabalho que ocorriam o ensino e a aprendizagem dos valores simbólicos, econômicos e afetivos da vida familiar camponesa. É importante ressaltar que estamos tratando de períodos anteriores, nas quais esses entrevistados eram jovens e seus anseios, suas necessidades de existência, seus modos de viver e sua maneira de pensar eram comuns e hegemônicas na cultura da época.

Mesmo depois que a escola do Ensino Fundamental I foi implantada na localidade as dificuldades de acesso ao saber escolar sempre estiveram presentes na vida dos moradores do quilombo. Comprar material didático para muitos filhos era um obstáculo para pais com poucos recursos. Até o ano de 2022, o ensino ofertado proporcionava apenas conhecimentos básicos, como aprender a ler, a escrever e a realizar as quatro operações, atendendo grupos da alfabetização ao 5º Ano do Ensino Fundamental I, em uma classe multisseriada. Como a EJA nunca foi oferecida em Furadinho, os jovens, para continuar os estudos, precisavam se deslocar por 20 km à noite até o distrito de Iguá, ou até Vitória da Conquista, ou ainda até o município de Belo Campo. Nesse contexto, os não-alfabetizados e os com baixa escolaridade constituem um fator característico da população adulta e idosa da comunidade atualmente.

Quando o transporte entre os municípios de Vitória da Conquista e Belo Campo passou a circular diariamente pela comunidade essa realidade foi se alterando, pois os estudantes conseguiam se descolar do quilombo para a escola e retornar no final do dia. Foi dessa forma que a aluna Jaqueline, nossa entrevistada, conseguiu concluir o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio no município de Belo Campo. Ao concluir o Ensino Médio, a jovem teve que enfrentar a resistência da família para prosseguir com os estudos, após ser aprovada no curso de Engenharia Florestal, na UESB, campus de Vitória da Conquista. Ela foi a primeira mulher da família a sair de casa, ainda solteira, para morar sozinha. Jaqueline conta como foi difícil enfrentar a solidão, a ausência dos familiares, as dificuldades escolares e financeiras. Quando tentava encontrar apoio na família mencionando suas dificuldades, a mãe sempre lhe dizia que ela deveria deixar os estudos e voltar para casa.

Eu já me desesperei n vezes, aí tem outra questão também, moro em Conquista sozinha e não ter esse contato de perto com familiares e isso as vezes me desespera. Acaba que todo final de dia estou ali com a cabeça cheia de coisa, tanta cobrança e não ter uma pessoa para conversar, dialogar é difícil para mim. Com relação ao conhecimento, como eu te disse eu sempre gostei de tá ali estudando, o que me trouxe mudanças significativas. A minha vontade sempre foi de tá ali buscando o melhor, hoje eu estou na graduação de Engenharia Florestal, graças à Deus. E isso trouxe uma mudança pessoal, profissional e modificou também a família. Dentro da minha família eu sou a única até o momento que saiu pra fazer graduação, para estudar fora, para enfrentar esse mundão meio que sozinha. Por aqui, por ser pequeno, poucas pessoas tentaram e foram tão longe, na minha família principalmente, entendeu. E isso trouxe mudanças tanto para mim, quanto para a minha família. Eu já bati muito a cabeça com a minha mãe no começo, mas depois que a gente para e vê que é a realidade que ela conheceu e viveu para a realidade que eu cresci e estou vivendo. Então assim, n vezes ela falava larga disso, quando ela

via o meu desespero, ela falava pra que isso moça, vem pra cá, pra que tanta coisa, deixa isso. Ela sempre me auxiliou na parte financeira, com o mínimo que ela e papai tinha, sempre passava para mim, mas nessa parte de motivar, não tinha. Ai eu parei para pensar, ela nunca teve. Terminou a quarta série aqui nem me lembro quando, então ela não teve essa oportunidade de ter um conhecimento maior, de ver outros colégios, de conhecer uma faculdade onde eu estou hoje. Ela não tem esse conhecimento. Quando ela fala desiste, para com isso, é porque a cabecinha dela é daquele tamanho ali. (JAQUELINE, 2022, *entrevista*).

A estudante universitária tem a compreensão de que valores, normas e condutas sociais preconizados pela família estão relacionados a costumes e vivências diferentes dos valores e anseios da realidade atual em que ela vive e do que ela almeja. Por isso, ela não censura a família por não a ter motivado nos estudos.

Em uma de nossas rodas de conversas, na igreja da comunidade, uma moradora rememorou que, para sua irmã concluir o Ensino Médio, sua mãe arrumou uma casa de família de conhecidos para a jovem ficar em Vitória da Conquista. As famílias urbanas tinham interesse em ficar com as jovens, porque ao morar com a família, essa jovem passava a realizar todo, ou quase todo, o serviço doméstico sem nenhuma remuneração.

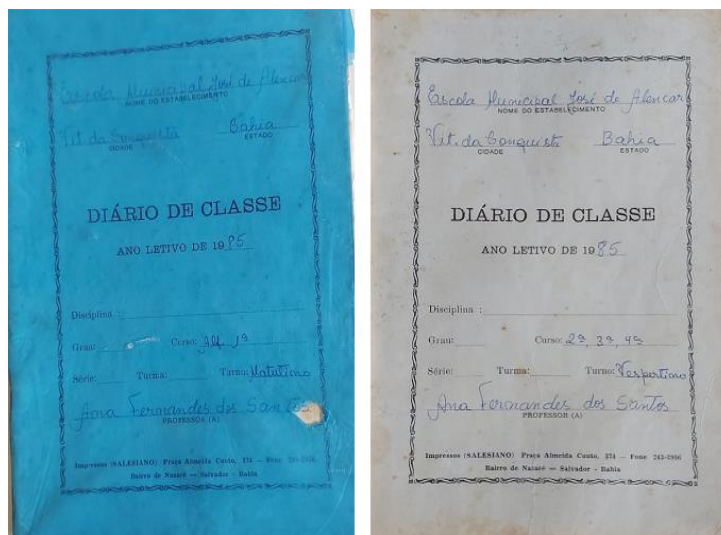
[...] minha irmã foi morar na casa de uma mulher lá em Conquista para estudar e até hoje a amizade continua, ela tratava minha irmã como se fosse filha dela, agora que a filha casou e mora em Salvador, ela queria que a minha irmã fosse para lá pra cuidar do neto dela. (MARIA, 2021, *entrevista*).

A trajetória dos alunos da comunidade para continuar os estudos nunca foi fácil, porque era necessário conciliar trabalho e estudo. As mulheres mais jovens, muitas vezes, tinham que realizar todo o serviço doméstico sem nenhuma remuneração para prosseguir nos estudos. Na relação trabalho e educação em Furadinho, o trabalho sempre foi o elo mais forte, conseqüentemente, a educação priorizada era a que ocorria nas práticas de trabalho, por meio dos saberes transmitidos de uma geração a outra no aprender fazendo.

Na visita que realizamos a escola em 22 de setembro de 2022, conforme fora descrito nos procedimentos da pesquisa, a professora e gestora na época, Ana Santos, uma de nossas entrevistadas, trouxe os Diários de Classe do ano de 1985 para nos mostrar o quantitativo de alunos que a escola possuía no período em que começou a trabalhar como docente. Ao foliar os Diários de Classe (matutino e vespertino), observamos que em algumas páginas havia a anotação, no campo observações, “café”. Ao questionar a professora e gestora sobre o que se tratava a informação, ela

prontamente respondeu: “são os alunos que iam acompanhando os pais para a colheita de café” (ANA, 2022, *entrevista*).

Figura 11 - Diários de classe do ano de 1985, da Escola Municipal José de Alencar, no quilombo de Furadinho



Fonte: Arquivo escolar fornecido pela professora Ana Santos à pesquisadora em 2022.

Nessa época, a escola atendia 93 alunos distribuídos em duas turmas. No matutino funcionava a alfabetização e 1ª série, com 61 alunos; no vespertino funcionavam a 2ª, 3ª e 4ª séries, com 32 alunos matriculados em turmas multisseriadas.

Levando em consideração os diários dos turnos matutino e vespertino, constatamos que 45 alunos, ou seja, 51% dos alunos migravam⁴⁷ temporariamente com os familiares para a colheita do café em fazendas da região (Veredinha, Inhobim, Vila do Café), bem como para outros municípios vizinhos (Barra do Choça, Encruzilhada e Ribeirão do Largo, todos na Bahia).

Pelo número de faltas nos Diários de Classe dos alunos que possuíam a observação “café”, deduzimos que a colheita ocorria nos meses de julho, agosto e setembro. A professora relata as dificuldades financeiras dos pais com famílias numerosas, o trabalho na colheita era uma garantia de renda e o trabalho dos filhos corroborava. As faltas dos alunos que acompanhavam os pais eram devidamente justificadas e quando eles retornavam ao quilombo, regressavam novamente à escola.

⁴⁷ “A migração corresponde aos deslocamentos de pessoas e populações na superfície terrestre. Esse movimento pode ocorrer de forma espontânea ou forçada, dentro dos limites de um mesmo território ou não, e, ainda, ter caráter sazonal ou permanente. As razões que levam as pessoas a migrarem são muito variadas, estando associadas a fatores econômicos, culturais, políticos, sociais e, até mesmo, naturais”. Informações de Paloma Guitarrara. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/tipos-migracao.htm>. Acesso em: 8 dez. 2022.

Ana Santos relata as dificuldades de trabalhar com a sala cheia e sem material didático. Nessa época, década de 1980, não havia distribuição de livros didáticos, ou qualquer material de suporte pedagógico. Faltava inclusive o básico como lápis e caderno, pois muitos pais não tinham condições de comprar o material escolar.

Quando eu cheguei na comunidade eu tinha quase 100 alunos nos dois turnos. As famílias numerosas só de um compadre eram 8 filhos, do outro eram 7. Sala multisseriada, recebi uma caixa de giz. Eu não tinha mimeógrafo, depois de muito tempo Iris⁴⁸ me deu um mimeógrafo. Era tarefa no caderno que eu passava pra eles pra casa. Menino não tinha livro, eu comprava caderno para menino, comprava lápis, que eles não tinham condições. As coisas antigamente eram difíceis minha irmã, era complicado. Você sabe o que é um pai ter oito filhos na escola e não poder comprar um lápis, um caderno, uma borracha. Muitas vezes eu comprei para dar, não foi nem uma vez, nem duas, pense aí. Meus alunos terminavam a quarta série e estacionavam aqui, quem tinha condições de ir para Conquista ia, quem tinha parente ia. (ANA, 2022, entrevista).

A professora passava tudo no quadro para os alunos mais adiantados e para os que não sabiam ler e copiar era necessário escrever a atividade no caderno de cada aluno. Quando terminava a aula, ela anotava nos cadernos a atividade do dia seguinte. Exercia concomitantemente as funções de professora, faxineira e merendeira, pois nessa época quando o contrato da merendeira encerrava, a escola ficava meses sem um novo profissional e para não deixar as crianças com fome, a professora procurava dar um jeito para fazer a merenda também. A água utilizada pela escola para suprir as necessidades básicas das pessoas era cedida por uma vizinha da escola que possuía uma cisterna. Depois a escola passou a ser abastecida de água por meio de caminhão pipa, situação que perdurou até o ano de 2022. Para conseguir dar conta de várias funções, contava com a ajuda dos alunos maiores. Os meninos pegavam a água e as meninas lavavam as louças.

A professora sempre manteve uma relação de afetividade muito próxima às famílias. Os vínculos afetivos ultrapassavam os muros escolares e se manifestavam em convites para festas de casamento e batizados. Todos conhecem a professora e ela tem vários afilhados, compadres e comadres na comunidade.

A professora conta que sempre disponibilizava seu endereço, em Vitória da Conquista, para que os parentes que migravam para outros estados pudessem manter contato com os familiares por meio de cartas. Ela conta que eram tantas correspondências que chegavam que, de uma só vez, chegou a levar sessenta cartas para Furadinho dos parentes que foram para outros estados.

⁴⁸ Iris era a pessoa que atuava como coordenadora geral das escolas municipais da zona rural.

De acordo com o seu relato, em sala de aula, a convivência entre os alunos sempre foi de muita reciprocidade, o ambiente era harmonioso e o respeito entre eles e para com a professora sempre foi um aspecto positivo da escola.

Figura 12 - Imagem da Escola Municipal José de Alencar na década de 1980, no quilombo de Furadinho



Fonte: Arquivo pessoal da professora Ana Santos, disponibilizado à pesquisadora em 2022.

As carteiras que os alunos sentavam, nessa época, eram duplas. No recosto das costas havia um suporte para os alunos da carteira posterior apoiarem os cadernos. O rosa era a cor do fardamento na época, composto por uma blusa. Na imagem, ao fundo em pé, estão os pais dos alunos e a professora vestida com camiseta amarela. Nas paredes da sala, há uma bandeira do Brasil e cartazes de ajudantes do dia e de aniversariantes. Do lado esquerdo, na parede, há um varal com atividades desenvolvidas pelos alunos. O piso da sala era revestido de cimento vermelho e o telhado coberto com telhas de alvenaria. As paredes da sala estão pintadas de amarelo. A sala está arrumada com três fileiras de carteiras duplas. Na frente, está a mesa da professora e o quadro de giz. A estrutura física passou por reformas, o mobiliário foi trocado por carteiras individuais, a energia elétrica propiciou a utilização de alguns recursos, como televisão, *pendrive*, caixas de som, computador e impressora para imprimir o material. A estante com livros didáticos e paradidáticos constituía um pequeno acervo literário. Os livros didáticos disponibilizados na década atual contemplam as séries regulares do Ensino Fundamental, mas não contemplam as especificidades daquela clientela.

Figura 13 - Foto da Escola Municipal José de Alencar no quilombo de Furadinho



Fonte: Foto de Renné Andrade (2022).

A estrutura física da escola era composta de duas salas de aula, uma cantina e dois sanitários, sendo um masculino e outro feminino, ambos localizados na parte externa da escola. O espaço da sala de aula é amplo e arejado. A prefeitura disponibilizava o transporte para deslocamento da professora entre Vitória da Conquista e Furadinho. A merendeira residia na própria comunidade. A merenda era servida aos alunos por volta das 9h30. O cardápio era organizado pela Secretaria Municipal de Educação (SMED) e o manuseio e as formas de acondicionamentos dos alimentos eram explicados às merendeiras no período em que ocorriam as capacitações.

A escola, ao longo de quatro décadas, mesmo sendo multisseriada, exercia sua função social de propiciar conhecimentos básicos necessários às séries iniciais, tanto que uma das mães da comunidade nos disse que os alunos que iam estudar no Iguá (distrito próximo) se sobressaíam entre os demais com bons rendimentos escolares. “Os mininu ia pra iscola do Iguá e quando a gente chegava lá era só elogios, que era os mió aluno que tinha, era daqui de Furadinho. Os mininu que Ana mandava pra lá. Era bom na iscola, não dava trabaio” (JUDITE, 2022, entrevista).

A professora sempre teve preocupação com o futuro dos jovens ao concluírem o Fundamental I e sempre os encorajava a prosseguirem nos estudos, mesmo conhecendo suas realidades e estando ciente das dificuldades que tinham para prosseguir nos estudos. A escola, que possuía duas turmas multisseriadas em anos anteriores, com a diminuição na taxa de natalidade local e com a migração, passou a ter apenas uma turma no turno matutino e, por fim, no final do ano letivo de 2022, a escola foi fechada.

A escola era também lugar de confraternizar. As atividades festivas na escola reuniam alunos e familiares. Outro aspecto positivo dessa escola era a valorização da cultura local, com apresentações dos alunos no Centro da comunidade em datas festivas.

O trabalho educativo também está inserido nas complexas relações que se estabelecem entre o indivíduo e o mundo do trabalho e os professores, como vendedores da força de trabalho, atuam muitas vezes como executores das determinações impostas pelo sistema do capital.

Segundo Jamil Cury (1989), a educação abarca o conjunto da totalidade das contradições, pois envolve relações econômicas, políticas e ideológicas. A educação, na relação econômica, está subordinada ao mercado e visa produzir mão de obra barata que atenda aos interesses capitalistas; enquanto que nas relações políticas, participa da divisão social do trabalho, preparando os jovens para se adequarem aos padrões estabelecidos, embora existam propostas pedagógicas, como a Pedagogia Histórico-Crítica, que visa a emancipação e a transformação do aluno como ser social, contudo as abordagens críticas dependem da escolha da proposta educacional e da forma como ela será gerida e administrada pelo poder público nas instâncias estadual e municipal. Nesse sentido, “essa educação política é em si mesma contraditória porque carrega consigo a função de reduzir os conflitos nascidos das relações sociais, vinculando-os a uma visão de mundo dissimuladora dos mesmos e desorganizadora da concepção de mundo que se lhe opõe” (CURY, 1989, p. 68).

Em uma sociedade capitalista como a nossa, a classe dominante detém não apenas o saber científico, como também a posse da terra (os proprietários), enquanto que os despossuídos precisam vender sua força de trabalho. Quanto menos esclarecido é o trabalhador, mais explorado ele se torna. A expansão da escolarização de nível básico não tem sido suficiente para formar cidadãos críticos e conscientes.

Cury (1989, p. 77) nos adverte que a “função política da educação é educar politicamente quem não sabe, rompendo com a ideologia dominante”, ou seja, propiciar reflexões sobre a realidade desvelando a estrutura das relações sociais. A educação precisa criar condições para que o educando supere uma visão restrita de mundo e compreenda a complexidade da realidade em que vive permeada de contradições para que possa agir de forma consciente. Entretanto, a função política da educação não tem oferecido os mecanismos necessários para que o aluno adquira autonomia para compreender a realidade e atuar de forma crítica. Seu interesse não tem sido a emancipação da pessoa humana, mas oferecer um ensino básico elementar para viabilizar o ingresso no mercado de trabalho.

A falta de compreensão da relação entre trabalho e educação tem concorrido para a formulação de práticas pedagógicas muitas vezes desastrosas. Os clássicos permitem compreender que trabalho e educação se relacionam a partir do processo de produção social do conhecimento e de sua distribuição, contudo esse conhecimento não tem atingido de forma significativa as camadas mais baixas na escala social. São muitas as questões que envolvem o ato de educar e sua relação com o trabalho.

O acesso ao ensino superior ainda é pequeno para a população negra e pobre. No estado do Nordeste, essa situação é ainda mais gritante. Conforme os dados do IBGE de 2022⁴⁹, houve redução na taxa de analfabetismo no Brasil, mas os índices mais elevados estão na região Nordeste, reafirmando os dados apresentados nesta tese. Dentre os dez estados com maior número de analfabetos, nove são estados do Nordeste: em 1º lugar está o Piauí (14,8%), em 2º lugar, Alagoas (14,4%), em 3º lugar, Paraíba (13,6%), em 4º lugar, Maranhão (12,1%), em 5º lugar Ceará, (12%), em 6º lugar, Sergipe (11,7%), em 7º lugar, Pernambuco (11%), em 8º lugar, Rio Grande do Norte (10,5%), em 9º lugar, Bahia (10,3%) e em 10º lugar, o Acre (8,5%).

Conforme observa a coordenadora de Pesquisas por Amostra de Domicílios do IBGE em 2022, Adriana Beringuy, o analfabetismo no Brasil “mantém uma característica estrutural: quanto mais velho o grupo populacional, maior a proporção de analfabetos. Isso indica que as gerações mais novas estão tendo maior acesso à educação e sendo alfabetizadas ainda crianças”. Os homens e as mulheres que não tiveram acesso à alfabetização na infância ou na juventude mantêm-se analfabetos na idade adulta, situação essa ratificada nesta pesquisa.

De acordo com Jacques Therrien e Maria Nobre Damasceno (1993), a educação rural tem um papel importante na divulgação do saber universal, sobretudo do saber gerado pelo campesinato nas práticas produtivas e políticas. Não podemos perder de vista que esse saber tem especificidades relacionadas às condições de vida e de trabalho.

O trabalho educativo no campo precisa ser mediado pelo interesse dos trabalhadores, especialmente de povos e comunidades tradicionais, expressos em movimentos sociais que reflitam a relação entre os saberes científicos e os saberes das práticas produtivas.

Dai o reconhecimento de que a fonte primeira na produção do conhecimento é a atividade real do homem; o que não implica negar a importância da sistematização teórica, posto que não há prática

⁴⁹ Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37089-em-2022-analfabetismo-cai-mas-continua-mais-alto-entre-idosos-pretos-e-pardos-e-no-nordeste>. Acesso em: 19 abr. 2024.

transformadora sem uma teoria apropriada. (TERRIEN; DAMASCENO, 1993, p. 9).

Nesse sentido, a concepção marxista enfatiza a educação, a partir do trabalho, como atividade primordial do ser humano vinculado às lutas sociais de produção, sendo ela o meio indispensável para produzir indivíduos desenvolvidos capazes de atuar nas transformações da vida e do trabalho do grupo social no qual estão inseridos. As contradições sociais geram conhecimentos na luta contra o poder dos grupos dominantes. O papel da educação é ser um instrumento de luta contra as formas de opressão social (TERRIEN; DAMASCENO, 1993).

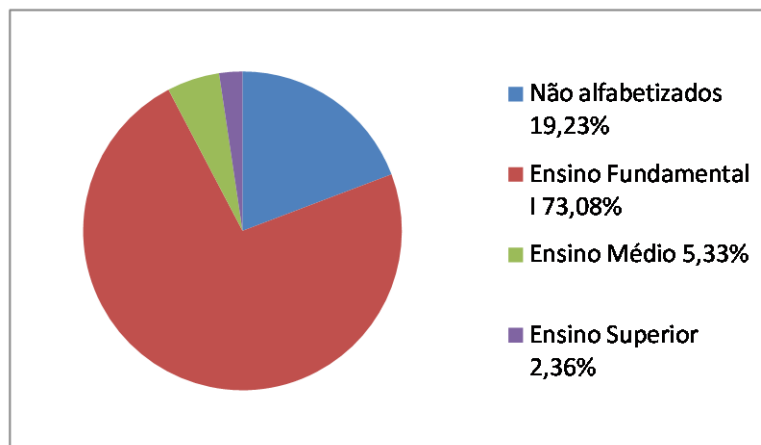
Dermeval Saviani (2018, p. 56-58), em *Escola e democracia*, apresenta os cinco momentos imprescindíveis da Pedagogia Histórico-Crítica e norteadores do trabalho pedagógico consciente, no qual se expressa o saber produzido historicamente, tendo em vista as condições de produção e compreendendo suas manifestações e formas de transformação. O primeiro passo é a **prática social** mediada pelos diferentes níveis de compreensão (conhecimento e experiência) que professores e alunos possuem da prática social; o segundo passo é a **problematização** por meio da identificação dos problemas presentes na prática social; o terceiro passo é a **instrumentalização** por meio da apropriação dos conhecimentos teóricos e práticos para equacionar os problemas detectados na prática social; o quarto passo é a **generalização**, ou seja, a “expressão elaborada da nova forma de entendimento da prática social”; o quinto passo é a própria **prática social** levando os alunos a expressarem uma compreensão da prática social de forma elaborada.

É preciso ressaltar que a alteração objetiva da prática só pode se dar a partir da nossa condição de agentes sociais ativos, reais. A educação, portanto, não transforma de modo direto e imediato e sim de modo indireto e mediato, isto é, agindo sobre os sujeitos da prática. (SAVIANI, 2018, p. 58).

No âmbito da educação do município de Vitória da Conquista, não há uma sistematização da educação direcionada para as comunidades quilombolas. A proposta pedagógica segue a mesma linha do ensino regular, o que já demonstra a fragilidade no ensino, pois há especificidades no quilombo relacionadas a sua prática social e de trabalho que não podem ser desconsideradas. O descaso do poder público com a educação em Furadinho e em outros quilombos na região de Vitória da Conquista reflete-se nos dados estatísticos de escolaridade dessa comunidade.

Mediante as dificuldades elencadas, os não alfabetizados ou com baixa escolaridade constituem fator característico da população adulta e idosa da comunidade. Conforme o gráfico elaborado a seguir:

Gráfico 3 - Nível de escolaridade no quilombo de Furadinho



Fonte: Elaborado por Renné Andrade (2022).

Com base nos dados apresentados pelo DQF-Bahia (BAHIA, 2013) e informações coletadas durante a pesquisa até o ano de 2022, a taxa de não alfabetizados em Furadinho girava em torno de 19,23%, o que correspondia a um quantitativo de 107,69 pessoas que não tiveram acesso à escola. Aproximadamente, 73% dos moradores possuíam apenas o Ensino Fundamental I, o que correspondia a 409,24 pessoas e 5,33% haviam cursado até o Ensino Médio, ou seja, cerca 29,85 pessoas. Por fim, apenas 2,36% haviam alcançado o Ensino Superior, o que correspondia ao quantitativo de treze alunos que começaram a graduação em diversas áreas.

A análise desses dados poderia ser bem diferente se o poder público ofertasse a modalidade de EJA na localidade. Para os moradores adultos da comunidade, ter acesso ao conhecimento científico, ainda hoje, é uma utopia. Falta suporte aos jovens ao concluírem o Ensino Fundamental II e Ensino Médio. Com esse gráfico podemos verificar ainda que os baixos níveis de escolaridade não se devem ao desinteresse em estudar, já que a modalidade ofertada na comunidade apresentou índices elevados. A disparidade nos dados se deve à dificuldade de acesso à educação não ofertada na própria comunidade.

5.2.1 Fechamento da escola: o poder das forças ativas do capital

As justificativas do poder público para o fechamento da escola do quilombo de Furadinho estão relacionadas a questões estruturais, como a queda na taxa de natalidade, o baixo número de alunos matriculados, a reforma e melhoria da estrutura física da nova escola. Oferece espaço de lazer e um ensino de tempo integral⁵⁰. A escola do quilombo de Furadinho fazia parte do grupo de escola isoladas composto por sete unidades escolares. A Secretaria Municipal de Educação ampliou a escola na comunidade de Campo Formoso, que passou a se chamar Escola Municipal Otaviano Salgado, e tentou reunir todos os alunos nesse novo espaço. Essa escola dispõe de seis salas de aula, um laboratório, um auditório, cozinha, refeitório, sala de leitura, depósito e espaço para recreação. As atividades começam às 8h e se encerram às 16h30 e os alunos têm direito a três refeições (lanche, às 9h; almoço, às 12h, e o lanche da tarde, às 15h). Segundo dados disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista (PMVC)⁵¹, a escola possui capacidade para 750 alunos, mas no primeiro ano de funcionamento o número de matrículas não chegou a 50% da capacidade. Muitos pais não aceitaram a proposta da nova escola e matricularam seus filhos na escola municipal do distrito de Iguá. Por esse motivo, a escola, mesmo com toda a propaganda utilizada pela prefeitura: “primeira escola de tempo integral da zona rural de Vitória da Conquista”, não convenceu as famílias e não atingiu o número esperado de matrículas. A esse respeito Robelia, presidente da associação de moradores, na roda de conversa que tivemos na comunidade em 2023, ressalta:

Houve a reunião com alguns poucos pais, porque nem todos foram para a reunião em Campo Formoso e prometeram a escola dos sonhos, mas isso não aconteceu. Os pais aceitaram o fechamento e nós da Associação não pode fazer nada. Não pode fechar a escola num quilombo, porque a escola é um patrimônio, era o único patrimônio que nós tínhamos. A escola fortalece a identidade quilombola. As crianças que estão entrando na escola não vão ter o conhecimento como quilombola. A escola não está oferecendo isso a eles. Eles vão aprender só o que está ensinando, nós lutamos aqui para que a escola tivesse professores conhecedores da causa e soubessem o que significa ser quilombola e de uma hora para outra a gente vê a escola fechada levando nossos meninos para um outro lugar que não é a realidade deles. Ai as pessoas cruzam os braços e deixam a coisa acontecer, pra mim isso não é normal. Aí eu falo o seguinte, todos que saíram daqui dessa Escola José de Alencar que cursaram uma faculdade sabem o que isso significa. Da mesma forma que esse jovem aqui, que saiu pra

⁵⁰ Informações coletas em roda de conversa já relatada que foi realizada em 13 de maio de 2023 no quilombo.

⁵¹ Disponível: <https://www.pmvc.ba.gov.br/nesta-segunda-feira-prefeitura-inaugura-a-maior-escola-municipal-da-zona-rural-no-povoado-de-campo-formoso/> Acesso em: 10 nov. 2023.

cursar faculdade fora a gente ensina, você vai, aprende e volte para a sua comunidade para ajudar quem ficou. Foi daqui que você tirou o sustento pra poder ir pra lá, é aqui que está as suas raízes. Então, a gente precisa ensinar isso desde pequeno. Não estamos pedindo nada a ninguém, não estamos tomando direito de ninguém. Estamos buscando o que é nosso por direito. A gente vai deixar regredir, é preciso que a gente acorde enquanto a tempo (ROBELIA, 2023, entrevista).

Ao saírem da comunidade para estudar em outros locais, os alunos enfrentam vários problemas que afetam os seus modos de vida e o da comunidade como um todo. A mudança gera o sentimento de não pertencimento àquele novo grupo pelo convívio com outras comunidades. Os alunos ficam expostos à violência simbólica quando seus valores são negados e outros valores são enaltecidos. Atreladas a esses fatores podemos citar também várias situações adversas que o deslocamento acarreta tais como: o cansaço pela jornada diária de deslocamento; a diminuição do contato com os familiares; os saberes do trabalho propiciado pela vivência deixam de ser transmitidos; o comprometimento da participação da família na escola devido à distância; os eventos e as comemorações promovidos pela escola deixam de existir no quilombo de Furadinho; os jovens ficam mais vulneráveis ao uso de drogas lícitas e ilícitas (alcoolismo, cigarro, maconha, cocaína, craque, entre outras); o contato com valores divergentes aos defendidos pela família (nas relações afetivas, religiosas, no modo de se comportar e na constituição de novos vínculos familiares) é propiciado. Foram 14 escolas quilombolas fechadas no município de Vitória da Conquista-Bahia. “Desde 2018, diversas crianças estão sem direito à educação nos seus territórios, o que causa impactos na cultura, memória e identidade étnica de remanescentes de quilombos” (COSTA, 2024). O depoimento da presidente da associação e merendeira da escola é marcante a esse respeito.

Quando a senhora falou minha comadre da preocupação dos meninos que estão longe de casa, que pode se machucarem. Isso é o mínimo da preocupação. Se preocupe minha comadre com o que os seus filhos estão aprendendo lá, a convivência que eles estão tendo lá. Depois que os meninos estão lá, quantas vezes a polícia já bateu lá. Na escola aqui, a polícia nunca veio. Quantas vezes a polícia precisa está lá vigiando, aqui isso nunca aconteceu. Aqui, a nossa escola não tem muro, não tem cerca, não tem nada. A única coisa que podia se preocupar é porque tem uma lagoa perto e alguma criança podia ir pra lá, mas graças a Deus isso nunca aconteceu. Lá é murada, é fechada, mas a preocupação é muito maior do que se estivesse aqui. Eu tenho um neto estudando lá, porque não tem jeito, mas eu não queria que meu neto estivesse lá. Com toda a estrutura que dizem que tem a escola dos sonhos, porque para mim está mais para um pesadelo do que um sonho, certo. As pessoas precisam ter a compreensão do que tirou desses meninos, do que arrancaram da mão desses meninos ao levarem para Campo Formoso. Talvez as pessoas não tenham noção

do prejuízo que estão dando a essas crianças. (ROBELIA, 2023, entrevista).

Mediante os fatos elencados, fica evidente que as ações das forças ativas do capital com seu poder econômico, político e cultural têm se infiltrado no sentido de desarticular as formas de resistência existentes no quilombo e de impedir que as novas gerações aprendam os saberes do trabalho no contraturno escolar. Os jovens saem cedo para a escola e só chegam em casa ao entardecer, o que interfere no modo de organização familiar que, progressivamente, perde a identidade quilombola.

Figura 14 - Sede da Escola Municipal Otaviano Salgado em Campo Formoso (BA)



Fonte: *Site* da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista⁵².

5.3 Memórias das migrações do trabalho

Quando fomos analisar os elementos que contribuem para a desestruturação do modo de vida em Furadinho, percebemos que a migração soava latente, pois impede que os saberes do trabalho, fruto da ancestralidade histórica do local, perdurem nas novas gerações.

Mediante suas necessidades, muitos moradores dessa localidade se deslocam para Vitória da Conquista, ou para outros estados, como São Paulo e Minas Gerais, em busca de melhores oportunidades de trabalho. Procuram assegurar ganhos extras,

⁵² Disponível: <https://www.pmvc.ba.gov.br/nesta-segunda-feira-prefeitura-inaugura-a-maior-escola-municipal-da-zona-rural-no-povoado-de-campo-formoso/> Acesso em: 10 nov. 2023.

principalmente, porque “as carências econômicas não podem ser supridas pela própria unidade de produção familiar” (MARTINS, 1997, p. 44).

O que nos interessa é o deslocamento de indivíduos movidos por necessidades imprescindíveis à existência humana. Em décadas anteriores, os fluxos migratórios no quilombo foram bastante acentuados para outros estados. Hoje, esses deslocamentos dirigem-se basicamente para Vitória da Conquista, o que afeta o modo de produção familiar da comunidade, uma vez que a força de trabalho do grupo familiar enfraquece por diferentes fatores como: lotes pequenos para o plantio, o excedente da produção cada vez menor, inviabiliza a troca da mercadoria por outro gênero de primeira necessidade.

Conforme relato de morador da comunidade, a migração é um fator recorrente “[...] outros vai pra São Paulo, eu mesmo tenho três filhos que moram lá... mais trabalha nas roças, outros trabalham em Conquista, uns tem uma terrinha pra trabalhar outros não tem... seca que tem aqui, planta e perde tudo...” (BAHIA, 2013, p. 19).

A precariedade das condições de vida leva trabalhadores e trabalhadoras a buscarem formas de sobrevivência no município de Vitória da Conquista e em outros estados. Uma das entrevistadas relata que, aos nove anos, foi trabalhar como babá cuidando duas crianças.

[...] fui embora para Conquista com a idade de 9 anos. Morava com uma conhecida nossa, fui para olhar duas crianças. Eu não podia ficar aqui porque meu pai sumiu e deixou nós aqui sem nada, aí nós saímos cedo daqui, meus irmãos todos saíram. Aí trabalhei lá em Conquista, eu ia de manhã e voltava à noite. Aí fiquei trabalhando 10 anos com essa mulher, aí depois fui pra São Paulo, fiquei em São Paulo por 3 anos. Aí depois quando eu saí de lá eu vim embora, que mãe tinha adoecido. Eu vim embora para olhar mãe, mas mãe melhorou e eu fui para Conquista de novo. Aí depois eu comecei a trabalhar e foi o tempo que casei. As meninas saíram para trabalhar de faxineira, trabalhava tudo assim. Neuza, Edir, Maria. Maria trabalhou numa firma, mas já tem muito tempo. Hoje trabalha de faxineira. Meu irmão Valdenicio é mestre de obras. Aqui só ficou esse que mora aqui, Adineus. Ele trabalha aqui, planta roça. (LUZIMAR, 2021, entrevista).

Trabalhar desde criança não era uma opção, era uma necessidade na luta pela sobrevivência. As pressões das forças produtivas do capital sobre a classe subalterna não permitiram que a maioria dessas crianças tivesse acesso à educação escolar e para as que conseguiram chegar à escola a evasão foi inevitável. A migração para muitos foi a alternativa encontrada para manter vivo o grupo.

A migração masculina, principalmente entre a população adulta e jovem, é bastante acentuada. Mesmo à distância, os homens colaboram para manter as despesas

da família com o envio de recursos mensais, ou em determinados períodos do ano. Muitos acabam permanecendo fora definitivamente, enquanto outros se deslocam em períodos de safra e depois retornam, movidos pelo sentimento de pertencimento ao território.

De acordo com Rosana Baeninger (2014), nas décadas de 1930 a 1950, houve duas vertentes migratórias no país: uma em direção às fronteiras agrícolas (Paraná, Centro-Oeste e Maranhão) e outra em direção aos centros industriais do Sudeste, o que gerou um desequilíbrio populacional intencional com grande concentração humana na região sudeste, pessoas que chegavam ali em busca de trabalho. Assim, pobres e negros relegados socialmente ocuparam, nas cidades, as funções mais penosas, recebendo baixos salários e habitando os piores espaços para moradia. A autora estima que, nos anos de 1940, em torno de 3 milhões de pessoas tenha migrado. As forças produtivas do capital determinam os espaços favoráveis ao investimento, em detrimento de outros considerados desfavoráveis.

Até 1970, a urbanização e a distribuição espacial da população brasileira foram marcadas pela migração. Dentre esses migrantes estavam moradores do quilombo de Furadinho. Nesses deslocamentos, muitos homens e mulheres constituíram famílias e estabeleceram residências permanentes fora do quilombo, mas, mesmo distantes, os moradores não perdem o vínculo com o território e retornam, mesmo que seja a passeio, sempre que podem.

De acordo com os dados apresentados por Ferraz; Rocha e Aguiar (2014, p. 02), na década de 1950, a população de Vitória da Conquista era em sua maioria rural. Somente em 1960 a população urbana veio a superar a rural, com 60,7%. Esse contingente urbano tem aumentado progressivamente, tanto que, em 2010, o censo demográfico do IBGE apontou que 90% da população do município era urbana. Em 2022, o censo indicou um crescimento da população do município, que passou de 306.866 mil habitantes em 2010, para 370.868 mil habitantes em 2022. Embora os parâmetros não demonstrem alterações entre a população urbana e a rural do município, pois muitos moradores da zona rural, devido à facilidade de deslocamento, trabalham na cidade, ainda que continuem morando em suas comunidades. Esse crescimento se deve ao fato da cidade ter alcançado um patamar de referência em saúde e educação para todo o sudoeste baiano, o que tem contribuído para a migração, principalmente, de jovens dos municípios vizinhos, bem como do sul de Minas Gerais para estudar e trabalhar. Essa migração pendular, ou diária atrelada à migração permanente corrobora para demonstrarmos que ambas formas atuam como elementos desestruturantes dos

modos de vida no quilombo de Furadinho. Quando trabalhadores e trabalhadoras se deslocam do seu território para trabalhar em outros locais, todas as relações (culturais, sociais e econômicas) são impactadas direta ou indiretamente. Até a década de 1980, início da década de 1990 o fluxo migratório dessa comunidade destinava-se ao trabalho temporário, normalmente, para a colheita de café, que constituía uma fonte de renda para as famílias numerosas sendo fundamental a participação de todos os membros na colheita, pois o ganho estava condicionado ao quantitativo do fruto colhido.

A lógica dos empresários agrícolas de “quem produz mais, ganha mais” leva o trabalhador e sua família à exaustão de suas forças físicas, além de gerar conflito interno entre os trabalhadores, porque poucos conseguem atingir as metas mais elevadas de produtividade diária. Sem equipamentos adequados, o ganho, muitas vezes, não é suficiente para suprir nem as necessidades básicas da família. Essa modalidade de trabalho é interessante para o patrão, que fica desprovido de qualquer responsabilidade com o trabalhador e sua família. Quando este não atinge os patamares de produtividade desejados, é imediatamente substituído. Atualmente, a substituição vem sendo progressivamente feita por maquinários. Os pés de café foram geneticamente modificados para melhorar a produtividade e estarem com tamanho compatível com as máquinas colheitadeiras no momento da colheita.

José de Souza Martins (1997) elenca uma série de fatores provenientes da migração que desestruturam os modos de vida e geram um efeito devastador em comunidades tradicionais, tais como:

rompe laços familiares, expressa a miséria e a impossibilidade da sobrevivência econômica no pequeno lote agrícola, próprio ou alheio, denuncia a exploração que inviabiliza a vida sedentária e lhe impõe a vida nômade que desmoraliza, empobrece sua vida social. [...] A migração não é estranha a esse pequeno mundo de origem: altera-o, modifica-o de tal modo que, ao retornar, o migrante já não encontra a mesma situação que deixara. Sua ausência modifica o arranjo das relações sociais. Com frequência, na história das migrações temporárias, mulheres e crianças da família são mobilizadas como mão-de-obra para substituir o trabalhador ausente. [...] A migração é componente do processo de expropriação, desenraizamento e proletarianização do camponês. (MARTINS, 1997, p. 42-45).

A migração impõe ao trabalhador temporário a exploração e a clandestinação das relações de trabalho com baixos salários, exploração da mão de obra, falta de contrato de trabalho e precárias condições de vida. Além de ser um componente

favorável ao processo de expropriação que fortalece as estruturas⁵³ econômicas de controle político e dita os caminhos da desigualdade social. “A sociedade capitalista desenraiza, exclui, para incluir de outro modo, segundo sua própria lógica” (MARTINS, 1997, p. 32). A reinclusão está relacionada a um outro modo de vida, de pensar, de trabalhar e com a deformação dos valores familiares e morais.

Martins (1986) destaca que o mais importante nas migrações não é saber se elas são temporárias ou permanentes, mas sim conhecer o sentimento de ausência do migrante que está fora de casa, do seu lugar e de suas relações sociais e que não se considera inserido no novo lugar.

Se a ausência é o núcleo da consciência do migrante temporário, é porque ele não cumpriu e não encerrou o processo de migração, com seus dois momentos externos e excludentes a dessocialização, nas relações sociais de origem e a ressocialização, nas relações sociais de ‘adoção’. Ele se mantém, pois, na duplicidade de duas socializações, de duas estruturas de relações sociais diversas entre si. Ele vive a marginalidade das duas situações sociais. É sempre o outro, o objeto, e não o sujeito. É sempre o que vai voltar a ser e não o que é. (MARTINS, 1986, p.49).

Como o indivíduo se constitui e se reconhece como pertencente a uma coletividade, conforme nos aponta Vendramini (2018), ao migrar, ele não se reconhece como pertencente ao novo grupo, ele é um destituído do seu espaço, visto que a expansão capitalista produz uma população trabalhadora supérflua que pode ser lançada em diferentes locais, regiões, tanto nacionais, quanto internacionais e em diferentes ramos de produção. “Por mais universal que seja o processo de proletarização, temos um proletariado completamente heterogêneo, em termos de relações de gênero, idade, habilidade, conhecimento, ocupação, contrato de trabalho, salário, etc.” (VENDRAMINI, 2018, p. 247).

Nesse sentido, não podemos esquecer que os processos migratórios envolvem múltiplas determinações, sejam elas de ordem econômica, social, cultural, ou territorial. Estão envoltos de particularidades e universalidades que extrapolam a análise aparente e imediata dos fatos. A migração mesmo temporária afeta a subjetividade, seja do ponto de vista cognitivo (linguagem), do comportamento, ou da questão ética. O migrante vive num eterno recomeçar e desapareçar-se dos lugares e modos de vida.

⁵³ O conceito de estrutura e estrutura econômica que respalda a pesquisa foi explicitado por Marta Harnecker (1983, p. 87-88) na obra *Os conceitos elementares do materialismo histórico*, na qual estrutura é “uma totalidade articulada composta por um conjunto de relações internas e estáveis que determinam a função que os elementos desempenham dentro desta totalidade”. Enquanto que estrutura econômica refere-se “ao conjunto de relações de produção que formam parte de uma sociedade determinada”.

O que predomina entre os trabalhadores migrantes é “o trabalho simples, irregular, inseguro, informal, mal remunerado, precário, em síntese, o trabalho explorado, o qual atende as necessidades de acumulação do capital” (VENDRAMINI, 2016, p. 6).

Os jovens migrantes normalmente moram com amigos, ou parentes e precisam arcar com todas as despesas de sua sobrevivência e o que sobra enviam para ajudar nas despesas dos familiares que não migraram. Essa dinâmica faz da migração um círculo vicioso, pois todo o dinheiro ganho é gasto nas despesas básicas. Outro problema da migração são os laços sociais, familiares, identitários que são rompidos, ameaçados ou reconstruídos. A dificuldade dos filhos em continuar os estudos é um elemento estimulador da migração. Em nossas entrevistas, a migração é uma tônica recorrente.

Manuel é de São Paulo, esse aí é Gildete de Oliveira, a gente chama ele de Gil, sobrenome né. Gerson mora aqui. As mulheres começando pelas mais velhas a mais velha é essa aqui que chama Romilda de Oliveira França mora em Conquista, Elza de Oliveira França mora em Conquista, Rosalina, a gente chama de Rosa, mora lá também, tem outra Vera Lúcia de Oliveira França que é mais nova do que essa Rosalina está morando lá em Conquista. Isabel também mora lá, no Vila América, Jacilene mora em Conquista, Remilda e Ana Stela mora em São Paulo. (JOSÉ, 2021, entrevista).

O Sr. José teve 13 filhos, sendo dois já falecidos. Dos onze filhos que sobreviveram apenas dois residem em Furadinho e são agricultores, quatro moram em São Paulo (duas são empregadas domésticas, uma é cabeleireira e o outro metalúrgico), cinco residem em Vitória da Conquista (duas são empregadas domésticas, uma é costureira, outra é vendedora em brechó e a outra técnica em enfermagem).

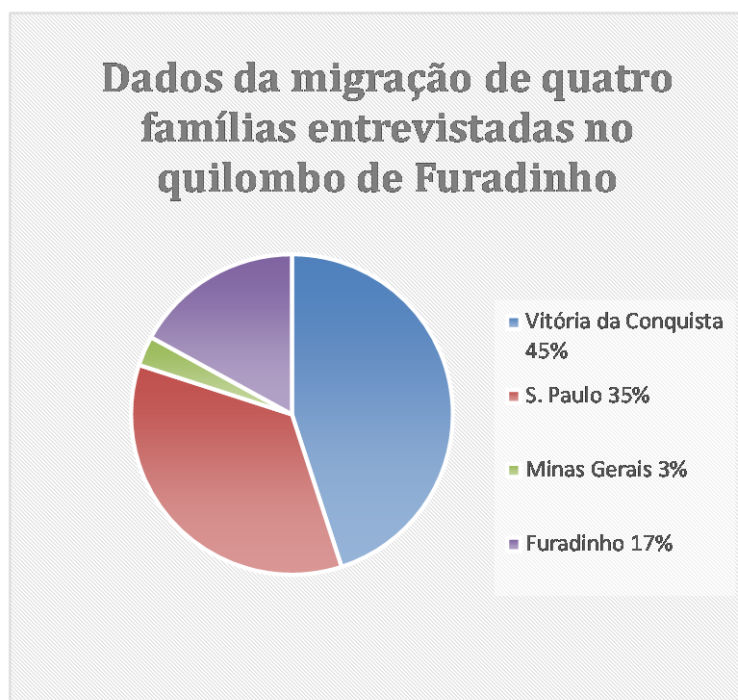
Situação semelhante constatamos com Dona Madalena entrevistada em 2021 quando tinha 96 anos. Ela teve 10 filhos, dentre os quais um já falecido na idade adulta. Apenas um filho mora em Furadinho e é agricultor; seis filhos moram em São Paulo, sendo um trabalhando como mestre de obra, dois na indústria e três como empregadas domésticas; as outras duas residem em Vitória da Conquista e trabalham como empregadas domésticas.

A senhora Judite Santos entrevistada em 2021, aos 79 anos, falou dos dez filhos que estão vivos. “Em Conquista tem quatro. Em São Paulo tem dois, Minas tem uma, aqui tem três que moram com a mãe de Daniela, tem dez vivo”. Três residem em Furadinho (sendo que uma mora em Furadinho, mas trabalha em Vitória da Conquista, outro é agricultor e a outra aposentada); em São Paulo moram dois filhos (um trabalha na indústria e a outra é empregada doméstica); em Vitória da Conquista possui quatro filhos (um trabalha na indústria, outro trabalha no comércio, outro é funcionário público

e a outra possui um bar) e no Estado de Minas Gerais possui uma filha que trabalha como empregada doméstica.

“Eu tenho quatro filhos, três moram em Conquista trabalham lá, mas vêm pra cá todo final de semana e o outro mora aqui” (ROBELIA, 2022, *entrevista*). A falta de perspectiva de manter-se com o trabalho agrícola em lotes pequenos e a morosidade na demarcação territorial impulsionam os trabalhadores e as trabalhadoras mais jovens a buscarem outros meios de vida fora da localidade.

Gráfico 4 - Dados da migração de quatro famílias entrevistadas no quilombo de Furadinho



Fonte: Elaborado por Renné Andrade 2023.

Levando em consideração apenas quatro famílias entrevistadas na pesquisa, verificamos que cerca de 45% dos filhos residem em Vitória da Conquista, o segundo maior fluxo migratório é para São Paulo, com cerca de 35% dos filhos residindo nesse estado, para Minas Gerais o fluxo migratório é o mais baixo, apenas 3% dos moradores, embora esse estado faça divisa com o Estado da Bahia. As migrações para Minas Gerais são sazonais em períodos de colheita, poucos estabelecem moradia fixa. Os filhos que permanecem em Furadinho representam apenas 17%, ou seja, 83% dos filhos dessas quatro famílias entrevistadas não moram no quilombo de Furadinho, migraram em busca de outras formas de sobrevivência.

Pelos dados apresentados, podemos verificar que as dificuldades de acesso à educação e a migração são elementos desestruturantes dos modos de vida em Furadinho, ainda que pese a resistência das famílias em permanecer no local movidas pelo sentimento de pertencimento ao território. Os trabalhadores com suas ocupações com rígidos horários de trabalho, com o cansaço proporcionado pelo serviço, muitas vezes, pesado e em contato com a cultura urbana perdem o interesse em manter a sua cultura quilombola. Os valores urbanos mediados pelas relações capitalistas ditam novos valores.

Atualmente, a produção familiar no quilombo de Furadinho tem apresentado outra característica, o trabalho em tempo parcial, no qual filhos e netos exercem outras atividades não agrícolas em Vitória da Conquista para completar a renda familiar. A exploração capitalista dita novas regras e novos valores. Para complementar a renda familiar se inserem no mercado de trabalho urbano, nas atividades do comércio e da indústria, nas funções de porteiro, jardineiro, vigilante, doméstico, empacotador, faxineiro, entre outros. As duas linhas de ônibus que passam pela comunidade fazem o transporte diário dos moradores que trabalham em Vitória da Conquista e residem em Furadinho.

Com a saída do jovem, seja para o trabalho permanente em outros estados, seja para o trabalho diário na cidade, todas as áreas são impactadas. O plantio da mandioca fica cada vez menor, sem a matéria-prima (mandioca) a casa de farinha deixa de funcionar. Sem o funcionamento, a renda familiar diminui.

Assim, ao longo desta seção, discorreremos sobre a categoria trabalho como elemento fundante da produção da vida e exploramos o conceito de trabalho como princípio ontológico e histórico. Refletimos acerca de práticas produtivas no quilombo de Furadinho. Analisamos também a educação e as implicações e dificuldades de acesso que culminaram nos baixos rendimentos escolares. O fechamento da escola como resultado da força coercitiva que atua a serviço do capital e como meio desestruturante dos modos de vida também foi discutido. Por fim, chegamos às migrações temporárias e permanentes que ratificam a desestruturação do modo de vida da comunidade para estruturar outros moldes de sociabilidade preconizados pelo sistema perverso do capital.

6 MODO DE VIDA E O SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO AO TERRITÓRIO

Nos bailes da roça eu sempre cantava.
Alguém que me amava chorava por mim.
Depois eu dançava no grande terreiro.
Sentindo o cheiro da flor de jasmim⁵⁴.

Nesta seção, a nossa preocupação consiste em retratar por meio das memórias de homens e mulheres outras dimensões de trabalho e saberes que vêm contribuindo para a transformação, ou para a resistência nos modos de vida no quilombo de Furadinho.

O trabalho é o elemento primordial para entender o modo de vida de homens e mulheres e as relações de cooperação que são estabelecidas no âmbito das relações familiares, das práticas religiosas e da cultura. As comunidades tradicionais e quilombolas realizam o trabalho coletivo voltado para o bem comum, no qual primam pela reciprocidade e pela solidariedade. Não há subordinação ao econômico, mas sim uma cultura na qual prevalece a ajuda mútua em um viver coletivo.

A compreensão dos modos de vida em Furadinho evidencia que, embora envoltas em relações sociais capitalistas, as pessoas ali priorizam práticas de trabalho que se diferenciam desse sistema a partir da produção de valores específicos e da cooperação na preservação de tradições. Lia Tiriba e Paulo de Jesus (2023, p. 275) assim definem cooperação:

Está associado às ideias de ajuda mútua, de contribuir para o bem-estar de alguém ou de uma coletividade. No sentido amplo, indica a ação coletiva de indivíduos com o intuito de partilhar, de forma espontânea ou planejada, o trabalho necessário para a produção da vida social. Também é entendido como o processo social em que pessoas, grupos, instituições e/ou países atuam de forma combinada para atingir objetivos comuns ou afins. [...] Denota um valor ético-político, resultante de uma visão de mundo e de ser humano que atribui ao sujeito coletivo a disposição, o empenho, a solidariedade, o compromisso de apoiar, de fazer com, de produzir com, de tomar parte de um empreendimento coletivo cujos resultados dependem da ação de cada um dos sujeitos e/ou instituições envolvidas.

O materialismo histórico-dialético nos auxilia na compreensão de práticas que se manifestam nos hábitos, nos costumes e nas tradições e que primam pela cooperação na manutenção do modo de vida existente. Marx (2008, p. 261), em **Contribuições à Crítica da Economia Política**, salienta que

[...] as formas mais elevadas da economia, tais como a cooperação, uma divisão do trabalho desenvolvida, sem que exista nelas o

⁵⁴ Gente da minha terra, compositor Goiá. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/goia/958545/>. Acesso em: 14 set. 2022.

dinheiro; o Peru, por exemplo. [...] Além disso, é um erro situar a troca no interior das comunidades como elemento que as constitui originariamente.

As nossas reflexões sobre o trabalho coletivo presente nas diversas formas de manifestação social no quilombo de Furadinho e apresentadas ao longo desta seção demonstram que os povos tradicionais primam por um modo de vida no qual a cooperação se constitui como uma estratégia eficiente para superar as dificuldades e garantir a permanência e a durabilidade de práticas ritualísticas e culturais que tenham relevância para toda a comunidade.

A cultura indígena dos povos peruanos e andinos conserva formas de organização conhecidas como Minka⁵⁵ e Ayni, que se constituem como formas de trabalho comunitário, com estratégias eficientes que perduram ao longo do tempo em matéria de sustentabilidade, garantindo a permanência e a durabilidade dessas práticas de produção agrícola e cultural. Minka ou Mingas é uma palavra proveniente da língua quéchua, ou quíchua. Trata-se de um conceito andino e milenar que se relaciona aos processos e às atividades de trabalho⁵⁶. Essa prática preserva ações materiais e simbólicas que se relacionam de forma equilibrada entre os seres humanos e a natureza. Suas origens remetem ao “período arcaico entre 3200 e 1800 a.C.” (Enciso; Mendoza, 2011, p. 43).

De acordo com Solano e Lazarini (2013, p. 122) as nações Chanka, Kolla (Aymara) e Chimu desenvolveram, na região andina, vários processos de trabalhos coletivos sendo os principais: o Ayni e o Minka, que primam por uma perfeita integração entre ser humano e natureza com a utilização da prática de produção comunitária. Essas práticas continuam e contribuem para o modo de produção da existência desses povos. Esse modo de produção comunal estabelece uma forte relação

⁵⁵ As nossas reflexões sobre o Minka surgiram dos nossos estudos e discussões no coletivo de pesquisa MINKA. É uma rede de pesquisadores e pesquisadoras do Histedbr/Museu Pedagógico/História, Trabalho, Educação, bem como do Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação (Neddate/UFF), do Grupo de Pesquisa, Trabalho, Educação e Conhecimento (UFRGS), como também do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação (GEPTE/UFPA). Desde 2021, a rede reúne professores, mestrandos e doutorandos dos programas de pós-graduação em educação das universidades UFF, UFRGS e UFPA e do Programa de Pós-Graduação em Memória, Linguagem e Sociedade da UESB.

⁵⁶ A esse respeito ver: ANDRADE, Renné da Glória; SANTOS, Marisa Oliveira; ALVES, Ana Elizabeth Santos. Os sentidos milenares do Minka e as peculiaridades dos povos do campo na Bahia. *Trabalho Necessário*, v. 22, n. 47, jan./abr., 2024. As autoras abordam a etimologia da palavra Minka e a sua atualidade histórica, a partir de pesquisas sobre povos do campo no estado da Bahia, no Brasil. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/59952/36345>. Acessado em: 03 mai. 2024.

entre indivíduo e natureza e, atualmente, assegura a produção e a reprodução de sociedades andinas e mesoamericanas. São práticas que se baseiam em relações fraternas, amistosas, de confiança e de ajuda mútua entre todos os integrantes.

Em Furadinho, existe também a prática do trabalho coletivo voluntário presente, principalmente, nos eventos e nas atividades culturais da comunidade. Para uma melhor contemplação de cada uma dessas ocorrências de trabalho colaborativo de ajuda mútua em Furadinho, organizamos essa seção em cinco subseções que nos permitirão compreender as peculiaridades dessa forma de organização social que visa driblar as barreiras impostas pelo sistema capitalista e manter práticas de trabalho coletivo que resistem e que beneficiam a comunidade como um todo, na continuidade dos seus modos de vida.

Na primeira, tratamos da difícil definição de modos de vida e das formas em que o trabalho coletivo de ajuda mútua se manifesta na relação seres humanos e natureza, demonstradas por meio de rituais. A observação participante em eventos da comunidade foi crucial para entender que essa comunidade, mesmo estando imersa no modo de produção capitalista, prima por práticas que estão envoltas em uma gama de elementos simbólicos de respeito à vida, à natureza, ao próximo, ao bem estar coletivo.

Em seguida, abordamos as memórias das relações familiares e a resistência em manter práticas do trabalho coletivo que primam pela solidariedade e pela ajuda mútua, como nas festas de casamentos, em velórios e nos leilões solitários. Na terceira, os moradores de Furadinho se auto denominam católicos, em sua grande maioria, e evangélicos, contudo frequentam o salão de orações da religião de matriz africana, mas não querem ser identificados como praticantes dessa religião com receio do preconceito. Na quarta, tratamos dos elementos culturais de Furadinho, das práticas que foram se perdendo, embora ainda mantenham uma presença residual nas tradições juninas. Na última, trazemos as novas reconFigurações culturais em que os homens e mulheres de Furadinho se apresentam como sujeitos ativos na revitalização da cultura. Esses valores orientam o modo de vida e estabelecem padrões de comportamento que são aprendidos na família, na igreja, no trabalho, nas ações comunitárias e na representatividade da cultura. O que não quer dizer que esses valores sejam imutáveis, mas fontes constantes de contradições e que por meio do agir homens e mulheres atribuem novos sentidos à própria realidade.

6.1 Modo de vida: diálogo conceitual

A expressão “modo de vida” não é recente na sociologia. Ela foi empregada nas traduções para o português para designar termos distintos dos originais franceses e ingleses como: *genre de vie e style de vie, mode of life, way of life, style of life, livelihoodse lifestyle*, o que corrobora para um conceito vago e impreciso. Assim como fora descrito pelo pesquisador Léon Trotsky (1979, p. 57), modos de vida constitui: “a soma de experiências inorganizadas dos indivíduos: transforma-se de maneira de todo espontânea sob a influência da técnica ou das lutas revolucionárias e, no total, reflecte muito mais o passado da sociedade do que o seu presente”. O autor salienta que o modo de vida ainda é mais conservador na família, embora tenha sofrido modificações, mas perdura em muitos aspectos, principalmente, nas relações entre marido e mulher e pais e filhos. Ele reforça que: “Não se pode racionalizar o modo de vida, isto é, transformá-lo segundo às exigências da razão, se não se racionaliza a produção, visto que o modo de vida tem suas raízes na economia” (Trotsky, 1979, p. 62).

A socióloga Isabel Guerra (1993), em **Modos de vida: novos percursos e novos conceitos**, apresenta a noção de modos de vida abarcando dois aspectos distintos:

a relação entre as variáveis de análise – o econômico, o político, o cultural, etc., e a articulação entre os níveis de percepção do real – o ‘sistêmico’ e o ‘estratégico’. E, dificilmente a análise dos ‘modos de vida’ pode ignorar a hierarquia das redes de poder que estabelecem as articulações entre as diferentes ‘esferas’ do social. (GUERRA, 1993, p. 64).

A inserção dos sujeitos no mundo do trabalho articulou-o as estruturas de dominação, exploração, reprodução da força de trabalho, que, por sua vez, articulou também com as práticas cotidianas. Nesse sentido, o modo de vida está imerso em redes de relações de poder com suas hierarquias e suas influências num mundo em constante mudança que altera a lógica individual e coletiva dos modos de vida.

William Kennedy do Amaral Souza (2020, p. 131) chega à seguinte definição de modos de vida:

[...] conjunto de práticas sociais, econômicas e culturais cotidianas compartilhadas por um determinado grupo social no processo de produção da vida material e simbólica. Como expressão da cultura, respeito aos costumes, tradições, valores, crenças e saberes que orientam as normas de convivência na vida familiar, no trabalho e em âmbito comunitário. **Relaciona-se às maneiras de produzir, consumir e distribuir os frutos do trabalho, tendo em conta as formas de sentir e pensar a vida e o mundo.** (SOUZA, 2020, p. 131, grifo do autor).

Lia Tiriba (2021, p. 414) apresenta uma definição mais ampla como sendo ele

[...] um conjunto de práticas sociais, econômicas e culturais cotidianas compartilhadas por um determinado grupo social no processo de produção da vida material e simbólica. Como expressão da cultura, diz respeito aos costumes, às tradições, aos valores, às crenças e aos saberes que orientam as normas de convivência na vida familiar, no trabalho e em âmbito comunitário. Relaciona-se às maneiras de produzir, consumir e distribuir os frutos do trabalho, tendo em conta as formas de sentir e pensar a vida e o mundo. Os modos de vida manifestam as relações que homens e mulheres trabalhadoras mediadas pela memória coletiva e por experiências vividas e herdadas, estabelecem com o território em que produzem sua existência. A afirmação de modos de vida, entendidos como patrimônio cultural e, ao mesmo tempo, condição de existência humana, é, como Souza (2020) nos indica, elemento de resistência e negação de outros modos de produção da vida social, os quais, de alguma maneira, entrelaçam-se em menor ou maior grau, de acordo com as determinações dos contextos de luta por hegemonia.

Enquanto homens e mulheres conseguem obter as condições materiais para se manter e não precisam se deslocar de seu território para trabalhar em outros locais, o elo das práticas sociais, econômicas e culturais consegue resistir às mudanças nos modos de vida, mas a partir do momento em que esses sujeitos precisam migrar para trabalhar, as imposições do mercado de trabalho alteram os seus modos de vida. De modo semelhante ocorre com as crianças quando precisam se deslocar para estudar em outros locais, passam a ter contato com outros valores e a própria logística de deslocamento altera os seus modos de vida e de seus familiares, na medida em que os distancia dos saberes geridos nas práticas diárias de trabalho.

Carvalho (2012, p. 29) salienta que a vida cotidiana “se modifica e modifica as relações sociais. Mas a direção dessas modificações depende estritamente da consciência que os homens portam de sua ‘essência’ e dos valores presentes ou não ao seu desenvolvimento”. A vida moderna impõe novos valores e “parece que nada de antigo se mantém e nada de novo cria raízes” (CARVALHO, 2012, p. 38). Contudo, não podemos nos esquecer que a continuidade, ou a ruptura dos valores de uma dada comunidade são determinantes históricos do seu modo de vida.

A sociedade de consumo imposta pelo mundo capitalista de produtos, direta ou indiretamente, influencia a todos, independente de morarmos no meio urbano, ou rural. A influência capitalista está presente nos valores impostos, no modo de constituição das famílias, nos exemplos expostos nas telenovelas, na cultura, nos estilos musicais, na forma de organização das festas, assim como, no modo de vestir, de ser e de agir.

Pensar no modo de vida em Furadinho é pensar no modo como trabalhadores e trabalhadoras (re)produzem a própria existência humana. O modo de vida desses

moradores está alicerçado nas condições de existência e nos valores simbólicos que cultivam (costumes, hábitos, atitudes, modos de ser e de viver). Consideramos importante compreender como a sociabilidade acontece na comunidade.

José de Souza Martins (2020, p. 69) faz uma aproximação com o que expõem os autores Netto e Carvalho (2012) quando mencionam que não há cotidiano sem história, sem vinculação com a produção material e com as relações sociais. Assim, a casa aparece como centro da cotidianidade, o lugar do íntimo, dos vínculos afetivos. O cenário de uma vida rotineira pode ser palco de muitas contradições em nome do modelo ideal de família, pode ocultar dominação, autoridade e controle. O cotidiano pode ser demarcado a partir de dois momentos: como processo social e como tempo linear. No primeiro momento, o cotidiano está ligado ao acontecer histórico, às contradições do processo histórico nas relações sociais; no segundo momento, o cotidiano é privado do ritmo natural e cósmico. O tempo assume uma linearidade quantitativa mensurada pela lógica da acumulação – “o tempo determinado pela mediação do valor de troca das mercadorias e do trabalho mercantilizado. O tempo quantitativo da troca, da acumulação e do consumo, em conflito com o tempo qualitativo do uso” (MARTINS, 2020, p. 90).

Nas relações de produção capitalistas, o tempo de trabalho é quantitativo, mensurado por horas de trabalho, enquanto que nas comunidades que trabalham com a agricultura camponesa familiar a relação com o tempo é qualitativa, pois elas têm a liberdade de administrar o seu próprio horário de trabalho, de acordo com a ordem das necessidades das coisas.

Nesse sentido, buscamos na literatura respaldo para nossas reflexões sobre as dimensões que envolvem homens e mulheres da comunidade quilombola de Furadinho e que vêm contribuindo para a (des)estruturação de seu modo de vida. A família, como núcleo central da estrutura econômica, é responsável pela produção, por relações de afetividades, pelo reconhecimento, pela aplicabilidade de saberes e por experiências individuais e coletivas. É também responsável pelo processo de interação com o mundo, de um indivíduo com outro e consigo mesmo. Assim, o modo de vida faz parte da estrutura econômica e vincula-se a uma perspectiva cultural, nos costumes, nas tradições, nos valores, nas crenças e nos saberes que orientam as normas de convivência na vida familiar, considerando as condições materiais de produção da existência humana. Economia e cultura se entrelaçam na estruturação e na desestruturação do modo de vida desses povos.

6.2 Modo de vida na família

Para compreender a constituição da família monogâmica como célula central onde se desenrolam todas as redes de relações sociais que vão coligar com os modos de vida é necessário revisitar a obra **A origem da Família e da propriedade privada e o Estado**, na qual Engels⁵⁷ (2009) salienta que a origem da família é fundamental para entender a formação da sociedade moderna alicerçada na propriedade privada, no desenvolvimento da produção, do comércio e no poder do Estado.

Através dos tempos, a família foi se modificando de modo totalmente diverso do que fora em suas origens. Suas regras de constituição foram sendo alteradas, surgiram novas formas de vida em sociedade agregadas a vários outros fatores que desembocaram na criação de outras necessidades, como a prática de agricultura de modo mais intenso; o surgimento da indústria; o contato com outros povos, espontaneamente, ou de maneira forçada, provenientes da expansão do território, da guerra, ou de um sistema de troca, de compra e venda (ENGELS, 2009, p. 9-10). É por meio do trabalho exercido pela família que a atividade comercial vai se consolidar.

O pesquisador Carlos Rodrigues Brandão (2015) em sua obra, **Nós os humanos: do mundo à vida, da vida à cultura**, discorre sobre os desafios de vivermos juntos em comunidade, sobre o nosso lugar de consciência e pensamento e sobre o amor, a emoção e a experiência de sermos quem somos. A esse respeito pontua que

[...] tornou-se inevitável o criarmos palavras, linguagens, identidades sociais, princípios de interações, códigos de conduta, gramáticas de etiqueta, preceitos jurídicos ou mandamentos divinos, para tornar possível, desejada e compreensível a vida humana em comunidade. Através do dom, da troca e da reciprocidade nós criamos os nossos mundos de vida e de destino. Entre múltiplas expressões afetivas e efetivas, práticas ou simbólicas de fazer circular seres, símbolos, sentidos, serviços e retribuir, ao mesmo tempo as culturas e as sociedades primitivas foram sendo passo a passo 'inventadas'. (BRANDÃO, 2015, p. 123).

A vida em comunidade é regida e mantida pelo conjunto de preceitos, normas e regras que a tornam compreensível e pelo sistema social de partilha de saberes, o qual recebe o nome de educação. Essa educação começa na família e é partilhada nas outras instâncias onde o ser humano também é educado, seja no trabalho, na igreja, na escola.

⁵⁷ O livro de Engels se baseia na pesquisa de historiadores da sociedade primitiva e dos cientistas norte americanos, Johan J. Bachofen (1815-1887), que publicou *Mutterrecht*, em 1861, Lewis Henry Morgan (1818-1881), com sua obra *A Sociedade Antiga* (1871), J. F. Mac Lennan (1827-1881), com o texto **Estudos de História Antiga** (1886). O próprio Engels ressalta que todas as ideias são de Morgan e que ele só as amplia e complementa quando necessário.

De acordo com Elisabete Dória Bilac (2005), o termo família tem designado agrupamentos sociais bastante diferentes. Esses grupos, contudo, não tiveram a reprodução cotidiana, ou geracional como princípios basilares, em alguns momentos desempenharam funções econômicas (família de trabalho, aqueles que trabalham juntos) e políticas (famílias dominantes que revezam o poder entre si). Assim, o termo família adquire acepções diferentes na sociedade, embora a definição que prepondera é a do convívio familiar, de pessoas que vivem juntas no mesmo ambiente.

Alguns traços da família monogâmica do século XIX persistiram na comunidade de Furadinho, tais como o casamento arranjado; o dever de procriar, isto é, famílias numerosas para fortalecer a força de trabalho; a solidez dos casamentos, que só terminam com a morte de um dos cônjuges; a mulher subjugada ao casamento.

No documento do estado da Bahia (2013, p. 06), encontramos o relato de um morador de Furadinho que menciona como os casamentos em “tempos antigos” eram realizados no quilombo.

Antigamente era os pais que falava casamento pra filhas e pros rapaz, era os pais que escolhia e casava... meu avô contava que tava ali dentro de casa aqueles rapaz, moça, cum poco o velho to esperando fulano aqui tal dia pra tratar o dia do casamento, as vezes a moça nem sabia [...] desse casamento nem o rapaz né...

Uma de nossas entrevistadas, D. Judite, descreve que o seu casamento fora arranjado pelo seu pai e que ela só conheceu o marido no dia de marcar a data do casamento. Casou-se contra sua vontade. O poder de decisão sobre com quem ela deveria se casar era da família. “Meu pai veio falar com esse rapaz que morava aqui né, mandou o irmão pra ajeitar pra casar. Casei sem querer, naquele tempo, os pais é quem mandava os filhos pra casar, casava com quem eles quisesse, nem conhecia” (JUDITE, 2021, *entrevista*).

Assim, assevera Engels (2009, p. 94) que “a desigualdade de ambos, que herdamos das condições sociais anteriores, não é causa e sim efeito da opressão econômica da mulher.” Observa que o casamento constituído por conveniência, arranjado pela família era comum nessa época. A dissolução da relação só ocorria com a morte de um dos conjugues.

Nossa entrevistada narra que eram tempos difíceis e que, ao longo do casamento, nasceram dezoito filhos e ela ainda teve um aborto. Dos filhos nascidos, apenas dez sobreviveram. Os poucos recursos financeiros e as dificuldades de acesso à saúde contribuíram para os altos índices de natalidade e mortalidade infantil na família. A necessidade de trabalhar na roça para manter a sobrevivência fazia com que Dona Judite

e seus filhos ainda pequenos fossem todos para a roça. Essa trabalhadora conta que limpava uma área com sombra onde colocava o filho recém-nascido dentro de uma gamela⁵⁸ e as outras crianças maiores ficavam responsáveis por olhar o irmão mais novo.

Naquele tempo não tinha bacia, chegava lá colocava a criança deitada nessa gamela e limpava um canto assim, colocava os outros sentado lá, levava a panela se tivesse comida, colocava a panela lá, quando era meio dia sentava para comer um tiquinho ali, e as vezes levava uma rede, fazia uma rede. Não é dessas redes aí não, era um saco. Desmantelava, amarrava um nó, chegava no mato e colocava o menino para dormir e ia trabalhar, é isso aí (risos). Carregava lenha na cabeça, por isso que hoje não aguento mais, os braços, por causa disso né. Balaio de lenha lá de não sei de onde, era balaio de milho, balaio de umbu que trazia lá das caatingas para os filhos chupar. Aquelas coisas né, panhava água lá daquela lagoa. Colocava essa lata na cabeça e outro galãozinho do lado. Então, se acabasse e tivesse lavando roupa, trazia a roupa do lado. (JUDITE, 2021, *entrevista*).

Ao ouvir esse relato de D. Judite, as minhas memórias remeteram à obra do grande escritor Graciliano Ramos, escrita na década de 1930, *Vidas Secas*, que retrata com minúcias de detalhes a vida sofrida no Sertão Nordestino. Fabiano, protagonista do romance, ao tentar fugir da seca se desloca com os dois filhos, a esposa Sinhá Vitória, a cachorra Baleia e o papagaio. Segue nessa trajetória migratória em busca de melhores condições de vida, percorrendo caminhos desconhecidos sem destino certo, sem dinheiro e comida. Sinhá Vitória sacrifica o papagaio para alimentar a família. Aqui, Dona Judite, rememorando a farofa de palma que fazia para aplacar a fome dos filhos, recorria ao que a natureza do sertão lhe oferecia: o umbu⁵⁹, fruto nativo e a palma, cacto característico desse solo capaz de suportar longas estiagens.

O modo de vida se apresenta na simplicidade marcada pela solidariedade e pela ajuda que vinha inclusive dos familiares que migravam para outros estados.

Nesse tempo, minha filha, não tinha coisa de sapato, era um fregelo, era aquelas sandalinhas veias, havaiana né. As mais ruinzinhas eu ia e comprava para um, depois quando era passava e comprava para outro,

⁵⁸ Utensílio de madeira que se usa na cozinha para banhos, lavagens, para dar de comer aos animais domésticos e outras atividades.

⁵⁹Intitulado por Euclides da Cunha como a “árvore sagrada do sertão”, o umbuzeiro é também conhecido como imbuzeiro (nome científico: *Spondias tuberosa*). O seu fruto é o umbu ou imbu. A palavra da qual esse nome se origina é “ymbu”, de origem tupi-guarani, que significa “árvore que dá de beber”, uma referência a sua característica de armazenamento de água, especialmente na raiz, qualidade necessária para sua sobrevivência nos longos períodos de seca experimentados em seu *habitat* natural, a caatinga. A planta pode alcançar sete metros, tem tronco curto e copa em forma de guarda-chuva. As flores são brancas, agrupadas, perfumadas, com néctar que é retirado pelas abelhas para se alimentarem e produzirem mel”. Essas e outras informações estão disponíveis no site <https://www.cerratinga.org.br/especies/umbu/>. Acesso em: 14 nov. 2022.

depois tinha uns irmãos meus que moravam em São Paulo, mandava as coisas, um dinheiro pra mim escondido dele (o marido), para ele não saber. Aí eu comprava uma camisa para um, comprava os metros de pano, eu mesma costurava as roupinhas deles. (JUDITE, 2021, entrevista).

Outra mulher moradora da comunidade, nossa entrevistada D. Madalena, relatou que se casou com um vizinho do povoado, tivera 10 filhos⁶⁰, sendo 05 mulheres e 05 homens. Os relatos de seu sofrimento com filhos pequenos em muito se assemelham aos da outra moradora. O cônjuge a abandonou com os filhos todos pequenos e foi viver com outra companheira, permanecendo ausente durante cinco anos ou mais sem dar notícias, ou qualquer ajuda para custear as despesas dos filhos. Assim, relata sua filha: “Mãe já sofreu moça, pai deixou ela um tempo sozinha com esses meninos tudo pequeno. Sumiu, foi pra São Paulo com outra mulher, aí largou ela sozinha. Quem criou nós tudo mesmo, foi ela sozinha. (LUZIMAR, 2021, entrevista).

Nessa situação, devido a dificuldades financeiras, as meninas ainda muito cedo, aos nove anos de idade, foram obrigadas a saírem de casa para trabalhar em casas de família, ofício que todas elas continuam exercendo. A mãe trabalhava na roça, costurava e ainda atuava como benzedeira. Mesmo com todo o esforço o que conseguia era pouco para alimentar as onze bocas. Enviar os filhos pequenos para trabalhar em casa de família foi o caminho encontrado por Dona Madalena nessa busca pela sobrevivência.

Famílias numerosas é outro traço característico em Furadinho. Todos os entrevistados possuem muitos filhos, que, por sua vez, constituíram um apoio imprescindível para o trabalho no campo, criando uma relação de dependência mútua de uns com os outros pela sobrevivência.

Mesmo tendo de cuidar da casa e dos filhos, a presença da mulher era indispensável no campo, fato, este, também relatado por todas as entrevistadas. As crianças aos quatro, ou cinco anos, independente se eram meninos ou meninas, eram inseridas no processo de aprendizagem dos saberes do trabalho no campo. Quem fizesse corpo mole apanhava, tinha que aprender a trabalhar desde cedo.

Em Furadinho, os valores familiares do matrimônio continuam sendo mantidos, embora os casamentos não sejam mais arranjados e as famílias tenham reduzido bastante a prole. São poucos os casos de separação ou divórcios dentro da localidade. Uma das nossas entrevistadas relata o modo de vida preconizado pela família.

⁶⁰ Os filhos de D. Madalena: Irani, Luzimar (Lu), Maria, Adi, Neuza, Valdenize, Adineus, Osvaldo, José e Ivano (falecido). As duas primeiras moram em Vitória da Conquista e os demais em São Paulo.

O que aconteceu com minha mãe: nasceu, cresceu e casou. Então o que ela queria para mim era exatamente isso. Ela queria que eu ficasse aqui, que arrumasse uma pessoa e casasse, estava ótimo. Essa era a vida que ela queria para mim. Quando eu falei que ia fazer uma faculdade, foi o mesmo que nadar contra o rio. No começo foi difícil, quando eu falava que era uma coisa boa para mim, mesmo com todas as dificuldades financeiras que passamos e ainda estamos passando. Antes as meninas casavam bem novinhas com 17 e 18 anos. Hoje, é na faixa de 27 e 28 anos. As famílias influenciam bastante nos casamentos, a gente ainda tem muito desse patriarcado da família com o pai e a mãe que regem as mentalidades. A moça é feita para casar, fora disso é nadar contra a maré, no momento eu estou nadando contra tudo [risos] ainda subjuga, não casou ainda até hoje é porque foi buscar outra coisa, tá solteira até hoje, por conta das escolhas que tu fez. É por isso que quando eu estou no ápice do *stress* eu começo a pensar que eu fiz tudo errado mesmo [risos]. (JAQUELINE, 2022, entrevista).

Para essa mãe, as moças deveriam arranjar um noivo, casar, ter filhos e cuidar da família, esse era o modo de vida aconselhado para a filha. Seu modo de pensar está muito relacionado com as memórias das experiências coletivas da comunidade. É preciso interpretar o sentido que os próprios quilombolas têm de sua realidade. O comportamento das mulheres é exigido de forma rigorosa. Outra entrevistada relata que o pai a expulsou de casa porque ela engravidou antes do casamento, mas agora, na velhice, é ela quem toma conta dele.

E eu também não casei aqui não, eu casei em Conquista, por causa que eu ia morar lá e casei lá. Casei na igreja, mas fiz a festa lá. Quando eu casei, meu pai tinha me colocado pra fora de casa, porque eu estava grávida. Disse que não queria mulher perdida em casa mais não. Aí eu fiz a festa lá mesmo, ele não me deu nada, nada, nada. (LUZIMAR, 2021, entrevista).

Percebemos que, em alguns casos, o choque de valores culturais associados a outros problemas desestrutura a família. O uso de bebida alcoólica associado à violência desestrutura a família.

Tem uma filha que ficou solteira agora, separou do marido, era aqui da região do Campo Formoso, mas não era uma pessoa muito boa não, pessoa que bebia e ela era uma pessoa que gostava de ser bem tratada né, trabalhadora e ele judiava muito dela. (JOSÉ, 2021, entrevista).

A violência doméstica parece ser uma tônica recorrente em Furadinho, tanto que a comunidade criou o “Terço dos homens”, para propiciar um encontro entre os homens todas às quartas-feiras, na igreja católica da comunidade. O encontro tem o intuito de minimizar a violência doméstica por meio de orientações e aconselhamentos em decorrência do alto consumo de bebidas alcoólicas no quilombo.

Nos casos de separação são comuns os relatos de maus tratos e violência. O que não quer dizer que entre as famílias de relacionamento duradouro não ocorra episódios de violência, mas, muitas vezes, a solidez do vínculo familiar, dos valores familiares acaba prevalecendo em alguns casos. “Ainda, a percepção das mulheres como as primeiras responsáveis pelos filhos, que é expressa também em diferentes noções de paternidade e maternidade, pressiona as mulheres a não abandonar seus filhos [...]” (STOLCKE, 1994, p. 107). Não se trata apenas de uma questão de ser forte ou fraca, a falta de condição financeira para manter a si e aos filhos também as coloca, muitas vezes, na condição de manter o relacionamento a qualquer preço, isso atrelado ao preconceito que ainda subsiste contra as mulheres separadas. Essa situação vem se modificando com os descendentes que migraram e se casaram com pessoas de outros lugares.

De acordo com Halbwachs (2004) a família é um marco coercitivo forte na manutenção de valores e na recuperação de acontecimentos e fatos. Nesse sentido, a memória coletiva familiar é, simultaneamente, o espaço de domínio máximo do sistema social hierárquico.

A estas regras comuns de uma sociedade juntam-se hábitos e modos de pensar próprios de cada família, e que igualmente, e mesmo inescapavelmente, impõem a sua forma às opiniões e sentimentos dos seus membros. [...] No mesmo sentido, nas sociedades mais tradicionais de hoje, cada família tem o seu espírito, as suas memórias que só pode comemorar e os seus segredos que apenas revela aos seus membros. (HALBWACHS, 2004, p. 180-181).

Embora os pais não escolham mais os pretendentes para as filhas, há ainda o interesse de que os filhos se casem com pessoas da localidade, ou de localidades próximas, por acreditarem que o casal terá mais chances de uma relação mais duradoura. Fato esse que tem se confirmado.

De acordo com Jerusa Vieira Gomes (2005), é comum nas famílias rurais a predominância masculina e geracional na tomada de decisões.

Há a predominância de grupos familiares, organizados de maneira hierárquica, tendo em vista o pertencimento a um gênero e a uma faixa etária: do homem à mulher: do mais velho ao mais novo. Esses grupos domésticos, embora espacialmente isolados nos limites de suas pequenas ou médias propriedades, mantinham entre si fortes laços de vizinhança e de compadrio. Assim, além de compartilhar alegrias, e tristezas garantiam a ajuda mútua, necessária à existência. (GOMES, 2005, p. 66).

Em Furadinho, permanece a predominância do poder decisório nas mãos do homem. A mulher toma a decisão nas situações que o homem não está presente, ou nas

questões relativas à casa. “Quando o povo vinha pedir o casamento das minhas irmãs meu pai falava, só vou dizer uma coisa, quem casa tem que ter casa” (LUZIMAR, 2021, entrevista).

Há também, na comunidade, fortes vínculos de afetividade e parentesco estabelecidos na vizinhança. A família é responsável pela transmissão especialmente de três legados: ordem, solidariedade e fé. O primeiro, refere-se a respeito, aprendizagem no trabalho, responsabilidade, organização, troca de saberes e educação; os legados de solidariedade se referem a “amor, amizade, senso de justiça, colaboração, respeito; e legados de fé, incluem a espiritualidade” (VITALE, 2005, p. 93).

O modo de viver no quilombo remete ao simples e ao necessário. Os nossos entrevistados mais idosos rememoraram as dificuldades para erguer suas casas. As paredes de muitas moradias foram levantadas de adobo, produzido ali mesmo no quintal, outras paredes foram erguidas com varas e enchidas de barro. A construção era levantada com o que tinham no lugar, as varas, o barro, as palhas de coqueiro no telhado, as camas de varas cobertas com um colchão de junco. O junco assemelha-se ao capim, suas folhas são macias, nascem normalmente em baixadas e margens de rios. Após secadas ao sol, as folhas serviam de colchão. Para o berço, enfincavam duas estacas no chão, relativamente próximas uma da outra, e amarravam as pontas de um pano nas extremidades das estacas. O formato conseguido era semelhante ao de uma rede que conhecemos hoje, embora menor. Ali cabia apenas o corpo de um recém-nascido, conforme fora descrito por dona Judite.

Esses recortes de fragmentos de memórias remetem ao que vi e vivi em minha comunidade. Minha avó contava que todo o seu enxoval veio em uma mala de couro e era composto de dois lençóis, duas toalhas de pano de saco, duas panelas, alguns pratos e copos. Em quase todos os quartos havia uma vara, colocada acima da altura da cabeça, que atravessava de um lado ao outro do pequeno espaço, na qual se estendia as poucas peças, exercendo a função de um guarda-roupa. Na despensa da cozinha, essa vara adquiria outra utilidade, era onde se colocava as carnes de sol para secar. Quando se matava um porco, por exemplo, dividia-se a carne com a vizinhança e a parte que ficava com a família era salgada e estendida nessa vara para secar. Outra forma de conservar a carne era fritando-a na gordura da banha do toucinho e armazenando-a em uma lata de vinte litros, com a própria gordura. Essa gordura, quando esfriava, endurecia e ajudava na conservação da carne. Outra forma de conservar a carne em tempos em que não se podia contar com a geladeira era assar a carne e guardá-la. Dessa forma, era possível manter a carne em temperatura ambiente por até oito dias sem alterar suas propriedades.

O nosso entrevistado o Sr. José narra como fazia quando matava animais para se alimentar.

A gente tirava duas porcas parideira depois matava uma e colocava a outra na dispensa, comia três ou quatro meses comendo daquela carne. Tinha cabra, cabrito durava pouco tempo umas duas semanas, dava uns pedaços para os vizinhos né, dava pra um, dava pra outro, pra parente né. (JOSÉ, 2021, entrevista).

A solidariedade entre vizinhos e parentes se apresenta de diversas formas, inclusive na divisão da carne do animal que matavam para se alimentar. O fogão à lenha, o pote de barro, o filtro para esfriar a água, o banco de madeira, a mesa e as camas constituíam o mobiliário da época. Atualmente, em muitas casas ainda encontramos objetos dessa época, embora o mobiliário tenha acompanhado a modernidade e os móveis tenham sido comprados em lojas urbanas.

Figura 15 - Ambiente interno da casa de moradores do quilombo de Furadinho



Fonte: Foto de Renné Andrade (2021).

Na imagem da esquerda temos D. Judite de óculos, vestida com uma blusa rosa e saia estampada e usando um lenço branco na cabeça, costume de muitos anos. O fogão à lenha, companheiro inseparável, é revestido de lajota no tom marrom claro. Em cima do fogão, o caldeirão e a chaleira de alumínio brilham. Ela diz que gosta de cozinhar no fogão à lenha, pois a refeição permanece quentinha. No fogão a gás a comida esfria

muito rápido! Ao fundo, temos a pia de lavar louças, a água é encanada do reservatório que fica na parte externa da casa e, ao lado, uma cortina de tecido azul estampado fecha a porta de um quarto.

Na fotografia da direita, foto de outra residência, temos o filtro de barro e o pote. Observe que a estrutura sobre a qual o pote está colocado foi feita de alvenaria, o que demonstra que é uma peça inseparável do ambiente. O centro da superfície de alvenaria é rebaixado para dar mais firmeza ao pote e evitar que ele se quebre por algum manuseio inadequado. Os panos de crochê colocados sobre a tampa do filtro e a abertura do pote compõem a decoração. Uma pequena prateleira de madeira na parede guarda os copos de alumínio limpos. Ao lado, uma bacia de louça branca sobre um suporte de madeira serve para despejar água que, porventura, a pessoa coloque no copo e não consiga beber totalmente, ou para o visitante lavar as mãos.

A forma de organização dos espaços/tempos denota um jeito peculiar de ser e viver relacionado à forma de subsistência de homens e mulheres para quem o primordial é suprir necessidades vitais. Os objetos denotam a perpetuação de formas históricas de existência.

Os valores culturais também influenciam a organização dos móveis dentro do ambiente familiar. Quando um morador nos convidou para observar o tamanho dos quartos da casa, em um dos cômodos, a distribuição dos móveis nos chamou a atenção.

Figura 16 - Quarto da casa de morador de Furadinho



Fonte: Foto de Renné Andrade (2022).

Esse quarto fica localizado na parte dianteira da casa de um dos nossos entrevistados e é composto por duas camas de casal, duas caixas de papelão que servem de armários, uma mesa, uma cadeira, uma janela, uma porta. A localização da porta fica atrás da cama da direita. A distribuição dos móveis nos chamou atenção, pois as cabeceiras das camas não estavam encostadas na parede. Ao perguntar ao morador o motivo da organização da mobília, ele nos revelou que dessa forma os pés de quem dormia não ficavam voltados para a porta de saída da casa. Essa é a posição que normalmente se coloca o caixão fúnebre sendo, portanto, uma posição na qual as cabeceiras das camas não podem ficar.

Nesse sentido, imagem e fotografia são conjuntos narrativos de histórias que podem ser lidos por meio dos objetos materiais, do cenário, dos trajes, que podem ser reais ou representados, conforme Martins (2011, p. 45) nos apresenta.

A fotografia vista como conjunto narrativo de histórias, e não como mero fragmento imagético, se propõe como memória dos dilaceramentos, das rupturas, dos abismos e distanciamentos, como recordação do impossível, do que não ficou e não retornará. Memória das perdas. Memória desejada e indesejada. Memória do que opõe a sociedade moderna à sociedade tradicional, memória do comunitário que não dura, que não permanece.

Ao adentrar na residência de Dona Madalena, as fotografias expostas na parede da sala retratam não apenas a imagem dos familiares, pelas inferências implícitas podemos perceber que a imagem também retrata os filhos e netos que não estão mais presentes no dia-a-dia da família, mas a imagem demarca o pertencimento ao território.

Figura 17 - Retratos expostos na parede da sala da casa de Dona Madalena no quilombo de Furadinho



Fonte: Foto de Renné Andrade (2021).

Nas fotografias pintadas nas quais aparecem o casal Dona Madalena e o marido João, podemos ver o marido usando terno e gravata, o paletó azul marinho... a gravata, em uma das fotografias, no tom cinza claro e, na outra, cinza escuro compõe o figurino. Ela com vestido de festa no tom verde na foto da esquerda e, e rosa, na foto da direita. O uso de brincos e colares remete à imagem de uma família de posses. Assim como a foto do filho Valdenis localizada do lado esquerdo da do casal trajando terno azul turquesa e gravata vermelha de bolinha. No fundo, na fotografia, há um sobrado imponente de dois andares em estilo colonial com um imenso jardim florido, denotando uma imagem decorativa de fundo que em nada condiz com a vida simples de operário na capital paulista. As fotos dos netos montados em cavalos, provavelmente tiradas no mesmo dia, mostram mesmo cenário. A estrada de terra, o mato e o cavalo retratam a vida simples no campo. Na foto em que há a imagem de três mulheres são duas filhas de Dona Madalena, Luzimar e Neuza e uma prima. Os trajes simples remetem ao jeito de ser e viver local.

O modo de vida como expressão de resistência pode ser observado nos costumes que vigoram na organização da vida comunitária. Veremos a seguir que os festejos do casamento no Quilombo de Furadinho constituem formas de partilha de vida comunitária, de organização do trabalho coletivo regulado “por práticas que conferem aos sujeitos o poder de decisão sobre o processo de produzir a vida social” (TIRIBA; FISCHER, 2012, p. 614).

6.2.1 Modo de vida na festividade do casamento

A família é um marco de memória que integra um conjunto simbólico de valores transmitido entre gerações. O ritual do casamento celebra a constituição de uma nova família. Em 17 de junho de 2023, tivemos a oportunidade de acompanhar a festividade de um casamento no quilombo de Furadinho.

A sociabilidade e a cooperação na preparação da festa de casamento envolveram toda a comunidade em um processo de trabalho coletivo, que foi desde a arrumação do espaço, iluminação, ornamentação, até a preparação e distribuição de alimentos e a promoção de música e dança. Boa parte do material utilizado foi emprestado por vizinhos que ajudaram com o que podiam: madeiramento, lona, ferramenta, assim como bancos, mesas, toalhas, panelas e os talheres utilizados na festa. Também doaram alimentos para a elaboração dos pratos servidos.

A chegada dos recém-casados à casa dos pais da noiva foi marcada por estrondos de foguetes, simbolizando o início dos festejos na residência. A chuva de papel picado e arroz, no momento da entrada dos noivos, representou votos de felicidade e fartura. Todas essas ações fortalecem os vínculos afetivos e a aura de sociabilidade e confraternização na preservação dos costumes.

A ornamentação para a entrada dos noivos foi feita com os pendões de cana-de-açúcar colhidos na própria comunidade, cuidadosamente decorados com flores dos jardins vizinhos. O tapete vermelho denotava a importância do casamento na comunidade.

Figura 18 - Casamento no quilombo de Furadinho



Fonte: Foto de Renné Andrade (2023).

Nessas práticas que continuam vigentes nas organizações de casamentos, há trabalhos específicos para homens e mulheres. Os convidados sentados à mesa sendo servidos pelos garçons. A área da frente da casa coberta com a latada.

O contrapiso, latada, ou tenda onde é servida a refeição e que depois se transforma em salão de forró fica sob a responsabilidade dos homens, assim como a iluminação. Eles também tratam as carnes, enquanto as mulheres são as responsáveis

pela limpeza, pela ornamentação e pelo preparo dos alimentos e sobremesas que serão servidos.

Figura 19 - Jantar durante cerimônia do casamento no quilombo de Furadinho



Fonte: Foto de Renné Andrade (2023).

O tamanho enorme das mesas dá a dimensão do coletivo. Na primeira mesa, segundo as práticas costumeiras, sentam-se os recém-casados, padrinhos e madrinhas e os parentes de primeiro e segundo graus. Nas mesas subsequentes, os demais convidados. O forró, que se inicia somente depois de todos serem servidos, estende-se durante toda a noite.

Observamos que os noivos fizeram questão de serem fotografados com todos os trabalhadores e as trabalhadoras voluntários. Os garçons eram identificados por uma toalha branca, com listas vermelhas em uma das pontas, colocada em volta do pescoço; apenas homens serviam as mesas. A forma de usar a toalha fica a cargo de cada um. O garçom que está entre os noivos dobra a toalha no formato de uma gravata. Havia todo um cuidado com todos os que estavam colaborando com a festa, registrar o momento com cada um dos grupos de trabalhadores denota reconhecimento por todo o trabalho prestado.

Figura 20 - Fotos dos noivos com os garçons no quilombo de Furadinho



Fonte: Foto de Renné Andrade (2023).

O trabalho coletivo de preparação do festejo do casamento é constituído por grupos que se identificam pelos saberes da experiência e todos colaboram. Quando, por algum motivo, alguém está impossibilitado de realizar o trabalho, procura-se por outra pessoa que possa substituí-lo.

O modo de vida no Quilombo de Furadinho se manifesta na forma como as pessoas se solidarizam, por meio do trabalho coletivo. A cozinha é improvisada nos fundos da casa. A cobertura é feita com os ramos da madeira nova, as trempes são feitas de barro na forma de uma vala no chão, onde são colocadas as lenhas e tachos para cozimento dos alimentos. Essas cozinheiras foram as responsáveis por toda a refeição servida. Todas usavam touca para proteger os pratos, denotando o cuidado e o capricho com os alimentos. A quantidade e o tamanho dos caldeirões demonstram a fartura no jantar.

Figura 21 - Foto da cozinha na festa de casamento no quilombo de Furadinho



Fonte: Foto de Renné Andrade (2023).

Os pratos servidos foram feijão de corda farofado, arroz, macarronada, saladas, frigideira de mamão, ensopado de carne, carne assada, frango assado e cozido, pernil assado e refrigerantes. A sobremesa servida foi um delicioso doce de leite. Nesse sentido, entendemos, com base em Tiriba; Fischer (2015, p. 407) que “produzimos cultura e nos produzimos como seres de cultura. Na relação com o outro ser humano, com outros grupos e classes sociais, produzimos saberes sobre possíveis maneiras de estar no mundo”.

A tradicional mesa com o bolo da noiva e docinhos decorava o ambiente da sala da casa. Ela é resultado de um processo metabólico entre o velho e o novo na ressignificação de um elemento simbólico que coaduna na preservação e no desenvolvimento dessa prática.

Figura 22 - Decoração do Bolo da noiva no quilombo de Furadinho



Fonte: Foto de Renné Andrade (2023).

Os arranjos de flores naturais e a cortina iluminada compunham a decoração da mesa da noiva. O bolo e os docinhos também foram feitos por moradoras da comunidade. A decoração do bolo (casal em resina) remetia à simbologia da festividade. Havia também, no terreiro da casa, um espaço todo decorado com flores e luzes para os noivos tirarem fotos com os convidados. A tradição antiga perdura ao lado de inovações. O alto custo para a realização de um casamento dificilmente poderia ser arcado pela família sem a cooperação dos vizinhos a partir de um trabalho coletivo e solidário. Isso ratifica o que está em E. P. Thompson (1981) como sendo reflexo de um aprendizado da vida social. Sem esse movimento, a produção material da vida cessaria. Porém, é importante observar que, ao mesmo tempo em que esses costumes asseguram a produção da existência e dos modos de vida, muito do vivido faz parte da cultura residual, do encontro entre o velho e o novo e, deste último, abarca-se o conflito de valores no encontro inevitável entre a vida em comunidade e a investidura do capital para promover o desapossamento dos saberes e da vida (THOMPSON, 1981; WILLIAMS, 2011).

6.2.2 Modo de vida no velório

O modo de viver em comunidade é marcado pela ajuda mútua, entre outras, pela forma como os vizinhos se solidarizam no falecimento de um familiar. Em 14 de maio de 2023, fomos surpreendidas com a notícia do falecimento de uma de nossas entrevistadas, a D. Madalena. Ao chegarmos ao velório, que ocorreu em Furadinho, para prestar os nossos sentimentos, tivemos a oportunidade de observar como ocorre a mobilização do trabalho coletivo nesse momento.

Ao saber da notícia, todos da comunidade se dirigem à casa do falecido para prestar apoio aos parentes. Durante o período do velório, que gira em média de 24 horas, as pessoas da comunidade não escutam música ou colocam som alto em respeito à família enlutada. A família do falecido serve almoço, ou jantar se for o caso, para os que estão participando do velório. Todos da comunidade ajudam com o que podem. As mulheres vão para a cozinha auxiliar no preparo de chás, cafés e refeições. Os homens providenciam bancos e cadeiras entre os vizinhos para as pessoas se sentarem.

O velório é o momento em que toda a comunidade se reúne para solidarizar-se com a família enlutada. Uma enorme concentração de pessoas fica conversando, emocionada pela perda do ente querido. É ainda a ocasião em que mais se reúnem familiares, sejam os que moram próximos ou distantes. As pessoas vão acompanhando o carro da funerária até o cemitério.

No enterro de D. Madalena, já no cemitério, observamos que um de seus filhos, que não mora na comunidade há bastante tempo, veio para o sepultamento. Ele foi repreendido por moradores da localidade quando pegou a enxada para jogar a terra sobre o caixão. Fiquei curiosa para saber, o motivo. Um morador informou que um filho jamais pode jogar terra sobre o caixão da mãe, o constitui uma falta de respeito. Essa ação deve ficar a cargo de outras pessoas da comunidade.

Figura 23 - Sepultamento de D. Madalena, no cemitério de Furadinho



Fonte: Foto de Renné Andrade (2023).

O luto pelo falecimento de um familiar era simbolizado pelo uso de roupas pretas, principalmente pelo viúvo ou pela viúva, ou ainda por meio de um laço preto na camisa ou no vestido durante um ano. Atualmente, essa tradição do luto com o uso da roupa preta, ou roxa foi se perdendo, porque o preto deixou de representar o luto e passou a simbolizar elegância e requinte pelo mundo da moda. Ainda hoje, dar um vestido ou uma camisa preta para um idoso ou uma idosa de comunidade tradicional constitui uma ofensa por conta da relação do preto com a morte.

O modo de viver em comunidade tem muitas coisas a ensinar aos moradores do meio urbano. Como ser solitário e respeitoso para com a dor do outro, no partilhar as alegrias e as tristezas é uma delas.

6.2.3 Modo de vida e os leilões solidários

O leilão é organizado com o intuito de angariar recursos seja para comemorar a festa do padroeiro, seja para ajudar uma família da comunidade que está com dificuldades financeiras, ou com problemas de saúde. Essa prática ainda hoje é praticada em Furadinho, assim como em minha comunidade. Como não tive oportunidade de acompanhar um leilão em Furadinho, a descrição a seguir dessa prática de trabalho solidário está relacionada às minhas conversas com moradores da comunidade em eventos e às minhas experiências ao acompanhar os leilões de minha comunidade.

Em um leilão, cada vizinho doa o que pode, desde uma grade de biscoito de goma, uma lata de goiabada, um litro de cortezano, ou de vinho, uma galinha caipira assada, até um pedaço de leitão assado, entre outros.

Na comunidade, há o gritador do leilão que estipula o valor mínimo para começar. Por exemplo: o quarto do leitão pode começar a ser vendido por R\$ 10,00. O leiloeiro vai recebendo as ofertas: “o quarto do leitão custa R\$ 10,00 quem dá mais? Um grita, “eu dou R\$ 12,00!” O outro, “eu dou R\$ 15,00!” No final, o objeto é entregue para aquele que ofereceu a maior oferta e o pagamento é na hora. Os produtos mais disputados nos leilões são de gênero alimentício. Os melhores itens são intercalados com os mais simples. A força do leilão está na motivação e no poder de oferta do leiloeiro que vai fazendo a propaganda do produto, para motivar os compradores. O melhor produto é sempre o último a ser leiloado na noite. Todo leilão sempre começa com uma reza (pequeno culto). Após o leilão, na minha comunidade, há sempre um forró. Moradores relataram que em Furadinho também ocorre a mesma tradição. O forrozeiro de posse de uma sanfona, uma zabumba e um triângulo tocam até o dia clarear. O arrasta-pé e o xote (dois passos para lá e dois passos para cá) tomam conta do terreiro, a poeira sobe e o povo dança na maior animação.

A mulher que entra no salão para dançar tem que aceitar o convite de qualquer um que esteja no lugar. Negar um convite para dançar é considerado uma ofensa. O baile ocorre no terreiro na frente da casa. Toda comunidade é convidada a participar.

Os quartos da casa em que está ocorrendo o leilão ficam abertos para receber as crianças de colo quando adormecem. Às vezes, na mesma cama chegam a ficar cinco, seis crianças dormindo juntas. As crianças vão para o leilão e desde pequenas vão aprendendo a dança, no convívio com os pais, parentes e pessoas da comunidade, tudo em um clima de alegria e respeito.

O leilão é a festa da solidariedade, da união, do companheirismo, do bem viver. Uma prática de trabalho coletivo que vai desde a organização, a divulgação, a participação, até a colaboração. No salão, não há diferenças de idade, sexo ou estado civil. Todos dançam juntos num clima de respeito. As pessoas vestem a melhor roupa, o melhor sapato e aquele que não tem um, vai com a havaiana alvejada de tanto esfregar na pedra para tirar as marcas do pó. O modo de vida retrata os elementos simbólicos, bem como, as condições materiais de um jeito simples de ser e viver contornado por objetos que estão presentes no jeito de vestir, na casa e nos ambientes. De acordo com Tiriba e Fischer (2015) as comunidades sofrem constantemente as investidas do capital que tenta desestruturar os seus modos de vida.

As bases materiais e simbólicas, econômico-culturais que fundamentam e dão sustentação à vida na comunidade (mediações de primeira ordem) são constantemente ameaçadas pela racionalidade destrutiva da sociedade produtora de mercadorias, ou seja, da sociedade capitalista. (TIRIBA; FISCHER, 2015, p. 413).

A identificação do sujeito com o território ocorre por meio das vivências nas relações sociais em vários momentos, quer seja no trabalho, individual ou coletivo, nas relações familiares, na religião, na educação, quer seja na cultura. Mesmo atravessado pela racionalidade do capital, o quilombo resiste na manutenção das práticas que primam por ações que visam o bem estar da coletividade.

6.3 Modo de vida e religiosidade

O processo de dilaceramento da cultura opõe o novo e o tradicional para enaltecer a cultura individualista do consumo. Os povos do campo elaboram um lugar de uma residual concepção de esperança atravessada pelas ameaças do tempo novo, como se fosse um tempo de redenção e de justiça. É o caso das memórias de quilombolas suscitadas a respeito dos festejos e das danças que aconteciam na comunidade.

Já teve muitos festejos, uns levantava a bandeira de São Roque, ou de São Sebastião ou de Bom Jesus, ai foi morrendo e os filhos foi desligando... festejo que tá tendo ai só da igreja católica... tinha festa de reis... sambava a noite toda... Aqui só tem uma mulher que é tia minha... na festa de Cosme ela reza e faz samba a noite toda, ela trabalha, reza um povo ai... O padroeiro da comunidade é Bom Jesus. Comemora dia 6 de agosto. Faz uma festa lá na igreja, faz um leilão... fazia samba, depois os sambador foi morrendo outros mudou, essa rapaziada não sabe brincar não... de uns três anos pra cá ninguém vê reis mais não. (BAHIA, 2013, p. 17).

Valorizar os saberes que envolvem a cultura local como produção coletiva das experiências sociais do grupo fortalece a resistência na luta contra as dimensões de poder que atuam em favor dos interesses do capital.

A comunidade de Furadinho ainda mantém a tradição de realizar a festa em comemoração ao seu padroeiro, Bom Jesus, no dia 06 de agosto. As novenas são distribuídas por grupos comissionados que envolvem Crismandos (jovens), Catequese, Legião de Maria (mulheres) e o Terço dos homens (organizado por homens). As comunidades vizinhas são convidadas a participar.

Figura 24 - Festa do Bom Jesus no quilombo de Furadinho

Fonte: Foto de Renné Andrade (2023).

No dia festivo, logo cedo, é realizada uma procissão com o andor do santo e em seguida acontece a celebração da Santa Missa. No dia em que acompanhei a cerimônia, a igreja, lotada de fiéis, não comportou o número de pessoas que queriam assistir a missa e muita gente ficou do lado de fora. Durante a celebração é realizado o ritual do batismo das crianças e, logo após, é realizada a crisma de jovens da comunidade, os quais têm a oportunidade de confirmar o batismo. A religião católica exerce predominância dentre as demais religiões no quilombo e tem o maior número de adeptos.

Em 2023, a comunidade perdeu sua principal representante de religião de matriz africana, D. Madalena, que fora uma de nossas entrevistadas, em 2021 e que faleceu devido a complicações de saúde. Ao lado da sua casa, ela havia construído um salão de orações. Em 2021, quando a entrevistei, com muita satisfação ela me levou para conhecer o espaço. Em frente à porta de entrada ficava localizado o altar com as imagens dos santos católicos e dos pretos velhos. Os ramos de Madeira Nova encostados em um canto aguardavam as pessoas que a procuravam para serem benzidas.

Figura 25 - Salão de orações de D. Madalena, moradora do quilombo de Furadinho



Fonte: Foto de Renné Andrade (2021).

Percebi o sincretismo religioso com a junção de santos da igreja católica e pretos velhos e orixá da religião de matriz africana.

Durante a entrevista, ela me relatou que, por conta da idade avançada, coordenava o ritual de samba dentro do salão, mas não participava mais. Agora os sobrinhos e demais membros da comunidade ficavam responsáveis. Todos da comunidade a procuravam para se benzer dos maus olhados, levantar costela caída e tratar doenças de diversas enfermidades. Em uma reunião que realizamos com moradores da comunidade, percebemos o cuidado dos moradores em tocar nesse assunto. As mulheres que continuam benzendo não gostam de ser identificadas como benzedeira, em virtude do preconceito. Toda a comunidade sabe, respeita, mas por conta do receio de associação de seus nomes com práticas ritualísticas condenáveis pelo catolicismo, preferem permanecer “no anonimato”.

Mãe tem um salãozinho ainda tem hora que ela dá uma festa de Cosme e Damião para as crianças. E na festa vinha muita gente era cheio de carro, era ônibus, era tudo. Agora não, depois que ela não pôde dar mais, aí quem tá tomando conta é uns primo nosso. Mora tudo aqui perto mesmo. Era comida, moça começava a fazer de manhã. Quando era lá para as 6 horas da tarde dava o povo. Vinha as cozinheira daqui mesmo, cozinhar, já sabia. O povo dava as comida. Naquele tempo dava galinha, dava arroz, feijão, farinha. E rende viu. Coisa quando é de coração rende, vem muita gente viu, é bom demais. Eu ainda dou meio dia. Ano passado mesmo, eu dei comida meio dia.

Primeiro dar a mesa das crianças, ia rezar a ladainha, pra depois distribuir comida para o povão tudo. (LUZIMAR, 2021, *entrevista*).

Até 2021, a tradição de fazer o caruru na festa em comemoração à Cosme e Damião foi mantida. Antes da distribuição das comidas era feita a reza da Ladainha e outras orações em homenagem aos santos, depois as crianças eram servidas e em seguida, os adultos. Esse dia era bastante esperado por toda a comunidade e principalmente pelas crianças que ganhavam muitos doces. Os amigos que moravam na cidade também se dirigiam até a casa de D. Madalena para participar do evento e colaboravam com doação de alimentos.

D. Madalena era devota fervorosa do Bom Jesus. Quando era mais nova, mesmo com os filhos pequenos, fazia questão de ir à cidade de Bom Jesus da Lapa (BA) para acompanhar os festejos religiosos. Nas décadas de 1970 e início de 1990 eram comuns as romarias e os deslocamentos da comunidade aconteciam em caminhões popularmente chamados de pau de arara. Eram colocados bancos de madeira na carroceria do caminhão e com uma armação de madeira se improvisava uma lona que servia de cobertura. O caminhão lotava de gente. Todos seguiam viagem cantando e orando. Quando eu perguntei a D. Madalena o que ela gostava de fazer na Lapa ela respondeu:

Era cantar pro Bom Jesus, ver tanta coisa, entrar ali na igreja de joelho, rodava ali tudo, tomava banho no rio todo dia. Nois pegava lenha, cozinhava no chão. Aí quando chegava lá, armava duas lonas uma de um lado e a outra de outro e todo mundo dormia assim, naquele poeirão. Nois dormia era no tempo, parava o caminhão assim, pegava uma lona e dormia na beira das casas, abria uma esteira para poder dormir. (MADALENA, 2021, *entrevista*).

Na minha infância, morando na cidade de Caetité (BA), local de passagem dos caminhões, as proximidades da rodovia ficavam lotadas desse meio de transporte. Muitas pessoas aproveitavam para vender alimentos aos romeiros nas proximidades da rodovia BR-430. A partir da década de 1990, com a regulamentação da Lei nº 9.503, de 23 de setembro 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro e estabeleceu normas de circulação para o transporte de passageiros via terrestre no território nacional, houve a introdução de transportes mais adequados e seguros como os ônibus. Os paus de arara deixaram de realizar o transporte, mas a comunidade mantém a tradição de fazer a romaria para a cidade de Bom Jesus da Lapa. Em 2020 e 2021, por conta da pandemia, as romarias foram suspensas, mas em 2022 e 2023 foram retomadas. A romaria constitui uma viagem de lazer, integrada à propagação da fé. É uma viagem que se faz no coletivo de familiares e amigos da comunidade.

Mediante os elementos apresentados, os saberes culturais constituem um campo complexo e contraditório. Eles não podem ser vistos isolados. As relações intergeracionais constituem um terreno fecundo para a transmissão dos saberes historicamente construídos, mas outros fatores interferem no processo de desestruturação do modo de vida, conforme foram expostos nesta e nas seções anteriores. Esse fatores fazem com que as comunidades tradicionais negem a sua própria cultura, para enaltecer a cultura dominante.

Na nossa roda de conversa em Furadinho, os moradores mencionaram que há, na comunidade, várias pessoas que têm vocação, ou dom para as rezas e benzeções, mas por medo ou vergonha de serem discriminadas preferem não ser identificadas. Toda a comunidade as conhece e as procura para se benzerem de mal olhado, dor de cabeça, falta de apetite, alcoolismo, diarreia, verrugas, furúnculos, mal estar, insônia, espinhela caída (dor que reflete embaixo da costela e provoca falta de apetite e dores abdominais), entre outros.

Quando o acesso a médicos da cidade era muito difícil, as pessoas se tratavam com os curandeiros da localidade, que receitavam chás e recomendavam o uso de ervas para curar as doenças. Percebemos a insegurança dos moradores ao tratar o tema por receio do preconceito, mas as rezas e as benzeções têm lugar de respeito e credibilidade entre os moradores, embora o tema seja tratado com cautela entre estranhos.

Flávio José dos Passos (2012) desenvolveu a dissertação de mestrado intitulada **Beco da (Vó)Dola: territorialidade e ancestralidade negra em Vitória da Conquista**. Essa comunidade urbana foi marcada pela violência policial em um período de acentuado índice de desemprego. Os conflitos no bairro periférico, na Rua das Pedrinhas foram ocasionados pelo descaso do poder público em não oferecer políticas públicas que mudassem a realidade da pobreza local e das mortes premeditadamente anunciadas. A atuação das mulheres na comunidade foi marcante pelo sentimento de pertencimento ao território e ao grupo étnico-religioso e pela memória ancestral. Os laços sanguíneos fazem os membros desse bairro possuírem um estilo de vida singular. São frequentadores da casa de oração *Barracão de Xangô*, que já contou com 15 mães de santo, parteiras, benzedoras e lavadeiras. Principal fonte de sobrevivência dessas mulheres em décadas anteriores. O Beco de Dola foi reconhecido em 18 de janeiro de 2024 como o primeiro quilombo urbano de Vitória da Conquista, pela Fundação Cultural Palmares.

Ana Maria Ferraz de Matos Mendes (2022) pesquisou, em sua dissertação de mestrado **Memórias de rezadeiras: devoção, crença, fé e práticas**, com o objetivo de

analisar a atuação das rezadeiras e sua repercussão nos aspectos comportamentais nos municípios de Vitória da Conquista, Caetanos, Cordeiros, todos na Bahia e Ninheira, em Minas Gerais. No texto, discorre sobre a marginalização e o preconceito que envolve as práticas religiosas de origem africana e indígena em detrimento da valorização da religião de base europeia. Observou que o saber popular difundido pelas rezadeiras tem forte impacto dentro das comunidades, quando se trata de cura na relação entre o mundo material e o mundo sagrado. Chega à conclusão de que a benzeção está ameaçada de extinção nas comunidades, pois não tem despertado o interesse das novas gerações em aprender os saberes inerentes a essa prática.

Ivo Tonet (2018, p. 55-66), em **Marxismo, religiosidade e emancipação humana**, destaca que a religiosidade tem sua origem “na relação que os homens estabelecem entre si no processo de transformação da natureza, isto é, no trabalho”. Para esse autor, a função social da religiosidade é marcada por profundas influências com o surgimento da propriedade privada, a divisão social em classes e a exploração do ser humano pelo próprio ser humano. Com a propriedade privada, houve um avanço das forças produtivas, que acirrou a diferença entre as classes com a divisão desproporcional dos recursos, contribuindo para inúmeros problemas sociais, tais como: “exploração, opressão, dominação, alienação, pobreza e riqueza, miséria e opulência, privilégios e exclusão e violências de todo gênero”. A dimensão religiosa passou por transformações levando um conjunto de indivíduos a viverem, exclusivamente, das funções religiosas e com isso passou a apropriar-se “da maior parte das riquezas produzidas por escravos, camponeses ou servos”. A segunda transformação estava relacionada à própria função que deveria participar de alguma forma da reprodução na sociedade de classes. A terceira e última função da religiosidade consistia no controle social sob a propriedade privada e especialmente voltado para a classe dos dominados no sentido de mantê-los submissos à ordem social.

Assim, as formas tradicionais de religiosidade em suas origens ontológicas e históricas, entre elas as africanas e indígenas, foram afetadas pela ideologia manipuladora do mercantilismo, atingindo, principalmente, as pessoas carentes, pelas ideias disseminadas de que o sofrimento é uma forma de purificação do “pecado original”. Era necessário se conformar com a condição.

Mas, a análise do salto ontológico realizado pelo trabalho, do ser natural ao ser social, permite verificar que o espírito, a subjetividade, a consciência têm uma intervenção ativa no processo de constituição da realidade social. E como o trabalho é a protoforma de toda atividade humana, isto também se verifica em todas as outras dimensões da vida social. Sem a intervenção ativa da consciência não seria possível a

transformação da realidade objetiva em direção ao objetivo pretendido. Sendo que o próprio objetivo em direção ao objetivo pretendido já é resultado de uma intervenção ativa de uma consciência que faz escolhas e traduz teoricamente a realidade objetiva. (TONET, 2018, p. 67).

Trazer uma intervenção ativa da consciência para modificar a realidade objetiva requer um trabalho coletivo de luta e mobilização dos saberes sociais na defesa de direitos e garantias. O respeito e a dignidade para professar a fé, passa também pelo respeito aos seus modos de vida, bem como no direito à educação escolar em seu próprio território, do mesmo modo no atendimento básico à saúde, água potável nas residências, melhorias nas condições de vida e de trabalho. A falta de investimentos mobilizada pelas forças ativas do capital em suas superestruturas (política e jurídica) leva ao sucateamento e à desestruturação do modo de vida no quilombo de Furadinho.

6.4 Modo de vida e as festividades juninas

O modo de vida coletivo no quilombo também está presente na cultura, na comemoração dos festejos juninos que englobam Santo Antônio, São João e São Pedro. Festejos, estes, que se estendem por todo o Estado Nordestino, sendo a data do São João, 24 de junho, a mais destacada entre as demais. Essa festa envolve o lado religioso e o profano, possui enorme representatividade cultural em todo o estado. Os fogos, no lado religioso, estão relacionados com o ato de espantar os maus espíritos. Já a tradicional fogueira faz alusão à fogueira que a mãe de João Batista fez para avisar a Maria, mãe de Jesus, sobre o nascimento do seu filho, o homenageado da festa. Essa festa simboliza para a Igreja Católica a santidade, a caridade e o amor. Enquanto que, no lado profano, os fogos de artifício alimentam o comércio com suas cores, suas luzes, seus estouros e efeitos pirotécnicos. Inicialmente, a festa possuía um tom religioso, mas o lado profano, motivado pelas forças do capital, se sobrepôs. O comércio incentiva as vendas decorando ruas e lojas. O mês de junho é aquecido pelo comércio de roupas, sapatos e comidas típicas. Essa festa é considerada a mais importante do ano para o povo nordestino.

Anteriormente, Furadinho celebrava os festejos com a organização de um barracão montado no centro da comunidade durante os três dias de festa. O espaço do barracão era todo decorado com bandeirolas e chapéus de palha enfeitados. A escola organizava a tradicional quadrilha, com dançarinos trajando roupas típicas.

Figura 26 - Quadrilha junina no quilombo de Furadinho



Fonte: Arquivo pessoal da professora Ana Santos, disponibilizado à pesquisadora em 2022.

Todas as meninas com vestidos confeccionados com o mesmo tecido, rostos pintados e cabelos trançados. Os meninos usavam camisa do mesmo tecido do vestido das meninas, chapéu de palha, calça jeans com remendos. Nesses dias de festa, a comunidade prestigiava assistindo às apresentações e, em seguida, participando do tradicional forró pé de serra, que contagiava os participantes.

As brincadeiras que a professora Ana fazia era boa demais, os menino tudo gostava de brincar. Nós tudo aqui, foi aluno dela, quando a escola tinha muito gente dava pra fazer muita coisa. Os menino ficava tudo doido esperando o dia. Aqui nessa praça enchia de gente era três dia de festa. O povo todo juntava e montava o barracão e nós tudo ajudava. (GILDETE, 2022, entrevista).

A festa contava também com o mastro do Pau de Sebo, também organizado pela escola e com a participação da comunidade. O mastro era enfincado no chão e tinha uma altura de, aproximadamente, cinco a seis metros. Essa brincadeira consistia em colocar no topo do pau uma sacola com uma quantia em dinheiro e outros brindes. Todo o tronco era encerado com sebo, ficando escorregadio. As pessoas tentavam subir, mas a sebo fazia com que os participantes escorregassem. A brincadeira terminava quando alguém conseguia pegar o brinde.

Figura 27 - Imagem do Pau de Sebo no quilombo de Furadinho



Fonte: Arquivo pessoal da professora Ana Santos, disponibilizado à pesquisadora em 2022.

O Pau de Sebo era colocado no centro da comunidade ao lado do barracão. Um jovem sem camisa, usando uma bermuda marron tenta subir no pau para pegar o tão sonhado prêmio. Vários expectadores assistem o momento da subida, dentre eles homens, mulheres e crianças da comunidade. Todos aguardam ansiosos o felizardo que receberia o prêmio.

Quem participava do pau de sebo era os mulecote, as muié só ficava olhando. Era muito divertido, o povo ficava tentando, tentando e caia. O pau escorregava demais [*risos*], demorava pra consegui, tinha aqueles que gostava de fazer graça, não chegava nem na metade e povo gostava de ficar olhando os menino tentar subir. Eu mesmo já tentei várias vezes, mas nunca consegui [*risos*] era difícil viu. (GILDETE, 2022, entrevista).

O quebra-pote era outra brincadeira organizada pela escola que movimentava a comunidade nos festejos juninos. Colocava-se dois troncos com ganchos nas extremidades e sobre eles encaixava-se uma vara resistente, na qual era amarrado um pote de barro todo decorado com papel de seda cheio de doces, balas e pirulitos. O participante com os olhos vendados era girado várias vezes para ficar tonto e perder a noção de equilíbrio e com um pedaço de pau nas mãos tentava acertar o pote para quebrá-lo. Os participantes tinham direito a três tentativas, aquele que conseguisse quebrar o pote fazia a festa dos demais que corriam para pegar os doces. O objetivo dessas brincadeiras era o entretenimento e o envolvimento de toda comunidade, direta ou indiretamente.

Figura 28 - Imagem do quebra-pote no quilombo de Furadinho



Fonte: Arquivo pessoal da professora Ana Santos, disponibilizado à pesquisadora em 2022.

Na imagem, o pote, cheio de doces, está sendo fixado para que os candidatos possam quebrá-lo. As crianças assistem ansiosas a esse momento.

No dia do quebra pote era uma fulia danada, essa meninada toda juntava, o mascarado tonto ia com um pau num canto ia no outro e essa meninada toda gritano e quando esse pote quebrava esparramava doce era pra tudo quanto é canto e só via a meninada correno pra pegar. Enchia os bolsos e saia tudo doido correno. (GILDETE, 2022, entrevista).

A reciprocidade e a participação na vida em comum da comunidade é uma marca desse quilombo. Todos partilhavam as mesmas dificuldades, mas buscavam meios comuns de se divertirem e esquecerem as penúrias do dia-a-dia. As famílias juntavam um dinheirinho para comprar uma roupa nova para os filhos nessa data. Nos bailes de São João, os jovens aproveitavam para paquerar e namorar. A festa não se resumia ao espaço do barracão, a preparação começava dias antes com a feitura de biscoitos, bolos, licores entre outros. As famílias ainda criam o leitão (porco) para assar no São João. É comum nessa data os parentes que moram em São Paulo e em outros estados virem visitar os familiares para participar dos festejos. Em toda família há sempre algum prato típico (canjica, mingau de milho, biscoitos de goma, leitão, batata assada na brasa da fogueira, licor, vinho, entre outros).

Quando ganhava uma roupa nova aqui nós ficava era besta (risos). E só era assim, no Natal e no São João que fazia roupa nova pra nós vestir, era só nessas duas festas. São João nós faz aqui mesmo é bom demais, porque fica todo mundo aqui. Os meninos dançam aqui, os meninos fazem a festa. A fogueira né, acende a fogueira, solta os foguetes, depois corre tudo para cá de novo [risos], pra dançar e

comer é bom demais. Nós faz todo tipo de bolo. Uma carne assada, cerveja, quentão é gostoso aqui. O povo dança até dizer chega. (LUZIMAR, 2021, entrevista).

A tradicional fogueira na frente das casas é um ritual comum, assim como a queima de fogos de artifício (traques, bombas, estala salão, chuveiros e foguetes). Devido ao alto custo da compra desses artefatos, somente as famílias que possuem um pouco mais de recursos podem comprar. Essa memória dos festejos juninos não acontece atualmente como acontecia anteriormente. Com o fechamento da escola, toda a valorização dos elementos culturais e das brincadeiras foi deixada de lado.

Esse conjunto narrativo que as fotografias das festividades no quilombo apresenta, pode ser visto como “memória de uma sociedade de rupturas, e não de coesões e permanências. Memória de uma sociedade de perdas sociais contínuas e constitutivas, de uma sociedade que precisa ser recriada todos os dias” (MARTINS, 2011, p. 45).

As festas juninas foram perdendo a sua caracterização. Mantêm-se a tradição das fogueiras e dos pratos típicos da culinária, mas a valorização dos elementos culturais foram esmaecendo na festa de São João. Não há mais a quadrilha com trajes caipiras e rostos pintados, calças remendadas e brincadeiras típicas. Com isso, as novas gerações vão perdendo o contato com sua cultura e suas tradições.

6.5 Modo de vida e a revitalização da cultura

A cultura pode ser vista como elemento de estruturação do modo de vida na preservação da identidade e na resistência, constituindo-se como referência indispensável à existência. José Maria Tardin (2012), no dicionário **Educação do Campo**, define cultura como

tomada abstratamente, para alcançarmos seu significado geral, cultura é toda criação humana resultante das relações entre os seres humanos e deles com a natureza que leva ao estabelecimento de modos de vida. Trata-se da criação e da recriação que emergem daquelas relações em que os humanos, ao transformarem o mundo, simultaneamente transformam a si próprios. Essas transformações se dão na ordem material, quando a criação e a recriação como ato humano tomam materiais da natureza, dando a eles formas que não possuíam até então. (TARDIN, 2012, p. 180).

A cultura é algo que sempre está em contínuo processo de criação, o que não quer dizer que precisamos abolir, ou ignorar os elementos simbólicos existentes. Envolve um amplo processo de tessituras sociais que vai desde o nosso modo de falar e

de vestir em diferentes situações sociais e ritualísticas, até os significados que o grupo familiar e a comunidade instituem. A esse respeito Brandão (2015, p. 111) adverte que

a cultura, vimos já, é algo que sempre e inevitavelmente estamos criando. Não apenas as coisas da matéria da Terra transformadas em objetos de Vida, mas as tessituras de palavras, de regras, de códigos e de gramáticas sociais, de imagens, e de ideias partilhadas que em nós tornam possível o viver e o conviver. Culturas são panelas, mas também sistemas sociais de alimentação. São vestimentas, acompanhadas de preceitos e princípios sobre modos de se vestir em diferentes situações sociais e rituais. São estruturas simbólicas e complicados sistemas de falas e de gestos entre categorias de sujeitos. Mapas simbólicos, tessituras de significados que nós próprios criamos, e em cujas tramas e teias nos enredamos de uma maneira inevitável e irreversível. Esta é a nossa liberdade e a nossa servidão. Pois é dentro, entre e através de tais teias e tramas que criamos os mundos sociais para podermos viver juntos no mundo natural que nos é dado.

A cultura está sempre sendo reinventada e para isso novas possibilidades, novos mecanismos de atração são criados, dentro de um contexto que leve em consideração os meios de produzir a vida numa inter-relação entre fatores sociais, históricos, econômicos e políticos que permitam uma interação intergeracional.

Os animais (cavalos e burros), usados historicamente como meios de trabalho, nessa nova reconFiguração passam a ser utilizados para o lazer. Esse processo de reconFiguração cria novas identidades a partir das condições materiais de produção da existência. Utilizam os saberes do trabalho na interação ser humano/natureza na busca de formas atrativas de envolvimento em um trabalho coletivo que prima pela cooperação dos envolvidos na busca de entretenimento e de angariar recursos que sejam revertidos em melhorias para a comunidade e, ao mesmo tempo, possam despertar o interesse do jovem em permanecer no território. As memórias coletivas que vão se constituindo ao longo da história desse quilombo são formas identitárias de pertencimento ao território na produção de valores e tradições que conFiguram o seu modo de vida.

A festa da cavalgada é boa viu, vem gente de tudo quanto é lugar. Aqui nas noites dos shows não tem lugar nem de mexer nessa praça. Aqui enche tudo de gente, de carro, de cavalo, o povão dançano, mais é um trabalhão danado. O povo da associação começa a organizar um tempão antes, fais uma coisa, fais outra. Ainda bem que todo mundo ajuda um pouquinho, tem as mulherada que cozinha e serve o almoço pra esse povo todo. Outra fica lavando as louça, nós ajuda a montar as barraca, pega as coisas pra trazer, ajuda a descarregar e quando termina tudo é outro trabalhão. O caminhão vem e nós ajuda a pegar as coisas tudo. (GILDETE, 2022, entrevista).

A cavalgada do quilombo de Furadinho é um evento que já se consolidou na cultura da comunidade. O primeiro ano de implantação foi em 2009 e de lá para cá o evento tem crescido a cada ano e tomando novas proporções, tanto na quantidade de participantes, quanto pela representatividade social que o evento proporciona. Há toda uma rede de trabalho coletivo solidário que une os moradores por meio da associação de moradores, para que o evento aconteça. Seja na busca de recursos por meio dos patrocinadores do evento, na divulgação, na preparação do palco para os shows, ou na confecção do almoço e lanches que são vendidos nos dias da festa. Em 2023, a divulgação do evento foi realizada pelo seguinte *folder*:

Figura 29 - Folder da 14ª Cavalgada do Quilombo de Furadinho



Fonte: Imagem enviada pela comissão de festa para à pesquisadora (2023).

Esse evento é organizado pela Associação de Moradores do Quilombo de Furadinho e conta com o apoio de lideranças políticas e de comerciantes locais e de comunidades próximas. Na praça da comunidade, é montada toda uma estrutura. O palco onde ocorrem os shows nas duas noites do evento conta com o trabalho coletivo dos homens da comunidade para ser erguido. Ali artistas cantam músicas ao vivo para o

povo dançar. As barracas distribuídas na área vendem bebidas, doces e salgados, alguns produtos são confeccionados pelo trabalho culinário das mulheres da comunidade.

Figura 30 - Palco para os shows da Cavalcada no quilombo de Furadinho



Fonte: Imagem cedida pela comissão de festa para à pesquisadora (2023).

No segundo dia, ponto alto da festa é a cavalcada. A concentração dos cavaleiros que vão participar do desfile em direção à Furadinho ocorre em uma comunidade próxima, Lagoa Formosa. Logo cedo começam a chegar os cavaleiros que vão participar do desfile. No horário marcado para a saída, um carro de som segue à frente dos cavaleiros com a animação de um locutor (Marco Moreno, em 2023) que vai soltando verso durante o trajeto e animando os cavaleiros. São organizadas duas filas de cavaleiros que seguem pela estrada.

Eu participo todo ano, a festa é boa demais. A gente encontra os amigos que mora em Conquista e nos povoado aqui perto, vem gente de tudo quanto que é canto. Depois as meninada fica ai passeando de cavalo, o dia todo. Nós fica tomando uma cervejinha com os amigos é bom demais. É a festa que mais dá gente aqui. (ELVICLEY, 2022, entrevista).

Figura 31 - Desfile da cavalgada no quilombo de Furadinho

Fonte: Foto recebida de moradora da comunidade (2023).

Ao chegarem em Furadinho encontram uma feijoada organizada pela associação com o trabalho coletivo das mulheres da comunidade para alimentar os participantes da festa. A comissão organiza a venda de camisas para os participantes e a feijoada fica inclusa no pacote, mas não é obrigatória a compra da camisa para participar do evento. Os pratos da feijoda também são vendidos individualmente. Depois do almoço, às 15h, tem-se a largada de fogos de artifício e às 18h recomeçam os shows artísticos. Esse evento constitui um marco na revitalização dos valores culturais do local. A esse respeito, Brandão (2015, p. 122-123) assim advoga:

Entre idas e vindas, entre acertos e desencontros, toda a sociedade humana se preserva e transforma na medida em que conserva e inova sistemas de reciprocidade através dos quais constantemente fluem e são trocadas entre categorias de sujeitos sociais: os seus bens, as suas pessoas e as suas mensagens. [...] A reciprocidade, a troca e a aliança, eis o que nos fez passar do *bando biológico ao grupo cultural*. Eis a pedra fundamental do edifício social da cultura. [...] E por isso, tornou-se inevitável o criarmos palavras, linguagens, identidades sociais, princípios de interações, códigos de conduta, gramáticas de etiqueta, preceitos jurídicos ou mandamentos divinos, para tornar possível, desejada e compreensível a vida humana, em comunidade. Através do dom, da troca e da reciprocidade nós criamos os nossos mundos de vida e de destino. Entre múltiplas expressões afetivas e efetivas, práticas ou simbólicas de fazer circular seres, símbolos, sentidos, serviços e coisas entre teias e redes de obrigações regidas

pelo dar-receber-retribuir, ao mesmo tempo as culturas e as sociedades primitivas foram sendo passo a passo ‘inventadas’.

Como seres humanos, vivendo em grupo, estamos em constante processo de aprendizagem, criando e recriando práticas de integração social. Observamos desse modo que as novas estruturações do modo de vida obedecem à lógica estrutural capitalista nessa rede de ampla dominação política, econômica e cultural. O favoritismo político que manipula os votos e priva a comunidade do essencial, como saúde, educação e melhores condições para produzir comunga com esse jogo de forças contraditórias. A reprodução dos modos culturais de outros povos reforça o modo de agir do capital (des)estruturando a cultura local com a implantação de novos valores. Nesse jogo de artimanhas, nem sempre aceitar o novo significa resiliência e submissão. Pode ser visto como estratégia de sobrevivência para a manutenção da comunidade coesa nos princípios da solidariedade e da reciprocidade, atribuindo novos sentidos à cultura e despertando nos mais jovens o sentimento de pertencimento ao território.

O partilhar de trabalhos coletivos nos preparativos da festa e nos momentos de lazer faz fortalecer os vínculos de convivência na comunidade e fomenta as lutas de resistência que vêm sendo travadas nas diversas instâncias (jurídicas e políticas) para que, os quilombolas possam permanecer na localidade e terem os seus direitos respeitados, conforme foram exposto ao longo desta tese.

Dessa forma, no decorrer desta seção, mostramos como o modo de vida em Furadinho é marcado por processos de rupturas e criações que desestruturam o modo de viver e recriam outras formas, símbolos e significados que vão dando sentido a essas vidas marcadas pela reciprocidade e solidariedade no seu modo de ser e viver. O trabalho coletivo de ajuda mútua, seja nas festividades de casamento, nos velórios, nos leilões, nas festas religiosas, nas festas juninas, na festa da cavalgada e nas diversas formas de produzir a vida transformando a natureza e ao mesmo tempo sendo por ela transformados atribui sentido à vida e à cultura dessa comunidade e fortalece sua resistência e o sentimento de pertencimento ao território.

7 CONCLUSÃO

Mediante toda a discussão apresentada ao longo desta tese, o território é o elemento em disputa, sendo “palco de lutas”. Inicialmente, as lutas eram travadas pela “liberdade” contra o poder coercitivo dos coronéis que tentavam capturar os negros escravizados e os indígenas que habitavam o território. Depois, contra o processo de expropriação que se iniciou pela falta de documentos a respeito da posse da terra, impossibilitada pela Lei de Terras e pela facilidade dos fazendeiros forjarem documentos permitindo a venda e a cessão indiscriminada das terras a terceiros que chegavam com os documentos, reforçando a grilagem e o favoritismo. Hoje, essa luta continua pela demarcação de suas terras, pois os lotes pequenos limitam a produção e dificultam a sobrevivência dos jovens no lugar. Permanecer no quilombo e lutar pela demarcação de suas terras que foram usurpadas por fazendeiros e coronéis da região constitui a principal forma de resistência.

A expropriação da terra, do território, da moradia, do trabalho livre são frutos da desigualdade do modo de produção capitalista. Os quilombolas necessitam do reconhecimento territorial para conseguirem manter a produção do trabalho camponês familiar. A resistência na luta pela demarcação territorial é também uma luta contra o assalariamento, contra as forças ativas do capital, que querem expropriá-los e explorá-los. Fernandes (2001) aponta as duas principais formas de exclusão do trabalhador do campo, sendo a primeira marcada pela falta de investimentos nas condições de realização do trabalho camponês familiar, o que impossibilita o pequeno produtor retirar o sustento da família de seu trabalho no campo e a segunda é marcada pela destruição e pela recriação de relações sociais propiciadas pela posse, arrendamento, meação e deslocamento por terras. Enfim, a migração retira do pequeno produtor da agricultura camponesa familiar a autonomia de gerir a própria produção.

As experiências vividas pelos moradores de Furadinho não podem ser ignoradas. As tradições repousam sobre o vivido e o experimentado. Nesse sentido, Halbwachs (2004) assegura que recordar significa reconstruir o passado com base nos marcos sociais do presente. A memória coletiva não pode ser analisada se não levarmos em consideração os elementos presentes nos contextos sociais. Nesse sentido, o conglomerado que compõe a memória de cada indivíduo provém da articulação das memórias de diferentes grupos aos quais pertencem.

Diante do exposto, os costumes e as práticas culturais contribuem substancialmente na constituição e na manutenção da memória coletiva e individual de

todos os que fazem parte do grupo. Além de despertarem o sentimento de pertencimento ao lugar, também contribuem para o resgate da identidade étnica e cultural da comunidade.

A memória pode ser compreendida como um processo de interação das memórias pessoais e sociais, sempre recompostas de novas interações e interpretações. Como seres sociais nunca estamos prontos, a vivência em comunidade nos permite sempre novos caminhos. De forma idêntica ocorre com a memória que vai se reconstruindo ao longo do tempo.

As memórias das experiências de trabalho suscitaram os saberes que emergem em suas práticas diárias de trabalho, como também foram reveladoras das dificuldades de acesso ao saber escolar. São memórias representativas das vivências coletivas de práticas culturais que eram revitalizadas pela escola até que a única escola da comunidade fosse fechada, em 2022. Imbuídos da empiria, vamos percebendo com maior nitidez, em cada tempo/espaço, os determinantes da transformação do modo de vida dessa comunidade.

Os trabalhadores e as trabalhadoras de Furadinho são mestres em muitos ofícios. Os homens, na arte de cuidar a terra, de plantar, cuidar dos animais, produzir a farinha de mandioca. Também se destacam como pedreiros, marceneiros, comerciantes do pequeno excedente que produzem e nos pequenos bares, mercearias e oficinas localizados na comunidade e na sede do município. Enquanto as mulheres se destacam no cuidado com a casa, os filhos, o marido, bem como, como doceiras, cozinheiras, arrumadeiras, costureiras, benzedoras, diaristas, agentes de saúde, cabeleireiras, merendeiras e no comércio formal e informal na cidade.

A categoria trabalho foi apresentada como essencial para a vida do ser humano, pois é por meio dela que as pessoas transformam a natureza e criam os meios necessários para a sobrevivência. O aprendizado do trabalho se dá nas práticas diárias, no contato com outros indivíduos que passam suas experiências no lidar com a natureza e com os produtos. Assim, as formas de se relacionar com o trabalho e o tempo se modificam de cultura para cultura e também no interior da própria cultura.

Outro aspecto relevante nesta pesquisa refere-se às dificuldades impostas pelo sistema do capital que corroboram para a exploração da mão de obra. A precarização do trabalho no campo em quaisquer de suas modalidades, diárias, meeiros, mutirão, contrato temporário, sazonal nas quais muitos trabalhadores da comunidade estão condicionados foi outro aspecto abordado. O trabalho informal retira do patrão qualquer tipo de responsabilidade sobre o trabalhador, o que reacende a vulnerabilidade do grupo.

Assim, a força de trabalho se materializa e passa a ser apenas uma peça na engrenagem capitalista, em que a mais valia se sobrepõe a qualquer tipo de relação trabalhista. Esse processo se consolida nas relações contratuais temporárias nas fazendas próximas, ou nos deslocamentos para outros estados.

O trabalho agrícola, principalmente o plantio da mandioca e a produção de farinha constituem as principais fontes de produção do quilombo. A comunidade possui atualmente cinco casas de farinha, quatro com produções específicas, ou no período de colheita e uma casa de farinha com produção diária. Em épocas anteriores o número de casas de farinha era bem maior. Contudo, manter uma casa de farinha com produção diária constitui uma forma de afirmação da tradição e serve de incentivo para que outros moradores possam continuar plantando mandioca. Embora o plantio continue delimitado ao calendário das chuvas, faltando água no período de longas estiagens inclusive para as necessidades mais básicas, o que contrasta com as grandes produções agrícolas no entorno, irrigadas, com o cultivo da monocultura do café e do milho. Nessas fazendas a mão de obra foi substituída por máquinas, reduzindo custos com mão de obra e encargos trabalhistas, o que provocou um despovoamento do campo.

Mesmo com todas as barganhas capitalistas que tentam atrair os jovens para sair do quilombo e ingressar no mercado de trabalho urbano, trabalhar em Vitória da Conquista e ainda assim morar na comunidade pode ser conFigurado como uma forma de resistência. Várias circunstâncias foram elencadas para a pequena produção em Furadinho: lotes pequenos que limitam o plantio; o desmonte do trabalho familiar, ou o trabalho familiar enfraquecido; a falta de investimentos para a produção de pequenos produtores; as altas taxas de juros para os créditos bancários e as incertezas com o resultado da produção; a desarticulação na comercialização dos produtos; a falta de investimentos que atendam aos reais interesses dos povos tradicionais, são alguns exemplos.

A unidade de produção familiar sofre pressões sociais e econômicas com a baixa produtividade, o que propicia a coexistência de outras formas de trabalho em outros espaços fora da comunidade. A (des)estruturação do modo de vida vai, aos poucos, denunciando o desmonte nas formas de trabalho agrícola e da produção de farinha, pressionados pelas fortes influências e interpenetrações do capital. Assim, os saberes da experiência do trabalho apreendidos nas práticas diárias, no contato com outros, no lidar com a natureza e com os produtos vão, aos poucos, esmaecendo e com isso as trocas intergeracionais propiciadas pelos saberes da experiência ficam comprometidas.

A participação dos entrevistados nos resultados se dá na tentativa de mostrar a situação atual de produção do quilombo, o que poderá contribuir para novas perspectivas que melhorem as condições de produção e assegurem aos jovens o direito de permanecer no local e de tirar o próprio sustento do trabalho na terra. A demarcação e a regularização das terras são cruciais para que a permanência se efetive. Suas participações foram fundamentais também para mostrarmos os baixos índices de escolaridade, fruto do descaso do poder público com a educação e das diversas formas de cerceamento do saber escolar.

Assim, salientam Frigotto e Ciavatta (2012, p. 755) que a educação dos jovens é desafiante porque precisa levar em consideração todas as relações sociais, bem como as familiares e educativas, desde a crítica ao desenvolvimento sócio-histórico do trabalho no sistema capitalista, ao conhecimento da história, aos direitos dos trabalhadores, até as lutas históricas no trabalho e na educação. Enfim, é fundamental pensarmos a educação como um processo indissociável do processo produtivo para “a compreensão dos processos técnicos, científicos e histórico-sociais que lhes são subjacentes e que sustentam a introdução das tecnologias e da organização do trabalho” (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2012, p. 752), sendo um caminho fundamental para ressignificar as práticas de trabalho e garantir a permanência de homens e mulheres na terra, respeitando seus valores, sua cultura e suas experiências. Embora, as bases fundamentais para essa integração estão desarticuladas nesse quilombo devido às fortes investidas do capital que culminaram no fechamento da única escola da comunidade.

As responsabilidades que recaem sobre a educação são enormes, pois ela é o meio de emancipação social das amarras de todos os tipos de exploração. A Pedagogia Histórico-Crítica vem carregando a bandeira de que é somente por meio do acesso ao saber sistematizado que a classe trabalhadora pode se articular na luta em defesa de seus direitos. Dessa forma, a Pedagogia Histórico-Crítica compreende que os discentes são seres humanos concretos, enfim, síntese de profusas relações sociais aos quais estão imersos em suas práticas cotidianas.

Entretanto, não podemos ignorar que a migração tem sido o caminho encontrado para manter a sobrevivência do grupo, seja essa migração temporária ou constante, para outros estados, como São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Goiás, ou para a sede do município. Esse tem sido um golpe constante na desestruturação do modo de vida, pois impede que os saberes do trabalho fruto da ancestralidade histórica perdurem nas novas gerações, além de enfraquecer a produção com a saída dessa mão de obra. O trabalhador agrícola foi o elo mais fraco nessas relações de forças produtivas. Ele viu e

sentiu as modificações nas condições de organização do trabalho, bem como, no próprio modo de vida.

Essa dinâmica altera substancialmente o modo de vida na comunidade. O Estado e as forças capitalistas controlam todas as decisões políticas, econômicas, culturais e existenciais transformando os trabalhadores e as trabalhadoras em seres manipuláveis que se movimentam de acordo com seus interesses.

A falta de investimentos públicos de longa duração que se sustentem ao longo do tempo em diversas áreas como, saúde, educação, bem estar social, voltados para essa comunidade quilombola deixa as novas gerações sem condições de permanência. A migração é o caminho encontrado nesses muitos desencontros de falta de assistência, de abandono do poder público, de expropriação histórica de suas terras. Assim, vão processando a perda de valores e da cultura. Conseqüentemente, o modo de vida dos quilombolas é alterado por meio de três fluxos migratórios. Os que vão morar em outros estados e lá estabelecem residência fixa; os que vão trabalhar e morar em Vitória da Conquista e o fluxo pendular dos que vão trabalhar e retornam para o quilombo.

Assim, as relações sociais capitalistas dominam todas as formas de organização social. O modo de vida das pessoas se altera para estar em conformidade e viabilizar sua reprodução.

O caos imediato em que se conFigura o cotidiano da massa dos homens, porém, parece feito de coisas – mas não de coisas que se relacionam à natureza, ao mundo extra-humano. Ele é vivido e percebido como um conglomerado de coisas, dados e fatos sociais. Esta faticidade pela qual o ser social se revela na cotidianidade é o traço pertinente do capitalismo tardio [...]. O que está em jogo, no centro da cotidianidade contemporânea, é a universalização do mistério que Marx localizou na forma mercadoria: a específica objetividade imediata instaurada nas formações econômico-sociais onde o modo de produção capitalista conclusiva e desenvolvidamente a sua dominância. (NETTO, 2012, p. 88).

Desse modo, a desestruturação do modo de vida pelo capital ocorre pela impossibilidade de sobreviver economicamente em lotes pequenos, pela expulsão de suas terras, pela morosidade da demarcação territorial, pela discriminação étnica, política, econômica, cultural e, principalmente, pela falta de ações de permanência no quilombo. Acaba sendo promovida uma migração que os expropria de seus territórios, dos saberes do trabalho, da cultura, dos valores e os levam a uma vida de privações ainda maiores. Não se trata de situações individuais, por mais que envolvam pessoas, mas sim de uma desestruturação coletiva do modo de vida, pois atinge toda a comunidade quilombola de Furadinho.

A memória coletiva é mantida e preservada nas lutas e nas resistências em defesa do território, nas formas de produzir a vida, nas diversas práticas de trabalho individual ou coletivo que legitima e assegura a permanência e a durabilidade das práticas de trabalho por meio da transmissão de seus saberes.

O saber produzido na comunidade vive em constante luta com as forças produtivas do capital que agem, direta e indiretamente, como uma força coercitiva, para aniquilar ou usurpar os saberes. O aniquilamento do saber ocorre quando o jovem da comunidade é atraído para trabalhar na indústria e no comércio de grandes centros urbanos e ele percebe que o saber que possui não tem utilidade naquele novo local. Mediante os atrativos dos centros urbanos, muitos jovens não retornam mais à comunidade para morar, pois a cidade passa a falsa ilusão de uma vida melhor. Sem os jovens para a perpetuação dos saberes, estes vão aos poucos sendo minados do seio da comunidade. O saber também pode ser usurpado quando a grande indústria, interessada em lançar novos produtos no mercado, vai ao quilombo em buscar dos saberes da comunidade para lograr benefícios próprios. O conhecimento tradicional ou ancestral passa a ser paradoxalmente desejado para a continuidade do progresso capitalista, porque é fonte de riqueza e ao mesmo tempo reserva de mão de obra desqualificada para o trabalho no comércio e na indústria.

Levar em consideração os processos de trabalho historicamente construídos na comunidade, o modo de vida e as relações sociais ali estabelecidas nos permite apreender os saberes do trabalho vigentes na localidade. O ponto de partida para a produção dos conhecimentos são as pessoas em suas práticas diárias de trabalho. Por meio da realização de atividades, o indivíduo aprende a transformar e a reelaborar o conhecimento.

A partir do que fora dito, a categoria trabalho é fundamental nesse processo de elaboração do conhecimento. A produção do saber é social e historicamente determinada pelas múltiplas relações sociais que ocorrem nas práticas produtivas. Damasceno (1993, p. 21) comunga de pensamento semelhante ao considerar que

[...] os grupos humanos na sua vida real, portanto na sua práxis cotidiana, não produzem apenas os bens materiais, mas ao fazê-lo elaboram ao mesmo tempo, ideias, representações, saberes que contribuem para a reprodução e a transformação social.

Em virtude dos fatos mencionados, vale a pena ratificar que a classe trabalhadora participa do processo de construção do conhecimento por meio de um saber prático, embora fique excluída do processo de sistematização de um saber articulado ao projeto hegemônico.

A participação dos sujeitos pesquisados se deu por meio do revisitar de suas memórias nos processos de trabalho, por meio de entrevistas semiestruturadas, visitas de campo e participação nos eventos, como casamento, aniversário, festas religiosas e culturais. Entrevistamos idosos, adultos e jovens. A contribuição dos idosos foi de salutar importância no rememorar das práticas de trabalho e ficou evidente que os saberes da experiência foram e continuam sendo transmitidos aos filhos e netos sempre que é possível. Os filhos resistem e mantêm a comunidade produzindo usando as mesmas práticas aprendidas pelas gerações anteriores com sutis modificações.

Na arte de cuidar de seus familiares e vizinhos em trabalhos, muitas vezes, voluntários que fazem os eventos e as festas acontecerem por meio do trabalho coletivo do mutirão com a doação dos seus saberes que os habilitam a prosseguirem e a manterem laços de convivências saudáveis por meio da experiência da cultura do trabalho em práticas simbólicas motivadamente ritualísticas como: a festa de casamento, aniversários, leilões, velórios, festa do padroeiro, festa junina e a festa da cavalgada. Esses eventos são motivados pelo espírito de solidariedade, reciprocidade, nas relações fraternas, amistosas, de confiança que promovem o sentimento de pertencimento ao lugar. São muitos os desafios que esses quilombolas enfrentam cotidianamente, mas o cooperativismo do trabalho coletivo de mutirão dá sentido e garante a permanência do modo de vida em comunidade, os fazem continuar na luta e na resistência para se manterem.

A economia e a cultura se articulam como formas de (des)estruturar o modo de vida em comunidade, com a sobreposição dos valores culturais urbanos capitalistas nas festas tradicionais, ou na Festa da Cavalgada do Quilombo de Furadinho, que ocorre anualmente no mês de setembro/outubro. Embora denote a valorização do trabalho de vaqueiro por um lado, por outro, a festa estimula a venda de camisetas e shows artísticos. O barracão se encarrega da venda de bebidas alcoólicas, refrigerantes, doces e pipocas. Estando lá é fácil perceber a forte influência capitalista, mas a festa não deixa de ser um elemento importante na reconfiguração da cultura e estimula os jovens a se sentirem pertencentes ao lugar.

Por meio da estrutura que delineou esta tese, as memórias como fio condutor das experiências do trabalho de homens e mulheres do quilombo de Furadinho desvelam as complexas estruturas internas que são constantemente afrontadas por meio de cerceamento de direitos desses povos que lutam e resistem diariamente para se manterem no território, para demarcar suas terras, para continuarem produzindo, nas adversidades das condições naturais do lugar. São constantemente desrespeitados pela

negação de direitos básicos à saúde e à educação. A comunidade imersa nesse turbilhão de forças contraditórias resiste e ressignifica o seu modo de vida nesse processo de (des)estruturação das práticas e valores culturais. Finalizo as discussões deixando alguns questionamentos com relação ao futuro do quilombo de Furadinho. O que vai ocorrer com essa comunidade? Como frear o avanço do projeto hegemônico do capital em curso? Terá a comunidade possibilidade de transgredir ao que está socialmente instituído, tendo em vista a realidade a qual se encontra? A organização política deste quilombo atingirá a potência necessária nesse embate permeado de forças contraditórias?

REFERÊNCIAS

- ALBORNOS, Suzana. **O que é trabalho**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ALVES, Ana Elizabeth Santos; TIRIBA, Lia. Trabalho-Educação, economia e cultura em comunidades tradicionais: entre a reprodução ampliada da vida e a reprodução ampliada do capital. **Trabalho Necessário**, Niterói, v. 16, n. 31, ago./nov., 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/27375> Acesso em: 04 ma. 2021.
- ANDRADE, Maicon Leopoldino de. **A monocultura do eucalipto: conflitos socioambientais, resistências e enfrentamentos na região do sudoeste baiano**. Orientadora: Gilca Garcia de Oliveira. 2015. 139f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Geografia, Salvador, 2015.
- ANDRADE, Renné da Glória; SANTOS, Marisa Oliveira; Alves, Ana Elizabeth Santos Os sentidos milenares do Minka e as peculiaridades dos povos do campo na Bahia. **Trabalho Necessário**, Niterói, v. 22, n. 47, jan./abr., 2024. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/59952/36345>. Acesso em: 03 maio 2024.
- AZEVEDO, Priscilla Rosa. **Memórias das mulheres feirantes sobre a percepção das relações de gênero no cotidiano do trabalho na Central de Abastecimento (CEASA) de Vitória da Conquista- Ba**. Orientador: João Diógenes Ferreira dos Santos. 2023, 132f. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2023.
- BAENINGER, Rosana. Migrações internas no Brasil. **Revista Coletiva**. Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), Recife, n. 13, jan./abr., 2014. Disponível em: <http://coletiva.labor.unicamp.br/index.php/artigo/migracoes-internas-no-brasil/> Acesso em: 09 fev. 2023.
- BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento; Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional. **Diagnóstico do Quilombo Furadinho - DQF**. Projeto de inclusão das comunidades remanescentes de quilombos. Salvador: Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, 2013.
- BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento; Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional. **Planejamento Participativo Rural Sustentável da Comunidade Quilombola de Furadinho - PPC**. Projeto de inclusão das comunidades remanescentes de quilombos. Salvador, 2011.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O trabalho do saber**. Porto Alegre: Sulina, 1999.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Nós os humanos do mundo à vida, da vida à cultura**. São Paulo: Cortez, 2015.
- BRASIL. **Lei 9.503 de 23 de setembro de 1997**. Institui o código de trânsito brasileiro. Brasília: Presidência da República. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1997/lei-9503-23-setembro-1997-372348-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 13 set. 2023.

BRASIL. **Lei 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 09 mai. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm#:~:text=III%20%2D%20o%20estabelecimento%20de%20Planos,%2C%20regi%C3%A3o%2C%20povo%20ou%20comunidade. Acesso em: 12 jul. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Senado Federal; Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória:** ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BEZERRA NETO, L. Educação do campo ou educação no campo? **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 10, n. 38, p. 150–168, 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639696>. Acesso em: 27 mai. 2023.

BILAC, Elisabete Dória. Família: algumas inquietações. *In.*: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (Org.). **A Família Contemporânea em Debate**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BOMBASSARO, Luiz Carlos. **As Fronteiras da Epistemologia:** como se produz o conhecimento. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

CARVALHO, Horácio Martins de. A expansão do capitalismo no campo e a desnacionalização do agrário no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, Campinas, Edição Especial, p. 31-44, jul. 2013. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2013/10/revista-abra-agronegocio-e-realidade-agraria-no-brasil.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2022.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. O que é vida cotidiana? *In.*: NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Orgs). **Cotidiano Conhecimento e Crítica**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CASTELLS, Manoel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 2.

CEARÁ. Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará. **Estudo mostra o mapa da desigualdade da distribuição de terras no Brasil**. Fortaleza: IDACE, 2020. Disponível em: <https://www.idace.ce.gov.br/2020/05/13/estudo-mostra-o-mapa-da-desigualdade-da-distribuicao-de-terras-no-brasil/> Acesso em: 07 set. 2023.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

CIAVATTA, Maria. Trabalho-Educação – Uma unidade epistemológica, histórica e educacional. **Trabalho Necessário**, Niterói, v. 17, n. 32, jan./abr., 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/28306>. Acesso em: 06 mai. 2024.

CINTRA, Jorge Pimentel. Reconstruindo o mapa das capitânicas hereditárias. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 11–45, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/80840> Acesso em: 09 abr. 2023.

CONCEIÇÃO, Silvano da. **Estratégias de permanência e desenvolvimento social na Comunidade Rural Quilombola de Velame, Bahia.** Orientador: Valter Roberto Silvério. 2016. 229f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de São Carlos, Faculdade de Sociologia, São Carlos, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8418>. Acesso em: 03 fev. 2022.

COSTA, Karina. Prefeitura de Vitória da Conquista fechou 14 escolas quilombolas em cinco anos. **Conquista Repórter**. Disponível em: <https://conquistareporter.com.br/prefeitura-de-vitoria-da-conquista-fechou-14-escolas-quilombolas-em-cinco-anos/#:~>. Acesso em: 26 jun. 2024.

CURY, Jamil. **Educação e contradição.** São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Território. *In*: SIEDENBERG, D. R (Org.). **Dicionário do Desenvolvimento Regional.** Santa Cruz do Sul: Edunisc, p. 161-162, 2006.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Território, governança e desenvolvimento territorial:** indicativos teóricos metodológicos, tendo a indicação geográfica como referência. São Paulo: Liber Ars, 2016.

DAMASCENO, Maria Nobre. A construção do saber social pelo camponês na sua prática produtiva e política. *In*: THERRIN, Jacques; DAMASCENO, Maria Nobre. (Org.). **Educação e escola no campo.** São Paulo: Papyrus, 1993.

DENARDIN, Valdir Frigo; KOMARCHESKI, Rosilene. (Org.). **Farinheiras do Brasil:** tradição, cultura e perspectivas da produção familiar de farinha de mandioca. Matinhos: UFPR Litoral, 2015.

DURKHEIM, Émile. Representações Individuais e Representações Coletivas. *In*: DURKHEIM, Émile. **Sociologia e Filosofia.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1970.

ENCISO, Alfredo José Altamirano; MENDOZA, Alberto Bueno. El ayni y laminka: das formas colectivas de trabajo de las sociedades pre-Chavín. **Investigaciones Sociales Arqueología**, Lima, v. 15, n. 27, p. 43-75, 2011.

ENGELS, Frederich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Tradução Ciro Mioranza. 3. ed. São Paulo: Escala, 2009.

ENGUITA, Mariano Fernandes. **Trabalho, escola e ideologia**: Marx e a crítica da educação. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993.

FENTRESS, James; CHRIS, Wickham. **Memória Social**: novas perspectivas sobre o passado. Traduao Telma Costa. Lisboa: Teorema, 1992.

FERNANDES, Bernardo Maano. A ocupação do território. *In.*: Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos Washington, 23, 2001, Presidente Prudente. **Anais [...]**, Presidente Prudente, 2001.

FERNANDES, Bernardo Maano. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Revista da ABRA: Reforma Agrária**. n. 1, 1999. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=12895> Acesso em: 20 abr. 2023.

FERNANDES, Bernardo Maano. **Questão agrária**: conflitualidade e desenvolvimento territorial. 2004. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/564> Acesso em: 06 abr. 2023.

FERNANDES, Bernardo Maano. Sobre a tipologia de territórios. *In.*: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.) **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FERRAZ, Ana Emília de Quadros; ROCHA, Altamar Amaral; AGUIAR, Iara Silva. As vilas do município e Vitória da Conquista: uma análise das redes. *In.*: Congresso Brasileiro de Geógrafos – CBG, 7., 2014, Vitória. **Anais [...]** Vitória, 2014. Disponível em: <https://docplayer.com.br/9909356-As-vilas-do-municipio-de-vitoria-da-conquista-uma-analise-das-redes.html>. Acesso em: 13 dez. 2022.

FISCHER, Maria Clara Bueno; CORDEIRO, Betânia; TIRIBA, Lia. Relações seres humanos/natureza e saberes do trabalho associado: premissas político-epistemológicas. *In.*: ALVES, Ana Elizabeth Santos; TIRIBA, Lia. (Orgs.). **Cios da terra**: sobre trabalho, cultura, produção de saberes e educação do campo. Uberlândia: Navegando, 2022.

FISCHER, Maria Clara Bueno; FRANZOI, Naira Lisboa. Experiência e saberes do trabalho: jogo de luz e sombra. *In.*: MAGALHÃES, Lvia Diana Rocha; TIRIBA, Lia. (Orgs.). **Experiência**: o termo ausente? Sobre história, memória, trabalho e educação. Uberlândia: Navegando, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Trabalho como princípio educativo. *In.*: CALDART, Roseli Salete *et al.* **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Expressão Popular, p. 447, 2012. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/publicacao/livro/dicionario-da-educacao-do-campo>. Acesso em: 24 dez. 2022.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Trabalho, Conhecimento Consciência e a Educação do Trabalhador: Impasses Teóricos e Práticos. *In.*: GOMES, Carlos Minayo *et al.* **Trabalho e Conhecimento**: Dilemas na Educação do Trabalhador. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Certidão Emitida às Comunidades Remanescentes de Quilombos- (CRQs)**. Disponível em: [http://www.palmars.gov.br/wpcontent/upload\(Os/2016/06/COMUNIDADESCERTIFICADAS.pdf](http://www.palmars.gov.br/wpcontent/upload(Os/2016/06/COMUNIDADESCERTIFICADAS.pdf) Acesso em: 17 fev. 2021.

GOMES, Jerusa Vieira. Família: cotidiano e luta pela sobrevivência. *In*: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (Org.). **A Família Contemporânea em Debate**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GOMES, Irene. **Brasil tem 1,3 milhão de quilombolas em 1.696 municípios**. Rio de Janeiro: Editora IBGE, 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencianoticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37464-brasil-tem-1-3-milhao-de-quilombolas-em-1-696-municipios>. Acesso em: 24 ago. 2023.

GUERRA, Isabel. Modos de vida: novos percursos e novos conceitos. **Sociologia - Problemas e Práticas**. Lisboa, n. 3, p. 59-74, 1993. Disponível em: <https://repositorio.isctete-iul.pt/bitstream/10071/932/1/6.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2023.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução: Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **Los marcos sociales de la memoria**. México: Anthropos, 2004.

HARNECKER, Marta. **Os conceitos elementares do materialismo histórico**. São Paulo: Global, 1983.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Tradução Celina Cardim Cavalcanti. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. (coleção pensamento crítico, v. 55).

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/vitoria-da-conquista/panorama>>. Acesso em: 31 ago. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil Quilombola: quantos somos, onde estamos?** Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/2e215f8a8b5904299cca0a9f02b734de.pdf. Acesso em: 12 jul. 2024.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Legislação referente à política pública de regularização fundiária de territórios quilombolas**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/processos_abertos.pdf. Acesso em: 17 fev. 2022.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Legislação referente à política pública de regularização de território quilombola: perguntas & respostas**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. Disponível em:

https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/perguntas_respostas.pdf. Acesso em: 03 set 2024.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Educação e Trabalho**. Salvador: Fator, 1988.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia da fábrica**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

KUENZER, Acácia Zeneida; OLIVEIRA, Marcos Antônio de. Trabalho e educação no campo: novos desafios. *In*: BASSO, Jaqueline Daniela; NETO, José Leite dos Santos; BEZERRA, Maria Cristina dos Santos. (Org.). **Pedagogia histórico-crítica e educação no campo**: história, desafios e perspectivas atuais. São Carlos: Pedro & João; Uberlândia: Navegando, 2016.

LARA, Silvia Hunold. **Do Singular ao Plural**. Palmares: Capit, 1996.

LE GOFF. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão. Campinas: EdUNICAMP, 1990.

LEITE, Eduardo de Lima. **História e memória do conflito do Pau Brasil e a luta dos posseiros pelo direito a terra (Bahia, 1972-1981)**. Orientadora: Maria Aparecida Silva Sousa. 2015. 155f. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2015.

MAGALHÃES, Livia Diana Rocha; TIRIBA, Lia (Orgs.). **Experiência**: o termo ausente? Sobre história, memória, trabalho e educação. Uberlândia: Navegando, 2018.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. *In*: MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis: Vozes, p. 45-61, 1986.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da imagem**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2020.

MARTINS, José de Souza. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. *In*: SCHWARCZ, Lilia (Org.). **História da vida privada no Brasil**: contraste da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Disponível em: <https://csociais.files.wordpress.com/2015/03/martins-josc3a9-de-souza-a-vida-privada-nas-c3a1reas-de-expansc3a3o-da-sociedade-brasileira.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2022.

MARTINS, José de Souza. Cultura e educação na roça, encontros e desencontros. **Revista USP**, São Paulo, n. 64, p. 28-49, dez./fev., 2004-2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13388>. Acesso em: 26 abr. 2024.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política (1859)**. Tradução Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do direito de Hegel (1843)**. Tradução Rubens Enderle e Leonardo de Deus. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos e filosóficos (1857-1858): esboço da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **Os despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto de madeira**. Tradução Daniel Bensaid e Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. Mercadoria (capítulo 1). 1. Os dois fatores da mercadoria: 2. Duplo caráter do trabalho representado nas mercadorias: 3. A forma do Valor (ou o valor-de-troca): 4. O Fetichismo da mercadoria e o seu segredo. *In*: MARX, Karl. **O Capital**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (v. 1).

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da economia política: O processo de produção do capital. Livro I. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. Tradução Rubens Enderle, Nélio Schneider, e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã (1845-1846)**. Trad. Luís Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Latifúndio. *In*: CALDART, Roseli Salete *et al.* **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Expressão Popular, p. 447, 2012. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/publicacao/livro/dicionario-da-educacao-do-campo>. Acesso em: 24 dez. 2022.

MENDES, Ana Maria Ferraz de Matos. **Memórias de rezadeiras: devoção, crença, fé e práticas**. Orientador: Felipe Eduardo Ferreira Marta. 2022. 125f. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2022.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: EdUNICAMP; Boitempo, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10ª ed. S. Paulo: Hucitec, 2007.

MINAS GERAIS. Ministério Público. **Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais. Direitos de povos e comunidades tradicionais**. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/Cartilha-Povos-tradicionais.pdf>. Acesso em: 02 set. 2022.

MONTESPERELLI, Paolo. **Sociología de la memoria**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2004.

MOURA, Clóvis. **Quilombos**: resistência ao escravismo. São Paulo: Ática, 1987.

MUNANGA, Kabengele. **Origens Africanas do Brasil contemporâneo**: histórias, línguas, culturas e civilizações. 3. ed. São Paulo: Gaudi, 2012.

NAMER, Gérard. Mémoire et Société. Paris, Méridiens/Klincksiek. **Ethnologie française**, v. 17, n. 1, 1987. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/homso_0018-4306_1988_num_87_1_3216. Acesso em: 25 abr. 2021.

NASCIMENTO, Abdias. **Quilombismo**. 2. ed. Brasília; Rio de Janeiro: Fundação Cultural Palmares, 2002.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo. Para a crítica da vida cotidiana. In: NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Orgs.). **Cotidiano Conhecimento e Crítica**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma comunidade sertaneja**: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local). 2. ed. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UESFS, 2008.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A Problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Houry. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 07-28, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>. Acesso em: 09 abr. 2024.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

OLIVEIRA, Renata Ferreira de. **Índios paneiros no planalto da Conquista**: do massacre e o (quase) extermínio aos dias atuais. Orientadora: Maria Hilda Baqueiro Paraíso. 2012. 221f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de História, Salvador, 2012.

PALÁCIOS, M. O medo do vazio: comunicação, socialidade e novas tribos. In: RUBIM, A. A. (Orgs.). **Idade Mídia**. Salvador: UFBA, 2001.

PASSOS, Flávio José dos. **Beco de (Vó) Dola**: territorialidade e ancestralidade negra em Vitória da Conquista. Orientadora: Josildeth Gomes Consorte. 2012. 295f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Católica de São Paulo, Faculdade de Ciências Sociais, São Paulo, 2012.

PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica. **Revista Arquivos da Memória**. Lisboa, nº. 02, 2007. Disponível em: [https://arquivos-da-memoria.fesh.unl.pt/ArtPDF/02_Elsa_Peralta\[1\].pdf](https://arquivos-da-memoria.fesh.unl.pt/ArtPDF/02_Elsa_Peralta[1].pdf). Acesso em: 09 abr. 2024.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 08 jun. 2021.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, João José. Escravos e Coiteiros no quilombo do Oitizeiro Bahia, 1806. *In*: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ROCHA, Tânia Maria Rodrigues da. **Memória, Trabalho e Envelhecimento de Mulheres Negras Idosas em uma Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo em Vitória da Conquista – Bahia**. Orientadora: Luciana Araújo dos Reis. 2015.116f. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2015.

SANTOS, Flávio Reis dos; BEZERRA NETO, Luiz; BEZERRA, Maria Cristina dos Santos. Políticas Públicas/Estaduais para a educação do campo (1997 – 2014). *In*: NETO, José Leite dos Santos; BEZERRA NETO, Luiz; BEZERRA, Maria Cristina dos Santos (Orgs.). **Trabalho e Educação**: Estudos sobre o rural brasileiro. Uberlândia: Navegando, 2017.

SANTOS, Marisa Oliveira. **Memórias do trabalho familiar em casas de farinha**: transformação dos modos de vida de homens e mulheres do campo. Orientadora: Ana Elizabeth Santos Alves. 2021. 242f. Tese (Doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2021.

SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. *In*: FERRETTI, Celso J. *et al.* (Org.) **Novas Tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. Rio de Janeiro: Vozes, 1996a.

SAVIANI, Dermeval. Estruturalismo e educação brasileira. *In*: SAVIANI, Dermeval. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 1996b. (coleção educação contemporânea).

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, v. 12, n. 34. Jan./abr., 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 maio 2021.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**, 43. ed. Campinas: Autores Associados, 2018.

SAVIANI, Dermeval. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. **Movimento**, n. 4, 2016.
Disponível em: <https://doi.org/10.22409/mov.v0i4.296>. Acesso em: 13 set. 2021.

SCHWARTZ, Yves. A experiência é formadora? **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 35-48, jan/abr, 2010.
Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/11030>
Acesso em: 10 set. 2022.

SILVA, Jonatan dos Santos. **A sombra da Jurema Preta: memórias e resistências nos quilombos Ribeirão dos Painheiros e Lagoa de Melquíades e Amâncio no município de Vitória da Conquista-Bahia**. Orientador: Felipe Eduardo Ferreira Marta. 2023. 274f. Tese (Doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2023.

SOUZA, Laura Olivieri Carneiro de Souza. **Quilombos: identidade e história**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de *et al.* (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, Willian Kennedy do Amaral. **Trabalho-Educação, Economia e Cultura em Povos e Comunidades Tradicionais: a (re)afirmação de modos de vida como formas de resistência**. Orientadora: Lia Tiriba. 2020. 222f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, Niterói, 2020.

STOLCKE, Verena. A família que não é sagrada. In: ARANTES, Antonio Augusto *et al.* (Org.). **Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. 3. ed. Campinas: Editora UNICAMP, 1994.

TARDIN, José Maria. Cultura camponesa. In: CALDART, Roseli Salette *et al.* **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/publicacao/livro/dicionario-da-educacao-do-campo> . Acesso em: 24 dez. 2022.

THERRIEN, Jacques; DAMASCENO, Maria Nobre. (Org.). **Escola e educação no campo**. Campinas: Papius, 1993. (coleção magistério, formação e trabalho pedagógico).

THOMPSON, Edward. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TIRIBA, Lia. Modo(s) de vida e modos de produção da existência humana: ensaio teórico-metodológico. **Germinal: Marxismo e educação em debate**. Salvador, v. 13, n. 2, ago., 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/gmed.v13i2.43526>. Acesso em: 08 set. 2022.

TIRIBA, Lia; FISCHER, Maria Clara Bueno. Produção associada e autogestão. In: CALDART, Roseli Salette *et al.* **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio,

2012. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/publicacao/livro/dicionario-da-educacao-do-campo>_ Acesso em: 24 dez. 2022.

TIRIBA, Lia; FISCHER, Maria Clara Bueno. Espaços/temos milenares dos povos e comunidades tradicionais: notas de pesquisa sobre economia, cultura e produção de saberes. **Revista Educação Pública**. Cuiabá, v. 54, n. 56, maio/ago., 2015. Disponível em: [file:///C:/Users/renne/Downloads/2440-Texto%20do%20Artigo-7485-1-10-20150501%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/renne/Downloads/2440-Texto%20do%20Artigo-7485-1-10-20150501%20(1).pdf)_ Acesso em: 14 mai. 2023.

TIRIBA, Lia; FISCHER, Maria Clara Bueno. A Pesquisa em Trabalho-Educação como força material: desvelando campos do real. **Trabalho Necessário**, Niterói, v. 21, n. 44, jan./abr., 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/57494>. Acesso em: 12 out. 2023.

TIRIBA, Lia; JESUS, Paulo de. Cooperação: afinal do que estamos falando? *In*: TIRIBA, Lia. **Reprodução ampliada da vida e espaços/tempos de produção não capitalista**. Marília: Lutas Anticapital, 2023. (v.1 - Escolas do Trabalho).

TONET, Ivo. **Marxismo, religiosidade e emancipação humana**. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

TROTSKY, Leon. **Questões do modo de vida**. Trad. A. Castro. Lisboa: Antítodo, 1979.

VENDRAMINI, Célia Regina. A contribuição de E. P. Thompson para a apreensão dos saberes produzidos do/no trabalho. **Educação Unisinos**, Rio Grande do Sul, v. 10, n. 2, maio/ago., p. 123-129, 2006.

VENDRAMINI, Célia Regina. O trabalho e a escola para jovens migrantes. *In*: Reunião Científica do Fórum Sul de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Educação (Anped Sul), 11., 2016, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: UFPR, 2016.

VENDRAMINI, Célia Regina. A categoria migração na perspectiva do materialismo histórico e dialético. **Revista Katál**. Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 239-260, maio/ago., 2018. Disponível em: <https://cressrn.org.br/files/arquivos/2cox89VF5535JO64104g.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

VIANA, Aníbal Lopes. Revista Histórica de Conquista. **O Jornal de Conquista**, Vitória da Conquista, v. 2, 1982.

VIEIRA, Jerusa Gomes. Família: cotidiano e luta pela sobrevivência. *In*: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (Org.). **A Família Contemporânea em Debate**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

VITALE, Maria Amalia Faller. Socialização e família: uma análise intergeracional. *In*: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (Org.). **A Família Contemporânea em Debate**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. *In*: BRANDENGURG, Alfio; DUARTE, Angela. **Para pensar: outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, p. 29-49, 1998.

WEBER, Marx. Comunidade e sociedade como estruturas de socialização. *In*: FERNANDES, F. (Org.). **Comunidade e sociedade**: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Editora Nacional; Editora USP, 1973.

WELCH, Clifford Andrew. Conflitos no Campo. *In*: CALDART, Roseli Salette *et al.* **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/publicacao/livro/dicionario-da-educacao-do-campo>. Acesso em: 23 abr. 2023.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: EdUnesp, 2011.

APÊNDICE A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS



Governo do
Estado da Bahia

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

Recredenciada pelo Decreto Estadual

Nº 16.825, de 04.07.2016

TÍTULO DA TESE – SABERES NOS MODOS DE PRODUZIR A VIDA: MEMÓRIAS DO QUILOMBO DE FURADINHO

Pesquisadora: Renné da Glória Andrade

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

Nome:	
Data de nascimento: / /	Gênero (<input type="checkbox"/>) Masculino (<input type="checkbox"/>) Feminino
Quantidade de Filhos:	Estado civil:

Trabalho	<ol style="list-style-type: none"> 1. No que o senhor ou a senhora trabalha? 2. Com que idade o(a) Sr(a) começou a trabalhar? 3. O que vocês produzem? 4. Como o(a) senhor(a) sabe qual o melhor produto a ser plantado? O período? 5. Como aprenderam a trabalhar? 6. Quem ensinou? 7. Que ferramentas vocês usam para desenvolver as atividades? 8. Como é o tempo do homem e da mulher aqui na roça? 9. As mulheres trabalham no campo? O que elas fazem? 10. Os afazeres domésticos são realizados por quem? 11. A colheita é vendida de que forma? Para quem? 12. Vocês trocam os produtos colhidos entre os vizinhos? 13. Quando o ano não é bom de chuva, o que vocês fazem para suprir as despesas? 14. Quais as diferenças do trabalho de antigamente para o de hoje? 15. Que atividades vocês desenvolvem durante o dia? 16. Vocês levam algum produto para vender na feira? 17. No tempo de sobra do serviço o que o senhor ou a senhora faz? 18. Vocês realizam algum trabalho coletivo? 19. Esse trabalho é remunerado ou não?
----------	--

	<ol style="list-style-type: none"> 20. Quais as técnicas que utilizam para limpar a roça? 21. No preparo da terra, o trabalho é manual ou utilizam máquinas? 22. Como vocês sabem o período adequado para cada cultura? 23. Quais os instrumentos que utilizam na agricultura? 24. Como é feita a plantação?
Família	<ol style="list-style-type: none"> 1. Quando os filhos eram pequenos ficavam aos cuidados de quem? 2. Os filhos crescidos moram na comunidade ou não? 3. Quando precisa tomar uma decisão quem decide? O homem ou a mulher? 4. O senhor ou a senhora toma a frente de alguma decisão? 5. A senhora sempre morou na comunidade? Quem construiu a casa? 6. Quem mora com o senhor ou a senhora? 7. Como foi seu casamento? 8. Possui fotos? 9. Preparou enxoval? 10. Como foi a criação dos filhos? 11. Quem costuma visitar a família? 12. De onde é retirado os recursos para despesas extras como médico e remédios? 13. Quando não havia as caixas de água nas casas quem era responsável por pegar água para o consumo da família?
Escola	<ol style="list-style-type: none"> 1. O senhor ou a senhora tem leitura? 2. Quando precisa da leitura quem ajuda? 3. Os seus filhos estudam(ram)? 4. Quem da família frequentou a escola? 5. Como foram as experiências na escola? 6. Quais são suas lembranças? 7. Quando ingressou e saiu?
Modo de vida	<ol style="list-style-type: none"> 1. O senhor(a) lembra de quando era criança? O que fazia? 2. O que é mais prazeroso para o(a) sr(a) morar aqui? 3. O que tem aqui na comunidade que o senhor ou a senhora não gosta? 4. Quais os festejos comemorados na comunidade? 5. Quando tem um aniversário ou casamento, qual o costume da comunidade? 6. Há alguma música bem conhecida na comunidade que vocês gostam de cantar? 7. Qual a sua religião? 8. O senhor ou a senhora acredita em mau olhado? 9. Como se protege do mau olhado?

APÊNDICE B – ROTEIRO DA DINÂMICA NA ESCOLA E FOTOS DA VISITA



Governo do
Estado da Bahia

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

Recredenciada pelo Decreto Estadual

Nº 16.825, de 04.07.2016

TÍTULO DA TESE – SABERES NOS MODOS DE PRODUZIR A VIDA: MEMÓRIAS DO QUILOMBO DE FURADINHO-BAHIA

Pesquisadora: Renné da Glória Andrade

ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA A DINÂMICA NA ESCOLA

1. Qual a festa mais bonita de Furadinho?
2. Você gosta de morar aqui?
3. O que você mais gosta de fazer aqui na comunidade?
4. Quantas pessoas na sua casa sabem ler e escrever?
5. O que você faz quando não está na escola?
6. Qual a sua maior dificuldade na escola?
7. Cite três coisas que a pessoa que não sabe ler sente dificuldade?
8. Você tem lembrança de alguma situação triste aqui na escola?
9. Quem te ajuda com as tarefas da escola?
10. O que faz para colar um desenho na tarefa quando não tem cola em casa?
11. A escola é importante para você, por quê? Tem vontade de morar em outro lugar?
12. Você trabalha na roça, o que faz?
13. O que você não gosta na escola?
14. Estudar é importante para você?
15. A vassoura que é usada para varrer o terreiro quem faz?
16. O que você mais gosta na escola?
17. Como é o casamento na comunidade?
18. Há alguma música conhecida na comunidade que você gosta de cantar?
19. Quem faz a feira na sua casa?
20. Quando estiver adulto no que pretende trabalhar?
21. Quem faz o serviço doméstico?
22. Quem toma as decisões na sua casa?
23. Sua família realiza algum trabalho coletivo?
24. Você toma algum chá?

Visita à Escola Municipal José de Alencar em 2022





Fonte: Fotos de Renné Andrade (2022).

APÊNDICE C – AUTORIZAÇÃO PARA COLETA DE DADOS

AUTORIZAÇÃO PARA COLETA DE DADOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

Eu, **ROBÉLLA ALVES ROCHA MOTA**, ocupante do cargo de *presidente da Associação de moradores* do(a) *Comunidade Quilombola de Furadinho*, **AUTORIZO** a coleta de dados do projeto de pesquisa intitulado **Saberes do trabalho, modos de vida e escola: memórias do quilombo de Furadinho – Bahia**, dos pesquisadores *Rennê da Glória Andrade e Ana Elizabeth Santos Alves* após a aprovação do referido projeto pelo CEP/UESB.

Em tempo, asseguro dispormos da infraestrutura e dos recursos necessários para viabilizar a execução do procedimento, conforme explicitado no projeto, em atendimento à alínea “h” do ponto 3.3, e do item 17 do ponto 3.4.1, ambos do título 3 da Norma Operacional CNS n° 001/2013.

Vitória da Conquista, 26 de junho de 2021.



Ass. do(a) responsável pela autorização da coleta

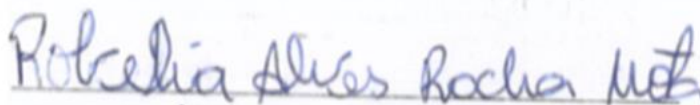
Carimbo:



Impressão Digital
(Se for o caso)

Deferido ()

Indeferido ()



Assinatura por extenso

APÊNDICE D – AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:



TÍTULO DA PESQUISA:	Saberes do trabalho, modos de vida e escola: memórias do quilombo de Furadinho-Bahia
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Renné da Glória Andrade</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/ 1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, **e CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Vitória da Conquista, ____ / ____ / ____

Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)



Impressão Digital
(Se, for o caso)

Assinatura do(a) pesquisador

Página 1

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) - UESB/Jequié
(73) 3528-9727 | cepjq@uesb.edu.br

Rubricas:

APÊNDICE E – TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Conforme Resoluções nº 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde – CNS

CARO(A) SENHOR(A),

Este documento é um CONVITE ao(à) Senhor(a) (ou à pessoa pela qual o(a) Sr.(a) é responsável) para participar da pesquisa abaixo descrita. Por favor, leia atentamente todas as informações abaixo e, se você estiver de acordo, rubriche as primeiras páginas e assine a última, na linha "Assinatura do participante".

1. QUEM SÃO AS PESSOAS RESPONSÁVEIS POR ESTA PESQUISA?

- 1.1. PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Rennê da Glória Andrade
- 1.2. ORIENTADOR/ORIENTANDO: Ana Elizabeth Santos Alves

2. QUAL O NOME DESTA PESQUISA, POR QUE E PARA QUE ELA ESTÁ SENDO FEITA?

2.1. TÍTULO DA PESQUISA

Saberes do trabalho, modos de vida e escola: memórias do quilombo de Furadinho - Bahia

2.2. POR QUE ESTAMOS FAZENDO ESTA PESQUISA (Justificativa):

A finalidade da pesquisa é perceber como a comunidade articula na prática os saberes do trabalho e as contradições imbricadas nas relações de produção e de trabalho na comunidade. Como e quais os modos de vida que refletem na convivência das pessoas e as possíveis relações dialógicas entre os conhecimentos escolares e os saberes oriundos da comunidade na constituição das memórias coletivas.

2.3. PARA QUE ESTAMOS FAZENDO ESTA PESQUISA (Objetivos):

Analisar os saberes do trabalho, modos de vida e o papel da escola na constituição das memórias coletivas na comunidade de Furadinho, município de Vitória da Conquista-BA.

Identificar as relações de produção e de trabalho, bem como, as contradições imbricadas no cotidiano da comunidade.

Analisar quais e como os saberes do trabalho e os modos de vida refletem nas relações estabelecidas na comunidade.

Verificar como se dão as possíveis relações dialógicas entre os conhecimentos escolares e os saberes oriundos da comunidade tradicional.

3. O QUE VOCÊ (OU O INDIVÍDUO SOB SUA RESPONSABILIDADE) TERÁ QUE FAZER? ONDE E QUANDO ISSO ACONTECERÁ? QUANTO TEMPO LEVARÁ? (Procedimentos Metodológicos)

3.1 O QUE SERÁ FEITO:

Você responderá a algumas perguntas oralmente (entrevista semiestruturada) sobre os saberes do trabalho, sobre os modos de vida e a escola.

3.2 ONDE E QUANDO FAREMOS ISSO:

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) - UESB/Jequié
(73) 3528-9727 | cepjq@uesb.edu.br

Rubricas:

Seja cuidadoso: ao imprimir este documento, se necessário, use a frente e o verso do papel. :)

Página 1

As entrevistas ocorrerão na residência do entrevistado na comunidade quilombola Furadinho no período de ____/____/____ à ____/____/____

3.3 QUANTO TEMPO DURARÁ CADA SESSÃO:

30 min.

4. HÁ ALGUM RISCO EM PARTICIPAR DESSA PESQUISA?

Segundo as normas que tratam da ética em pesquisa com seres humanos no Brasil, sempre há riscos em participar de pesquisas científicas. No caso desta pesquisa, classificamos o risco como sendo

MÍNIMO MODERADO ALTO

4.1 NA VERDADE, O QUE PODE ACONTECER E: (detalhamento dos riscos)

A pesquisa não oferece riscos físicos. Porém, não podemos desconsiderar que existe a possibilidade de a pesquisa causar algum constrangimento aos participantes no momento da coleta de dados ou desconforto em relação ao trato das informações.

4.2 MAS PARA EVITAR QUE ISSO ACONTEÇA, FAREMOS O SEGUINTE: (meios de evitar/minimizar os riscos):

Considerando os cuidados éticos necessários às pesquisas com seres humanos, tomaremos todas as precauções para assegurar o conforto do participante no oferecimento das informações. Será garantido o direito à compensação ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente ocasionados pela pesquisa.

5. O QUE É QUE ESTA PESQUISA TRARÁ DE BOM? (Benefícios da pesquisa)

5.1 BENEFÍCIOS DIRETOS (aos participantes da pesquisa):

A respeito dos benefícios deste estudo, entendemos que através desta pesquisa será possível deixar um legado registrado das memórias dos participantes às futuras gerações da comunidade, sobre os saberes do trabalho e modos de vida.

5.2 BENEFÍCIOS INDIRETOS (à comunidade, sociedade, academia, ciência...):

A pesquisa será divulgada através de publicações, conferências e/ou apresentações em eventos, o que dará maior visibilidade à comunidade quilombola de Furadinho, bem como contribuirá no cenário nacional para compor às produções dos saberes do trabalho, modos de vida e escola da população negra relegada socialmente.

6. MAIS ALGUMAS COISAS QUE O(A) SENHOR(A) PODE QUERER SABER (Direitos dos participantes):

6.1. Recebe-se dinheiro ou é necessário pagar para participar da pesquisa?

R: Nenhum dos dois. A participação na pesquisa é voluntária.

6.2. Mas se acabarmos gastando dinheiro só para participar da pesquisa?

R: O pesquisador responsável precisará lhe ressarcir estes custos.

6.3. E se ocorrer algum problema durante ou depois da participação?

R: Você pode solicitar assistência imediata e integral e ainda indenização ao pesquisador e à universidade.

6.4. É obrigatório fazer tudo o que o pesquisador mandar? (Responder questionário, participar de entrevista, dinâmica, exame...)

R: Não. Só se precisa participar daquilo em que se sentir confortável a fazer.

6.5. Dá pra desistir de participar no meio da pesquisa?

R: Sim. Em qualquer momento. É só avisar ao pesquisador.

6.6. Há algum problema ou prejuízo em desistir?

R: Nenhum.

6.7. Os participantes não ficam expostos publicamente?

R: Não. A privacidade é garantida. Os dados podem ser publicados ou apresentados em eventos, mas o nome e a imagem dos voluntários são sigilosos e, portanto, só serão conhecidos pelos pesquisadores.

6.8. Depois de apresentados ou publicados, o que acontecerá com os dados e com os materiais coletados?

R: Serão arquivadas por 5 anos com o pesquisador e depois destruídas.

6.9. Qual a “lei” que fala sobre os direitos do participante de uma pesquisa?

R: São, principalmente, duas normas do Conselho Nacional de Saúde: a Resolução CNS 466/2012 e a 510/2016. Ambas podem ser encontradas facilmente na internet.

6.10. E se eu precisar tirar dúvidas ou falar com alguém sobre algo acerca da pesquisa?

R: Entre em contato com o(a) pesquisador(a) responsável ou com o Comitê de ética. Os meios de contato estão listados no ponto 7 deste documento.

7. CONTATOS IMPORTANTES:

Pesquisador(a) Responsável: Renné da Glória Andrade

Endereço: Avenida Laura Nunes, 255, bairro Boa Vista,

Fone: (77) 99116-8963 / E-mail: renne9152@gmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa da UESB (CEP/UESB)

Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, 1º andar do Centro de Aperfeiçoamento Profissional Dalva de Oliveira Santos (CAP), Jequiezinho, Jequié-BA. CEP 45208-091.

Fone: (73) 3528-9727 / E-mail: cepjq@uesb.edu.br

Horário de funcionamento: Segunda à sexta-feira, das 08:00 às 18:00

8. CLÁUSULA DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Concordância do participante ou do seu responsável)

Declaro, para os devidos fins, que estou ciente e concordo

em participar do presente estudo;

com a participação da pessoa pela qual sou responsável.

Ademais, confirmo ter recebido uma via deste termo de consentimento e asseguro que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

Vitória da Conquista, ____/____/____

APÊNDICE F – RODA DE CONVERSA



Fonte: Fotos de Renné Andrade (2023).



Fonte: Fotos de Renné Andrade (2023).

**APÊNDICE G – TÚMULOS MAIS ANTIGOS DO CEMITÉRIO DO
QUILOMBO DE FURADINHO**



Fonte: Foto de Renné Andrade (2023).

APÊNDICE H – FOLDER DA PROGRAMAÇÃO E FOTOS DA FESTA DO BOM JESUS

Vamos Celebrar juntos. De 03 à 06 de Agosto.
Deixa a bênção da Paz tocar a tua vida!

Venha e traga toda a família

Festa do
Bom Jesus
2023

Programação 2023

<p>1º Noite 03/08 Quinta-feira às 19:00h</p> <p>Tema: VOCAÇÃO RESPOSTA DE AMOR AO CHAMADO DE DEUS</p> <p>Convidados: Comunidade João Paulo II, Santa Luzia São Matheus, Santo Antonio (Campo Formoso) N. Senhora Aparecida (Baixa do Panela)</p> <p>Celebrante: Diác. Genildo Prates</p>	<p>2º Noite 04/08 Sexta-feira às 19:00h</p> <p>Tema: VOCAÇÃO MISSIONÁRIA ANUNCIO AO REINO DE DEUS AO MUNDO INTEIRO</p> <p>Convidados: Comunidade N. Senhora Imaculada Conceição (Iguá), N. Senhora das Graças (Lagoa do Boi)</p> <p>Celebrante: Diác. José Souza (Zezinho).</p>	<p>3º Noite 05/08 Sábado às 19:00h</p> <p>Tema: VOCAÇÃO MATRIMONIAL E FAMILIAR, UMA CASA DE AMOR GRATUITO E GENEROSO</p> <p>Convidados: Comunidade São Francisco, Santos Reis e Nossa Senhora Aparecida (Juazeiro)</p> <p>Celebrante: Pe. José Vasconcelos</p>
--	---	--

Festa do Bom Jesus 06/08 (Domingo)
6:00 h Alvorada | 9:00 h Procissão
10:00 h Santa Missa

Tema: **VOCAÇÃO RELIGIOSA E CONSAGRADA: UMA ENTREGA
TOTALMENTE A DEUS**

Responsáveis: **Comunidades Bom Jesus**
Celebrante: **Pe. Geneildo Almeida Lima**

Serão realizados Batizados e 1ª Eucaristia



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2023).



Fonte: Foto de Renné Andrade (2023).

APÊNDICE I – FOTOS DE PESSOAS ENTREVISTADAS E MORADORES**Sra. Madalena Maria de Jesus (*in memoriam*)**

Fonte: Foto de Renné Andrade (2021).

Sr. José Ferreira de França



Fonte: Foto de Renné Andrade (2021).

Sr. Gildete de Oliveira França



Fonte: Foto de Renné Andrade (2021).

Sra. Judite Santos

Fonte: Foto de Renné Andrade (2022).

Sra. Daniela, D. Judite e eu



Sra. Rosimá



Fonte: Foto de Renné Andrade (2022).

Sr. Elvicley Lima Morais

Fonte: Foto de Renné Andrade (2022).

Sra. Jaqueline



Fonte: Foto de Renné Andrade (2022)

Sra. Robélia e o neto

Fonte: Foto de Renné Andrade (2023).

A família França e eu na festa de casamento



Fonte: Foto de Renné Andrade (2023).